

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

VLADIMIR FERREIRA DE ÁVILA

**“SABERES HISTÓRICOS E PRÁTICAS COTIDIANAS SOBRE O SANEAMENTO:
DESDOBRAMENTOS NA PORTO ALEGRE DO SÉCULO XIX (1850-1900)”**

Porto Alegre

2010

VLADIMIR FERREIRA DE ÁVILA

“SABERES HISTÓRICOS E PRÁTICAS COTIDIANAS SOBRE O SANEAMENTO:
DESDOBRAMENTOS NA PORTO ALEGRE DO SÉCULO XIX (1850-1900)”

Dissertação apresentada como requisito para
obtenção do grau de Mestre pelo Programa de
Pós-Graduação em História da Pontifícia
Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientação: Prof^a. Dr^a Margaret Marchiori Bakos

Porto Alegre

2010

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A958s Ávila, Vladimir Ferreira de
“Saberes históricos e práticas cotidianas sobre o saneamento:
desdobramentos na Porto Alegre do século XIX (1850-1900)”/
Vladimir Ferreira de Ávila. – Porto Alegre, 2010.
201 f. : il.

Diss. (Mestrado em História) - PUCRS, Fac. de Filosofia e
Ciências Humanas.

Orientação: Prof^a. Dr^a. Margaret Marchiori Bakos.

1. História. 2. Porto Alegre – História – Século XIX.
3. Saneamento – Porto Alegre. 4. Hipócrates – Crítica e
Interpretação. I. Bakos, Margaret Marchiori. II. Título.

CDD 981.651

Ficha Catalográfica elaborada por
Vanessa Pinent
CRB 10/1297

VLADIMIR FERREIRA DE ÁVILA

“SABERES HISTÓRICOS E PRÁTICAS COTIDIANAS SOBRE O SANEAMENTO:
DESDOBRAMENTOS NA PORTO ALEGRE DO SÉCULO XIX (1850-1900)”

Dissertação apresentada como requisito para
obtenção do grau de Mestre pelo Programa de
Pós-Graduação em História da Pontifícia
Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovado em 13 de agosto de 2010.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^ª. Dr^ª. Margaret Marchiori Bakos – PUCRS

Prof^ª. Dr^ª. Nikelen Acosta Witter – UNIFRA

Prof^ª. Dr^ª. Ruth M. Chittó Gauer – PUCRS

À Gabrielle Werenicz.

Esposa e companheira em todos os momentos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, em especial ao Programa de Pós-Graduação em História desta Instituição, que me acolheu com muito carinho durante todo o período do curso.

Aos professores participantes da Banca de Avaliação para obtenção de Bolsas de Pesquisa: Helder Godim, René Gertz e Klauss Hilbert; agradeço tanto por terem percebido a importância do desenvolvimento deste trabalho para a historiografia da cidade de Porto Alegre, quanto por terem confiado em mim, e na possibilidade de conclusão deste trabalho durante o período de Mestrado.

Agradeço também ao CNPq, Instituição que me proporcionou, através da concessão de Bolsa de Pesquisa, dedicação exclusiva a este trabalho.

A minha orientadora Prof^a. Dr^a. Margaret Marchiori Bakos, pelas orientações que muito contribuíram para enriquecer a qualidade deste trabalho. Sem a sua participação, certamente esta dissertação perderia em qualidade.

As professoras participantes da Banca de Defesa, Prof^a. Dr^a. Ruth M. Chittó Gauer e Prof^a. Dr^a. Nikelen Acosta Witter, pela disposição, dedicação e paciência na leitura deste trabalho, bem como pelas recomendações e sugestões dadas ao longo do desenvolvimento desta pesquisa.

Aos professores da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Dr. Charles Monteiro, Dr^a. Núncia Santoro Constantino, Dr. Arno Alvarez Kern, Dr^a. Ruth Chittó Gauer e Dr. Jurandir Malerba, com os quais mantive um maior contato durante o cursar das disciplinas e que quando não me tiraram dúvidas, me auxiliaram a diminuí-las.

A professora Dr^a. Lizete Oliveira Kummer, que desde o período de graduação me incentivou a trabalhar no desenvolvimento de pesquisas.

Ao professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Dr. Enrique Serra Padrós, e a professora da Universidade Luterana do Brasil, Dr^a. Kátia Maria Paim Pozzer, pelas cartas de recomendação dadas ao PPGH da PUCRS, que demonstraram confiança em minha capacidade.

Ao professor da Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, Dr. Carlos Henrique Armani, por mostrar-se sempre prestativo no que diz respeito a trocas de idéias e informações.

Aos professores da Universidade Federal do Espírito Santo, Dr. Gilvan Ventura da Silva e Dr. Jadir Peçanha Rostoldo, por terem contribuído com esta pesquisa com materiais e sugestões.

Ao professor Dr. Francisco Carlos Jacinto Barbosa da Universidade Estadual do Ceará, pelas informações prestadas acerca deste assunto no que se refere aos trabalhos que tem desenvolvido no estado do Ceará.

Aos GTs História e Saúde, Teoria e Historiografia, História das Idéias e em especial ao grupo de trabalho e pesquisa AIC (Africanidades, Ideologias e Cotidiano) coordenado pela professora Margaret Marchiori Bakos, cujos encontros contribuíram profundamente para o desenvolvimento desta dissertação.

Aos funcionários da Secretaria do Programa de Pós-Graduação da PUCRS, Carla Helena Carvalho Pereira e Adilson Mueller pelo excelente atendimento a que me prestaram durante todo este período do curso.

A todos os funcionários de atendimento à pesquisa das Instituições: Arquivo Municipal de Porto Alegre Moysés Vellinho, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa e Centro de Documentação e Pesquisa da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, locais por onde passei, e onde fui muito bem atendido durante os longos períodos de pesquisa documental.

A todos os meus colegas e amigos: Márcio Sonogo, Patrícia Luz, Daniela Kern, Hugo Hruby, Fabiano Branchelli, Ana Paula Korndorfer, Aline Cadaviz, Claudia Tomaschewski, Sandro Rogerio dos Santos, Laura Dornelles, Maite Peixoto, Rogerio Oliveira, Suzana Rezende, Vanessa Oliveira, pela amizade, companheirismo e trocas constantes de experiências e informações durante estes dois anos de curso. Em especial, a colega Carolina Martins Etchevery, por ter realizado as excelentes traduções das obras em italiano que compõem este trabalho.

A todos os meus amigos, que apesar de não terem sido meus colegas, são na grande maioria historiadores: Dr^a. Juliane C. Primon Serres, Me. Rodrigo Capiotti da Silva, Me. Éverton Quevedo, Me. Jovani Scherer, Me. Arilson dos Santos Gomes, esp. Márcia Medeiros da Rocha.

E, finalmente, agradeço a uma das pessoas mais importantes de minha vida, que é a minha esposa Gabrielle Werenicz, pois sem sua compreensão, incentivo e ajuda nos momentos mais difíceis, este trabalho com certeza não teria se concretizado.

A matéria, para nós, é um conjunto de “imagens”. E por “imagem” entendemos uma certa existência que é mais do que aquilo que o idealista chama uma representação, porém menos do que aquilo que o realista chama uma coisa – uma existência situada a meio caminho entre a “coisa” e a “representação”.

Henri Bergson

RESUMO

O trabalho aborda do ponto de vista histórico a forma como teria se processado os serviços de saneamento da cidade de Porto Alegre no século XIX. Para isso, desenvolvemos um estudo que se divide em três partes. Na primeira, discorremos sobre a história do saneamento desde a antiguidade até o século XIX, destacando a importância da obra de Hipócrates “*Ares, águas e lugares*” como elemento a dar base ao desenvolvimento de ações empreendidas sobre o saneamento das cidades ao longo do tempo. Na segunda parte, destacamos a influência do pensamento hipocrático nas ações públicas direcionadas ao saneamento da Porto Alegre oitocentista, ressaltando a participação dos diferentes agentes históricos, os quais denominamos de “agentes do saneamento”, como componentes essenciais no desenvolvimento desta história. Para encerrar, tratamos na terceira parte sobre a contínua relação existente na cotidianidade da cidade entre os agentes do saneamento (indivíduos), os saberes (hipocráticos) e as epidemias (doenças), como elementos que davam suporte às políticas públicas empreendidas sobre o espaço social da cidade. É visualizando esta constante interação, que procuramos descrever o processo de passagem ou de deslocamento entre um dado ideal de limpeza e conseqüentemente de saúde para um dado momento em que a saúde (coletiva) passa a ser percebida como o ideal de higiene.

Palavras-chave: História. Saneamento. Hipócrates. Porto Alegre. Século XIX.

ABSTRACT

The work includes the way how the sanitation services from Porto Alegre city would have been processed in the nineteenth century, in accordance with the historical point of view. In order to do that, a study has been developed and divided in three parts. The first part we discussed about the history of the sanitation, from antique age to the nineteenth century, highlighting the importance of Hippocrates work: “*Air, waters and places*”, as an element to base the development of the undertaken actions about the cities sanitation services at length. The second part talked about the influence of the Hippocratic thoughts in the public actions directed to Porto Alegre in the nineteenth century, emphasizing the participation of different historical agents which were named “sanitation agents” as essential components in this history development. Finally, the third part is about the continuous relationship existent into the city quotidian between the sanitation agents (individuals), the knowledges (Hippocratic) and the epidemics (diseases) as elements which supported the undertaken public policies on the social city space. And aiming that frequent interaction in which was described the process of passage or displacement between an ideal cleansing datum and consequently health, to a specific moment in which collective health becomes the ideal of hygiene.

Keywords: History. Sanitation. Hippocrates. Porto Alegre. Nineteenth Century.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 – Os “tigres”	90
Imagem 2 – Ilustração de Cândido Faria.....	93
Imagem 3 – Chiqueirinho N° 1	95
Imagem 4 – Cubo proposto para condução dos materiais fecais.....	148
Imagem 5 – Modelo de carros para condução de águas servidas, condução de materiais fecais e cubo para condução de materiais fecais.....	149
Imagem 6 – Modelo n° 2 de transporte que prevê melhorias na condução dos dejetos	150
Imagem 7 – A entrada do cólera na cidade de Porto Alegre	156

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Tabela de referência dos elementos hipocráticos presentes nas Atas da Câmara na primeira metade do século XIX	74
Tabela 2 – Tabela de referências mensais de 1829 a 1850.....	76
Tabela 3 – Tabela de referência dos elementos hipocráticos presentes nas Atas da Câmara na segunda metade do século XIX	78
Tabela 4 – Tabela de referências mensais de 1851 a 1900.....	79
Tabela 5 – Férias dos trabalhadores escravos e livres nas obras da Companhia Hydraulica Porto Alegre	97
Tabela 6 – Agentes do saneamento	98
Tabela 7 – Proponentes do serviço de limpeza em Porto Alegre e valores lançados em 1878	152

LISTA DE SIGLAS

ADAI – Programa de Apoyo al Desarrollo de Archivos Iberoamericanos

AHPAMV – Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho

AHRS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

ANRJ – Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

APERS – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

IHGRS – Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

MCSHJC – Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa

SCMPA/CEDOP – Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre / Centro de Documentação e Pesquisa

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
----------	-------------------------	----

PARTE I – UMA HISTÓRIA DO SANEAMENTO

2	Uma breve história que envolve saneamento, saúde e doença	39
2.1	A saúde do corpo e da alma: da antiguidade ao medievo	40
2.2	O lixo e a limpeza pública no medievo europeu	47
2.3	O saneamento e a saúde sanitária na modernidade	52
2.4	Um novo tempo para a iluminação na história do saneamento	57
2.5	A cientificidade que bate a porta da saúde e do saneamento no século XIX	64

PARTE II – A ESTRUTURA DO SANEAMENTO EM PORTO ALEGRE

3	Saberes e agentes do saneamento na Porto Alegre oitocentista	73
3.1	A presença do saber hipocrático no saneamento da cidade	74
3.2	Agentes do saneamento	82
3.3	Os primeiros movimentos do saneamento na Porto Alegre oitocentista	99
3.4	Do saneamento de limpeza para o saneamento de higiene	107

PARTE III – A HISTÓRIA COTIDIANA DO SANEAMENTO EM PORTO ALEGRE

4	As políticas públicas para o saneamento de Porto Alegre: o discurso epidêmico e as ações práticas na segunda metade do século XIX	112
4.1	O saneamento, as epidemias e as ações práticas na década de 1850	112
4.2	O saneamento, as epidemias e as ações práticas na década de 1860	127
4.3	O saneamento, as epidemias e as ações práticas na década de 1870	141
4.4	O saneamento, as epidemias e as ações práticas na década de 1880	153
4.5	O saneamento, as epidemias e as ações práticas na década de 1890	164
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	173

FONTES CONSULTADAS	178
---------------------------------	-----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	183
---	-----

ANEXOS

ANEXO A – Latrina pública romana	192
---	-----

ANEXO B – Mapa da área física de Porto Alegre em 1840, com destaque para a localização das fontes de água potável	193
--	-----

ANEXO C – População de Porto Alegre no século XIX	194
--	-----

ANEXO D – Mapa do número de pessoas que foram acometidas pela epidemia do cólera no ano de 1867 – na cidade de Porto Alegre	195
--	-----

ANEXO E – Edital para contrato do serviço de limpeza pública do ano de 1867.....	196
---	-----

ANEXO F – O roto e o remendado	198
---	-----

ANEXO G – Planta de projeto para construção de forno de incineração	199
--	-----

ANEXO H – Despejos pela janela	201
---	-----

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda sob o ponto de vista histórico a forma como teria se processado o conhecimento e as ações empregadas pelo poder público sobre o saneamento na cidade de Porto Alegre no século XIX, com destaque especial para a segunda metade deste mesmo século. Nosso objetivo central consiste em demonstrar como teria se desenvolvido as políticas públicas para o saneamento da cidade, bem como localizar a origem dos conhecimentos sobre o saneamento frente às práticas empregadas no espaço social.

Como um trabalho de dissertação não é fruto somente de meros acasos, pois o mesmo necessita de pesquisa, tempo e dedicação, achamos ser importante demonstrar como se desenvolveu esta pesquisa desde os seus primórdios, mais precisamente quando ainda era um elemento em gestação. Acreditamos que desta maneira, o leitor poderá ter uma melhor visualização de como foi se estruturando ao longo do tempo todo o processo de formação e construção desta dissertação, de modo a dar vista ao seu desenvolvimento, como um componente que é fruto de análises e pesquisas desenvolvidas em diferentes instituições.

Este trabalho na verdade faz parte de um projeto que começou a ser esboçado ainda no período de graduação, quando então fomos solicitados a desenvolver uma pesquisa que visava a elaboração de um projeto, que futuramente poderia servir de base para construção de um novo conhecimento. Neste sentido, podemos localizar precisamente o ano de 2005¹, como um ponto de partida aos primeiros contatos envolvendo (ainda que de forma bastante superficial), um dos elementos que consideramos base nesse trabalho; a saber, o serviço de limpeza da cidade de Porto Alegre.

Nosso objetivo inicial, com relação aos serviços de limpeza da cidade, concentrava-se na busca por tentar entender como teria se processado a institucionalização dos serviços de limpeza e coleta de lixo da cidade de Porto Alegre, no ano de 1898, visto este acontecimento ser apontado pela historiografia da cidade, porém praticamente não desenvolvido pela mesma. Entretanto, não demoraria muito para verificarmos que tal problemática, a ser resolvida, mostrava-se muito difícil. Esta dificuldade em parte decorria em consequência de uma série de fatores: primeiro, o assunto mostrava-se bastante disperso perante a bibliografia específica

¹ Na verdade o ano 2005 marca o início das atividades do trabalho, que teve como mote de origem os diálogos informais estabelecidos entre o ano de 2002 e 2004, em uma instituição destinada ao trabalho com cultura na cidade de Porto Alegre. Tal instituição, denominada de Santander Cultural, na presente data, ainda é mantida através de apoio financeiro por um Banco Espanhol, que tem por nome institucional Banco Santander.

da cidade, sendo que na maioria das vezes (para não dizer praticamente sempre) era solicitado como um elemento a dar base e legitimação a uma visão do que poderíamos denominar de “demonização” do saneamento da cidade de Porto Alegre no século XIX. Segundo, fora este problema anterior, a temática que envolvia o assunto lixo perante a historiografia especializada da cidade, quase sempre se encontrava diretamente relacionada à área da Arqueologia. Este detalhe, a princípio sem muita importância para nós, acabou por nos colocar um problema de cunho novo, problema este que dizia respeito a um ponto específico na área de atuação de duas ciências, ou seja, da Arqueologia e da História. Este ponto de diferenciação concentrava-se justamente sobre o objeto de estudo em questão, isto é, o “lixo”.

O lixo, como objeto material e elemento presente na cidade tende a ser pensado pela Ciência da Arqueologia, como um componente que propicia possibilidades de entendimento sobre as próprias sociedades do passado, quanto a isso acreditamos não haver dúvida. No entanto, encarado sob este prisma de “artefato material”, o objeto de estudo acabava por mostrar-se limitado. Tal visão, concentrada somente sob esta perspectiva de “artefato material” e/ou “resquício material” de uma determinada sociedade do passado, nos impossibilitava imaginar assim, como os agentes históricos do século XIX, em especial para a cidade Porto Alegre, pensavam o lixo como sendo lixo e não como objetos materiais que poderiam ser deixados como prova de uma possível característica social, cultural ou até mesmo histórica de sua existência.

Neste sentido, teríamos que trabalhar o objeto “lixo” em uma dimensão que não somente levasse em conta sua materialidade perceptível do passado, mas sim sua composição como um elemento possível de ser percebido, como algo que se concentraria também no campo do pensamento. Neste caso, o objeto de estudo era um problema que perpassava o cunho material, tornando-se um componente a ser pensado, racionalizado e até mesmo criticado dentro do universo oitocentista da cidade de Porto Alegre.

Como objeto de estudo da História, o “lixo” abria possibilidades de análises que o permitiam pensar como derivado de um problema social, no que tange a questão da saúde pública; econômico, no que diz respeito aos gastos da administração pública e político ao envolver as diferentes estruturas existentes do poder público da época. Assim, ao fazermos o deslocamento do eixo de estudo do objeto e verificarmos sua importância como elemento também de estudo da história, partimos para o próximo problema.

O terceiro ponto destes problemas dizia respeito à pesquisa documental, visto tal campo de estudo ainda não ter sido contemplado diretamente pela historiografia da cidade. Na

verdade os problemas encontrados neste momento foram vários, mas basicamente podemos dividi-los em três partes. Na primeira, o obstáculo ou o desafio era entender o que estava escrito na documentação, visto a caligrafia de época nem sempre ajudar nesta tarefa.² Fora este problema, necessitávamos também localizar o tipo de documentação que poderia nos dar suporte para o desenvolvimento da pesquisa. O segundo obstáculo consistia em entender a estrutura dos documentos, bem como a estrutura gramatical utilizada no período. Já o terceiro era saber como se apresentava arquivada esta documentação nos mais diferentes arquivos da capital, para somente então atacar os pontos específicos dentro do universo das estruturas dos arquivos.

Diante estes problemas, a pesquisa documental demonstrava caminhar a passos curtos. Como curta também se mostrava a verba particular para dar andamento à pesquisa. Tudo indicava que o destino deste estudo (como acontece em alguns casos), iria ser mesmo um longo repouso no fundo de uma gaveta qualquer, no meio de outros papéis. O que na verdade acabou por acontecer, quando a verba pessoal finalmente chegou ao fim, e a labuta tornou-se praticamente uma direção obrigatória. Assim, por um período de aproximadamente dois anos, a pesquisa se encontrou parada. E por mais incrível que possa parecer, tal parada só viria a contribuir futuramente com o desenvolvimento da pesquisa, principalmente no que tange a questão do trabalho com as fontes documentais do período.

Ser escolhido como um dos pesquisadores do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), a fazer parte do chamado Programa ADAI³, possibilitou na verdade abrir muitos caminhos e solucionar muitos problemas, principalmente no que diz respeito à possibilidade de um desenvolvimento mais qualitativo deste trabalho.

Durante os dois anos dedicados a pesquisa no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, com apoio financeiro do Ministério da Cultura da Espanha (cujo resultado pode hoje ser verificado através de uma obra que contém dois volumes, publicada originalmente sob o título denominado: *Documentos da Escravidão*⁴), pudemos em grande medida superar os problemas com relação à questão paleográfica. O trabalho desenvolvido no APERS possibilitou também entender tanto a estrutura de seu Acervo, quanto o universo de

² Tais problemas foram encontrados ainda quando da realização de um estágio voluntário na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, no ano de 2004.

³ **Programa de Apoyo al Desarrollo de Archivos Iberoamericanos**, Ministério da Cultura da Espanha, 2004-2006.

⁴ RIO GRANDE DO SUL. Secretária da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. **Documentos da Escravidão**: catálogo seletivo de cartas de liberdade acervo dos tabelionatos do interior do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: CORAG, 2006.

funcionamento dos Arquivos no Rio Grande do Sul, em especial os da Capital. Além do mais, tal pesquisa para o Programa ADAI, possibilitou-nos um profundo conhecimento sobre a estrutura dos documentos oficiais de época, bem como entender o sistema paleográfico de escrita.

Passado este período que consideramos de aprendizagem (que como vimos resultou em uma publicação) outra surpresa acabaria por aparecer. Convidado a organizar a chamada *V Mostra de Pesquisa* (evento realizado anualmente pelo APERS, destinado a todos os pesquisadores de arquivo), conseguimos produzir e publicar mais uma obra⁵, com o objetivo de demonstrar as diferentes pesquisas que podem e que são desenvolvidas com as fontes primárias encontradas nos mais diferentes acervos dos arquivos.

Realizado todos estes passos voltamos a dar continuidade à pesquisa. Neste momento, mapeamentos mais precisos indicavam a grande quantidade de documentos a serem manuseados durante todo o ano de 2007⁶. Não bastasse o mapeamento da documentação, era preciso também fazer um grande banco de dados informatizado, com imagens que nos possibilitassem uma futura leitura minuciosa de tais documentações; e adiante, a realização da transcrição destes mesmos documentos de forma a viabilizar um estudo mais complexo e homogêneo sobre o respectivo assunto. Havia muito trabalho a ser feito durante um curto período de dois anos.

Para além de problemas derivados do tempo de trabalho, havia outro que se tornava mais sério. Uma leitura atenta sobre as fontes documentais, cada vez mais nos conscientizava da abrangência deste objeto de estudo. O “lixo” encarado sob sua perspectiva imaterial, como um objeto a ser pensado, racionalizado pelo poder público e pelos mais diferentes agentes históricos de então, mostrava-se como um objeto que permeava pelos mais diferentes campos, assim como os significados atribuídos à limpeza não estavam atrelados somente aos problemas do lixo. Neste sentido, o próprio lixo e a limpeza da cidade no século XIX, só poderiam passar por um profundo entendimento, quando colocados dentro de um horizonte ligado primeiramente a história do saneamento e conseqüentemente diante à própria história da saúde pública. Neste caso, tornava-se necessário ampliar as fronteiras de atuação. Nosso objetivo então passava a ser o estudo da história do saneamento público da cidade de Porto Alegre no século XIX.

⁵ ÁVILA, Vladimir Ferreira de (Org.). **V Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul**. Anais: Produzindo História a partir de Fontes Primárias. Porto Alegre: CORAG, 2007.

⁶ O que na verdade veio a se concretizar somente no ano de 2009, quando o projeto para a entrada no Mestrado já tinha sido aprovado pela Banca examinadora do Curso de Pós-Graduação da PUCRS.

O Saneamento romântico

Para entender a história do saneamento público da cidade de Porto Alegre no século XIX, daremos aqui os primeiros passos para aquilo que denominamos de revisita aos estudos da cidade de Porto Alegre, como um ponto imprescindível, onde se assenta no nosso entender, a própria base da historicidade do assunto aqui tratado. Neste caso, o ato de estudar Porto Alegre foi feito em três sentidos: primeiramente, fazemos uma análise historiográfica e documental sobre o assunto. Segundo, tratamos de fazer um estudo no sentido de contribuir com a complexidade que abarca este objeto de estudo. Terceiro, trata-se este estudo também de uma revisita realizada por fora e ao mesmo tempo por dentro, pois envolve a cidade como objeto de análise e o nós (sujeito) que faz parte da historicidade dessa própria cidade. Para este último caso, falamos de um objeto ao qual vivemos, vimos, ouvimos dizer e convivemos historicamente. Além disso, trata-se também da execução de um prazeroso projeto, cuja originalidade logo nos afigurou muito instigante de ser investigada.

Tratar da história do saneamento de Porto Alegre, seguindo os pontos anteriores dessa revisita é portanto, começar dissertando sobre aqueles que se preocuparam em relatar os diferentes aspectos de sua história. Para este caso, começamos chamando a atenção para as observações de Sergio da Costa Franco, no que tange a bibliografia histórica da cidade:

A bibliografia histórica de Porto Alegre não é copiosa. Se excluídas as meras crônicas de curiosidades e reminiscências, sem preocupação de rigor histórico, os estudos específicos sobre o passado porto-alegrense não alcançam talvez duas dúzias de títulos, entre ensaios de Augusto de Porto Alegre, Walter Spalding, Athos Damasceno, professor Francisco Riopardense de Macedo, Tupy Caldas, De Paranhos Antunes, Paulo Xavier, Ruben Neis e Leandro Teles. Mais historiador do que cronista, dada a fidelidade e precisão de quase todas as suas informações, Antonio Pereira Coruja foi, com suas *Antigualhas*, o pioneiro da informação sistematizada sobre a cidade. Depois dele, Felicíssimo de Azevedo, Aquiles de Porto Alegre, Gaston Hasslocher Mazon, Olyntho Sanmartin, Ary Veiga Sanhudo, Arquimedes Fortini, Nilo Ruschel, Roberyto Pellin e muitos outros deixaram-nos valiosas informações sobre o ambiente urbano, as tradições locais e a herança oral coletiva, de que foram intérpretes e mensageiros. Todavia, examinada no seu conjunto, essa bibliografia não é opulenta, e, não raro, se apresenta interativa, com os autores repetindo-se uns aos outros, sem preocupação crítica.⁷

Na verdade estas observações de Franco, como uma autoridade no assunto, são pertinentes ao compararmos o seu apurado e longo estudo sobre os diferentes aspectos que cobrem a história da cidade de Porto Alegre. Talvez por força deste elemento, o historiador tenha sido o primeiro a se preocupar em escrever um guia histórico sobre a cidade, onde ruas

⁷ FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre: guia histórico**. 3.ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998. p.7.

não só ganham nomes, mas sentido com relação a sua existência. Não por acaso podemos encontrar em uma de suas obras (1998), curiosidades no que tange aos aspectos do saneamento da cidade, como a breve descrição que faz da história do abastecimento de água.

A qualidade da água para consumo começou a preocupar mais vivamente a cidade, quando esta se viu sitiada pelos farroupilhas, impedido o acesso às vertentes das chácaras suburbanas. Em 1839, a Câmara cuidou de construir uma “ponte” sobre o rio, “na qual se possa tomar água com asseio para o abastecimento”. Por muito tempo, as providências para assegurar água limpa à população se limitavam a garantir que a captação se fizesse longe da imundície das margens do Guaíba, repletas do lixo que aí era habitualmente depositado.⁸

Franco mostra-se sensível também a outros aspectos que dizem respeito à história do saneamento na cidade, pois mesmo de forma breve não deixa de tratar sobre os serviços de limpeza executados sobre parte do século XIX, do sistema de esgoto que começa a intensificar-se a partir da segunda metade deste mesmo século e da estrada de ferro do Riacho, que tinha por finalidade primeira a condução dos despejos para a chamada Ponta do Dionísio. Entretanto, talvez por tratar-se de um guia, o estudo de Franco mostra-se fragmentado, o que acaba por dificultar a compreensão da história do saneamento na cidade como uma unidade complexa e interligada, tanto no pensar o saneamento quanto nas práticas de sua execução na cotidianidade. Assim, o autor acaba separando histórias que ao nosso entender se inter-relacionavam diretamente, como exemplo: a finalidade primeira da construção da estrada de ferro do Riacho - que era levar dejetos para a zona sul da cidade - do tópico limpeza pública, que trata também do lixo e dos despejos públicos na mesma cidade. Mesmo assim, sua obra traz importantes contribuições ao assunto, demonstrando rigor empírico no seu estudo.

Nem todos os autores citados anteriormente por Franco como possíveis marcos da bibliografia da cidade, colocam os aspectos do saneamento em Porto Alegre no século XIX, como foco principal de seus estudos. Alguns fazem apontamentos de elementos específicos, como o fez Antônio Álvares Pereira Coruja (1806-1889) através de uma rápida passagem, que procurava descrever as características de uma fonte localizada no chamado Beco do Poço, como: “Uma fonte com coberta de madeira em forma de abóboda”.⁹

⁸ Idem, p.18.

⁹ CORUJA, Antonio A. P. **Antigualhas**: reminiscências de Porto Alegre. Porto Alegre: UE Porto Alegre, 1996.

Outra obra (crônica) que faz referência a questão da água em Porto Alegre foi escrita por Achylles Porto Alegre (1848-1926).¹⁰ Tal crônica, intitulada de “velhos chafarizes”, entretanto, concentra-se muito mais na busca de uma descrição romântica sobre as águas e os chafarizes do que procura analisá-los dentro de uma perspectiva relacionada a uma história problema do saneamento diante da cidade. Novamente podemos observar aqui uma perspectiva que não procura levar em conta a sistematização do conjunto que compõem a história do saneamento público de Porto Alegre. Neste sentido, a água ou os chafarizes são eixos específicos de uma história que abarca um dos aspectos da cotidianidade da cidade, aspecto este quase sempre relatado de forma a ressaltar a beleza de suas características arquitetônicas, como um elemento integrador da história da cidade ao pensamento romântico.

Já Walter Spalding (1901-1976) em sua obra *Pequena História de Porto Alegre*,¹¹ dedica um capítulo exclusivo para tratar sobre a iluminação, a água, o esgoto e a higiene na cidade. Spalding preocupa-se em relacionar os assuntos acima de forma a dar coesão a sua narrativa. Em um primeiro momento, o autor liga a questão da pouca iluminação da cidade com a ocorrência dos despejos de lixo que eram, segundo o autor, muitas vezes jogados no Guaíba. De acordo com o historiador:

Porto Alegre somente teve iluminação pública depois de ser elevada a categoria de cidade, assim mesmo, um candieiro em cada esquina e unicamente no centro urbano. [...] O resto era escuridão completa quando não havia lua. E dizem até que em noites de lua os candieiros públicos não eram acendidos. Nem havia grande necessidade, pois de acordo com as posturas policiais, ao toque do sino da Catedral – nove horas da noite, depois ampliado para dez horas – ninguém podia estar fora de casa, a não ser que tivesse licença especial da polícia ou tivesse precisão de procurar um médico. Mas em certos dias da semana, depois do toque, manifestava-se a limpeza pública. Viam-se então, filas de escravos, guardados pela polícia, de “potes” na cabeça rumo as margens do Guaíba onde os despejavam.¹²

Em seguida, Spalding trata sobre a questão da água em Porto Alegre. Para o historiador, o problema da água nesta cidade “foi, sempre debatido pelas autoridades, desde a instalação da capital do Rio Grande do Sul no então Porto de São Francisco dos Casais”. Entretanto, o problema principal não teria de início se concentrado na falta de água, “pois que, além de ficar a capital, nas margens do Guaíba, havia em toda a encosta da colina de granito, boas fontes de águas cristalinas que deixavam o precioso líquido dentro das casas construídas na encosta.” O problema com relação ao abastecimento de água, para o autor, teria começado

¹⁰ PORTO ALEGRE, Achylles. **História popular de Porto Alegre** (coletânea de crônicas organizada por Delsino Varela). Porto Alegre, 1940.

¹¹ SPALDING, Walter. **Pequena História de Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. Livraria Sulina, 1967.

¹² Idem, p.139.

após a construção dos aterros, principalmente os que deram origem a Rua Sete de Setembro.¹³
Depois deste acontecimento:

[...] toda a população, pode-se dizer, foi obrigada a buscar sua água para todos os fins no Guaíba. Houve, então, sério trabalho na Câmara municipal para estabelecer pontos da margem de nosso lago tectônico onde a água não estaria contaminada. E chegaram à conclusão de que o Guaíba fornecia água excelente depois de 20 metros de sua margem. Foi, então, aquele lufa-lufa para a construção de “trapiches” onde seria coletada água pura. Porém, as dificuldades eram grandes, foi criada, em 1857, a “Fonte dos Pobres”, inaugurada a 1º de janeiro de 1857, substituindo a primitiva, de 1772, na Rua do Arvoredo.¹⁴

Dando continuidade ao assunto em sua narrativa, Spalding informa que em 30 de outubro de 1866, teria sido “terminantemente proibida a venda de água tirada do Guaíba, ao público, e a 2 de dezembro do mesmo ano foram inaugurados os serviços de fornecimento de água encanada”¹⁵ através da *Companhia Hidráulica Porto-Alegrense*. Ademais às informações do autor, encontramos também algumas curiosidades no que tange as condições da água. Segundo Spalding, “não havia, entretanto, água filtrada. A água, apenas decantada em diversas comportas, no alto do Moinhos de Vento, era distribuída, da última, diretamente ao público. Em épocas de grandes chuvas, em vez de água saía barro das torneiras!”¹⁶

Diante a esta situação apontada por Spalding, no que diz respeito às questões que envolviam o problema da água e o despejo de lixo, surgiria um terceiro problema para a cidade, ou seja, aquele que se refere às condições de higiene da mesma. Para resolver tais problemas, teria se criado segundo o historiador, em 14 de setembro de 1850 a Comissão de Higiene que era “composta de médicos e vereadores”. Tal comissão teria se tornado, mais tarde, a Seção de Higiene ligada ao Departamento de Obras Públicas e posteriormente sido transformada em Diretoria de Higiene.

Apesar das criações vistas acima, o autor aponta também que “poucos foram por mais de cinquenta anos, os progressos no terreno higiênico em Porto Alegre.” Mesmo assim, a situação no que tange à higiene teria melhorado, com o estabelecimento da Diretoria de Higiene, esta última por sua vez já no período republicano. A esta melhoria o historiador ressalta alguns elementos: primeiramente a construção da linha férrea de Porto Alegre, que levava os despejos do material fecal à chamada Ponta do Dionísio, localizada na Zona Sul da cidade. Deste primeiro elemento se ligaria o segundo, ou seja, a proibição de “fossas e

¹³ Idem, p.142.

¹⁴ Idem, p.143.

¹⁵ Idem.

¹⁶ Idem, p.144.

buracos encimados por casinhas, nos fundos dos quintais”. Tais medidas teriam proporcionado uma melhora significativa no campo da higiene, através do início da instalação de um sistema de esgoto em 1913. Este terceiro elemento apontado pelo autor, apesar de ser debatido desde 1880 pela Câmara Municipal, teria se expandido somente a partir do século XX. Assim, na opinião de Spalding, “graças a Deus, nos dias que correm, a higiene em Porto Alegre, principalmente neste setor, está sanada.”¹⁷

Entretanto, como podemos observar sobre a obra do autor, um setor ainda necessitaria (na época em que o mesmo escreveu seu trabalho) ser sanado, “‘coisa’ que existe universalmente e ninguém, ainda, conseguiu extirpar: as malocas [...] falsamente denominadas ‘vilas populares’, são o maior foco não só de falta de higiene, como da malandragem em geral.”¹⁸

Por fim, o que nos chama a atenção para este capítulo de Spalding é sua finalização, quando o mesmo indica para este assunto a leitura de algumas obras, que considerava importantes:

Para este capítulo muito recomendamos a leitura da obra de Athos Damasceno Ferreira – “Imagens Sentimentais da Cidade” – que é um belo livro, ricamente ilustrado, leve e sorridente, que Porto Alegre deve a seu grande cronista. Do mesmo autor recomendamos mais: “Poemas da Minha Cidade”, e a “novelinha de arrebalde” – “Moleque”, que nos conta e descreve parte da vida social da velha Porto Alegre, e mais a Menininha, que é um flagrante muito bem apanhado da vida íntima, da vida familiar de outrora, em nossa bonita cidade que o “murmuro Guaíba beija e afaga”.¹⁹

Vimos, portanto, que Walter Spalding preocupava-se primeiramente em construir uma narrativa que buscava a sistematização de elementos, que podemos considerar congruentes. Assim, o autor procura dar sentido à narrativa histórica ligando a limpeza da cidade e a forma como esta era realizada, com os problemas derivados da água. Somente após a descrição destes elementos, o mesmo aponta para as condições de higiene da cidade.

Para além da precisão das datas dos decretos, podemos perceber que o autor utiliza bibliografias de apoio para a construção de sua narrativa. Além dos textos da nota final, podemos localizar também a utilização da obra de Sebastião Leão, “*Datas Rio-Grandenses*”. No entanto, observamos também uma lacuna com relação à utilização de fontes de arquivo, que pudessem dar um suporte mais consistente a seu estudo. Adiante, como vimos, sua nota

¹⁷ Idem, p.146.

¹⁸ Idem, p.147.

¹⁹ Idem, p.147-148.

de encerramento de capítulo pode demonstrar o quanto o autor liga a história do saneamento da cidade de Porto Alegre a uma visão de base romântica.

A esta perspectiva de construção histórica baseada em uma visão romântica sobre os diferentes aspectos da cidade, podemos perceber uma paulatina mudança a partir da segunda metade do século XX. Neste momento, torna-se verificável sobre a produção historiográfica da cidade de Porto Alegre, uma preocupação mais evidente dos autores com o trabalho e manuseio das chamadas fontes primárias ou de arquivo. Fazendo parte presente nestas mudanças, podemos observar também uma maior concentração sobre os aspectos quantitativos, que ao que tudo indica procuravam basicamente se diferenciar do modelo de escrita das obras anteriores.²⁰

O Saneamento técnico (1960-1980)

Na esteira destes acontecimentos, Paul Singer elabora na década de 70 uma obra denominada: “*Desenvolvimento econômico e evolução urbana*”²¹. Torna-se nítida, através desta obra, a preocupação do autor com relação à construção de uma narrativa histórica, que possibilite agregar uma grande quantidade de dados estatísticos derivados quase sempre de fontes de arquivo, relacionando-as com as bibliografias existentes até então sobre o assunto. Da junção destes dois elementos, Singer estabelece um novo tipo de narrativa, que procura ressaltar a história da cidade diante os aspectos de desenvolvimento econômico. Neste sentido, quando o autor aponta as questões ligadas ao saneamento urbano da cidade, o mesmo o trata como um importante elemento derivado do desenvolvimento econômico e industrial. Para Singer:

É neste período que a urbanização da cidade faz progressos marcantes, com a criação ou o aperfeiçoamento de serviços municipais: 1904 – municipalização e melhora do serviço de água; 1907 – introdução de serviços de bondes elétricos; 1908 – início do funcionamento de usina hidrelétrica para iluminação pública.²²

²⁰ A esta mudança na forma de escrita da história podemos creditar os problemas políticos ocorridos no Brasil na década de 60, quando da ocorrência do golpe que instituiu uma Ditadura Civil-Militar no país. A tomada do poder pelos militares acabou ocasionando inclusive a interferência direta sobre as faculdades de Ciências Humanas e Sociais, fato este que gerou, por exemplo, os chamados “expurgos” na UFRGS. Para maiores detalhes torna-se importante ver: MANSAN, Jaime V. **Os expurgos na UFRGS: afastamentos sumários de professores no contexto da Ditadura Civil-Militar (1964 e 1969)**. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

²¹ SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**: análise da evolução urbana de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

²² Idem, p.180.

Assim, Singer buscava ligar a “evolução urbana” da cidade a um possível desenvolvimento econômico da mesma, cujas bases desta “evolução” estariam condicionadas basicamente a um passado atrelado a questão agrícola. Além do mais para o historiador, que não se atém somente sobre possíveis visões do passado, o presente cobraria novas medidas.

Concluimos, pois que a evolução econômica de Porto Alegre está hoje tão condicionada como no passado ao desenvolvimento da agricultura do Estado e a solução dos problemas que o afetam. No passado, soluções de ousadia inegável e que alteraram por completo a estrutura sócio-econômica do estado – tais como a grande empresa de colonização de mais da metade do território – arrancaram a economia do Rio-Grande do marasmo e abriram caminho ao surgimento da metrópole porto-alegrense. No presente, a luta por novos padrões de desenvolvimento sócio-econômico está exigindo soluções de igual envergadura.²³

Continuando nesta mesma linha bibliográfica que trata de aspectos do saneamento público na cidade, chamamos a atenção também para outra obra deste mesmo período, agora do professor Francisco Riopardense de Macedo (1921-2007). Em sua obra denominada “*Porto Alegre: aspectos culturais*”²⁴, o professor e a época diretor do Arquivo Histórico do município de Porto Alegre, ressalta alguns dos elementos ligados a história do saneamento público da cidade. Seu trabalho diferencia-se basicamente dos escritos “românticos”, no que tange a preocupação com o uso de fontes documentais.

A obra de Macedo, mais empírica do que “romântica”, possui como característica o embasamento sobre fontes documentais que tratam de diferentes aspectos culturais da cidade ao longo de sua história. Podemos notar que o autor utiliza um grande número de leis, decretos e outros tipos de documentação de cunho oficial para dar suporte a sua escrita durante todo o desenvolvimento de seu trabalho. Observar-se também que Macedo através de sua obra trata brevemente de assuntos, como: as epidemias do século XIX na cidade, os serviços sanitários, as comissões e inspetorias e do saneamento público da mesma. No entanto, como nas obras anteriores, Macedo deixa de mostrar como se inter-relacionavam todos estes elementos como parte de um desenrolar histórico dentro da perspectiva cotidiana de seus habitantes na cidade.

Macedo também não demonstra uma preocupação com relação à recepção das leis e decretos administrativos pelos diferentes grupos, instituições e agentes históricos que faziam parte da cotidianidade histórica da cidade no século XIX. Além do mais, no andar de nossa

²³ Idem, p.196.

²⁴ MACEDO, Francisco Riopardense. **Porto Alegre: aspectos culturais**. Porto Alegre: SMEC, Div. de Cult., 1982.

pesquisa encontramos documentações que aparentemente não foram localizadas pelo historiador (como o mesmo afirma), com relação aos desenhos dos recipientes utilizados e da forma dos transportes que seriam adotadas através do contrato de limpeza pública, estabelecido no ano de 1878:

Para transportá-los (cubos) os contratantes apresentaram dois tipos de carros cujos desenhos, infelizmente, não foram conservados, como também não o foi o próprio contrato. Mas pela reunião da Câmara de 12 de novembro de 1878 se percebe que havia o compromisso de fazer o lançamento bem longe da praia e para isto, inicialmente, seriam aproveitados alguns trapiches existentes no litoral norte, porque o vereador Martins de Lima, chamando-os de “pontes”, diz que seriam aproveitados até se deteriorarem.²⁵

Na verdade para nossa felicidade e para o bem da história da cidade de Porto Alegre, tal contrato e seus respectivos desenhos foram conservados e encontrados por nós em perfeito estado de conservação no próprio Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho, como se pode ver através de um trecho retirado do mesmo:

João Alfredo Pitrez e Candido José Ferreira Alvim, tendo feito os necessarios estudos, conceberão o plano de estabelecer uma empresa nesta Cidade, destinada a conducção de materiais fecais e aguas servidas [...] A empresa perceberá como retribuição a quantia de trez mil reis mensaez, por cada habitação doz proprietarios ou inquilinos e a de cinco mil reiz para conducção das aguaz servidas e materias fecaes conjunctamente, que tiver usual cada casa ficando o direito a cobrar dez mil reis pelos dous serviços nos hoteis e naquelas casas em que houver reconhecidamente excesso.²⁶

Anexado a esta documentação encontramos também as imagens dos desenhos que foram elaborados para servirem de modelo as futuras melhorias que deveriam ser empregadas nos serviços de limpeza da cidade, como pode ser verificado no terceiro capítulo desta dissertação.

Os principais trabalhos direcionados ao assunto do saneamento público em Porto Alegre se encontram em duas obras de um mesmo autor, intituladas: “*Histórico dos Sistemas de Água e Esgotos da Cidade de Porto Alegre*” (1981)²⁷ e “*Pequena História da Limpeza Pública na Cidade de Porto Alegre*” (1983)²⁸. Estes dois trabalhos foram produzidos por Telmo Cardoso Costa, por iniciativa à época do Departamento Municipal de Água e Esgotos

²⁵ Idem, p.71.

²⁶ AHPAMV. **Construção e Melhoramentos do Município**, caixa 12, 1877-1879.

²⁷ COSTA, Telmo Cardoso. **Histórico dos Sistemas de Água e Esgotos da Cidade de Porto Alegre – 1779 a 1981**. Porto Alegre: Oficinas Litográficas do DMAE, 1981.

²⁸ COSTA, Telmo Cardoso. **Pequena História da Limpeza Pública na Cidade de Porto Alegre**. Porto Alegre: Editora DMLU – Assessoria de Comunicação Social, 1983.

(DMAE) de Porto Alegre e do Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU) também de Porto Alegre. Estas duas obras possuem características semelhantes quanto ao processo de suas construções. Podemos constatar primeiramente a preocupação do autor com relação ao uso de fontes documentais que buscam quase sempre dar suporte ao enredo de sua narrativa. Segundo, a construção dessas narrativas indica também o cuidado do autor com relação às questões técnicas no que tange a história do saneamento. Este último elemento permite-nos vislumbrar detalhes retirados sobre a documentação por Costa, que nos possibilita ter uma idéia de caráter técnico sobre o desenvolvimento do saneamento da cidade. Assim, entre uma lei e outra sua história sobre o saneamento vai se delineando como uma história político-técnica do saneamento da cidade.

O problema central das duas obras de Costa, ao que nos parece, reside menos no fato de tratar-se de uma narrativa história de cunho político (afinal, elas foram encomendadas para este fim, como deixam bem claro suas apresentações) e mais na ausência de uma possível articulação entre estas políticas públicas do saneamento, verificadas pelo autor, com as práticas ligadas às ações empreendidas pelos agentes históricos na cotidianidade da cidade. Além do mais, como veremos adiante, tais medidas assentavam-se muitas vezes sobre um saber hipocrático, baseado quase sempre sobre o controle da ambiência. Elemento este que acaba por passar despercebido pelo autor.

Podemos encontrar também neste período uma pequena referência sobre os problemas derivados do saneamento na cidade de Porto Alegre na obra de Clóvis Silveira de Oliveira (1985), intitulada “*Porto Alegre: a cidade e sua formação*”²⁹. Oliveira argumenta que foi a partir de 1878, que “as autoridades começaram a se preocupar em atender as necessidades de saneamento” na cidade. No entanto, o autor faz uma ressalva, sem especificar uma data rígida para o início destas práticas:

Pela legislação que o Império fez obedecer, percebe-se que foi no início da segunda metade do século passado que adquiriram maior freqüência as preocupações com a higiene pública e pelos termos dos principais documentos parece que grande parte dos problemas eram esperados de fora, através de navios: doenças epidêmicas, febres trazidas de longe e que a falta de limpeza agravava.³⁰

O que podemos observar na obra de Oliveira, é que mesmo o autor não tendo como objetivo principal tratar em sua obra sobre as questões relativas à história do saneamento da

²⁹ OLIVEIRA, Clóvis Silveira de. **Porto Alegre: a cidade e sua formação**. Porto Alegre: Ed. Norma, 1985.

³⁰ Idem, p.220.

cidade, este elemento acaba não passando despercebido em seu estudo. Oliveira, ao indicar o ano de 1878 como um possível ano de intensificação das questões ligadas ao saneamento na cidade, demonstra sua interação sobre as fontes documentais no que se refere ao saneamento da cidade neste período.

Em 1986 a historiadora Margaret Marchiori Bakos defendeu sua tese de doutorado, intitulada: “*Continuismo e continuidade na administração pública municipal de Porto Alegre 1897-1937*”.³¹ Este estudo acabou sendo publicado dez anos depois, sob a denominação: “*Porto Alegre e seus eternos intendentess*”.³² Bakos, através destes estudos, analisou o que chamou de continuismo e continuidade na administração pública da cidade entre 1897 e 1937. Dentre os inúmeros problemas que aponta (como o do crescente endividamento da cidade no período), a historiadora não esquece de salientar alguns dos problemas derivados do saneamento público na capital, bem como as medidas adotadas na tentativa de solucionar estes mesmos problemas. Assim, Bakos trata sobre o sistema de esgoto, dos problemas derivados da água e do serviço de coleta de lixo na cidade.³³ Demonstra também, que apesar de terem sido criadas uma série de medidas, no que tange às soluções destes problemas pelo poder público municipal a partir de 1897, Porto Alegre não contava ainda com planejamento de longo prazo que pudesse prever as necessidades futuras da cidade.³⁴

A obra de Bakos acabou por contribuir com nosso estudo ao apresentar em detalhes as políticas público-administrativas na esfera do saneamento a partir de 1897, possibilitando-nos uma melhor compreensão com relação à continuidade destes serviços na cidade ao longo do período republicano. Mesmo assim, cabe ressaltar que a questão do saneamento não se restringe somente às questões político-administrativas. Existem outras esferas que também podem ser analisadas, como por exemplo, a presença da constituição do saber ou de saberes mediante o exercício das práticas político-administrativas. Assim, veremos ao longo deste trabalho como se estruturava o saber hipocrático sobre o saneamento público na cidade, como uma unidade presente na constituição destas práticas políticas.

Antes de findar o próprio século XX, os anos 90 no Brasil marcariam um novo rumo (que acabaria por influenciar também a história do saneamento da cidade de Porto Alegre), acerca da forma de como se processava a produção e o conhecimento intelectual no âmbito da

³¹ BAKOS, Margaret Marchiori. **Continuismo e continuidade na administração pública municipal de Porto Alegre 1897-1937**. 1986. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

³² BAKOS, Margaret Marchiori. **Porto Alegre e seus eternos intendentess**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

³³ Idem, p.85.

³⁴ Idem, p.86.

história.³⁵ Se anteriormente era nítido que uma geração dava mais ênfase à produção intelectual na história baseada sobre o uso de fontes documentais, criticando inclusive os chamados folcloristas ou romancistas, a geração do pós-1990 no Brasil abrirá espaço também para críticas com relação a esta segunda geração, que abarca principalmente as décadas de 60 a 80.

O Saneamento como problema (1990...)

A partir da década de 1990, os documentos ganhavam uma nova dimensão, deixavam de ser vistos como regimes fechados de verdade, para então se tornarem objetos cujo constructo foge a margem de uma única via de interpretação. Na verdade, como afirmava o historiador francês Jacques Le Goff, todo documento passava a partir daquele momento a ser visto também como um monumento. Os documentos através deste entendimento, para além de fontes do passado passariam também a ser vistos como objetos construídos de acordo com intencionalidades específicas. Eles seriam “dados a ver” de determinada forma, caberia assim ao historiador ultrapassar o limite do “dado” para ver a “intencionalidade do construído”. Nas palavras de Le Goff:

[...] do mesmo modo que se fez no século XX a crítica da noção de fato histórico, que não é um objeto dado e acabado, pois resulta da construção do historiador, também se faz hoje a crítica da noção de documento, que não é um material bruto, objetivo e inocente, mas que exprime o poder da sociedade do passado sobre a memória e o futuro: o documento é monumento.³⁶

Assim, os dados estatísticos com relação, por exemplo, à mortalidade infantil, pouco poderiam dizer sobre os diferentes aspectos que cobririam a morte de crianças, ou o número de infectados e mortos por uma epidemia pouco poderiam dizer sobre a força do impacto causado sobre a mentalidade individual e/ou coletiva na cotidianidade de uma cidade, bem como sobre a situação do saneamento nestes momentos.

Na esteira desta tendência, encontramos alguns trabalhos que se tornaram referências no que diz respeito a uma nova visão sobre os assuntos ligados à história da saúde pública

³⁵ Na verdade este debate teve seu início na Europa em meados dos anos 1960, quando dos acontecimentos que ficaram conhecidos como a “crise da modernidade”. Após esta dita “crise”, surge uma obra organizada pelo historiador francês Jacques Le Goff, intitulada: *Faire de l’histoire*. Tal obra, composta de três volumes, marcará profundamente os estudos da história ao abrir espaço para novas reflexões. Para maiores detalhes ver: LE GOFF, Jacques (Org.) **História: Novos problemas, Novas abordagens, Novos objetos**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.

³⁶ LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990. p.9.

(incluindo-se dentro deste campo o assunto saneamento), principalmente para os estudos desenvolvidos no Rio Grande do Sul.

A primeira obra na entrada dos anos 90 que nos chamou a atenção para o assunto saneamento em Porto Alegre foi a dissertação de Mestrado da professora Beatriz Teixeira Weber (1992), intitulada “*Códigos de Posturas e Regulamentação do Convívio Social em Porto Alegre no século XIX*”.³⁷ Tal obra mostra a importância do Código de Posturas como elemento regulador da sociedade porto-alegrense do século XIX:

No processo de urbanização, destaca-se a minuciosidade do código de posturas de Porto Alegre quanto a higienização, demarcando os limites do convívio no espaço urbano que permitissem a concentração da população no mesmo. Construía-se, com isso, a definição de uma sociedade sã, sem doenças, sem crimes, sem revoltas, que formasse indivíduos fortes e saudáveis para o trabalho.³⁸

Com este apontamento, a historiadora destaca portanto, que o Código de Posturas em Porto Alegre teria servido não só para a regulamentação do espaço urbano, mas também como objeto de preparação social ao novo modelo de trabalho que se estava a estruturar na cidade, a partir da segunda metade do século XIX. Weber descreve também o Código de Posturas como uma fonte que aponta para além de um documento/monumento, um objeto político de preparo, proibição, enquadramento, controle e fiscalização social, ou seja, um objeto que: “parece demonstrar como se configurou o comportamento desejado para a vida nas cidades de acordo com os interesses de uma classe dominante que buscava manter hegemonia.”³⁹ São estes Códigos de Postura que “regularão o dia a dia da população [...] demonstrando a preocupação com a preservação da ordem e a segurança pública, incluindo aí as relativas à saúde pública.”⁴⁰

Entretanto, o impacto causado pelo processo de urbanização, através de medidas efetivas de controle sanitário sob o espaço urbano, mediadas por uma possível compreensão dos indivíduos diante as questões voltadas ao saneamento urbano na cidade foi inexplorado pela autora. Além disso, Weber destaca que o primeiro código de posturas de Porto Alegre data do ano de 1829, porém, no desenvolvimento desta pesquisa, encontramos um código de posturas um pouco mais antigo, que data do ano de 1810 e que atualmente se encontra no

³⁷WEBER, Beatriz Teixeira. **Códigos de Posturas e Regulamentação do Convívio Social em Porto Alegre no século XIX**. 1992. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992.

³⁸ Idem, p.157.

³⁹ Idem, p.7.

⁴⁰ Idem, p.8.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.⁴¹ Neste código de posturas encontramos dois parágrafos que tratam especificamente sobre as questões ligadas ao saneamento na cidade. Em exemplo, citamos o artigo 14º: “Acordarão mais, que nenhuma pessoa deitaria animaes mortos na rua, nem lance siscos, imundicias, e aguas sujas nas mesmas ruas, encorrendo o que contravier em mil réis para as despezas do Conselho”.⁴²

Neste sentido, o código de Posturas Municipais de Porto Alegre, como verificado por Weber, demonstra ser uma fonte importantíssima para a história da cidade, pois para além dos aspectos ligados a regulamentação da vida cotidiana da população, pode também nos revelar alguns aspectos que dizem respeito à própria história do saneamento sob a cotidianidade da população oitocentista da cidade.

No ano de 1992, a história de Porto Alegre passou a contar também com um trabalho desenvolvido pela historiadora Cláudia Mauch. Tal trabalho, intitulado “*Ordem pública e moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890*”⁴³, acabaria por ser publicado dois anos depois em uma coletânea que trata sobre a história de Porto Alegre na virada do século XIX⁴⁴. Nestes estudos de Mauch, a autora analisa basicamente o discurso de dois jornais de época (*Gazeta da Tarde* e *Gazetinha*), cujo foco centrava-se em discutir os principais problemas que afetavam a cidade de Porto Alegre no fim do século XIX. A historiadora ressalta que em muito destes discursos, dizia-se que para resolver os problemas da cidade era necessário realizar um “saneamento moral” na capital. Segundo Mauch:

A larga utilização de expressões como “saneamento moral” e “doença social” e a designação de becos e espeluncas como focos de desordem e imoralidade, demonstram que os jornalistas faziam uma associação constante entre a sociedade e um organismo vivo, um corpo. Bastante em moda na época, essa metáfora médica ou biológica interpretava o vício e o crime como doenças contagiosas que ameaçavam a saúde da sociedade, tal como a peste bubônica ou a varíola.⁴⁵

⁴¹ ANRJ – **Código de Posturas de 1810**, Mesa, cx. 187. Ver também a obra de RHODEN, Luiz Fernando. **A fronteira sulina do Brasil na primeira metade do século XIX**: traçados urbanos e arquitetura. 2004. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

⁴² ANRJ – **Código de Posturas de 1810**, Mesa, cx. 187.

⁴³ MAUCH, Cláudia. **Ordem pública e moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890**. 1992. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992.

⁴⁴ MAUCH, Cláudia. Saneamento moral em Porto Alegre na década de 1890. In: MAUCH, Cláudia et al. **Porto Alegre na virada do século 19**. Porto Alegre / Canoas / São Leopoldo: Ed. Universidade/UFRGS / Ed. ULBRA / Ed. Unisinos, 1994.

⁴⁵ Idem, p.11.

Neste sentido, a historiadora nos alerta para a possibilidade de novas perspectivas de entendimento do social, que não necessariamente poderiam explicar as ações políticas dos indivíduos na cotidianidade da cidade, como derivadas exclusivamente de uma visão concentrada sobre o próprio universo político. Ao mostrar a metáfora do uso do discurso médico e/ou biológico nos jornais como argumentação para os problemas sociais ao final do século XIX pelos seus agentes históricos, a historiadora contribui para a história da cidade ao apontar para este “novo” aspecto a ser estudado sobre esta sociedade do passado. A cidade assim descortina-se como um objeto de estudo e de análise intrigante, que perpassa a compreensão mediada por explicações cujo universo de atuação torna-se fechado em seu horizonte. Mauch abre espaço para a compreensão de uma possível junção de saberes (bem como suas manipulações) para a construção de um discurso de controle e ordenamento na cidade. Restava assim saber como se apresentava (caso tenha ocorrido) esta junção de saberes no que se refere à história do saneamento. Trataremos sobre isso ao longo do trabalho.

Na esteira destas obras chamamos a atenção também para uma Tese defendida pela Arqueóloga Fernanda Tocchetto no ano de 2004.⁴⁶ A autora nos mostra sob a luz da Arqueologia, um estudo detalhado de como era processado o descarte de lixo em quatro unidades domésticas da Porto Alegre oitocentista (Chácara da Figueira, situado no Morro Santana, Solar Lopo Gonçalves, localizado nos arrabaldes de Porto Alegre, A Casa da Riachuelo, localizado na região central de Porto Alegre, e por fim, o Solar da Travessa Paraíso, localizado no Menino Deus, Morro Santa Teresa). Nesta obra, Tocchetto faz uma articulação entre o discurso higienista de época, com as práticas cotidianas ligadas ao descarte doméstico. A autora mostra a influência propiciada pelas transformações de ordem do Sistema Capitalista na vida cotidiana doméstica, articula estas transformações com o discurso higienista europeu e analisa este processo mediante os discursos, as representações e as práticas de descarte doméstico na Porto Alegre oitocentista. A obra da autora é rica em detalhes e nos mostra a força do discurso, os componentes de representatividade que estes carregavam e a resistência nas unidades domésticas mediante o cumprimento de novas leis que eram estabelecidas pelo poder público.

Entretanto, a arqueóloga procura se concentrar nas unidades domésticas (campo onde a Arqueologia é determinante) e acaba pouco explorando o potencial do espaço público, principalmente no que diz respeito à limpeza urbana. Nossa dúvida principal quanto a isso

⁴⁶ TOCCHETTO, Fernanda Bordin. **Fica dentro ou joga fora?** Sobre práticas cotidianas em unidades domésticas na Porto Alegre oitocentista. 2004. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

era: o comportamento social com relação à sujeira e a limpeza no âmbito público (externo e visível) seriam o mesmo do âmbito privado (interno e limitado visivelmente)? Procuramos responder a esta pergunta ao longo do trabalho, mesmo assim, antecipamos aqui um indicativo de que tais comportamentos aparentemente não se apresentariam de forma tão diferente, como aponta o trecho que retiramos do jornal *A Reforma* do dia 04 de fevereiro do ano de 1870, onde um jornalista comenta uma carta enviada por um leitor ao jornal:

É pena realmente que a Câmara não tenha tomado algumas providências para a melhor conservação do belo edifício do Mercado.
Além do calçamento [...] há necessidade da construção de mijadouros, pois que a cada canto do edifício só se vêem poços de urina, que ao fim de alguns dias exalam um cheiro repugnante.⁴⁷

Além do mais, cabe ressaltar outro ponto relevante, aquele que diz respeito à própria base de diferenciação entre as duas ciências; assunto o qual já tratamos anteriormente. Neste sentido, encaminhamos a proposta de construção de um trabalho de cunho histórico e não arqueológico.

Uma obra mais atual é a tese de Nikelen Acosta Witter, defendida no ano de 2007 e intitulada “*Males e Epidemias: sofredores, governantes e curadores no sul do Brasil (Rio Grande do Sul, século XIX)*”⁴⁸. A historiadora, através de seu trabalho, identifica o papel de “três sujeitos plurais”, os quais denominou de sofredores, governantes e curadores. A autora ao utilizar estas três categorias, acabou por ampliar o nosso entendimento sobre como se processava as práticas e as experiências sobre a doença e a cura no século XIX.

Logo, entre os curadores incluímos os médicos formados e formais (licenciados, cirurgiões examinados, e outros), boticários, práticos e curandeiros em todos os seus matizes e diferenças. Já por sofredores compreende-se o doente, seus parentes e amigos próximos, enfim todos os que se envolviam e se preocupavam com a dor e o destino do enfermo.⁴⁹

Paralelamente a este universo da doença e da cura, a autora também ressalta a importância dos governantes como elementos plurais. Neste sentido, a historiadora abre espaço em seu trabalho para tratar da Comissão de Higiene Pública, da Santa Casa de Misericórdia e do poder público como agentes na história da saúde.

⁴⁷ MCSHJC - *A Reforma*, Porto Alegre, 04 fev. 1870, p. 2.

⁴⁸ WITTER, Nikelen Acosta. *Males e Epidemias: sofredores, governantes e curadores no sul do Brasil (Rio Grande do Sul, século XIX)*. 2007. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

⁴⁹ Idem, p.99.

Witter, ao demonstrar a pluralidade de agentes neste universo da doença e da cura possibilitou-nos ampliar nosso entendimento sobre as questões ligadas à compreensão da história da saúde no Rio Grande do Sul, com destaque em especial para a cidade de Porto Alegre. Entretanto, apesar de sua pesquisa acabar se aproximando em vários momentos de aspectos ligados ao saneamento público, seu enfoque termina por se direcionar muito mais às questões das doenças, com ênfase para os problemas ocasionados pela epidemia do cólera na cidade.

A epidemia do cólera, como sabemos hoje, está em grande medida atrelada aos problemas na ordem do saneamento. Entretanto, a história do saneamento na cidade não pode ser assentada somente pelos problemas derivados da doença. Existem outras esferas que se relacionam a este assunto, que devem ser levadas em conta no processo de constituição desta história. O que chamamos de saber hipocrático é também um importante elemento a ser analisado, como constituidor das práticas públicas voltada ao saneamento.

Visto a historiografia sobre o assunto na cidade, podemos observar que alguns dos aspectos do saneamento público, fazem parte destas narrativas históricas. Entretanto, resta-nos saber como se apresentava a história deste assunto específico, como um elemento singular. A partir daí surgem alguns questionamentos que pretendemos responder ao longo desta dissertação: Afinal, se existe como parece existir, uma história do saneamento público na cidade, como ela ocorreu? Como se processou? E qual foi a importância do pensamento hipocrático na constituição das práticas cotidianas, no que tange aos serviços de saneamento da cidade?

Para responder a estas questões este trabalho foi dividido em três partes. No primeiro capítulo denominado “*Uma breve história que envolve saneamento, saúde e doença*”, buscamos demonstrar como se apresentou historicamente a relação destes três elementos (saneamento, saúde e doença), que consideramos o tripé essencial para a compreensão da estrutura da percepção humana frente às práticas e experiências políticas adotadas sobre a própria conformação das unidades urbanas das cidades. Nosso objetivo aqui é mostrar que o desenvolvimento da história da saúde pública relaciona-se também com o que chamamos de história do saneamento público das cidades; e que entendendo um pouco mais (ainda que de forma breve) sobre este desenvolvimento na história, poderíamos compreender melhor o desdobramento desta história na própria cidade de Porto Alegre no século XIX.

Na segunda parte, cujo capítulo é intitulado “*Saberes e agentes do saneamento na Porto Alegre oitocentista*”, tratamos de analisar a estrutura do saneamento na cidade de Porto

Alegre no século XIX. Abordamos a presença do pensamento hipocrático sobre as ações empreendidas no saneamento da cidade, dos agentes que estavam envolvidos direta e indiretamente com os problemas derivados do saneamento, dos primeiros movimentos do saneamento na cidade e por último da passagem do saneamento baseado na limpeza para o saneamento percebido como um elemento de higiene.

Na terceira e última parte, cujo capítulo tem por título “*As políticas públicas para o saneamento de Porto Alegre: o discurso epidêmico e as ações práticas na segunda metade do século XIX*”, abordamos de forma mais detalhada a presença do saber hipocrático na cotidianidade da cidade, levando em consideração o papel dos agentes e das epidemias como elementos impulsionadores de diferentes ações sobre o espaço social da cidade. Assim, dividimos este capítulo por década para melhor compreensão tanto da presença do saber hipocrático na cidade, quanto das possíveis transformações empreendidas no saneamento da mesma.

Ao final da Dissertação temos as “*Considerações Finais*”, onde fazemos uma reflexão sobre o assunto, demonstrando os caminhos percorridos por esta pesquisa, os principais problemas encontrados para o desenvolvimento desta temática, e por fim, a possibilidade de desenvolvimento deste assunto mediante futuras pesquisas.

PARTE I – UMA HISTÓRIA DO SANEAMENTO

2 UMA BREVE HISTÓRIA QUE ENVOLVE SANEAMENTO, SAÚDE E DOENÇA

Este capítulo reflete sobre a historiografia a respeito da preocupação humana com o saneamento público. Ele parte da análise da obra de Hipócrates “*Ares, águas e lugares*”, que embora clássica e emblemática no tema, raramente é lembrada com relação à atualidade, apesar de ser uma referência no que tange à vida urbana no mundo antigo e medieval. Trata-se na verdade de uma obra de importância fundamental tanto para a compreensão da idéia de saúde e doença até o final do século XIX, quando na atribuição das práticas de saneamento, baseadas sobre este mesmo pensamento.⁵⁰

Primeiramente, nosso objetivo se concentra em demonstrar a importância da compreensão dos antecedentes históricos do saneamento público, como base para um possível entendimento acerca das políticas públicas adotadas sobre o saneamento na Porto Alegre oitocentista. Para isso, tratamos de abordar o saneamento como um elemento histórico que se desdobra em um processo longo de característica singular e ao mesmo tempo plural. Singular no sentido que envolve um eixo preciso; neste caso o saneamento público na história. Plural porque permeia pelos mais diferentes campos da História, principalmente sobre aqueles que dizem respeito à idéia de saúde e de doença na mesma. Neste sentido, tratamos de fazer uma análise que busca saber como o assunto saneamento se desenvolveu através das relações humanas que foram estabelecidas de acordo com as condições sociais e os conhecimentos próprios de cada período na história.⁵¹

Tais conhecimentos e condições sociais, através deste estudo, acabaram por se apresentar como parte de um único processo dentro do universo de ações, neste caso, as formas de combate aos problemas derivados da falta de limpeza e de serviços de higiene. Será através deste universo de ações específicas, mediadas por componentes da cultura local, que tais relações acabaram por adquirir certa especificidade – quase, mas não unicamente como

⁵⁰ Por prática entendemos uma ação ou um ato/maneira de agir, um exercício que é composto pela coexistência de pensamento, que pode se apresentar consciente ou inconsciente. A prática pressupõe a existência do *habitus*, que na visão de Bourdieu: “são princípios geradores de práticas distintas e distintivas, o que o operário come, e sobretudo sua maneira de comer, o esporte que pratica e sua maneira de praticá-lo, suas opiniões políticas e sua maneira de expressá-las [...] são também esquemas classificatórios, princípios de classificação, princípios de visão e de divisão e gostos diferentes.” BORDIEU, Pierre. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papyrus, 1996. p.22.

⁵¹ Sobre o conceito de saneamento e saneamento público, estes são termos que definimos ao final desta dissertação, por acharmos que estes dois elementos devem ser analisados diante o desdobramento histórico, antes de serem conceitualizados, visto serem termos centrais para esta dissertação. Neste sentido, procuramos evitar o chamado “nominalismo”, que é um ato de reduzir o significado de noções gerais a uma enumeração particular. Cf. LOVEJOY, Arthur O. **A Grande Cadeia do Ser**: um estudo da história de uma idéia. São Paulo: Palíndromo, 2005. p.19-20.

em um jogo de poder ao longo do tempo.⁵² Assim, analisar a força do componente destas ações, através de medidas efetivas de controle sobre o saneamento no espaço das cidades⁵³, torna-se uma tarefa que nos propomos realizar, através do desenvolvimento do presente capítulo.

Portanto, neste capítulo partiremos para uma longa jornada antes de chegarmos à temática específica circundante a história da cidade de Porto Alegre. Iniciamos nosso estudo tratando daquilo que chamamos de “origens” do pensamento sanitário na história, que ao nosso entender se remete à antiguidade.

2.1 A SAÚDE DO CORPO E DA ALMA: DA ANTIGUIDADE AO MEDIEVO

No que diz respeito às origens do pensamento sanitário sobre a limpeza e a higiene ao longo da história, trabalhamos centrados basicamente em uma obra, cuja importância mostrou-se fundamental para os estudos da história da Saúde Pública no mundo ocidental. Esta obra de autoria do historiador norte-americano George Rosen (1910-1977), denominada pelo autor de “Uma História da Saúde Pública”⁵⁴, pode ser considerada uma obra inovadora,

⁵² Como a noção de tempo ou tempos é tão discutida quanto a noção de história, pois tal conceito abrange as mais diferentes áreas do conhecimento, que não se confinam somente as Ciências Humanas, preferimos adotar a idéia de tempo no sentido de acreditarmos haver movimento, mesmo que tais movimentos sejam encarados como exclusivamente fruto de eventos e acontecimentos diários, e não pela ação do próprio tempo, uma vez que tais unidades se constituem e se imbricam, não há como assim estabelecer, até o momento, se um estaria em movimento e o outro em contínuo repouso. Mesmo assim, para tal discussão, torna-se fundamental a leitura de BERGSON, Henri. **Matéria e Memória**. Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins Fontes, 1990. ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. México: D. F. Fondo de Cultura Económica, 1997. BACHELARD, Gaston. **A intuição do instante**. Campinas: Verus Editora, 2007. GAUER, Ruth M. Chittó. **Tempo/História**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998. PRIGOGINE, Ilya. **O nascimento do tempo**. Lisboa: Edições 70, 1999. VIRILIO, Paul. **A Inércia Polar**. Lisboa: Dom Quixote, 1993. Ver também: BRAUDEL, Fernand. **História e Ciências Sociais**. Lisboa: Presença, 1990. KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Pasado**. Para uma semântica de los tiempos históricos. Barcelona: Paidós, 1993.

⁵³ Sobre a questão do espaço nas cidades, tomamos de empréstimo a concepção de Braudel: “Grande ou pequena, a cidade é bem mais do que a soma de suas casas, de seus monumentos e de suas ruas, bem mais também do que um centro econômico, comercial ou industrial. Projeção espacial das relações sociais, ela é, ao mesmo tempo, atravessada e estruturada pelo feixe de linhas limítrofes que separam o profano do sagrado, o trabalho do lazer, o público do privado, os homens das mulheres, a família de tudo o que lhe é estranho. E oferece um admirável quadro de leitura.” BRAUDEL, Fernand. **O espaço e a história no Mediterrâneo**. São Paulo: Martins Fontes, 1988. p.132. Este é o conceito de espaço que trabalhamos ao longo desta dissertação, levando em conta que o espaço diante as expansões do domínio histórico podem ser também, segundo Barros, “um ‘espaço imaginário’ (o espaço da imaginação, da iconografia, da literatura), e adivinha-se que em um momento que não deve estar muito distante os historiadores estarão também estudando o ‘espaço virtual’, produzido através da comunicação virtual ou da tecnologia artificial.” BARROS, José D’ Assunção. **História, Espaço e Tempo: interações necessárias**. **Varia História**, Belo Horizonte, vol.22, n.36, Jul-Dez 2006. p.462.

⁵⁴ ROSEN, George. **Uma História da Saúde Pública**. São Paulo: HUCITEC / Editora da Universidade Estadual Paulista; Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 1994.

visto que foi escrita no ano de 1958 (antes mesmo da autodenominada Nova História⁵⁵ na França “abrir caminhos” para novos campos de estudo na História), tratando sobre um assunto que ainda era original nos estudos históricos.

Esta obra do historiador norte-americano nos desperta a atenção logo de início, quando aponta as primeiras evidências de atividades ligadas à saúde comunitária nas mais antigas civilizações. Rosen começa seu trabalho destacando sítios arqueológicos de cidades que foram descobertas ao norte da Índia (região de Mhenjo-Daro), que datam aproximadamente de quatro mil anos a.C, onde se evidenciam construções que, segundo o próprio historiador:

[...] indicam serem essas antigas cidades indianas planejadas em blocos retangulares, segundo, aparentemente, leis de construção. Banheiros e esgotos são comuns nas construções escavadas. As ruas eram largas pavimentadas e drenadas por esgotos cobertos. Esses canais de escoamento ficavam cerca de dois pés ou menos, abaixo do nível da rua, e consistiam, em sua maior parte, de tijolos cimentados com uma argamassa de barro. Usaram-se materiais superiores no interior das casas e, ao menos em uma ocasião, se mencionam canos de drenagem, embutidos, para evitar-se vazamento, em emplastro de gesso.⁵⁶

Esta verificação de Rosen não é isolada no conjunto de sua obra, pois o mesmo observa também a presença desta preocupação em outros tipos de construções em cidades antigas da região Mesopotâmica, do Egito e de Creta. Nossa primeira dúvida com relação a esta constatação do historiador resume-se a seguinte pergunta. A que se deve esta verificação nestas construções? De início o próprio historiador aponta para uma relação entre a limpeza e a religiosidade:

No decorrer de longos períodos da história, crenças e práticas religiosas avizinham limpeza e religiosidade. As pessoas se mantinham limpas para se apresentarem puras aos olhos dos deuses, e não por razões higiênicas. Egípcios, mesopotâmios e hebreus, e outros povos, davam valor a esses hábitos. Um exemplo interessante da conexão entre limpeza e religião é uma festa quéchua, a citua. A cada ano, em setembro, início da estação chuvosa, o povo, liderado pelo inca, realizava a cerimônia da saúde; além da oração, de oferendas propiciatórias aos deuses, e de outras práticas religiosas, limpavam-se todos os lares.⁵⁷

Podemos ver que Rosen aponta para dois elementos, como constituidores das práticas de limpeza. O primeiro ligado a questão da purificação religiosa, ao que podemos perceber

⁵⁵ Termo utilizado por Ciro Flamarion Cardoso para denominar aqueles que se diziam seguidores de uma nova história, cujos expoentes maiores seriam alguns historiadores franceses ligados a chamada Terceira Geração dos *Annales*. CARDOSO, Ciro Flamarion. História e paradigmas rivais. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p.1-23.

⁵⁶ ROSEN, op. cit., p.31.

⁵⁷ Idem, p. 32.

como a purificação da alma ou do espírito. O segundo, ligado sobre o ritual quéchua, que era uma cerimônia “destinada” a saúde. No que tange a este segundo ponto, outra pergunta se faz necessária: a que saúde referia-se o historiador, a saúde do corpo ou a saúde da alma? O próprio Rosen não se atém a este problema preferindo dedicar-se as doenças, localizando-as como um elemento que aflige o homem durante toda sua história, algo como “inerente à vida”. Tais doenças de caráter endêmico ou epidêmico teriam sido enfrentadas pelos indivíduos deste período de acordo com o conhecimento que “se sustentava, quase sempre, em termos sobrenaturais”. O que, portanto, viria a distinguir-se do período da Medicina Moderna, devido ao fato desta última tentar entender as doenças através do estudo no próprio corpo.

Esta constatação também não passa despercebida por Michel Foucault (1926-1984), outro importante pesquisador que se dedicava à história da saúde. O filósofo francês constatou através de seus estudos, que antes mesmo do homem se preocupar com a saúde do corpo era a busca pela saúde da alma (e conseqüentemente uma derivação para o corpo), que estava em jogo. Foucault inclusive chama-nos a atenção para um período específico da história, quando o então Estado romano da antiguidade assume a tarefa de responsável por cuidar das almas dos indivíduos. Segundo o autor:

Quando el Imperio Romano cristalizó en la época de Constantino, el Estado por primera vez en la historia del mundo mediterráneo se atribuyó la tarea de cuidar las almas. El Estado cristiano no sólo debía cumplir las funciones tradicionales del Imperio, sino también permitir que las almas lograsen su salvación e incluso forzarlas a ello. Así el alma se convirtió en uno de los objetivos de la intervención de Estado. Todas las grandes teocracias, desde Constantino hasta las teocracias mitigadas del siglo XVIII en Europa, fueron regímenes políticos en los que la salvación del alma constituía uno de los objetivos principales.⁵⁸

Entretanto, tal preocupação com a alma ou o espírito não significava que esta preocupação estaria atrelada somente ao mundo sobrenatural. Para este caso, citamos os gregos da antiguidade, que apontavam a natureza das doenças também como elementos derivados de causas naturais. O próprio Rosen chama-nos a atenção em uma parte de seu trabalho, para esta constatação, através da obra de Hipócrates (460-377 a.C.), *Ares, Águas e Lugares*, como:

[...] o primeiro esforço sistemático para apresentar as relações causais entre fatores de meio físico e doença e, por mais de dois mil anos, o texto epidemiológico

⁵⁸ FOUCAULT, Michel. **La vida de los hombres infames**. La Plata; Santa Madalena; Argentina: Altamira/Acmé, 1996. p.45.

essencial, o sustentáculo teórico para a compreensão das doenças endêmicas e epidêmicas. A esse respeito, não se deu nenhuma mudança fundamental até o final do século XIX, quando as novas ciências da Bacteriologia e da Imunologia se instituíram.⁵⁹

Para além de um tratado teórico, a obra *Ares, Águas e Lugares*, também possuía como podemos perceber uma função prática, quase como um guia que orientava a salubridade dos lugares. Através deste guia, Hipócrates aconselhava:

A arte médica: quem procura conhecê-la com uma investigação minuciosa, deve fazer o seguinte: primeiro de tudo levar em consideração as estações do ano e as influências causadas por cada uma delas; de fato, não se assemelham em nada, mas diferenciam-se bastante umas das outras e cada uma nas suas variações.

Deve em seguida considerar os ventos, quentes e frios; primeiro aqueles comuns a todos os homens, depois aqueles que são peculiares a cada região. É preciso, depois, examinar também os efeitos da água: como de fato diferem no gosto e no peso, assim como também é bem diversa a ação exercida por cada uma dessas diferenças.

Assim, se um médico chega a uma cidade que não conhece, deve estudar sua posição, como é orientada a respeito dos ventos e do nascer do sol: não tem, de fato, a mesma influência (sobre a saúde dos habitantes) aquela [cidade] que é voltada ao norte e aquela que é voltada ao sul, assim como o mesmo ocorre com uma cidade situada em direção ao oriente ou em direção ao ocidente.

[...]

Também o solo deve ser examinado: se pobre e árido ou arborizado e rico em água, além disso, se situado em uma depressão e sufocante por causa do calor ou se elevado e frio.

Por fim, a atenção deve voltar-se ao nível de vida que é mais agradável aos seus habitantes: se preferem o vinho, as comidas e são dedicados ao ócio, ou se amam o trabalho duro, os exercícios físicos e comem à vontade mas bebem pouco.⁶⁰

Hipócrates neste sentido daria os primeiros passos em direção ao que poderíamos denominar de racionalização da medicina. Uma medicina que buscava a compreensão dos fenômenos da doença através da “análise” dos meios naturais.⁶¹ O que possibilitaria melhor entender a importância dos meios (*lugares*), do clima (*ares*) e das *águas*, como componentes essenciais para a compreensão do papel da limpeza no espaço (saneamento) e conseqüentemente da saúde do corpo.

Entender o impacto deste sistema de pensamento hipocrático para enfim compreender os desdobramentos históricos no campo da saúde pública e conseqüentemente de saneamento torna-se assim, de fundamental importância para a história das cidades, principalmente como um fator que irá anteceder as próprias transformações que serão empreendidas nos processos

⁵⁹ ROSEN, op. cit., p.37.

⁶⁰ HIPÓCRATES. **Dell'aria, delle acque, dei luoghi; Il giuramento; La legge.** Firenze: Sansoni, 1957. p.62-65. O trecho citado acima foi traduzido por Carolina Etcheverry.

⁶¹ MOSSÉ, Claude. As lições de Hipócrates. In: LE GOFF, Jacques (Org.). **As doenças têm história.** Lisboa: Terramar, 1985. p.39-55.

de urbanização das mesmas, atrelados a idéia de modernidade e modernização do espaço, ligado ao ideal de otimização do mesmo a partir da segunda metade do século XIX. Porém, antes de adentrarmos a esta problemática específica, daremos continuidade ao que consideramos uma breve história que envolve o saneamento público, saúde e doença.

Continuando nesta linha de atuação, cabe destacar o sistema de limpeza e saneamento das cidades romanas, que também deixaram marcas visíveis de suas construções, que perduram inclusive funcionalmente até os dias atuais.⁶² Tais construções romanas, como o complexo sistema de aquedutos, tinham como característica principal a preocupação tanto com o abastecimento de água para consumo da população, quanto seu uso perante a limpeza individual e pública. Segundo o estudo de Rosen:

Agripa, ministro de Augusto, foi edil em 330 a.C. Tinha como deveres a supervisão dos banhos públicos, incluindo o teste dos aparelhos de aquecimento, e a limpeza e o policiamento. No tempo de Nero, os aediles supervisionavam a limpeza das ruas, pelas quais se responsabilizavam os proprietários das casas [...] Entre as glórias de Roma, esteve a criação de serviços públicos de saúde em um sistema administrativo eficiente. Esse sistema continuou a funcionar mesmo quando o Império decaiu e se desintegrou.⁶³

O historiador Giordani também aponta, em uma de suas obras⁶⁴, para os banhos na Roma da antiguidade como um importante elemento na vida cotidiana dos habitantes da cidade, ligados possivelmente a uma concepção de higiene, seja individual ou coletiva. Tais atos de banhar-se para Giordani, seguindo as observações de Sêneca, não se negariam nem aos escravos e miseráveis:

Segundo Sêneca, os antigos romanos lavavam os braços e as pernas todos os dias e tomavam banho completo a cada nove dias. No terceiro século A.C. introduziu-se o costume do banho quente. “O banho quente diário era um alívio físico que não se negava nem aos mais miseráveis, nem aos escravos”. Os primeiros tinham a possibilidade de, mediante modesta retribuição, banhar-se nas termas construídas especialmente para o povo, os segundos banhavam-se em casa.⁶⁵

Os banhos públicos também eram espaços de sociabilidade onde os romanos se encontravam para “conversar, fazer ginástica, jogar dados e até ler”. Além disso, o banho romano compreendia três etapas: a primeira consistia num banho com água quente em uma

⁶² Como aponta RUSHFORTH, Gordon McNeil. Arquitetura e Arte. In: BAILEY, Cyril (Org.). **O legado de Roma**. Rio de Janeiro: Imago, 1992. p.421-479.

⁶³ ROSEN, op. cit., p.48.

⁶⁴ GIORDANI, Mario Curtis. **História de Roma**. Petrópolis: Editora Vozes, 1972.

⁶⁵ Idem, p. 214-215.

piscina denominada *caldarium*; a segunda consistia em um repouso numa piscina com água morna, que era denominada de *tepidarium*; já a terceira e última etapa do banho realizava-se numa piscina com água fria, a qual se chamava *frigidarium*.⁶⁶ O ritual do banho romano consistia, como é verificado por Oliveira, também em outras etapas onde:

O indivíduo era esfregado com unguentos, óleo e areia e a seguir raspado com uma esponja de metal, até ficar limpo terminando com a indispensável massagem com essências e âmbares. Não faziam questão, ao inverso dos gregos, de separar banhos masculinos e femininos, embora as entradas fossem diferentes e os vestuários distintos. Era mais pudico aos romanos o ato de despir-se ou vestir-se, do que mostrar a própria nudez.⁶⁷

Além dos banhos, destaca-se também em Roma o sistema de esgotos que começou a ser empreendido ainda no período etrusco, quando então foi construída a chamada “*cloaca maxima*” pelo rei Tarquínio o Velho.⁶⁸ Segundo os estudos de Macaulay sobre as construções romanas, o mesmo indica que:

Os esgotos construídos primitivamente sobre as calçadas, para o escoamento da água da chuva, foram aumentados e ligados aos edifícios públicos e particulares por canalizações de terracota. Alguns esgotos tinham 1,80m de profundidade. Eram todos construídos em pedra e argamassa e recobertos por lajotas de pedra removíveis para permitir eventuais reparos. As lajotas eram recobertas de terra batida por onde passavam as tubulações de chumbo que vinham das caixas d’água.⁶⁹

Com o fim do Império Romano do Ocidente, podemos observar também uma bifurcação sobre o conhecimento ligado a saúde pública. O primeiro segmento desta bifurcação diz respeito à continuação do Império no Oriente. Nesta direção, ocorreram fusões entre os conhecimentos romanos do Ocidente, ligados ao saneamento das cidades, com os conhecimentos árabes em parte ligados a Medicina e a saúde. Estes acontecimentos teriam assim, proporcionado um conhecimento diferenciado nesta região em relação à própria cidade de Roma.⁷⁰

⁶⁶ MACAULAY, David. **Construção de uma cidade romana**. São Paulo: Martins Fontes, 1989. p.86.

⁶⁷ OLIVEIRA, Neide Gomes de. História dos hábitos de higiene no Brasil dos séculos XIX ao XX. **Revista de Historia** - UFES, Vitória, vol.2, n.2, 1991. p.43.

⁶⁸ COARELLI, Filippo. Roma. In: BRAUDEL, Fernand. **O espaço e a história no Mediterrâneo**. São Paulo: Martins Fontes, 1988. p. 92.

⁶⁹ MACAULAY, op. cit., p.74. É importante ver também a ilustração de uma latrina pública romana no ANEXO A, ao final desta dissertação.

⁷⁰ Sobre estas influências, trocas de idéias e divergências nos mais diferentes campos do conhecimento entre o mundo ocidental e oriental, torna-se importante ver a obra de HOURANI, Albert. **Uma história dos povos árabes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. Ver também a obra de KAPLAN, Alain D. M; MARTIN, Bernadette; MICHEAU, Françoise. **A Idade Média no Oriente** – Bizâncio e o Islão: dos bárbaros aos

Já o segundo seguimento desta bifurcação diz respeito ao desenvolvimento histórico dos serviços de higiene e saúde no mundo ocidental. Segundo Rosen, os primeiros quinhentos anos da Idade Média teriam sido marcados por uma superposição de elementos ligados a crenças e ritos, cada vez mais sobre os aspectos ligados ao corpo e a doença. Entretanto, “sendo o corpo o vaso da alma, ganhava importância fortalecê-lo fisicamente, para que pudesse suportar melhor os ataques do demônio. Entre esses limites se moviam a Higiene e a Saúde Pública na Idade Média”.⁷¹ Assim, tal conhecimento não teria sido totalmente abolido ou ignorado pela Igreja Católica, mas ao contrário:

O conhecimento de saúde e higiene sobrevivente se preservou em claustros e igrejas e foi usado na organização e nas regras das comunidades monásticas. Instalações higiênicas importantes, como água encanada, latrinas apropriadas, aquecimento e ventilação própria nos cômodos, já existiam no início da Idade Média, sobretudo onde se erigiam grandes prédios de moradia, segundo um plano uniforme; ou seja, principalmente nos mosteiros.⁷²

As bases das construções destes mosteiros teriam servido também como modelo, mais tarde (por volta do século X), para o desenvolvimento e crescimento de algumas cidades na Europa. Entretanto, este detalhe não teria impedido um dos maiores problemas enfrentado pelas pessoas que passavam a habitar estas cidades, a saber: o acesso a água, ou melhor, o acesso a água limpa e de boa qualidade para o consumo. Este problema, de acordo com Rosen, teria sido uma constante preocupação das autoridades municipais deste período:

Quando se colhia água de rios, pedia-se aos cidadãos para não lançar animais mortos, ou refugos, na corrente. Não se permitia aos curtidores lavar suas peles no rio, proibia-se aos tintureiros de vazar nessa água os resíduos de corantes, como também a lavagem de linho ou roupas (Donai, 1271; Augsburg, 1543; Roma, 1468).⁷³

A este aspecto de diferenciação cronológica quanto às primeiras medidas adotadas, no que se refere à preocupação no “bom uso” público e coletivo da água, pesariam também a condição social, a densidade demográfica de determinados espaços e o manejo de suas forças produtivas sobre o ambiente natural. Além destes aspectos, soma-se também o elemento

Otomanos. LISBOA: Publicações Dom Quixote, 1994. p.209-227. VERGER, Jacques. **Cultura, ensino e sociedade no Ocidente nos séculos XII e XIII**. Bauru, SP: EDUSC, 2001. p.140-146.

⁷¹ ROSEN, op. cit., p.53.

⁷² Idem.

⁷³ Idem, p. 55. Torna-se importante esta observação, pois nos próximos capítulos trataremos de abordar este mesmo problema na cidade de Porto Alegre, quase 600 anos após as primeiras medidas adotadas na cidade de Donai, 400 anos após as intervenções em Roma e 300 anos após as preocupações da cidade de Augsburg.

cultural, como um modo de ser, ver e agir dos indivíduos diante de suas sociedades. É este “modo de ser”, que possibilitaria a verificação de que tal sociedade difere uma da outra, e conseqüentemente permite visualizá-la de forma específica.⁷⁴ A seguir, abordaremos como se desenvolveu a noção de saneamento na Idade Média, destacando as ações empreendidas sobre o lixo e a limpeza pública nas cidades.

2.2 O LIXO E A LIMPEZA PÚBLICA NO MEDIEVO EUROPEU

Os problemas ligados ao destino do lixo e aos serviços de limpeza das cidades tornaram-se, ao que tudo indica um desafio crescente às cidades européias medievais desde o final do século IX. Este fator se deve basicamente ao modo de vida dos habitantes das cidades deste período, que praticamente não diferenciavam os costumes da vida rural com os do meio urbano.⁷⁵ Esta pequena diferenciação da vida no campo com a da cidade, teria agravado a situação da segunda em relação à primeira, em parte isto se deve a um fator como a alta densidade demográfica das cidades em relação ao campo e conseqüentemente uma maior concentração populacional sobre o espaço ocupado. Segundo Arruda:

De modo geral, a população começou a crescer por volta do século XI, alcançando seu máximo no século XIV, quando sobreveio a Peste Negra, que atingiu principalmente a população urbana. As maiores cidades do Ocidente foram: Paris, Milão, Veneza, Florença e Nápoles; o número de habitantes de cada uma nunca deve ter ultrapassado os 100.000. Várias cidades possuíam entre 30.000 e 50.000 habitantes, como é o caso de Londres, Gand, Bruges, Ypres, Lübeck, Colônia, Praga, Ruão, Toulouse, Barcelona, Gênova, Bolonha, Roma e Palermo. Na Espanha muçulmana, Córdova atingiu 900.000 habitantes no século XI.⁷⁶

O lixo, assim, começaria a entrar em cena na história das cidades como um importante problema a ser solucionado, agravado tanto pelos problemas do aumento populacional, quanto pela pouca diferenciação dos costumes das populações da vida no campo em relação às cidades. Tais problemas acabaram afetando diretamente o saneamento urbano, como podemos ver:

Remover o lixo revelou-se desafio importante de higiene, de difícil solução técnica no período medieval. Não se deve esquecer que nas casas medievais se juntava

⁷⁴ Referimo-nos aqui àquilo que Ricoeur interpretou como “modo de ser que somos a cada vez” do estudo de Heidegger sobre o Dasein. Tal interpretação encontra-se no segundo capítulo denominado *História e Tempo*, da obra de RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

⁷⁵ A este aspecto torna-se essencial ver a obra de THOMPSON, Edward P. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

⁷⁶ ARRUDA, José J. de A. **História Antiga e Medieval**. São Paulo: Editora Ática, 1976. p.394.

muito mais refugos do que em uma casa moderna. O modo de vida na cidade ainda não se afastava muito da vida no campo e, no começo, as casas urbanas se assemelhavam às da aldeia. Além da abundância de refugos, o fato de muitos habitantes criarem quantidade de animais – como porcos, gansos e patos – representava outra causa relevante do aumento da sujeira das ruas [...] Por vezes, a imundice assumia proporções tamanhas que padres não conseguiam officiar cerimônias e funcionários municipais não podiam comparecer a reuniões.⁷⁷

Será a partir do século XII, na Europa, que medidas efetivas de controle das sujeiras iriam ganhar forma. As primeiras medidas concentraram-se na pavimentação das ruas de maneira a torná-las limpas e de fácil controle de sua manutenção. Paris teria sido a primeira em 1185, seguida de Praga em 1331, Nurembergue 1368, Basileia 1387 e Augsburgue 1416.⁷⁸

A estas medidas que visavam à pavimentação, surge também a obrigatoriedade da construção de um sistema de esgotos e cloacas, pois “não havia rede de esgotos, os detritos eram atirados às ruas, numa vala, por onde escorriam em direção aos limites da cidade; lá se acumulavam à beira dos muros, formando os focos de epidemia que com frequência assolavam as populações medievais”.⁷⁹

Ao que tudo indica estas novas construções tinham por objetivo também acabar com os refugos que eram lançados diretamente aos rios. O que não teria se concretizado ao menos na Inglaterra, como bem observa Rosen: “mesmo quando se contrataram limpadores de rua para retirar da cidade entulhos e imundícies, usando-se carroças, os habitantes continuaram a jogar refugos no rio Tamisa.”⁸⁰ A esta prática de descarte em rios, que normalmente eram utilizados como único meio de abastecimento e consumo de água potável, seguiam-se também as doenças relacionadas direta ou indiretamente a este problema. Uma das principais doenças de caráter infecto-contagioso que afetará grande parte das populações de então, será a chamada cólera-morbo.⁸¹

Para combater tais enfermidades epidêmicas que se alastravam na Europa durante este período, vários foram os dispositivos adotados para se tentar compreender e evitar tais doenças, dentre estes Czeresnia destaca as práticas de combate à peste negra em 1348:

As práticas que se instituíram para fazer face à peste buscaram, assim, evitar a proximidade e o toque, e, ao mesmo tempo, neutralizar com perfumes e máscaras os

⁷⁷ ROSEN, op. cit., p.55.

⁷⁸ Idem, p.56.

⁷⁹ ARRUDA, op. cit., p.394.

⁸⁰ ROSEN, op. cit., p.56.

⁸¹ Para maiores detalhes quanto à história do cólera, torna-se importante ver a obra de WITTER, Nikelen Acosta. **Males e Epidemias: sofredores, governantes e curadores no sul do Brasil (Rio Grande do Sul, século XIX)**. 2007. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

odores viciados que corrompiam o **ar**. A corrupção do **ar** era percebida como fenômeno originário do lixo, das profundezas do solo, de conjunções astrológicas malignas e também dos próprios doentes e cadáveres. A doença se alastrava de um para outro; a participação do **ar** era fundamental.⁸²

Além desta percepção sobre a doença que se ligava ao meio externo, também foram adotadas medidas públicas para o calçamento de ruas e a construção de sistemas de esgoto, bem como a fiscalização, o controle e a supervisão dos serviços ligados ao sanitarismo das cidades. Além disso, de acordo com a região ou o lugar, eram também nomeados indivíduos públicos para assumir tal compromisso em meio às comunidades, tais indivíduos provinham normalmente de algum tipo de conselho. Segundo Rosen, apesar da variação da nomenclatura no que tange aos cargos públicos neste período - *consul* (na região da Itália e no sul da França), *échevins* (norte da França e Países Baixos) e *vereadores* (na Inglaterra) - tais nomenclaturas consistiam basicamente nas mesmas funções, ou seja, o controle do serviço público.⁸³

Outras formas de se combater tais doenças assentavam-se também na assistência médica através da criação de instituições beneficentes (de início de caráter clerical), que datam do século VIII nos mosteiros medievais, bem como da criação dos primeiros hospitais que datam do século IX, tanto no Ocidente como no Oriente.⁸⁴

Além dos hospitais havia também as casas de banho, que apesar de possuírem uma função mais atrelada a “teatralização”⁸⁵, como um espaço de convívio e prazer do que de higiene, podem também ser consideradas como importantes centros de “higiene”, pois chamamos a atenção aqui para o ato em si, e não para sua finalidade ou objetivo. Assim, se as casas de banho não tinham por finalidade principal a limpeza do corpo, indiretamente o ato de entrar em contato com água pode ser revelador de algum tipo de limpeza, mesmo que para os moldes atuais sejam as mais superficiais. Além disso, tais casas de banho eram licenciadas pelas municipalidades como importantes centros de higiene nas cidades e acabariam por ser obrigatoriamente fechadas por volta do século XV, quando do aumento de infecções causadas pela sífilis. A este “cuidado” da limpeza do corpo, chamamos a atenção para uma idéia da possibilidade de extensão da vida matério-corporal sobre o componente terreno, pois na visão

⁸² CZERESNIA, Dina. Do contágio à transmissão: uma mudança na estrutura perceptiva de apreensão da epidemia. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, vol. IV, n. 1, mar.-jun. 1997. p.77. Grifo nosso.

⁸³ ROSEN, op. cit., p.65.

⁸⁴ Os dados aqui são impressionantes, de acordo com Rosen, entre os séculos XII e XV na Inglaterra, instalaram-se mais de 750 hospitais, sendo que deste total, 216 eram destinados a portadores da lepra. Idem, p.69.

⁸⁵ Teatralização é a palavra utilizada por Vigarello para descrever a finalidade e os objetivos do banho durante a Idade Média: “A finalidade principal é o jogo, ou mesmo a transgressão, a água é essencialmente festiva. O que significa que a lavagem não é a verdadeira razão do banho”. VIGARELLO, Georges. **O Limpo e o Sujo: a Higiene do Corpo desde a Idade Média**. LISBOA: Editorial Fragmentos, 1985.

do historiador George Rosen isso pode indicar que:

O homem medieval cuidava de seu corpo muito mais do que se imagina. Embora em geral se considerasse vã a existência terrena, e existisse a crença na punição, ou na salvação, no outro mundo; havia também a convicção de que, seguindo-se um regime correto, poder-se-ia estender a vida até três vintenas e mais dez anos.⁸⁶

A esse “regime correto” que se refere o historiador, originou-se toda uma literatura fundamentada sobre fontes clássicas (principalmente sobre a Hipocrática). Tais fontes eram utilizadas praticamente como guia obrigatório nas ordens monásticas, regulando sobre a conduta de higiene pessoal no interior dos mosteiros. Do século XII ao XV escreveu-se um grande número destes livros, em latim ou em várias línguas vernaculares.⁸⁷ Destacamos entre estas obras um pequeno trecho de um dos mais antigos regulamentos encontrados sobre saúde sanitária, escrito provavelmente pela chamada Escola de Salerno.⁸⁸ Este regulamento data do século XII e aborda em forma de verso os chamados *quatuor humoribus corporis* em latim, ou em italiano *quattro temperamenti*:

Somente de quatro humores superiores
São compostos os corpos humanos:
O hipocondríaco, o bilioso,
O sanguíneo e o fleumático;
Os quais se quer que correspondam
Terra, fogo, ar e água.⁸⁹

Por força de todos estes empreendimentos no que tange aos problemas de origem sanitária, bem como um elemento ligado a saúde pública, os homens do medievo não podem, ou pelo menos não deveriam ser vistos como meras marionetes de um teatro cuja manipulação caberia única e exclusivamente a uma força teo-divina, onde tal poder delimitaria tanto o

⁸⁶ ROSEN, op. cit., p. 69.

⁸⁷ Idem.

⁸⁸ VERGER, op. cit., p.146-151.

⁸⁹ REGIMEN Sanitatis Salarni. Milano: [s.n.], s/d. Capo LXXXV, p.67. O trecho foi traduzido do italiano para o português por Carolina Etcheverry. Em Língua Italiana temos: *Sol di quattro umor soprani / Son composti i corpi umani: / L'ipocondrico, il bilioso, / Il sanguigno ed il flemmatoso; / Cui si vuol, che corrisponda / Terra, fuoco, aere ed onda*. Segundo Etcheverry, “Na teoria dos humores, os quatro são geralmente traduzidos para o português como sanguíneo, colérico (que chamam de bilioso no poema), melancólico (que chamam de hipocondríaco) e fleumático.” Além disso, o termo “*soprani*” pode ser entendido também como *superiores* “no sentido de serem importantes, quase divinos”. De acordo com a observação de Sant’Anna, Hipócrates considerava que: “o corpo constituído por humores tendia a permanecer em equilíbrio. A doença era traduzida em termos exceção natural, como se ela fosse um desequilíbrio que pudesse ser curado pela própria natureza. Em suma, a natureza afirmava-se como sendo capaz de encontrar, por ela mesma, as vias e os meios.” SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. É possível realizar uma história do corpo? In: SOARES, Carmen Lúcia (Org.). *Corpo e História*. 3.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. p.7.

pensamento, como o meio prático da ação na vida cotidiana.⁹⁰ Além disso, Jacques Le Goff alerta-nos para algumas construções que eram realizadas sob a intervenção das coletividades urbanas:

Aqueduto, poços, canais, chafarizes, todos os trabalhos e obras destinados a garantir o abastecimento de água das cidades e o escoamento das águas cabem também em grande parte aos senhores, aos estabelecimentos eclesiásticos e, eventualmente, a particulares. Mas ainda aqui se assiste às intervenções da coletividade urbana. Em Provins, por exemplo, em 1273, o prefeito René Acorre introduz *intra muros* canos de água nas casas e ruas. Em 1283, a cidade solicita ao rei o direito de instalar por conta própria quatro novas fontes e em 1292 negocia o direito de fazer passar por vinhas canalizações destinadas à alimentação dessas fontes.⁹¹

Além disso, tais conhecimentos eram derivados também em alguns casos, de tradições que perpassavam o tempo, podendo ser encontrados inclusive em cidades cuja história remete-nos ao período da antiguidade. Assim, a obra de Hipócrates sem dúvida será um componente de distensão da aplicação de um conhecimento, mesmo sendo um conhecimento em constante readequação no que tange aos aspectos do saneamento.⁹²

A ação empreendida no trabalho de pavimentação das ruas, construções de sistemas de esgotos, criações de hospitais, casas de higiene corporal, regimentos de saúde sanitária, assistência médica e criações de cargos administrativos específicos para o trato com os assuntos que dizem respeito ao sanitarismo e ao saneamento das cidades, podem demonstrar o quanto estes indivíduos eram ativos no que tange a preocupação direta sobre um aspecto da vida urbana, ou seja, a saúde coletiva.⁹³ De acordo com Rosen:

Ao examinarmos os numerosos empreendimentos da Saúde Pública medieval – os esforços para lidar com os problemas sanitários da vida urbana, para criar medidas administrativas (como a quarentena), para criar o hospital e oferecer cuidados médicos e assistência social – impossível não reconhecer a magnitude dessa façanha. Essas tentativas de criar um sistema racional de higiene pública se distinguem ainda mais se lembrarmos que tiveram lugar em um mundo de superstições abundantes e

⁹⁰ Chamamos a atenção aqui para crítica que Lovejoy fez as terminologias em “ismos”, como elementos que podem simplificar e delimitar a possibilidade de um possível conhecimento, que foge a dadas verificações. Para maiores detalhes, ver: LOVEJOY, op. cit., p.13-31.

⁹¹ LE GOFF, Jacques. **O apogeu da cidade medieval**. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p.112. Grifo do autor.

⁹² Por ser este desdobramento do pensamento hipocrático muito importante para o saneamento na história das cidades, ele é um elemento central que pode ser observado ao longo de toda esta dissertação.

⁹³ No que diz respeito a esta preocupação, ela é mais nítida quando trata-se em falar do surgimento da quarentena, entre os séculos XIII e XIV. Tal prática ocorreu basicamente na tentativa de controlar o alastramento da chamada peste negra sobre a Europa. Esta prática, entretanto, possui uma história anterior, ligada ao ato de isolar indivíduos com lepra do restante dos habitantes das cidades. Assim, este ato de isolar pode ser visto tanto como um ato de exclusão dos indivíduos do seio comum em sociedade, como um ato de preocupação de indivíduos (individual ou coletivamente) diante uma possibilidade de completa exposição frente a uma doença ainda pouco conhecida.

em que muito de conhecimento científico necessário para enfrentar os problemas de saúde estava ausente. Revela-se mais significativo ainda, do ângulo histórico, o desenvolvimento de padrões de pensamento e de prática em cujo interior a Saúde Pública mover-se-ia nos dois séculos e meio seguintes.⁹⁴

Os dois séculos e meio seguintes a que se refere o historiador, cobrem o período que vai de 1500 a 1750, terceira etapa de um recorte do modelo quadripartite francês, denominado de Idade Moderna. Momento este onde talvez as influências do Renascimento, das descobertas marítimas e do nascimento do Sistema Capitalista, seja o pano de fundo mais importante, principalmente para a história da Europa. Articular este momento específico da história com o desenvolvimento das idéias e das práticas perante a limpeza e o saneamento público nas cidades, torna-se uma tarefa a que nos propomos realizar a seguir.

2.3 O SANEAMENTO E A SAÚDE SANITÁRIA NA MODERNIDADE

Durante um longo período na história, tornou-se comum, pelo menos entre os historiadores mais antigos, o trato da chamada Era Moderna, justamente como os homens do “moderno” se referiam, ou melhor, se distinguiam do que denominavam “o homem do período das trevas”. Na verdade, esta diferenciação se assentou durante muito tempo sobre aspectos que procuravam ressaltar muito mais a diferença do que as semelhanças. O próprio Renascimento, ou renascer, acabou por possuir um significado atrelado muito mais ao denominado “homem da antiguidade” do que ao “homem do medievo”. Esta observação pode ser melhor compreendida se levarmos em conta que neste período ocorreram uma série de transformações, derivadas do nascimento da chamada ciência moderna, do crescimento das cidades, dos novos estabelecimentos de atividades econômicas, da Reforma religiosa, do desenvolvimento do chamado Estado-Nação e da invenção da imprensa. Estes são alguns dos aspectos que marcam profundamente o que podemos denominar de diferenciações com relação ao período anterior. Entretanto, tais diferenciações, nem sempre se assentavam sobre elementos desvinculados totalmente de procedências anteriores, pois mesmo havendo tais transformações, estas possuíam bases que se remetiam a permanências no medievo. Assim, como o próprio medievo europeu possuía como vimos anteriormente, bases profundas de permanências ligadas à antiguidade.⁹⁵

⁹⁴ ROSEN, op. cit, p.71.

⁹⁵ A este aspecto de permanências, adotamos uma perspectiva de análise que leva em conta também a mudança, baseada no que Braudel denominou de Longa Duração na história. Para maiores detalhes, torna-se interessante ver sua obra: BRAUDEL, 1990, op. cit., p.7-39.

Nem mesmo quando tratamos dos desenvolvimentos “científicos”⁹⁶ deste período, podemos considerá-los somente como frutos de meros acasos. Para Rosen, por exemplo:

O avanço científico não é nunca uniforme ou simultâneo, ao longo de uma frente inteira, mas ocorre, segundo tempos diferentes, de várias maneiras, em áreas de conhecimento específicas. Em algumas ocasiões são necessárias a descoberta e a definição de dados elementares; em outras, quando um conhecimento já existe, pode ocorrer um avanço frutífero através da criação e da aplicação de um conceito integrador, ou atacando-se um problema mais complexo e contribuindo-se para sua resolução. Relativamente à Saúde Pública, no Renascimento, todos esses aspectos estiveram presentes.⁹⁷

É neste sentido que insistimos sobre a atualidade do pensamento de Hipócrates, pois ressaltamos novamente o papel exercido por sua obra, que continuou como referência aos conhecimentos derivados de problemas sanitários. Assim, tanto as *águas*, os *ares* e os *lugares* eram percebidos e difundidos como fontes diretas causadoras dos principais problemas ligados principalmente à saúde coletiva.⁹⁸ Na verificação de Thomas, os elementos hipocráticos também aparecem diante seus estudos na Inglaterra dos séculos XVI e XVII:

No século XVI e início do século XVII, os médicos formados nas universidades recebiam um ensino puramente acadêmico sobre os princípios de fisiologia dos humores, tais como apresentados nas obras de Hipócrates, Aristóteles e Galeno. Aprendiam que a doença surgia de um desequilíbrio entre os quatro humores (o sangue, a fleuma, a bÍlis amarela e a bÍlis negra). O diagnóstico consistia em estabelecer qual o humor estava desequilibrado, e a terapia, em medidas para recompor o equilíbrio, fosse por sangrias (com cortes na veia, escarificação ou aplicação de sanguessugas) ou submetendo o paciente a uma série de purgantes e vomitórios. Assim, o médico seguia uma monótona rotina de sangrias e purgas, prescrevendo ainda emplastos, unguentos e poções.⁹⁹

Esta percepção pouco teria mudado com a descoberta das bactérias por Antony Von Leeuwenhoek (1632-1723), devido ao fato de tais bactérias apresentarem-se tanto em condições consideradas saudáveis, como em ambientes prejudiciais. Nesta “lógica” de

⁹⁶ Colocamos o termo entre aspas precavendo o sentido que pode exercer tal termo, mediante um uso inadequado, como aponta Henry: “O uso que hoje fazemos da palavra ‘ciência’ foi cunhado no século XIX e, estritamente falando, ‘ciência’ no nosso sentido era algo que não existia no período moderno inicial”. O que existiria segundo o historiador era algo a que denominavam de “filosofia natural”. HENRY, John. **A revolução científica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. p.15-16.

⁹⁷ ROSEN, op. cit., p.77.

⁹⁸ Inclusive com aprofundamentos em diferentes literaturas, como na obra de Giovanni Maria Lancisi (1654-1720), denominada “Sobre as emanações nocivas dos pântanos”; a obra de Guillaume de Baillou (1538-1616), denominada “Sobre epidemias e efemérides”, que aborda a importância climática e atmosférica perante o estado de saúde dos indivíduos; a obra de Thomas Sydenham (1624-1689), que atribui às doenças, tanto aos problemas atmosféricos, quanto aos miasmas que possivelmente circulavam pelo ar. Idem, p.89-91.

⁹⁹ THOMAS, Keith. **Religião e o declínio da magia**: crenças populares na Inglaterra dos séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p.21.

pensamento, as bactérias eram percebidas como produtos do meio ambiente, não necessariamente como causas diretas ou indiretas responsáveis pelas doenças.¹⁰⁰ Portanto, as bactérias mediante o entendimento de leituras hipocráticas não seriam algo a par do meio. Neste sentido, não poderiam ser vistas nem como boas nem como más, mas como frutos de algo pertencente ao espaço (*lugar*). Possuiriam uma “razão” de existir frente ao universo que passava então a ser ampliado com relação ao seu conhecimento.

Já as transformações no que tange aos aspectos políticos da saúde pública, ocorrem neste período por força de uma junção de fatores característicos desta época. O primeiro destes aspectos corresponde à ascensão cada vez maior do grande Leviatã, o Estado Moderno, que “caminhou em direção a um governo nacional centralizado, com um conjunto de doutrinas políticas e econômicas que influenciaram a administração da Saúde Pública”.¹⁰¹ A este fator se ligaria o mercantilismo, que para além de um sistema econômico, “era também uma concepção de sociedade”, sendo que para este caso “olhava-se o bem-estar da sociedade como idêntico ao bem-estar do Estado”.¹⁰² Neste aspecto o Estado só era visto como forte mediante a composição em seu núcleo de uma população numerosa e preparada para as atividades do trabalho. Neste sentido:

Desde o século XVI, as classes dirigentes influenciadas pelos ideais mercantilistas e preocupadas em aumentar o poder nacional, tiveram que eleger o trabalho como elemento essencial de geração de riqueza. Tornou-se necessário formular políticas de saúde que evitassem qualquer perda de produtividade no trabalho devida à doença ou à morte e que assegurassem o crescimento populacional. Dessas preocupações nascem as primeiras direções entorno da noção de política nacional de saúde.¹⁰³

Daí a necessidade do desenvolvimento da matemática como um elemento que proporcionaria a obtenção de resultados exatos, seja no campo das atividades econômicas, seja no que se refere a pensar as sociedades e os indivíduos que a compõem. A este fenômeno Rosen denominou de “aritmética política”, cujos objetivos na área da Saúde Pública, centrar-se-iam na busca de entendimentos e soluções para os problemas relacionados à saúde coletiva. Nasceriam neste momento às primeiras estatísticas sobre mortes, nascimentos, doenças,

¹⁰⁰ ROSEN, op. cit., p.93.

¹⁰¹ Mesmo assim, de acordo com Rosen, tal administração quanto aos serviços de saúde pública, permaneceriam centralizadas em unidades locais, principalmente em torno das cidades, o que teria preservado assim, as características do período medieval. Idem, p.94.

¹⁰² Idem, p.95.

¹⁰³ COSTA, Nilson Rosário. **Lutas urbanas e controle sanitário**: origens das políticas de saúde no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1985. p.19.

número de indivíduos em sociedade, bem como de idade, gênero e atividade profissional.¹⁰⁴

Entretanto, da chamada “aritmética política” sobre as atividades cotidianas das cidades, pouco ou praticamente nada foi feito para mudar a situação sanitária baseada nos serviços de limpeza das cidades. Sendo que para muitas destas atividades ligadas à limpeza, as mesmas eram ainda tratadas como de responsabilidade dos habitantes locais, como no caso da manutenção das ruas limpas em frente às residências. A esta obrigatoriedade pela manutenção da limpeza das ruas, por parte dos habitantes das cidades seguia-se, ao que tudo indica outro problema, referente ao destino das chamadas águas servidas. Para este problema das cidades, as autoridades teriam se concentrado muito mais em sistemas de fiscalização e punição, do que em combate direto e eficaz sobre o problema.

Proíbiam-se açougueiros e peixeiros de jogar sobras nas sarjetas, ou em quaisquer cursos d'água nos quais a cidade pudesse abastecer-se. Previam-se punições para quem poluísse as ruas com excreções humanas ou animais. Em meados do século XVII, a cidade de Gloucester tentou resolver esse problema instalando latrinas municipais. Sob pena de multas para os proprietários, não se permitia aos animais, em especial aos porcos, perambular pelas ruas.¹⁰⁵

Das práticas cotidianas de descarte nas cidades neste período, destaca-se também um sistema diversificado e irregular sobre o destino do lixo e das águas servidas. Em algumas residências haviam jardins destinados especificamente ao despejo das águas servidas, em cidades cuja densidade populacional era maior, o destino desse material quase sempre ocorria em espaços fluviais destinados a este fim. No que diz respeito ao lixo e outros refugos, quase sempre se destinava um local fora do espaço das cidades para se realizarem tais descartes. Mesmo assim, não era incomum encontrarem-se pessoas descartando lixos diretamente nos rios, pois a distância destes era provavelmente menor devido à necessidade de abastecimentos diários da população do que em relação aos locais específicos destinados aos descartes.¹⁰⁶

No século XVI, os limpadores de ruas começaram a ser empregados no serviço de limpeza das cidades. No entanto, foi somente a partir do século XVII que a maioria das cidades da Europa adotaria este sistema como um modelo definitivo de limpeza regular. Cabe salientar, entretanto, que tais sistemas demonstraram-se, em alguns casos, ainda ineficientes, pois estariam em grande parte atrelados a um modelo de arrendamento particular, como bem observa Rosen:

¹⁰⁴ ROSEN, op. cit., p.98.

¹⁰⁵ Idem, p.103.

¹⁰⁶ A esta prática de descarte diretamente em rio, a cidade de Porto Alegre merecerá um destaque especial, desenvolvemos esta problemática nos próximos capítulos.

Dublin possuía, no século XVII, um sistema regular de limpeza, cuja fraqueza residia em seu arrendamento a um particular, raramente disposto a fazer mais do que o obrigava o contrato. Aliás, o método de enfrentar os problemas comunitários mediante contratação de um pessoa, ou grupo, particular, se tornou cada vez mais comum. E veio a se revelar uma das maiores dificuldades administrativa do moderno movimento da Saúde Pública.¹⁰⁷

A esta observação do historiador, acrescentamos o fato de que tais serviços de limpeza não eram vistos ou percebidos como de responsabilidade governamental, seja para o âmbito do Estado-Nação, seja para os poderes administrativos municipais. Aos governos caberia apenas o controle, a fiscalização e a punição dos indivíduos, vistos como responsáveis diretos por estes serviços. Assim, “apesar das intenções das autoridades cidadinas, e de suas tentativas de fazer cumprir as várias ordenações referentes ao destino dos esgotos e dos refugos, o sistema administrativo se revelava inadequado. E assim continuou até grande parte do século XIX”.¹⁰⁸

Dos 250 anos que cobrem a chamada Época Moderna, como a historiografia nos aponta, apesar de ser um período marcado pelas “grandes descobertas”, pelo desenvolvimento do conhecimento científico e pelo surgimento dos Estados-Nação, tal período indica também ser marcado pela ineficiência, no que tange aos aspectos ligados diretamente aos problemas de saúde pública, principalmente no que se refere às políticas efetivas sobre os serviços de saneamento das cidades. Talvez por força de tudo isso, se possa explicar também o grande número de doenças endêmicas e epidêmicas que se alastravam por todas as regiões da Europa neste período. Algumas destas, como o suor inglês, o tifo exantemático, o escorbuto, a escarlatina, a varicela, a sífilis, a varíola, a malária e a peste bubônica, se tornariam um fator de constante desestruturação na vida cotidiana, principalmente nas cidades. Segundo Thomas:

A mais temida dentre todas era a peste bubônica, que foi endêmica até o último quartel do século XVII. Era uma doença das cidades e atingia especialmente os pobres, que viviam em condições de sujeira e amontoamento, atraindo assim os ratos negros, atualmente considerados como os portadores das pulgas transmissoras das doenças [...] A peste despertava terror pelo seu caráter súbito, sua virulência e efeitos sociais. As classes superiores emigravam temporariamente da área atingida, deixando os pobres morrerem. Em geral, a consequência era desemprego, escassez de alimentos, saques e violências. Os próprios refugiados estavam sujeitos a receber um tratamento rude por parte das pessoas do campo, pelo temor de que trouxessem a doença consigo. A violência aumentava com a resistência popular às regulamentações de quarentena e restrições à liberdade de movimento, impostas pelas autoridades, especialmente à prática de trancar os contaminados e suas famílias em suas casas.¹⁰⁹

¹⁰⁷ ROSEN, op. cit., p.104. Como veremos no capítulo 3, os contratos tornaram-se também na Porto Alegre do século XIX, um grande problema para a administração pública.

¹⁰⁸ Idem.

¹⁰⁹ THOMAS, op. cit., p.20-21.

Neste caso, para os aspectos ligados as doenças, os “homens do moderno” pareciam estar mais nas “trevas”, do que os próprios “homens do medievo”. Já para o caso do saneamento público, o mesmo parece também acontecer. Entretanto, não demoraria muito para a conhecida “razão” bater à porta daquilo que denominamos de um “*novo tempo para a iluminação na história do saneamento*”, onde novas medidas passariam a ser adotadas.

2.4 UM NOVO TEMPO PARA A ILUMINAÇÃO NA HISTÓRIA DO SANEAMENTO

Os oitenta anos que cobrem parte do século XVIII e do século XIX (1750-1830) são fundamentais para a história do saneamento público na Europa. Contribuíram para isto as profundas reivindicações sociais que foram impulsionadas pela Revolução Industrial Inglesa, pelo Iluminismo¹¹⁰ e pela Revolução Francesa. Estes acontecimentos acabariam por gerar “novas idéias e tendências revolucionárias da Saúde Pública no século XIX”.¹¹¹ Novamente então uma pergunta deve ser feita: que idéias seriam estas apontadas por Rosen? Para melhor responder a esta questão, seguiremos os passos do próprio autor.

Primeiramente o historiador norte-americano liga de forma magnífica o Iluminismo à chamada Razão¹¹²; esta última, por sua vez, não fora da capacidade do humano de entender e colocar os problemas como sendo frutos dele mesmo.¹¹³ Este seria um dos primeiros elementos que ligariam o pensar a saúde pública, como derivada de um problema exclusivamente humano, sem as chamadas superstições do inumano.¹¹⁴

Em seguida, girando da razão humana ao bem estar do humano, Rosen chama nossa atenção para este período pelo fato de ressaltar a saída do pensamento teórico da iluminação para o campo prático de ação, ou seja, a busca inicial de melhores condições sociais:

¹¹⁰ No que diz respeito ao Iluminismo, cabe aqui a observação de Gauer: “O mundo perfeito, utopia dos iluministas, seria totalmente limpo e idêntico a si mesmo, transparente e livre de contaminações. A racionalidade expressa pelas convenções e pelas leis tinha como fim imunizar a sociedade contra a violência, a corrupção, a sedução das crenças e demais impurezas. Os modernos esqueceram, no entanto que não haveria imunidade para o egoísmo, o nihilismo e para a exploração de um número enorme de seres humanos.” GAUER, Ruth M. Chittó. Da diferença perigosa ao perigo da igualdade: reflexões em torno do paradoxo moderno. *Civitas*, Porto Alegre, vol.5, n.2, jul.-dez. 2005. p.401.

¹¹¹ ROSEN, op. cit., p.113.

¹¹² Para os aspectos que tratam diretamente sobre a interação do Iluminismo com a Razão, torna-se importante ver também: NASCIMENTO, M. *Iluminismo*. São Paulo: Ática, 1998.

¹¹³ No que tange a este elemento o autor trata inicialmente sobre a obra de John Look, *Ensaio acerca do entendimento humano*. ROSEN, op. cit., p.114.

¹¹⁴ Daí o grande número de enciclopédias elaboradas neste período, que teriam por função suprir toda e qualquer lacuna do conhecimento. Entretanto, segundo as observações de Lyotard: a busca pela racionalização do humano acabou por criar também o inumano, quase como uma segunda natureza que busca se diferenciar da primeira. Neste sentido, para Lyotard, a educação pode ser considerada como um elemento de desvio do humano ao inumano. LYOTARD, Jean-François. *O inumano*. Lisboa: Estampa, 1989. p.11.

A avaliação dos aspectos sociais das doenças levou mercadores, médicos, clérigos e outros cidadãos de espírito público a lutar por melhoramentos. Ao término do século XVIII, estava enraizada na atenção pública a convicção de serem os problemas de saúde e doença fenômenos sociais de muita importância para o indivíduo, e para a comunidade. Reconheciam-se os efeitos da doença sobre o corpo político e se envidavam esforços na solução do problema.¹¹⁵

Da teoria à prática as características e o emprego destas medidas efetivas se diferenciariam em alguns casos, conforme o lugar e a situação social em que se encontravam as sociedades. Por exemplo, no caso da Alemanha a interferência teria ocorrido mediante a intervenção governamental, no que foi denominado por Rosen de “política médica” ou “polícia médica” no controle social. A este mesmo fenômeno Foucault denominou (duas décadas depois das observações de Rosen) de medicina de Estado, cuja característica seria a regulação da administração médica em torno do poder estatal:

Com a organização de um saber médico estatal, a normalização da profissão médica, a subordinação dos médicos a uma administração central e, finalmente, a integração de vários médicos em uma organização médica estatal, tem-se uma série de fenômenos inteiramente novos que caracterizam o que pode ser chamada a medicina de Estado.¹¹⁶

Na Inglaterra, tais medidas estariam atreladas muito mais a sua dinâmica econômica e social. Neste caso, o desenvolvimento se caracterizaria mais pela ação privada do que um controle efetivo e governamental, como no caso alemão. Esta característica inglesa para Rosen, “refletia o interesse acentuado pelos problemas de saúde e bem estar dos pobres, não apenas por sentimento de caridade, mas na intenção de controlá-los de modo racional e inteligente”.¹¹⁷ Para Foucault, esta prática teria se iniciado com a *Lei dos pobres*¹¹⁸, que propunha o controle médico das classes populares. Mais tarde (1870), esta legislação teria sido complementada com a organização dos chamados *health service* e *health officers*. Tais serviços teriam por função o controle da vacinação, a organização do registro das epidemias e doenças capazes de se tornarem epidêmicas, bem como a localização de lugares insalubres e a

¹¹⁵ ROSEN, op. cit., p.116.

¹¹⁶ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Grall, 2003. p.84.

¹¹⁷ ROSEN, op. cit., p.117.

¹¹⁸ A Lei dos Pobres foi um sistema de assistência elaborado no final do século XVI e posto em prática a partir de 1601. Foi criado para tentar amenizar o problema da pobreza e do desemprego que se disseminavam na época. A partir dessa legislação, o Estado assumiu para si tal incumbência, até então tarefa da Igreja, instruindo as freguesias a arrecadar impostos para assistir aos pobres, conseguir emprego para os fisicamente capazes, punir os “indolentes” e prestar caridade aos idosos, doentes e incapacitados. No século XVIII, aqueles trabalhadores que recebiam salários abaixo do nível de subsistência passaram a receber pensões.

eventual destruição desses focos considerados de insalubridade.¹¹⁹ De acordo com Foucault, o objetivo maior destes serviços era o controle das classes mais pobres para torná-las mais aptas ao trabalho e menos perigosas às classes mais ricas, ou seja:

A partir do momento em que o pobre se beneficia do sistema de assistência, deve, por isso mesmo, se submeter a vários controles médicos. Com a *Lei dos pobres* aparece, de maneira ambígua, algo importante na história da medicina social: a idéia de uma assistência controlada, de uma intervenção médica que é tanto uma maneira de ajudar os mais pobres a satisfazer suas necessidades de saúde [...] quanto um controle pelo qual as classes ricas ou seus representantes no governo asseguram a saúde das classes pobres e, por conseguinte, a proteção das classes ricas. Um cordão sanitário autoritário é estendido no interior das cidades entre ricos e pobres: os pobres encontrando a possibilidade de se tratarem gratuitamente ou sem grande despesa e os ricos garantindo não serem vítimas de fenômenos epidêmicos originários da classe pobre.¹²⁰

Por sua vez, George Rosen destaca outros apontamentos de peso relativo, que teriam contribuído para esta transformação no que tange aos aspectos ligados à saúde pública na Europa. Entram em sua lista de elementos as campanhas contra o uso do álcool na Inglaterra (gim), um “novo olhar” para as crianças (surgimento de uma visão nova em relação à infância) em parte devido à alta taxa de mortalidade infantil¹²¹, construção de novos hospitais e aplicação de novos conhecimentos que visavam diminuir o número de mortes nos partos (com destaque aqui para a limpeza dos materiais que eram utilizados nos partos). Nesta linha, ressalta-se também o aumento dos estudos que relacionavam os problemas de saúde dos trabalhadores com áreas específicas de trabalho: marinheiros, mineiros, sapateiros, lavadeiras entre outros. Assim como estudos sobre os espaços ocupados: prisões, hospícios, hospitais, dispensários e minas.¹²²

Para além de todas estas transformações, existe uma cuja importância mostra-se fundamental para este trabalho, ou seja, aquela que diz respeito às condições de salubridade na vida urbana das cidades. Para melhor traduzir um dos aspectos do saneamento como a limpeza ou a falta da mesma no século XVIII, tomamos de empréstimo aqui as observações de um contemporâneo deste período:

¹¹⁹ FOUCAULT, 2003, op. cit., 96.

¹²⁰ Idem, p.95.

¹²¹ Que segundo Thomas, utilizando-se de análise sobre os dados do primeiro demógrafo inglês, John Graunt, sobre a Inglaterra do ano de 1662, “calculou que, de cada cem crianças nascidas com vida na metrópole, 36 morriam nos primeiros seis anos, e 24 nos dez anos seguintes. Segundo esse cálculo, a expectativa de vida ao nascimento naquela época era menor do que viria a ser para a Índia durante a gripe pandêmica de 1911-1921”. THOMAS, op. cit., p.19.

¹²² ROSEN, op. cit., p.118-126.

De todas as partes as sarjetas inchadas afluem,
 E enquanto avançam, ostentam seus troféus.
 Imundices de todas as cores e odores parecem contar,
 Pelo aspecto e pelo cheiro, de que rua velejaram.
 Refugos das tendas dos açougueiros, bosta, tripas e sangue,
 Cãezinhos afogados, arenques fedidos, todos encharcados na sujeira,
 Gatos mortos e folhas de nabo, rolam corrente abaixo.¹²³

A passagem anterior descreve a percepção de um contemporâneo da primeira metade do século XVIII sobre um alojamento que se encontrava na cidade de Londres neste período. Entretanto, tal condição comum aos olhos dos cidadãos da época, começaria a mudar já a partir da segunda metade do século XVIII. Londres teria sido a primeira cidade a empregar profundas transformações no seu meio urbano por volta de 1760.

Derrubaram-se prédios deteriorados ou que impediavam a circulação, drenaram-se, pavimentaram-se e iluminaram-se ruas. Vias estreitas e tortuosas foram alargadas e tornadas planas. Prédios de tijolo substituíram casas de madeira, desaparecendo, assim, alguns cortiços horríveis. À proporção que surgiam os novos quarteirões, com ruas largas e quadras abertas, a classe mais rica gravitava para esses bairros, deixando para os pobres as regiões mais antigas e insalubres.¹²⁴

Seguindo estas transformações empregadas na cidade de Londres, tivemos Westminster (1762), Manchester (1776) e Liverpool (1785-1800), todas estas cidades implementando certo grau de transformação, no que tange aos serviços de saneamento no espaço público. Destas transformações destacamos também a substituição dos antigos sistemas de água de madeira por novos sistemas de ferro, juntamente com surgimento das primeiras latrinas, que tornaram-se comuns somente ao final do século XVIII. Tais mudanças em seu conjunto teriam proporcionado também um aumento populacional considerável. Londres entre 1801 e 1841 passou de 958.000 habitantes para 1.948.000; já a cidade de Leeds de 53.000 para 123.000 habitantes entre 1801 e 1831.¹²⁵

Este aumento populacional chegou a causar certo receio sobre a relação entre a capacidade de produção humana em produzir alimentos e o nível de consumo alimentar. Nas observações de De Decca:

A população aumentou muito com a queda da taxa de mortalidade, e as cidades cresceram em proporções jamais vistas. O aumento da população chegou a causar apreensão: uma teoria muito difundida na época, criada pelo economista Thomas R. Malthus em 1798, afirmava que a população mundial crescia muito mais

¹²³ SWIFT apud ROSEN, p.127. Jonatan Swift foi escritor e autor da obra “*As viagens de Gulliver*”.

¹²⁴ Idem.

¹²⁵ COSTA, N., op. cit., p.22-23.

rapidamente que a capacidade dos países de produzir alimentos. Assim, ele concluía que não se deveria fazer nada para melhorar o padrão de vida da população, pois, se todos sobrevivessem, muitos morreriam de fome mais cedo ou mais tarde.¹²⁶

Como podemos ver através da citação acima, o problema parece residir para Malthus (1766-1834), mais na assistência médica dada aos pobres, que ao pensar-se resolver um problema acabaria por gerar outro, ou seja: “a falta de alimentos no mundo”. Neste sentido, as condições de vida, principalmente da classe operária (através deste pensamento de Malthus), deveriam se manter nos limites da precariedade. Situação esta que foi bem observada por De Decca, ao descrever as condições sanitárias de bairros operários ingleses deste período:

Já nos bairros operários não havia saneamento, os esgotos corriam a céu aberto, a água não era tratada doenças como a cólera se espalhavam e matavam grandes contingentes da população. Apesar disso, a cidade significava para os operários a única possibilidade de melhorar um pouco seu padrão de vida, de não passar fome, de tentar proporcionar a seus filhos alguma instrução ou oportunidade de um futuro melhor.¹²⁷

Por sua vez, a França no que tange a resolução destes problemas, acabou por adotar um modelo singular. Paris, através deste modelo, viria a tornar-se referência a muitas outras cidades, a partir do desenvolvimento do que podemos chamar de medicina urbana.¹²⁸ Este modelo consistiria basicamente em três objetivos. Primeiramente, a preocupação com os *lugares*¹²⁹, principalmente aqueles em que havia acúmulo de tudo que se poderia ou pelo menos se achava poder provocar doenças, com destaque para os cemitérios que começaram a ser transferidos do centro para a periferia de Paris na década de 80 do século XVIII, como aponta Vigarello:

Na noite de 7 de abril de 1786, pesadas carroças começaram a transferir as ossadas do cemitério dos Santos Inocentes para as pedreiras subterrâneas de Paris. Estranha fila de túmulos conduzidos à luz das tochas e ao ritmo de operações murmuradas em surdina. Algumas testemunhas surpreendem-se com o espetáculo: os ossos vão caindo de quando em vez dos pesados carregamentos, os restos humanos formam um amontoado disforme, o cheiro é insuportável. Mas esta mudança dos mortos parisienses é a primeira de uma longa série. E é também o **primeiro acto de uma higiene que virá a abalar o espaço público.**¹³⁰

¹²⁶ DE DECCA, Edgar. **Fábricas e Homens**. São Paulo: Atual, 1999. p.27.

¹²⁷ Idem, p.50.

¹²⁸ Termo cunhado por Foucault para diferenciar o modelo francês de medicina social do caso inglês (medicina da força de trabalho) e do alemão (medicina de Estado). FOUCAULT, 2003, op. cit., p.82-98.

¹²⁹ Verificamos aqui novamente a presença dos “*lugares*” hipocráticos, como objeto de preocupação com a saúde pública e conseqüentemente com o saneamento das cidades.

¹³⁰ VIGARELLO, op. cit., p.118. Grifo nosso. Seguindo-se este pensamento, igualmente os matadouros, até então localizados no centro de Paris, foram transferidos para os arredores da cidade. FOUCAULT, 2003, op. cit., p.90.

O segundo objetivo da medicina urbana era o controle da circulação da *água* e do *ar*. De acordo com Foucault:

Era uma velha crença do século XVIII que o ar tinha uma influência direta sobre o organismo, por veicular miasmas ou porque as qualidades do ar frio, quente, seco ou úmido em demasia se comunicavam ao organismo ou, finalmente, porque se pensava que o ar agia diretamente por ação mecânica, pressão direta sobre o corpo. O ar, então, era considerado um dos grandes fatores patógenos.¹³¹

Como vimos acima, para o filósofo tal pensamento sobre a *água* e o *ar* remeter-se-ia a uma “crença” do século XVIII, quando na verdade as bases deste pensamento (em nada mítico) se assentavam em uma tradição que ao nosso entender buscava justamente ultrapassar as barreiras da explicação mítica. Não por acaso, Hipócrates é considerado até os dias atuais, como sendo o pai da Medicina, pois sua busca em explicar as doenças como derivadas de fenômenos naturais e não simplesmente míticos, marca uma das primeiras tentativas de se pensar as doenças a partir de um modelo racional.

Assim, a partir desta concepção um problema teria surgido na época: “como manter as qualidades do **ar** em uma cidade, fazer com que o **ar** seja sadio, se ele existe como que bloqueado, impedido de circular, entre os muros, as casas, os recintos”.¹³² Para solucionar tal problema na cidade de Paris, viu-se a partir desse momento a necessidade de se abrir longas avenidas, destruir as casas construídas em cima das pontes, organizar corredores de *ar* e de *água*. Era dado assim, início as reformulações e transformações urbanas ocorridas na cidade ao longo do século XIX. Entretanto, como podemos observar, tais transformações tinham por base idéias que foram elaboradas e previstas a mais de dois mil anos, cuja importância residia em grande parte na obra de Hipócrates, *Ares, Águas e Lugares*, como um guia que continuaria sendo posto em prática, mesmo diante o desconhecimento total deste pensamento que provinha da Antiguidade.

Continuando nesta linha do pensamento hipocrático, o terceiro objetivo da medicina urbana francesa dizia respeito à *água* das fontes e esgotos. Neste caso, segundo Foucault, o problema encontrado era o seguinte: “Como evitar que se aspire *água* de esgoto nas fontes onde se vai buscar *água* de beber; como evitar que o barco-bombeador, que traz *água* de beber para a população, não aspire *água* suja pelas lavanderias vizinhas?”¹³³ Para resolver tal impasse, teria sido elaborado em 1742 o primeiro plano hidrográfico de Paris, intitulado

¹³¹ Idem.

¹³² Idem. Grifo nosso.

¹³³ Idem, p.91.

Exposé d'un plan hydrographique de la ville de Paris (Exposição de um plano hidrográfico da cidade de Paris), resultado da pesquisa sobre os *lugares* em que se poderia dragar água que não tinha sido ainda suja pelos esgotos.¹³⁴

Diante estes apontamentos de Foucault, a medicina urbana francesa deste período pode ser definida como sendo a medicina não dos homens, corpos e organismos, mas das coisas: *ar, água*, decomposições, fermentos, uma medicina das condições de vida e do meio (*lugares*) de existência. No entanto para o filósofo, grande parte da medicina científica do século XIX teria sua origem na experiência desta medicina urbana, que se desenvolveu no final do século XVIII.¹³⁵ O que ao nosso entender pode ser visto e percebido como sendo fruto de um desdobramento muito anterior, pois princípios médicos do século XVIII se apoiavam em tradições muito mais antigas, que se remetiam diretamente a Antiguidade, cujo expoente máximo deste pensamento sobre as questões ligadas a saúde, provinham de um modelo de explicação de Hipócrates. Não por acaso, como já vimos, as *águas*, os *ares* e os *lugares* serem entendidos como pontos vitais para a intervenção médica, vistos como elementos essenciais para uma boa saúde, seja ela individual ou coletiva.

É a partir desta forma de pensamento, que se desenvolve um conceito importante para a medicina social a época: o conceito de salubridade, que de acordo com Foucault:

Salubridade não é a mesma coisa que saúde, e sim o estado das coisas, do meio e seus elementos constitutivos, que permitem a melhor saúde possível. Salubridade é a base material e social capaz de assegurar a melhor saúde possível dos indivíduos. E é correlativamente a ela que aparece a noção de higiene pública, técnica de controle e de modificação dos elementos materiais do meio que são suscetíveis de favorecer ou, ao contrário, prejudicar a saúde. Salubridade e insalubridade são o estado das coisas e do meio enquanto afetam a saúde; a higiene pública – **no séc. XIX, a noção essencial da medicina social francesa – é o controle político-científico deste meio.**¹³⁶

Neste sentido, o controle deste meio cuja finalidade última seria a saúde, mover-se-ia sobre uma superfície determinada pela ambiência e suas condições. Por esse motivo, a *água*, o *ar* e os *lugares*, serem vistos e percebidos a época, como componentes essências para a compreensão e o entendimento do que era percebido como sendo um ideal de uma boa saúde ou como a falta da mesma.

¹³⁴ Segundo Jean-Pierre Goubert, para tentar se solucionar este problema, no ano de 1778 foi fundado em Paris “por imitação ao modelo britânico” a primeira companhia de água francesa denominada, *La Compagnie des Eaux de Paris* (Companhia de Água de Paris). GOUBERT, Jean-Pierre. **Iniciation à une nouvelle histoire de la médecine.** Paris: Ellipses, 1998. p.17.

¹³⁵ FOUCAULT, 1996, op. cit., p.61-67.

¹³⁶ FOUCAULT, 2003, op. cit., p.93. Grifo nosso.

Entretanto, perceber estes fatores não implicava um conhecimento mais apurado sobre a saúde. Necessitava-se de um entendimento que passava pela noção de equilíbrio entre o meio externo e o meio interno. Assim, o meio externo pode ser percebido, como vimos acima, na ambiência: clima, temperatura (*ares*), as localidades (*lugares*) que podem se apresentarem altas, baixas, alagadiças e etc., e por fim as *águas*, se boas ou não para o consumo, se perto de rio ou de mar, se de fácil ou difícil acesso. A esta noção o meio interno (corpo) também faria parte como unidade frente a outras unidades, que por fim, melhor poderia ser entendido diante as condições seja da saúde ou da doença ao conjugar-se um quarto elemento, a forma de alimentação, “*se preferem o vinho, as comidas e são dedicados ao ócio, ou se amam o trabalho duro, os exercícios físicos e comem à vontade mas bebem pouco*”¹³⁷. Assim, tentar entender as doenças do corpo pela verificação e intervenção no espaço (ambiente), bem como pela sua forma de consumo alimentar era um componente provido de um sentido hipocrático a época. Tal sentido ao que tudo indica continuaria a fazer parte do pensar a saúde ao longo de todo o século XIX, mesmo diante das novas descobertas realizadas pela microbiologia. Veremos a seguir como se processou este pensamento, especialmente a partir de 1830.

2.5 A CIENTIFICIDADE QUE BATE A PORTA DA SAÚDE E DO SANEAMENTO NO SÉCULO XIX

O século XIX foi caracterizado como sendo um longo século pelo historiador britânico Eric Hobsbawm, em detrimento do que o mesmo denominou de breve século XX.¹³⁸ Todavia, independentemente de ser longo ou curto no que tange a sua noção temporal ou cronológica, pode ser trabalhado de forma histórica, como sendo um século de profundas mudanças, transformações e percepções diferenciadas em relação ao campo das idéias e do conhecimento. Este período histórico pode ser visto também como um momento de sistematizações do conhecimento, onde as terminologias em **ismos** tornam-se princípio e meio de explicação para se determinar exatamente o que se está a conhecer ou o que ainda não era totalmente verificável perante o conhecimento. Entram nesta esfera de explicação o socialismo, o capitalismo, o liberalismo, o colonialismo, o nacionalismo, o imperialismo, o romantismo e o cientificismo.

Já o cientificismo como unidade sistemática para compreensão das transformações

¹³⁷ HIPÓCRATES, op. cit., p.65.

¹³⁸ HOBBSAWM, Eric. **A era dos impérios**: 1875-1914. São Paulo: Paz e Terra. 2003.

propiciadas pelas novas descobertas, se deve em parte ao fenômeno da industrialização, que segundo De Decca:

Num período de tantas mudanças e descobertas, seria difícil avaliar como ocorreram tais transformações. Contudo, uma coisa parece mais do que certa. Muitas destas descobertas só foram possíveis pelo desenvolvimento tecnológico propiciado pela industrialização.¹³⁹

O fenômeno da industrialização teria marcado assim profundamente as bases econômicas e políticas da Europa, bem como o seu campo social. No tocante a este último, uma de suas principais características no plano interno, talvez seja aquela que ficou marcada por regimes de exploração e de desigualdades frente às camadas populares, principalmente dos trabalhadores operários.

No plano externo, o chamado “processo civilizador”,¹⁴⁰ pode ser visto também como uma das marcas principais do que poderíamos classificar de regimes de exploração, de desigualdades e de preconceitos, onde a cultura do homem branco europeu passou a ser vista por estes, como a fôrma perfeita para se moldar todo e qualquer tipo de cultura, via aplicação de manobras de aculturação.¹⁴¹ Neste sentido para De Decca:

Não seria difícil concluir que os estudos de bacteriologia desenvolveram-se com a expansão imperialista, na medida em que os homens brancos precisavam estar imunizados contra as bactérias perniciosas do mundo colonial. O mesmo acontecendo com as políticas de saneamento voltadas à higienização dos bairros operários das grandes cidades européias, tendo elas servido para o avanço das pesquisas em bacteriologia.¹⁴²

Rosen aponta também para a relação, neste período, entre a ocorrência do desenvolvimento científico como conseqüência de preocupações de cunho econômico. No que tange a esta relação entre desenvolvimento científico e problemas econômicos, o químico francês Louis Pasteur (1822-1895) foi um dos expoentes mais significativos deste período. De acordo com Rosen:

A carreira científica de Pasteur contém exemplos seguidos da interação de necessidade técnica e descoberta científica. Ele lidava com problemas de importância econômica imediata, mas o interesse de Pasteur ultrapassava o

¹³⁹ DE DECCA, Edgar. O colonialismo como a glória do império. In: REIS FILHO, Daniel Aarão et al. (Org.). **O século XX**. vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003. p. 177.

¹⁴⁰ ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

¹⁴¹ Para maiores detalhes com relação a este pensamento, torna-se importante ver a obra de BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2005, que trata sobre as formas de imposição cultural do modelo colonizador.

¹⁴² DE DECCA, 2003, op. cit., p.177.

problema específico e ia até suas ramificações mais amplas. Assim, ao estudar a fermentação, ele já havia pensado em uma possível relação causal entre germes e doença. Se a fermentação se deve a criaturas vivas diminutas, porque não seriam esses organismos capazes de produzir as alterações presentes nas doenças pútridas e supurativas?¹⁴³

Pasteur teria começado a estudar a fermentação, estimulado principalmente pelo pai de um de seus alunos, que possuía uma manufatura de álcool de beterraba, que passava por sérios problemas com relação à deterioração dos elementos durante o processo de fermentação. Rosen aponta que Pasteur, através de seus estudos teria descoberto não apenas a origem do problema com relação ao processo de fermentação, mas também teria ido além, ao demonstrar como prevenir e evitar tais problemas:

Em seus estudos sobre a cerveja e o vinho, ele demonstrou que a fermentação desandava em virtude da contaminação por organismos estranhos, que produziam substâncias diferentes do álcool desejado. Pasteur foi além, revelando não só por que o processo de fermentação se tornava anormal mas também como prevenir essa situação. Ele mostrou como suprimir as atividades de todos os organismos, menos as dos especificamente desejados, apenas aquecendo o vinho, por um curto período, a uma certa temperatura. Assim, eliminar-se-iam os fermentos indesejáveis. Esse é o método familiar da *pasteurização*, hoje aplicado para o leite e outros produtos alimentícios.¹⁴⁴

Para Bertolli Filho, o químico Louis Pasteur teve um papel pioneiro para a medicina moderna, pois o mesmo teria “revolucionado” o conceito e os métodos de combate às doenças infecciosas, provando que um grande número de doenças era causado por micróbios específicos.¹⁴⁵ Pasteur teria sido um dos principais divulgadores da Bacteriologia¹⁴⁶, posicionando-se contrário as teorias miasmáticas que atribuíam as doenças aos “*ares*” corrompidos.

Em 1865 o médico do exército francês Joseph Lister (1827-1912), teria colocado em prática as pesquisas de Pasteur ao controle da doença em seres humanos. Anos mais tarde, concluiria que a tuberculose era originada de um germe microscópico capaz de se multiplicar no organismo e de se transmitir por contato direto ou através do *ar*.¹⁴⁷ Mesmo assim, o

¹⁴³ ROSEN, op. cit., p.240.

¹⁴⁴ Idem, p.239. Grifo do autor.

¹⁴⁵ BERTOLLI FILHO, Claudio. **História da saúde pública no Brasil**. 4.ed. São Paulo: Ática, 2004. p.12.

¹⁴⁶ A Bacteriologia, atualmente, é a área da ciência que estuda as bactérias. No entanto, quando surgiu o termo, referia-se ao estudo de todos os tipos de micróbios. Idem.

¹⁴⁷ Neste sentido, o *ar* como um dos componentes hipocráticos continuaria a exercer sua influência sobre o entendimento das doenças. Porém, cada vez menos o *ar* em si como causador das doenças, mas os micro-organismos que o mesmo poderia carregar.

médico não conseguiu isolar o germe e seu trabalho não teve muita repercussão.¹⁴⁸

Por volta de 1870, houve sólidos avanços nas técnicas e no conhecimento da microbiologia, e foi neste período que a Bacteriologia se estabeleceu como ciência. Um dos principais expoentes nesta área de estudo foi o médico alemão Robert Koch (1843-1910), que descobriu o *bacillus* causador do antraz e desenvolveu técnicas para o cultivo e estudo das bactérias. Em viagens que realizou pela África e Ásia com o objetivo de estudar a transmissão de doenças, acabou descobrindo a técnica de isolamento do vibrião do cólera.¹⁴⁹

Nas décadas finais do século XIX, os avanços na área da Bacteriologia se desenvolveram em duas direções: num primeiro viés, o trabalho de Koch levou ao desenvolvimento de técnicas para o cultivo e estudo de bactérias; em outra direção seguiram-se os estudos de Pasteur e seus colaboradores, que dirigiram sua atenção para os mecanismos da infecção e para a prevenção e tratamento das doenças contagiosas.¹⁵⁰

Diante de todo este processo de um suposto desenvolvimento científico, mais uma pergunta se faz necessária: como se apresentava esta relação entre o desenvolvimento do pensamento científico (voltado ao entendimento dos micro-organismos como componentes de explicação das causas das doenças) com o modelo hipocrático que era aplicado até então (através de medidas efetivas sob o espaço social), no que tange aos aspectos do saneamento das cidades? Como poderemos ver, cada vez mais ocorrerá uma junção destes saberes, que darão uma forma específica as práticas voltadas ao combate das doenças. Desta junção de saberes entre este “novo” pensamento científico e o já enraizado pensamento hipocrático, surgirá aos poucos uma nova visão, ligada agora à idéia de higienização. Será esta nova forma de pensamento que acabará prevalecendo sobre as práticas relacionadas ao saneamento das cidades, que em nome de um discurso higienizador aplicará a intervenção sobre o espaço social, seja ele individual ou coletivo.

Para melhor entender como se processou este desdobramento que teve início na Europa e nos Estados Unidos¹⁵¹ neste momento, começamos delineando os sistemas de

¹⁴⁸ Cf. ROSEN, op. cit., p.241.

¹⁴⁹ COSTA, N., op. cit., p.30.

¹⁵⁰ Idem, p.28.

¹⁵¹ Desdobramento este que propiciou inúmeras transformações nos sistemas de administração da saúde pública derivado praticamente dos problemas relacionados às ondas epidêmicas do cólera do século XIX, como aponta Gilberto Hochman: “A experiência das epidemias de cólera do século XIX na Europa e nos Estados Unidos, que atingiram a todos, ricos e pobres, em quase todos os lugares - cidades, regiões, países – explicitou para as elites os problemas de interdependência social e a necessidade da criação de organizações e políticas permanentes, amplas, coletivas, compulsórias e supralocais para prevenir e combater os riscos da infecção e do contágio em massa.” HOCHMAN, Gilberto. Regulando os efeitos da interdependência: sobre as relações entre saúde pública e construção do Estado (Brasil, 1910-1930). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.6, n.11, 1993. p.5. Com

administração com relação aos problemas derivados à saúde pública, bem como as práticas adotadas quanto aos problemas derivados do saneamento em alguns dos principais países europeus, como Inglaterra, França e Alemanha, assim como na América norte-americana.

George Rosen destaca que ao longo do século XIX houve diferentes esforços no sentido de se centralizar as administrações para a saúde pública. Na Inglaterra, por exemplo, os “esforços anteriores das autoridades locais para melhorar as condições sanitárias tinham sido impedidos pela ausência de uma repartição central, a qual se pudessem dirigir em busca de orientação e auxílio.”¹⁵² Criou-se então, neste país, o Conselho Geral de Saúde (1848), instituição que tinha poderes para estabelecer e gerenciar conselhos locais de saúde. Estes conselhos locais, por sua vez, possuíam autoridade para cuidar do abastecimento de água, do sistema de esgotos, do controle dos comércios ofensivos, da provisão e da regulamentação de cemitérios. Para o historiador norte-americano, “a criação do Conselho Geral de Saúde é um grande marco na história da Saúde Pública. A despeito de sua breve existência e de suas insuficiências, o Conselho realizou muito.”¹⁵³ A este “muito” a que se refere o historiador estavam: a instalação, em numerosas comunidades, de sistemas de esgotos e de abastecimento de água, além da criação da função de médico de Saúde Pública. Londres teria nomeado seu primeiro médico de Saúde Pública em 1848, sendo esta ação seguida por Leeds (1866), Manchester (1868), Birmingham (1872) e Newcastle (1873). Na opinião de Rosen, até este momento, o papel da medicina para as melhorias da Saúde Pública (seja através de legislação ou administração) foi secundário, pois “não veio da profissão médica o impulso para a reforma sanitária, embora alguns médicos tivessem chamado a atenção para os problemas comunitários de insalubridade.”¹⁵⁴ A estes problemas de insalubridade, Francisco Martinho ressalta:

Para começar, a idéia que temos hoje de centro urbano é completamente diferente da que se tinha a cem anos. É possível que a grande diferença entre as cidades do século XIX e as do século XX esteja na definição das políticas de saneamento e higiene. As cidades cresciam muito aceleradamente e, no mesmo ritmo, cresciam também seus problemas. A começar pelo problema crônico da falta d’água. Não só a falta d’água, mas também a ausência de lugares onde jogar a água após o seu uso. O lixo, os esgotos domésticos e mesmo os dos urinóis eram jogados na rua. Os esgotos públicos, raros, desaguavam no rio local.¹⁵⁵

relação a esta questão, ver também: FINKELMAN, Jacobo. (Org.) **Caminhos da Saúde Pública no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002.

¹⁵² ROSEN, op. cit., p.176-177.

¹⁵³ Idem.

¹⁵⁴ Idem, p.179.

¹⁵⁵ MARTINHO, Francisco. Resistências ao capitalismo. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). **O século XX**. vol. 1. Rio de Janeiro, 2000. p.193.

Nos Estados Unidos, segundo os apontamentos de George Rosen, “havia confusão quanto às causas e o modo de transmissão das doenças, mas o controle se sustentava quase sempre sobre a quarentena e o saneamento ambiental”. No que diz respeito ao saneamento ambiental, o historiador ressalta os assuntos recorrentes à época no que tange a idéia de saúde ligada as questões de saneamento, como: “a acumulação de imundícies nas ruas, obstrução de valas de drenagem da água, drenagem diárias de baixada, melhoria das encostas dos cais e dos rios, para evitar-se o acúmulo de refugos, e poluição do ar por estabelecimentos como matadouros e fábricas de sabão.”¹⁵⁶

A partir de 1840 o saneamento público passou a ser percebido nos Estados Unidos como um problema de grande envergadura, devido em parte ao crescimento das comunidades urbanas que sofreram um rápido aumento populacional, proporcionado pela elevação do número de imigrantes. Este aumento, por sua vez, teria ocasionado sérios problemas de ordem sanitária, que levaram à criação de inúmeras associações de saúde. Como observa Rosen:

Assim, criaram-se, depois de 1845, uma série de associações de saúde voluntárias [...] Unindo médicos, funcionários públicos e leigos com espírito público, essas organizações se mostraram capazes de criar um terreno amplo para a mobilização das forças da comunidade. Imbuídos de um propósito moral alto, os membros dessas associações se consideravam “alistados em uma cruzada contra um mal gigantesco, e crescente”. Esses grupos se incumbiram de educar o povo quanto as vantagens da higiene, pública e privada, de pressionar pela reforma administrativa, e de agir para eliminar os apartamentos apinhados, mal ventilados, imundos, os suprimentos de água impura, o escoamento inadequado e o alimento insalubre.¹⁵⁷

O primeiro Departamento Nacional de Saúde dos Estados Unidos foi criado em 1879. Este Departamento tinha como funções reunir informações sobre assuntos de saúde pública, aconselhar o governo federal e os governos estaduais, além de apresentar ao Congresso um plano de organização nacional de saúde. Este Departamento teria funcionado até 1883, quando parou de receber verbas. O motivo de seu fim, segundo Rosen, se deve ao fato de sua estrutura administrativa ter sido pouco ágil e por ter despertado o antagonismo dos estados, que sentiam seus direitos usurpados frente a um poder central.¹⁵⁸

Com relação à França, seus problemas no que diz respeito à saúde pública e ao saneamento parecem pouco diferir dos problemas ingleses e americanos. Maria Stella Bresciani nos informa que a cidade de Paris era considerada no século XIX, “uma imensa

¹⁵⁶ ROSEN, op. cit., p.185.

¹⁵⁷ Idem, p.190.

¹⁵⁸ Idem, p.197.

fábrica de putrefação, onde nem as plantas sobrevivem”.¹⁵⁹ A autora, utilizando-se da observação de um contemporâneo da época (Chevalier – 1796-1840), procura demonstrar como se apresentava as condições sanitárias da cidade de Paris, da primeira metade do século XIX:

[...] um amontoado de casas desalinhadas encimado por um céu sempre nebuloso, mesmo nos dias mais belos. [...] dédalo onde já se acotovelam mais de um milhão de homens, onde o **ar** viciado de exalações insalubres eleva-se, formando uma nuvem infecta que basta para obscurecer o sol quase por completo. A maioria das ruas desta maravilhosa Paris são na verdade tão-somente condutos sujos e sempre úmidos de **água** pestilenta. Fechadas entre duas fileiras de casas, o sol jamais desce até elas. Uma multidão pálida e doentia transita continuamente por elas, os pés nas **águas** que escorrem, o nariz no **ar** infecto e os olhos atingidos a cada esquina pela mais repulsiva sujeira.¹⁶⁰

Diante desta situação em 1848 teria sido criado o Comitê Consultivo em Saúde Pública Francês, que era ligado ao Ministério de Agricultura e Comércio. Este Comitê tinha por função aconselhar o ministro em assuntos relativos à saúde. Neste mesmo ano foram também criados os Conselhos Locais de Saúde Pública, com o objetivo de prestar consultoria aos prefeitos das cidades francesas. Assim, estas mudanças, no que diz respeito aos aspectos administrativos da saúde e do saneamento começariam a ser mais visíveis a partir da segunda metade do século XIX, cujo papel principal destas ações, mediante a intervenção no meio urbano, ocorreria via processo de higienização. Este processo de higienização, entretanto, continuaria a se assentar sobre as bases de um pensamento hipocrático, cujas intervenções centravam-se basicamente sobre o espaço urbano. Para este caso é nítida a relação entre saúde individual ou coletiva e o meio em que ela se apresenta. Por este motivo as ações empreendidas mediante a abertura de ruas para melhor circulação dos *ares*, aterramento de áreas pantanosas (*lugares*) e um maior cuidado sobre a utilização e o consumo das *águas* existentes.¹⁶¹

Na Alemanha, nesta mesma época, o higienista Max Von Pettenkofer (1818-1901) faria da Higiene uma ciência experimental adotando a análise laboratorial da mesma em campos da nutrição, do vestuário, da ventilação, da água¹⁶² e dos esgotos. Seus primeiros

¹⁵⁹ BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Londres e Paris no século XIX**: o espetáculo da pobreza. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1992. p.77.

¹⁶⁰ CHEVALIER apud BRESCIANI, Idem, p.75. Grifo nosso.

¹⁶¹ No que tange a estes aspectos, podemos observar estas mesmas transformações ocorrendo simultaneamente tanto na Europa quanto no território brasileiro. Nos próximos capítulos, abordamos estas mesmas transformações especificamente na cidade de Porto Alegre.

¹⁶² No que se refere à análise “moderna” da água, a mesma tem origem nas reflexões feitas no século XVIII pelo químico francês Lavoisier. GOUBERT, Jean-Pierre. A conquista da água na era industrial. In: SERRES, Juliane;

passos foram dados ainda em 1865, quando o mesmo passou a ministrar a primeira cadeira de Higiene Experimental em Munique. Com este higienista, segundo Rosen, “a ciência penetrou no campo da Higiene e da Saúde Pública”.¹⁶³ Entretanto, cabe ressaltar que este método laboratorial de análise científica, ao ser empregado por Pettenkofer, acabaria por se assentar inicialmente sobre os mesmos elementos derivados do âmbito de compreensão hipocrática. Daí o sentido dos primeiros elementos analisados pelo higienista serem as *águas*, os *ares* (ventilação) e os alimentos.¹⁶⁴

Como podemos ver, o século XIX se apresentava também sob os prismas do pensamento hipocrático no que tange aos aspectos de saúde e saneamento das cidades, seja para atribuir as causas das doenças aos prováveis desequilíbrios do meio, seja para analisar estes meios para tentar-se “comprovar” as causas das doenças. É deste universo histórico de pensamento singular que se desenvolvem as práticas com relação ao saneamento das cidades, principalmente sobre os grandes centros urbanos do século XIX. A cidade de Porto Alegre como capital de uma importante Província do Império brasileiro não fugirá a esta regra. Vejamos a seguir como se desdobrava este saber hipocrático, bem como se estruturava este sistema de pensamento no que se refere ao saneamento desta cidade.

SCHWARTSMANN, Leonor. (Orgs.) **História da Medicina**: instituições e práticas de saúde no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. p.26.

¹⁶³ ROSEN, op. cit., p.203.

¹⁶⁴ Cabe ressaltar neste momento, que este método de análise laboratorial chegará com mais força na cidade de Porto Alegre somente na última década do século XIX, quando o Dr. Protásio Antonio Alves ocupava o cargo de Inspetor de Higiene.

PARTE II – A ESTRUTURA DO SANEAMENTO EM PORTO ALEGRE

3 SABERES E AGENTES DO SANEAMENTO NA PORTO ALEGRE OITOCENTISTA

Neste capítulo damos continuidade à história do saneamento, partindo agora para uma análise voltada para um lugar e momento específico da história. Tratamos aqui sobre a cidade de Porto Alegre no século XIX, ressaltando alguns pontos que dizem respeito à história de seu saneamento. Inicialmente, falamos sobre a importância do pensamento hipocrático como elemento constituidor das políticas públicas voltadas para o saneamento da cidade já na primeira metade do século XIX. Nosso objetivo aqui é demonstrar como, onde e em que momento se processava esse saber presente na atuação do poder público municipal de então.¹⁶⁵ Para isso, realizamos um estudo comparativo entre a primeira metade do século XIX e a segunda metade deste mesmo século, buscando demonstrar a intensificação do saber hipocrático voltado ao saneamento perante as políticas públicas adotadas sobre o espaço social da mesma.

No segundo momento, falamos sobre os agentes do saneamento como componentes de um conjunto complexo e articulado que compõem este universo que é a história do saneamento na cidade. Utilizamos aqui a expressão “agentes” por entendermos através deste trabalho todos aqueles que estavam envolvidos direta ou indiretamente com este assunto, sejam eles indivíduos ou grupos. Neste caso, tratamos de falar sobre a participação dos agentes do poder público (presidentes da Província, vereadores, fiscais, policiais e inspetores de saúde pública) e de agentes particulares e/ou civis (contratadores, contratados, prisioneiros e escravos, bem como os demais moradores da cidade).

No tópico seguinte tratamos de fazer algumas considerações sobre a história do saneamento da cidade de Porto Alegre na primeira metade do século XIX, partindo das primeiras referências realizadas sobre os problemas derivados do saneamento na cidade até desembocarmos nos possíveis problemas gerados pela Revolução Farroupilha na então capital da Província.

Por último, abordamos o período de passagem da primeira metade do século XIX para a segunda metade deste mesmo século. Neste momento, ressaltamos a continuidade e a transformação, no que tange a atuação do pensamento hipocrático sobre o saneamento da

¹⁶⁵ Saber este (hipocrático) que se apresenta também como saberes, visto ser este uma forma de pensamento que agrega outros conhecimentos ao longo do tempo, porém sem deixar de ter como cerne os seus três elementos, (*águas, ares e lugares*) que são princípios orientadores e geradores das ações voltadas para o saneamento.

cidade. Nosso objetivo concentra-se aqui em analisar a ocorrência da passagem do que denominamos de fase “limpezista” para a fase higienista no sistema de saneamento.

3.1 A PRESENÇA DO SABER HIPOCRÁTICO NO SANEAMENTO DA CIDADE

A presença do saber hipocrático nas ações sobre o saneamento na cidade de Porto Alegre no século XIX, pode ser melhor verificada quando se toma como ponto de partida o próprio poder público do município. Para demonstrar como ocorre esta presença, elaboramos duas tabelas contendo os mesmos campos, denominados: *águas*, *ares* e *lugares*, elementos estes que fazem parte do saber hipocrático. Assim, na tabela 1, colocamos os números obtidos sobre a disposição destes três componentes na primeira metade do século XIX; já na tabela 2 colocamos os números referentes a estes mesmos três elementos para a segunda metade deste século. Quantificamos assim, através das *Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre*, a recorrência ao uso destes três termos. Vejamos como se apresenta esta disposição:

Ano	Águas	Ares	Lugares	Total
1829	1	0	8	9
1830	2	0	7	9
1831	1	1	0	2
1832	0	2	3	5
1833	0	1	1	2
1834	0	3	9	12
1835	0	0	1	1
1836	0	0	1	1
1837	1	0	3	4
1838	5	0	5	10
1839	2	0	1	3
1840	4	0	1	5
1841	5	0	1	6
1842	3	0	3	6
1843	3	0	3	6
1844	2	1	5	8
1845	4	0	1	5
1846	1	0	1	2
1847	1	0	0	1
1848	0	0	0	0
1849	0	0	2	2
1850	1	0	7	8
Total Geral	36	8	63	107

Tabela 1 - Tabela de referência dos elementos hipocráticos presentes nas *Atas da Câmara* na primeira metade do século XIX. Fonte: O autor.¹⁶⁶

Podemos ver acima que a primeira coluna coloca em ordem anual a recorrência aos três componentes presentes na obra de Hipócrates. Temos dispostas assim, tais referências na seguinte ordem. Na segunda coluna apresentamos a recorrência que diz respeito ao elemento “*águas*”, discriminadas aqui tanto como potáveis quanto estagnadas, fluviais ou servidas. Já na terceira coluna colocamos em referência os “*ares*”, como derivados de elementos ligados basicamente às doenças.¹⁶⁷ Na quarta coluna, apontamos os “*lugares*” como o terceiro elemento hipocrático presente no que tange aos espaços específicos de preocupação e atuação do poder público em relação à saúde e ao saneamento na cidade. Incluem-se nesta quarta coluna a referência as ruas, praças, edificações, terrenos baldios e praias do litoral. Por fim, na última coluna, apresentamos a soma geral das referências feitas por ano. Na última linha da tabela, podemos verificar também o total de referências feitas por assunto de 1829 a 1850, bem como o total geral de todas as referências realizadas neste mesmo período.

Analisando o conjunto de dados numéricos da tabela obtidos do mapeamento das informações contidas nas *Atas da Câmara*, podemos verificar primeiramente o universo quantitativo da presença dos três elementos hipocráticos, como fazendo parte de componentes dos discursos e das ações empreendidas pelo poder público municipal de então. Podemos notar que dos 21 anos que cobrem o período que vai de 1829 a 1850¹⁶⁸ existe um total de 107 referências realizadas sobre os componentes presentes no pensamento hipocrático. Um número que pode ser considerado baixo, dado sua média possuir uma proporção inferior a seis referências anuais. Entretanto, são elementos presentes que possuem uma dimensão importante, principalmente quando podemos observar a maneira como se apresentam

¹⁶⁶ Tabela baseada sobre informações retiradas dos Catálogos das Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre de 1829 a 1850. **Catálogo das Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre: 1825-1855.** Vol. 7 ao 9. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura, 1994-1998.

¹⁶⁷ Como referência a esta ligação utilizamos o estudo de Dina Czeresnia que verifica a importância do *ar* como elemento constituidor de percepções sobre a saúde e a doença até o século XIX. Nesta perspectiva os sentidos como o olfato e o tato eram essenciais para o entendimento dos agentes históricos até então perante as epidemias. Para maiores detalhes ver: CZERESNIA, Dina. Do contágio à transmissão: uma mudança na estrutura perceptiva de apreensão da epidemia. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, vol. IV, n.1, p.75-94, mar.-jun. 1997. Reforçando este pensamento, cabe aqui também o adágio popular sobre medicina caseira no Rio Grande do Sul, apontado por Mariante: “*Livra-te dos ares, que eu te livrarei dos males*”. MARIANTE, Hélio M. **Medicina campeira e povoeira**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1984. p.115.

¹⁶⁸ Realizamos este recorte para análise, pois o ano de 1829 é o primeiro ano pós Lei de 30 de Agosto de 1828 que extinguiu “*os lugares de Provedor-mór, Physido-mór e Cirurgião-mór do Imperio, passando para as Camaras Municipaes e Justiças ordinarias as attribuições que lhes competiam*”; assim como a Lei de 1º de outubro de 1828, que: “*Dá nova fôrma ás Camaras Municipaes, marca suas attribuições e o processo para a sua eleição, e dos Juizes de Paz.*” **Collecção das Leis do Imperio do Brazil**. Parte Primeira. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878. p.27-28 e p.74-88. Já o ano de 1850, por marcar o final da primeira metade do século XIX.

mediante comparação com a segunda metade do século XIX, bem como os meses em que tais referências eram realizadas.

Dos números obtidos da tabela anterior, podemos desdobrar tais dados mediante análise da quantidade de referências realizadas mês a mês durante todo o período que cobre os anos de 1829 a 1850. Os resultados obtidos com estes desdobramentos foram os seguintes:

Mês	Águas	Ares	Lugares	Total
Janeiro	2	1	4	7
Fevereiro	1	-	4	5
Março	1	-	-	1
Abril	3	1	1	5
Maiο	1	-	2	3
Junho	3	-	9	12
Julho	9	-	20	29
Agosto	2	1	6	9
Setembro	2	1	7	10
Outubro	8	-	6	14
Novembro	4	2	1	7
Dezembro	-	2	3	5
Total	36	8	63	107

Tabela 2 - Tabela de referências mensais de 1829 a 1850

Fonte: O autor¹⁶⁹

Como podemos ver, tais referências apresentam-se bastante diversificadas. No que tange ao assunto *água*, por exemplo, este elemento é mais referenciado durante os meses que cobrem parte do período de inverno e da primavera, mais do que no período de verão. O problema neste caso parece não ser a falta de água, mas sim o seu excesso ocasionado pelo aumento das chuvas, que são muito freqüentes neste período. Já com relação aos inúmeros problemas apontados pelo poder público municipal com relação à água, destacamos alguns termos que são recorrentes para este período: estagnação das águas, lavagem de roupas no rio (problemas estes geralmente atribuídos aos hospitais, devido à relação que se fazia entre a

¹⁶⁹ Tabela baseada sobre informações retiradas dos Catálogos das Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre de 1829 a 1850. **Catálogo das Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre: 1825-1855**. Vol. 7 ao 9. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura, 1994-1998.

lavagem de roupas dos doentes com a possibilidade de se pegar alguma doença), esgotos e despejos lançados à água, valos mal conservados e problemas ocasionados pela acumulação de águas que poderiam formar sangas.¹⁷⁰

Quanto aos *lugares*, estes igualmente são mais referenciados no período que cobre o inverno e a primavera, com seu ápice centrando-se no mês de julho. Dentre os problemas mais referenciados com relação aos lugares, encontramos aqui os seguintes termos: limpeza, lixo e despejos. Dentre estes problemas, os locais mais citados são: os terrenos baldios (normalmente os não cercados, que acabavam por servir de depósito de lixo), as ruas, as praças, as prisões (seu estado interno e externo), os quartéis (geralmente criticados pelos despejos feitos em locais não recomendados pelo poder público municipal) e o entorno dos prédios públicos (inclusive do prédio da própria Câmara).¹⁷¹

Já os *ares*, assunto aqui relacionado aos problemas derivados das doenças, mostram-se muito mais dispersos e em um número bem menor, porém concentrados no período que cobre os meses de novembro e dezembro, ou seja, o período que vai do final da estação da primavera ao início do verão. Dentre os termos mais encontrados destacamos os cuidados para se evitar o cólera, a questão alimentar (com relação à sazonalidade das frutas e o cuidado com o consumo das carnes, principalmente as de origem suína) e por último, os possíveis problemas derivados do cemitério com relação ao seu estado de conservação e localização.

Outro ponto relevante que pode ser observado nas duas tabelas acima são os números gerais que perfazem o total de referências realizadas sobre cada um dos três elementos (*águas*, *ares* e *lugares*). Podemos observar que estes elementos presentes como componentes constituidores do saneamento público são referenciados em um total de 107 vezes, num período entre 1829 e 1850. Deste total podemos ver que 36 referências foram feitas sobre o elemento *água*, 8 sobre o elemento *ares* e 63 sobre os *lugares*. Um número aparentemente baixo se comparado com os dados obtidos da segunda metade do século XIX. Vejamos a seguir como se apresentavam estes mesmos elementos entre 1851 e 1900.

¹⁷⁰ Com relação à sistematização de todos estes termos que são também componentes presentes no discurso hipocrático, os mesmos aparecem de forma mais acentuada no penúltimo tópico deste capítulo, denominado “Os primeiros movimentos do saneamento na Porto Alegre oitocentista”.

¹⁷¹ No que tange a estes três elementos, o assunto *lugar* assume importância fundamental, pois ele se apresenta tanto na questão do espaço, quanto no que diz respeito aos lugares das doenças e de problemas relacionados à água. Neste sentido, nem sempre a referência realizada nos campos *águas* e *ares* aparece desacompanhada de um *lugar*. Entretanto, tornou-se necessário separá-los como elementos de análise dado o fato desta relação não se aplicar a todos os casos, como podemos ver no exemplo a seguir: “Elegem uma Comissão para examinar pontos de água potável e obras necessárias para conduzi-la até a Cidade.” **Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre**. 25 jun. 1831. Como podemos ver neste caso, o elemento água aparece desacompanhado de qualquer informação que possa indicar um lugar específico dentro do próprio espaço da cidade, por isso foi contabilizado na tabela somente uma vez, no elemento *água*.

Ano	Águas	Ares	Lugares	Total
1852	1	0	2	3
1853	2	2	6	10
1854	4	5	15	24
1855	0	1	10	11
1856	3	2	5	10
1857	0	1	2	3
1858	1	1	8	10
1859	1	0	4	5
1860	2	1	1	4
1861	1	0	1	2
1862	2	2	3	7
1863	4	2	7	13
1864	1	0	3	4
1865	2	3	8	13
1866	5	4	11	20
1867	4	3	10	17
1868	2	4	17	23
1869	4	1	13	18
1870	1	0	7	8
1871	4	1	6	11
1872	1	0	3	4
1873	10	2	26	38
1874	7	6	17	30
1875	3	1	8	12
1876	9	1	12	22
1877	4	1	10	15
1878	10	0	7	17
1879	8	0	6	14
1880	0	0	2	2
1881	6	0	10	16
1882	12	0	15	27
1883	8	0	12	20
1884	11	1	15	27
1885	10	0	11	21
1886	13	1	17	31
1887	18	0	32	50
1888	4	0	8	12
1889	7	2	14	23
1890	2	1	10	13
1891	1	0	1	2
1892	2	0	2	4
1893	1	0	2	3
1895	0	0	3	3
1896	2	0	2	4
1899	0	2	1	3
1900	1	0	1	2
Total Geral	194	51	386	631

Tabela 3 - Tabela de referência dos elementos hipocráticos presentes nas *Atas da Câmara* na segunda metade do século XIX. Fonte: O autor.¹⁷²

Como podemos ver na tabela anterior, a soma geral de referências para a segunda metade do século XIX é muito maior do que na primeira metade deste mesmo século. Isso ocorre não apenas por analisarmos um período maior de tempo, mas porque os três elementos hipocráticos passam a ser referenciados com mais frequência. A partir da década de 1850 a referência a estes três elementos passam por um aumento progressivo, como podemos ver na tabela anterior, voltando novamente a decair por volta da década de 1890.¹⁷³ Desdobrando os números obtidos acima, podemos verificar como se apresentam referenciados os três elementos hipocráticos mês a mês durante todo o período que cobre a segunda metade do século XIX. Deste desdobramento obtivemos os seguintes resultados:

Mês	Águas	Ares	Lugares	Total
Janeiro	30	5	51	86
Fevereiro	23	3	41	67
Março	19	2	33	54
Abril	15	4	22	41
Maió	18	6	31	55
Junho	10	3	24	37
Julho	16	3	21	40
Agosto	8	2	18	28
Setembro	9	4	24	37
Outubro	22	5	37	64
Novembro	14	4	45	63
Dezembro	10	10	39	59
Total	194	51	386	631

Tabela 4 - Tabela de referências mensais de 1851 a 1900.
Fonte: O autor.¹⁷⁴

¹⁷² Tabela baseada sobre informações retiradas dos Catálogos das Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre de 1851 a 1900. **Catálogo das Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre: 1846-1900.** Vol. 9 ao 13. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura, 1998-2001. Foram suprimidos da tabela os anos em que não ocorreram referências, ou seja: 1851, 1894, 1897 e 1898.

¹⁷³ Analisamos os motivos desta variação de forma mais detida no terceiro capítulo, denominado: “As políticas públicas para o saneamento de Porto Alegre: o discurso epidêmico e as ações práticas na segunda metade do século XIX”.

¹⁷⁴ Tabela baseada sobre informações retiradas dos Catálogos das Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre de 1851 a 1900. **Catálogo das Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre: 1846-1900.** Vol. 9 ao 13. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura, 1998-2001.

Dos números obtidos acima, podemos notar que o elemento *água* passa a ser agora muito mais referenciado durante o período dos meses de verão e do outono (diferentemente como podemos ver com relação à tabela da primeira metade do século XIX, cuja referência concentrava-se mais nas estações do inverno e da primavera), com ápice no mês de janeiro. Dentre os elementos mais citados para esta segunda metade do século XIX, os assuntos de maior frequência são os que dizem respeito aos problemas derivados de esgoto, dos valos, sangas e águas estagnadas. Os despejos no rio, a limpeza de arroios, riachos e o estado de asseio do litoral são assuntos ainda constantemente abordados. Todavia, existe um acréscimo de assuntos novos, como: as irrigações de ruas nos meses de verão, a criação de duas hidráulicas para abastecimento de água potável na cidade, a falta de água no mercado, o mal estado de conservação das fontes e chafarizes. Pela primeira vez, observa-se também a utilização do termo *água* não só para designar o estado de saneamento da cidade, mas como um elemento presente e importante também para a saúde individual, conforme apontava o médico Americo Alvarez Guimarães em correspondência para o Presidente da Província: “Não deve haver proibição absoluta d’ agoa aos doentes: eles a devem beber moderadamente. As suas vestes, coberturas e dormitórios devem estar limpos.”¹⁷⁵

No que diz respeito aos *lugares*, ocorre também um deslocamento com relação à sua referenciação. Se na primeira metade do século XIX o seu ápice acontece no período de inverno, na segunda metade deste mesmo século ele passa a ser muito mais referenciado no período de verão, como ocorre com o elemento *água*. Mesmo assim, podemos observar que tais referências continuam também sendo realizadas em grande quantidade na estação da primavera. Dentre os problemas mais citados quanto aos *lugares*, temos os que dizem respeito ao lixo, a limpeza, aos despejos, as estagnações, a criação de animais dentro do circuito urbano da cidade (bem como a matança de cães), a caiçação de paredes, aterramentos, construções de muros, calhas, vigilância, sepultamentos e fiscalização. No universo destes problemas, os lugares mais citados são: o rio, as ruas, as praças, as pontes (de despejo ou de coleta de água potável), as praias do litoral, os hospitais (Militar e Santa Casa de Misericórdia), os açougues, matadouros, armazéns, tabernas, as fontes, chafarizes, os quartéis, as casas domiciliares, os terrenos, pátios (quintais), prédios (e seus porões), os navios de transporte e barcas de condução (principalmente de lixo), as chácaras, o cemitério, a Doca e o

¹⁷⁵ AHPAMV - **Correspondências Recebidas pela Câmara Municipal**, Livro 28, 17 mai. 1862, Circular n.23. Cópia anexa, 26 mar. 1862.

Mercado. Entre estes assuntos, ao final do século XIX encontramos também as questões que dizem respeito à construção de um forno de incineração de lixo na cidade.

Ganha destaque sobre os *lugares* neste momento os cortiços, que se tornam objeto de interferência das comissões domiciliares, que eram destinadas a fiscalização dos locais de habitação suspeitos de pouco asseio, como pode ser visto em documento remetido pelo Presidente da Província à Câmara de Vereadores:

[...] chamo particularmente a atenção de Vmces. para os seguintes pontos, que merecem promptas providências.

Não se deve consentir que em cortiços e pequenas casas se conservem aglomerados muitos indivíduos.

Convém revistar-se todas as que forem suspeitas de pouco asseio, obrigando-se os moradores e inquilinos à limpeza conveniente.

[...]

A Presidencia confia que essa Câmara, com zelo e inteligência com que costuma promover o interesse dos seus municípios, cobrará quanto antes na conformidade de que se lhe recomenda, e tomará quaisquer outras providências, que julgar necessárias em favor da saúde dos habitantes desta Capital.¹⁷⁶

Além da fiscalização dos cortiços da cidade deveriam na visão do Inspetor de Saúde Pública à época, manterem-se também sob vigilância as meretrizes, dos quais o mesmo propunha serem feitos “os exames sanitários necessários”.¹⁷⁷ Portanto, estes são os *lugares* que podemos definir como sendo o campo de atuação do saneamento público na cidade na segunda metade do século XIX.

Tratando sobre os *ares*, podemos perceber que estes continuam concentrados sobre as estações da primavera e verão, porém agora, passam também a ser referenciados com maior frequência no período do outono. Dentre as doenças mais citadas deste período temos: o cólera, a bexiga (varíola), a escarlatina e a peste bubônica. Como principal causador destas doenças, aparece o termo miasma, que à época era identificado com os *ares* corrompidos.¹⁷⁸ Dos locais em que o poder público municipal buscava atuar para prevenir e combater tais

¹⁷⁶ AHPAMV - **Correspondência Recebida pela Câmara Municipal**, Livro 26/27, 23 jan. 1860.

¹⁷⁷ AHPAMV - **Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre**, Livro 15, 04 nov. 1859. No que diz respeito às meretrizes, não fica claro se tais “exames sanitários” deveriam ser destinados às pessoas ou ao ambiente em que estas habitavam. Mesmo assim, achamos importante colocar em evidência esta passagem, visto a ambigüidade de suas possíveis interpretações.

¹⁷⁸ Para Marques: “Segundo a teoria então corrente, a inalação e o contato com o **ar** proveniente da decomposição de cadáveres e da matéria pútrida, ou mesmo de seres vivos, poderia causar um desequilíbrio de gases, levando à doença e à morte. A estes gases se deu o nome de miasmas, e a partir de então o acontecimento de doenças passou a ser relacionado a certas características do meio. O calor e a **água**, dois poderosos indutores da decomposição, bem como os miasmas oriundos dos pântanos, dos rios, dos esgotos, do solo e, posteriormente, dos pobres e suas **habitações** passaram a ser considerados perigosos causadores de doenças.” MARQUES, Eduardo Cesar. Da higiene à construção da cidade: o Estado e o saneamento no Rio de Janeiro. **História, Ciências, saúde – Mangueiras**, Rio de Janeiro, Vol. II, n. 2, Jul.-Out, 1995. p.56. Grifo nosso.

doenças, estes se concentravam basicamente sobre *lugares* já citados anteriormente, com destaque muito maior agora para as ruas, pátios (quintais), prédios e casas públicas. Destes, destacamos a atuação sobre o lixo, os despejos e as águas estagnadas.

Como podemos ver, os três elementos constantes do saber hipocrático são presentes diante as políticas públicas adotadas pelo poder público municipal. É nítido também que estes três elementos fazem parte de um universo que se inter-relaciona constantemente. Entretanto, tais elementos não se apresentam isolados. Eles necessitam de agentes para dar base e sustentação a este saber hipocrático. Assim, conhecer quem eram os agentes que estavam envolvidos direta e indiretamente com este tema torna-se ponto importante para melhor compreendermos como se processava este conhecimento sobre o saneamento público na cotidianidade da cidade. Vejamos a seguir quem eram estes agentes, quais as suas funções (atribuições), o que falavam, o que faziam e o que pensavam fazer perante o saneamento ao longo do século XIX em Porto Alegre.

3.2 AGENTES DO SANEAMENTO

Aqueles que se atêm ao estudo do saneamento na cidade de Porto Alegre no século XIX, mediante análise da documentação existente do poder público municipal, principalmente das *Atas da Câmara de Vereadores* da cidade, logo percebem as recorrentes reclamações e denúncias de moradores da cidade com relação à colocação de lixo ou de sujeiras em terrenos baldios, ruas e praças da cidade. Presentes são, portanto, os próprios moradores de Porto Alegre como agentes do saneamento a reclamarem e a denunciarem tais problemas com relação ao estado de asseio da cidade, como podemos observar abaixo:

Recebem ofício de um cidadão, reclamando da sujeira da travessa que vai da Rua de Bragança até o Portão.¹⁷⁹

Recebem dos moradores das praças Paraíso e Ferreiros, reclamações sobre a limpeza das mesmas.¹⁸⁰

Recebem requerimento de moradores em frente à Praça dos Ferreiros, esquina do Beco da Casa da Ópera, pedindo o fechamento de um terreno que serve de depósito de lixo.¹⁸¹

¹⁷⁹ AHPAMV - *Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre*, Livro 9, 04 jul. 1829.

¹⁸⁰ AHPAMV - *Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre*, Livro 11, 10 jul.1833.

¹⁸¹ AHPAMV - *Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre*, Livro 12, 19 set. 1836.

Encaminham ao Presidente da Província requerimento de morador da travessa que fica nos fundos do Quartel reclamando dos despejos que são lançados em frente a sua casa.¹⁸²

Por sua vez, podemos notar que a Câmara de Vereadores de Porto Alegre buscava solucionar tais problemas mandando os fiscais que eram encarregados da limpeza da cidade controlar: o asseio dos espaços, o aterro dos despejos, o cercamento dos terrenos baldios, a remoção do lixo e a eliminação dos cães que vagavam pelas ruas.¹⁸³ Estas tarefas se tornaram funções do poder público municipal a partir da criação do *Primeiro Regulamento Brasileiro para o Funcionamento das Câmaras Municipais* em 1828, que estabelecia as seguintes atribuições a este poder público:

Alinhamento, limpeza, iluminação, desembaraço das ruas, estradas e praças, conservação e reparo das muralhas, edifícios, escavações e precipícios, prisões públicas, calçadas, pontes, fontes, aquedutos, chafarizes, poços, tanques e quaisquer outras construções em benefício comum dos habitantes ou para decoração ou ornamento das povoações, cemitérios fora dos recintos dos templos, esgotamento de pântanos e de qualquer estagnação de águas, infectas; sob a economia e asseio de currais, matadouros públicos, curtumes, depósitos de lixo, tudo quanto pudesse alterar e corromper a salubridade da atmosfera.¹⁸⁴

Para o cumprimento destas deliberações o fiscal era ao que tudo indica um agente chave, que situava-se entre os mandos e desmandos do poder público municipal e o restante da população que compunha o espaço social da cidade.

Autorizam o Fiscal da Cidade a fazer o aterramento dos despejos e imundícies da mesma.¹⁸⁵

Determinam ao Fiscal que mande limpar e remover o lixo de vários pontos da cidade, principalmente da Praça Paraíso.¹⁸⁶

Recebem a Prestação de Contas do Fiscal da Cidade e ordenam ao mesmo que providencie a remoção de lixo que infesta a Cidade.¹⁸⁷

¹⁸² AHPAMV - *Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre*, Livro 13, 21 jul. 1843. Para maiores detalhes com relação à área física de Porto Alegre neste período, bem como a localização das respectivas ruas, ver: ANEXO B.

¹⁸³ O ato de eliminar os cães que perambulavam pelas ruas da cidade de Porto Alegre foi muito comum durante todo o século XIX. Segundo Franco até 1904, “praticava-se periodicamente a matança dos cães gaudérios, primeiro ‘a laço e a pau’, e mais adiante pela disseminação de ‘bolas de estricnina’”. FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. 3.ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998. p.249.

¹⁸⁴ AHRs - *Primeiro Regulamento Brasileiro para Funcionamento das Câmaras Municipais. Leis e Decretos do Império*, 1828, L042. p.192-195.

¹⁸⁵ AHPAMV - *Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre*, Livro 12, 18 abr. 1837.

¹⁸⁶ AHPAMV - *Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre*, Livro 11, 31 mai. 1835.

¹⁸⁷ AHPAMV - *Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre*, Livro 12, 09 jun. 1838.

Remetem ao Fiscal da Cidade, para serem tomadas as medidas necessárias, o pedido feito por um cidadão para cercar um terreno que está servindo de depósito de lixo.¹⁸⁸

Determinam ao Fiscal que faça a limpeza na cidade e mande matar os cães inúteis.¹⁸⁹

Um dos principais problemas no que tange ao saneamento da cidade no decorrer do século XIX, diz respeito à questão do lixo. Como podemos observar, a ação da Câmara consistia além de mandar limpar os lugares, também em tentar conservá-los. Para isso, os vereadores chegaram a cogitar a possibilidade da colocação de lixeiras em determinados pontos da cidade, como podemos ver: “Estudam pontos para colocação de lixeiras nas praças Paraíso e dos Ferreiros, que se acham limpas, e resolvem estabelecer uma multa para quem não cumprir as determinações.”¹⁹⁰ Em relação às multas, estas já eram previstas no Código de Posturas Policiais do ano de 1829, no valor de cinco mil réis para os infratores e de dez mil réis para os reincidentes:

Capitulo - 12

Ninguém podera embaraçar as Praças da Cidade, ruas, largos, estradas, e caminhos com pipas, caixoes, e entulhos, e quaesquer outros objectos que embarassem o transito, e fazer fojos, escavaçoens, e accumuláoens nas mesmas estradas, e caminhos, que prejudiquem o seo commodo, e livre transito; assim como os que não compuserem as suas testadas nos lugares onde não houverem calçadas, e não derem conveniente direcção, e esgoto as **agoas**, que as possuão damnificar: quem contravier incorrerá na multa de sinco mil réis; na de dez mil reis no cazo de insistencia, acrescendo neste cazo a pena de oito dias de prizão aos que fizerem os fojos, e escavaçoens além do damno, que causarem.¹⁹¹

Além da fiscalização e das multas, podemos observar também que o poder público municipal buscava orientar a população, através de publicações em editoriais quanto aos locais “adequados” para a colocação dos despejos, bem como as medidas adotadas com relação ao aterramento dos mesmos e a matança de cães:

Mandam publicar Editoriais contendo os lugares possíveis de colocação de despejos, estabelecendo multas a quem não contribuir, e enviando às medidas tomadas ao Conselho Geral da Província para que sejam anexadas as Posturas Policiais.¹⁹²

Mandam publicar pela Imprensa os officios relativos à iluminação da Cidade e o abastecimento dos gêneros de primeira necessidade, assim como as providências tomadas sobre o aterramento dos despejos, matanças de cães e calçadas de ruas.¹⁹³

¹⁸⁸ AHPAMV - **Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre**, Livro 13, 03 ago. 1840.

¹⁸⁹ AHPAMV - **Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre**, Livro 13, 10 mai.1841.

¹⁹⁰ AHPAMV - **Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre**, Livro 9, 09 set. 1830.

¹⁹¹ AHPAMV - **Código de Posturas Policiais**. 15 dez. 1829. Grifo nosso.

¹⁹² AHPAMV - **Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre**, Livro 9, 10 set. 1830.

¹⁹³ AHPAMV - **Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre**, Livro12, 10 mai. 1837.

Além da própria Câmara Municipal e de seus fiscais, também os presidentes de Província aparecem constantemente envolvidos no assunto saneamento da cidade. Esta presença indica muitas vezes a interferência de tais presidentes no assunto, como atesta a *Ata da Câmara de Vereadores de Porto Alegre* do dia 21 de julho de 1845: “Recebem ofício do Presidente da Província comunicando haver dado ordens proibindo os despejos na Rua da Olaria, mandando aterrar o fosso do Portão do Caminho Novo”¹⁹⁴. Outros exemplos desta interferência podem ser também encontrados nas *Correspondências Recebidas pela Câmara Municipal*, vejamos:

Dê Vmces. as necessárias ordens para que de hoje em diante as carroças pertencentes à Municipalidade sejam empregadas incessantemente, e exclusivamente na condução do lixo das ruas desta Cidade, com especialidade as da Praia, Nova da Praia, Nova, e do Poço; podendo a Câmara mandar alugar outras para continuarem nos misteres, em que aquellas estejam actualmente servindo.
Barão de Muritiba.¹⁹⁵

Em outras ocasiões, podemos ver na documentação que era o próprio poder público municipal que solicitava algum tipo de ajuda ao presidente, seja no que diz respeito à execução de serviços de saneamento, seja nas questões orçamentárias que envolviam o mesmo:

Solicitam ao Presidente da Província que tome providências junto ao Quartel do 8º Batalhão, exigindo que suspenda os despejos feitos na rua próxima ao mesmo.¹⁹⁶

Ilmo. Exmo. Sr. A Camara Municipal desta cidade vem solicitar de V.Ex^a. a adoção de uma medida importante [...] a conservação da saúde publica.

As **agoas** do Riachinho extraordinariamente baixas por effeito da secca, que se vae fazendo sentir, acha-se estagnadas em partes do mesmo arroio, e por isso em estado de decomposição a grande quantidade de plantas aquáticas que ali vegetam, e não sendo ignorada a factal influencia que este facto exerce a saúde publica, a Camara Municipal, cujas finanças não comportam qualquer despendio extraordinário pede a V. Ex^a. que haja de expedir suas ordens no sentido de proceder-se a limpeza e desobstrução da barra do citado arroio, correndo a respectiva despesa pelo cofre provincial.

Ilmo. Sr. Dr. Carlos Thompson Flores, Presidente da Província. (assignados) Miguel Teixeira de Carvalho, João B., João Pitta Pinheiro, João N. da S. Canabarro, Antonio José Gonçalves Mostardeiro.¹⁹⁷

Decidem solicitar ao Presidente da Província a cedência de doze presos para serem aproveitados na limpeza das ruas.¹⁹⁸

¹⁹⁴ AHPAMV - *Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre*, Livro 13, 21 jul. 1845.

¹⁹⁵ AHPAMV - *Correspondências Recebidas pela Câmara Municipal*, Livro 24, 26 set. 1855.

¹⁹⁶ AHPAMV - *Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre*, Livro 12, 31 ago. 1838.

¹⁹⁷ AHPAMV - *Correspondências Expedidas pela Câmara Municipal*, Livro 11, 18 dez. 1879. Grifo nosso.

¹⁹⁸ AHPAMV - *Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre*, Livro 12, 14 dez. 1836.

Apesar dos vereadores da Câmara e dos presidentes da Província serem os agentes públicos envolvidos diretamente na elaboração das políticas públicas para o saneamento da cidade, estes deveriam enquadrar suas decisões de acordo com as ordens vigentes do Império. Neste sentido, a figura do Imperador como agente político ganha também importância, pois em vários momentos podemos ver a sua manifestação com relação aos aspectos da saúde, principalmente no que tange as epidemias, como a do cólera, que afetavam diretamente as questões relacionadas ao saneamento:

Graças á Divina Providencia, o estado da saude publica é satisfactorio, na maior parte do Imperio. O flagello da cholera-morbus que, sinto dizer-vos, appareceu na Côrte e em alguns pontos do Rio de Janeiro, de S. Pedro do Rio Grande do Sul e de Santa Catharina, declinou rapidamente e não foi tão mortífero como em sua primeira invasão.¹⁹⁹

Torna-se interessante salientar que a maior parte das referências ou termos conceituais sobre a saúde pública utilizados nos discursos anuais, proferidos na Assembléia Geral Legislativa pelo imperador D. Pedro II, aparecem da seguinte forma de acordo com uma estrutura bem específica: na primeira parte encontramos a abertura oficial da fala; em seguida o imperador começa abordando a questão da saúde pública, das doenças e das epidemias no Império. Posteriormente, trata sobre as questões internas do país (mão de obra, terra, produção agrícola, rendas públicas, orçamentos, despesas, preços e receitas); logo, fala sobre a questão do tráfico de escravos e por fim aborda questões que dizem respeito às relações internacionais, ao Exército, a Armada e a Justiça.

O Imperador, quando se refere à questão da saúde pública, normalmente utiliza duas expressões: “o estado de saúde pública” e o “estado sanitário” da nação. Dentre as doenças, ganha destaque em sua fala os termos: epidemias, colera-morbus, febre epidêmica e moléstias. Normalmente, a estrutura da fala sobre as doenças segue uma disposição que é ordenada da seguinte maneira: primeiramente, o Imperador destaca a questão da proporção tomada pela doença pelos mais diferentes territórios; em seguida utiliza os seguintes termos para caracterizar as doenças, como: medo, terror, mal, flagelo, invasão, mortífera, estragos, sofrimento e aflição; logo em seguida utiliza os termos fé e Deus para indicar uma possível salvação ou melhora do estado epidêmico da nação; posteriormente, trata sobre a ação do governo por meio de medidas e meios que estavam ao seu alcance; por último, destaca as

¹⁹⁹ AHPAMV - Falla do Imperador à Assembléia Geral Legislativa. **Correspondências Recebidas pela Câmara Municipal**, Livro 31, 22 mai. 1867.

ações individuais de caridade, misericórdia, dos socorros do Estado e dos particulares, fechando com os termos preces e divina providência.²⁰⁰

Para além do Imperador, presidentes de Província e dos vereadores da Câmara Municipal, havia também a Comissão de Higiene Pública, mais tarde substituída pela figura do Inspetor de Saúde Pública. Tanto a Comissão de Higiene Pública como os inspetores eram agentes pensantes e atuantes sobre o estado de saneamento da cidade. A Comissão de Higiene Pública no Rio Grande do Sul foi criada em 1851²⁰¹, diante de um contexto em que a epidemia de cólera-morbus se espalhava por grande parte do mundo.

Dentre as inúmeras atividades que cabiam à Comissão de Higiene Pública, estava a regulamentação e controle nas artes de curar (ou seja, a partir de então, médicos, boticários e cirurgiões teriam seu registro realizado na Câmara Municipal, mas sob o aval desta Comissão); fiscalização de boticas, enfermarias, mercados e prisões; coibição dos atos considerados perniciosos à saúde da população (como o descarte de lixo e matérias fecais em locais inadequados); por fim, cabia à Comissão propor melhorias para os aspectos sanitários da cidade,²⁰² como aponta o ofício enviado pela Comissão de Higiene Pública através de seu presidente, Dr. Manoel Pereira da Silva Ubatuba ao Presidente da Província, que por sua vez o remeteu à Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Neste documento, Ubatuba recomenda providências para se evitar que a escarlatina chegasse à capital da Província:

Convém que se melhore o estado sanitário da cidade tão descuidado para que não seja tão temível sua invasão que por prudência ao menos se tomem aquelas cautelas, que não sendo vexatórias, são indispensáveis para a salubridade pública, mesmo em circunstâncias normais, por isso submeto a consideração de Vossa Excelência algumas providências, que mais urgente se tornão. 1º Que cumpre quanto antes se cuide com o maior empenho do asseio das ruas, e não consista somente o asseio em tirar-se dellas o lixo seco, que nem hum mal faz a saúde, deixando o limo que há em algumas, e as **agoas** estagnadas, e lama podre, que existe em fossas feitas pelo descalçamento em outras. 2º Que não se consinta despejos no interior da cidade como atualmente de prática nas praias e ruas, principalmente na da Bragancia e do

²⁰⁰ Do poder público imperial, destaca-se também a presença como agente do saneamento os Ministros do Império e os Presidentes da Junta Central de Higiene Pública, que apontavam através de seus relatórios, os problemas derivados do saneamento público no território brasileiro. Veremos a participação efetiva destes agentes no terceiro capítulo.

²⁰¹ Através do Decreto nº 828, de 29 de setembro de 1851, que mandava executar o regulamento da Junta de Higiene Pública em seu artigo 2º, “nas Províncias do Pará, Maranhão, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul haverá Comissões de Higiene Pública compostas de três membros, nomeados pelo governo que, dentre os mesmos, nomeará o Presidente; nas outras províncias haverá somente Provedores de Saúde Pública”. **Leis do Brasil**, 1851, p.259. A Junta de Higiene Pública do Rio de Janeiro, por sua vez, vinha a substituir a Comissão Central de Saúde Pública, criada no dia 12 de fevereiro de 1850 em função da epidemia de febre amarela ocorrida naquela cidade. WITTER, Nikelen Acosta. **Males e Epidemias: sofredores, governantes e curadores no sul do Brasil** (Rio Grande do Sul, século XIX). 2007. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007. p.59.

²⁰² Idem, p.68.

Poço devendo-se marcar **lugar** próprio onde devão ser feitos, e se já tiverem sido marcados, que se faça cumprir as ordens. 3º Que se deve estender a vigilância ao asseio dos pátios e quintais, casas públicas, e as de substâncias alimentares expostas a venda principalmente as frutas verdes. Nestas circunstâncias toda preocupação não é demasiada, e a negligência poder dar causa de inúmeros danos que tarde custarão mais, e serão sem proveito as cautelas que se tomassem. São estas as considerações, que julguei de mais dever levar a presença de Vossa Excelência Deus guarde a Vossa Excelência por muitos anos. Porto Alegre, 14 de dezembro de 1853.
Dr. Manoel Pereira da Silva Ubatuba. Presidente da Comissão de Higiene Pública.²⁰³

Em 12 de dezembro de 1857 através do Decreto nº 2052, o Império fez registrar um regulamento, cujo artigo 9º tratava da substituição das Comissões de Higiene Pública nas Províncias, pela figura do Inspetor de Saúde Pública.²⁰⁴ De início, tais inspetores no Rio Grande do Sul acabaram provindo da própria presidência da antiga Comissão. Entretanto, ao que tudo indica através de análise da documentação existente, tal uso do termo “comissão” ou “comissões” não deixam de existir, bem como não fica totalmente compreensível se tais medidas com relação ao saneamento da cidade eram de uma possível comissão ou do Inspetor de Higiene. Como podemos observar, o uso de diferentes termos era uma constante: Inspetor da Comissão de Higiene, Inspetor da Saúde, Inspetor de Higiene, Diretor Geral da Saúde, Delegado da Higiene Pública, Comissão de Higiene, Comissão de Saúde e/ou Comissão Sanitária.

Além da variação de nomenclaturas para designar o possível ou os possíveis responsáveis por pensarem tais políticas para o serviço de saneamento da cidade, havia também um diversificado número de agentes que trabalhavam diretamente com esta atividade. Destacam-se entre agentes os presidiários, que eram constantemente utilizados pelo poder público municipal nos serviços de limpeza da cidade.

O uso de presidiários em tais atividades consistia ao que tudo indica, na idéia que a comissão de avaliação das prisões possuía com relação ao estabelecimento prisional. Na concepção desta comissão os presídios deveriam “dar nova educação aos infelizes, que ali são lançados, expurgando-os dos maus extintos, para, depois de melhor educados na prática do trabalho, voltarem de novo à sociedade.”²⁰⁵

Entretanto, os presidiários não eram os únicos a exercerem tais atividades, pois observamos outras nomenclaturas que designavam “cargos” de execução em tais serviços, como podemos ver:

²⁰³ AHPAMV - **Correspondências Recebidas pela Câmara Municipal**, Livro 23, 14 dez. 1853. Grifo nosso.

²⁰⁴ MACEDO, Francisco Riopardense. **Porto Alegre: aspectos culturais**. Porto Alegre: SMEC, Div. de Cult., 1982. p.69.

²⁰⁵ AHRS - **Correspondência das Câmaras Municipais**. Lata 137. Maço 149. Câmara Municipal de Porto Alegre. Correspondência Expedida. 14 jul. 1885.

Recebem ofício do Fiscal da Cidade apresentando a despesa feito com **serventes e encarregados dos trabalhos** de limpeza da Cidade.²⁰⁶

Concedem licença para que o Fiscal contrate dez **serventes para a limpeza** da Cidade e matança de cães.²⁰⁷

Mandam colocar à disposição do Fiscal da Câmara dois **serventes para acompanharem a carroça** que se usa na limpeza dos entulhos.²⁰⁸

Como podemos observar a nomenclatura “servente” também aparece para designar “cargos” ou “funções” dos trabalhos que envolviam os serviços de limpeza da cidade. No entanto, parece haver algumas derivações no que tange ao exercício destas “funções”. No primeiro exemplo a palavra servente juntamente com a de encarregado é designada para o trabalho de limpeza; já no segundo caso, além da limpeza observa-se que os serventes também deveriam atuar na matança de cães; e por último, a palavra servente designa também aquele indivíduo que deveria acompanhar a carroça nos serviços de limpeza e não na tarefa de conduzi-la como cocheiros.

Além da nomenclatura “servente” envolvendo os serviços de saneamento da cidade, podemos observar também a presença de outras categorias e/ou funções no que diz respeito a estes serviços. Em ofício que foi remetido pelo Procurador da Câmara ao poder público municipal, o mesmo informa a “contratação de um vigia para os despejos e limpeza da Cidade.”²⁰⁹ Esta tarefa de vigilância no que tange ao asseio da cidade era muitas vezes executada também por policiais, que eram solicitados ao chefe de Polícia pela Câmara para auxiliarem o fiscal na vigilância da limpeza na cidade.²¹⁰

Outro ponto relevante apontado por este estudo foi a ausência da nomenclatura “escravo” na documentação do poder público, indicando que os mesmos fossem os executores de tais serviços de saneamento ligado à limpeza na cidade. Supostamente os escravos exerciam tais atividades de limpeza, remoção e descarte dos materiais fecais e do lixo, bem como das águas servidas. Entretanto, só encontramos um documento que indica esta presença, o próprio *Código de Posturas de Porto Alegre*, que estabelecia punições para aqueles escravos que desobedecessem as normas estabelecidas pelo poder público quanto aos despejos na cidade:

²⁰⁶ AHPAMV - *Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre*, Livro 13, 26 nov. 1839. Grifo nosso.

²⁰⁷ AHPAMV - *Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre*, Livro 13, 13 jul. 1840. Grifo nosso.

²⁰⁸ AHPAMV - *Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre*, Livro 13, 17 out. 1844. Grifo nosso.

²⁰⁹ AHPAMV - *Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre*, Livro 13, 22 ago. 1839.

²¹⁰ AHPAMV - *Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre*, Livro 13, 11 jan. 1844.

Toda a pessoa que de dia, ou de noite for encontrada pelos encarregados da execução das Posturas á lançar ciscos, e a fazer quaesquer outros despejos de immundicias fora dos indicados lugares, sendo livre soffrerá a prizão por tres dias na Cadea, e pagará dentro della a multa tres mil reis, e **sendo escrava** será condusida, á Cadea e ahi castigada com cincoenta açoutes, e immediatamente solta.²¹¹

Na verdade o uso de escravos nas tarefas de limpeza na Porto Alegre oitocentista parece ser muito mais ligado aos serviços de particulares do que aos serviços públicos. No entanto, era no espaço público que estes indivíduos eram vistos com mais freqüência e retratados realizando tais atividades. Os escravos que normalmente realizavam as tarefas de condução de materiais fecais e águas servidas das residências (através de recipientes denominados a época de cubos ou cabungos) eram também chamados de “tigres”.

Como ilustra algumas imagens do século XIX, a presença da figura escrava como um dos componentes a fazer parte do espaço social não é incomum. Em algumas destas imagens, inclusive torna-se possível verificar como se processava os serviços de condução dos materiais fecais e das águas servidas realizados por estes agentes. Na imagem a seguir podemos ver como foi retratado o serviço de despejo em trapiche (ponte), muito comum durante o século XIX:



Imagem 1 – Os “tigres”. Fonte: **A Semana Ilustrada**, 1861.²¹²

²¹¹ AHPAMV - **Código de Posturas Policiais**, reformado e aprovado pela Lei Provincial de 23 de Novembro de 1837 e publicado por Edital em 19 de Fevereiro de 1838. Grifo nosso.

Entretanto, temos que tomar alguns cuidados com as imagens, pois as mesmas são objetos “dados” a ver de determinada forma, o que nos cabe aqui substituir este “dado” pelo horizonte do “construído”.²¹³ Assim, no que diz respeito aos serviços de despejo (retratado acima), fazemos algumas considerações, que acreditamos ser de fundamental importância para a compreensão histórica do processo dos serviços de saneamento no século XIX.

Como podemos perceber uma das funções da imagem anterior pode estar diretamente relacionada a uma crítica ao serviço público municipal, que neste caso era direcionada ao próprio poder público da cidade do Rio de Janeiro no século XIX.²¹⁴ Por sua vez, as críticas aos serviços de saneamento das cidades eram comuns neste período. Todavia, mais importante que a própria crítica, como elemento “dado” a ver, torna-se fundamental saber a forma como se processou sua “construção”, como objeto constituidor de sentido ou de sentidos.

Analisando a imagem anterior podemos perceber primeiramente que se trata de uma ilustração, comum a época nos periódicos do século XIX. A imagem desta ilustração compõe-se basicamente de dois planos. No primeiro plano podemos ver o rio e a ponte de despejos, onde os escravos executam uma ação. Já no segundo plano temos a indicação do espaço e do lugar onde ocorre esta ação, neste caso, a imagem procura nos passar duas informações: a primeira de que se trata de uma ação realizada no espaço da urbe, visto a presença de construções ao fundo; já a segunda, do local exato destes acontecimentos, neste caso na altura ou ponto da “praia de D Manoel”.

Identificada a imagem, seus planos, elementos em disposição e o provável local de seu acontecimento, partimos para análise dos indivíduos presentes nesta imagem. Como vimos, os escravos são os únicos agentes a compor o cenário. Neste cenário suas ações consistem em uma prática: a do despejo de materiais fecais e/ou águas servidas, cuja identificação dessa

²¹² NOVAIS, Fernando A.; ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). **História da vida privada no Brasil 2.** Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p.70.

²¹³ Sobre as imagens como objetos que são elementos “dados” a ver de uma determinada forma destaca-se aqui as obras de: PEIXOTO, Nelson Brissac. Quadros Mecânicos: fisionomias urbanas. In: **Paisagens Urbanas.** 3.ed. São Paulo: SENAC/SP, 2004. p.94-135. MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Rumo a uma história visual. In: Martins, J. S.; ECKERT, C.; NOVAIS, S. C. (Orgs). **O imaginário e o poético nas Ciências Sociais.** Bauru, SP: EDUSC, 2005. p.33-56.

²¹⁴ Utilizamos esta ilustração referente à cidade do Rio de Janeiro, por não encontrarmos imagem sobre as pontes de despejos da cidade de Porto Alegre.

atividade só nos é possível de interpretação dado a leitura de outros documentos do período, que não estão relacionados diretamente a esta própria imagem.²¹⁵

A crítica neste caso, mesmo assentando-se sobre os aspectos que dizem respeito à sujidade, procura construir uma imagem onde se funde a ação (prática), indivíduos (escravos) e objeto (neste caso, podendo ser entendidos como: excrementos, lixos e águas servidas). É a junção destes três componentes no mesmo universo, que permite a construção e manutenção de uma “ordem” dada a ver pela manutenção de uma “fixidez”. Como verifica Bhabha no que tange ao discurso colonial:

Um aspecto importante do discurso colonial é sua dependência do conceito de “fixidez” na construção ideológica da alteridade. A fixidez, como signo da diferença cultural/histórica/racial no discurso do colonialismo, é um modo de representação paradoxal: conota rigidez e ordem imutável como também desordem, degeneração e repetição demoníaca. Do mesmo modo, o estereótipo, que é sua principal estratégia discursiva, é uma forma de conhecimento e identificação que vacila entre o que está sempre “no lugar”, já conhecido, e algo que deve ser ansiosamente repetido.²¹⁶

Assim, a imagem que vimos anteriormente, antes de ser uma imagem crítica ou de denúncia é uma imagem possivelmente construtora de significados. Sua função perpassa o visto para se concentrar na “fixidez” do não dito. Função esta que se assenta sobre uma mesma base, que procura antes tudo criar, juntar e manipular elementos díspares em um mesmo conjunto, formando então a imagem estereotipada e demoníaca do que Burke chama do “Outro”:

Os estereótipos mais grosseiros estão baseados na simples pressuposição de que “nós” somos humanos ou civilizados, ao passo que “eles” são pouco diferentes de animais como cães e porcos, aos quais eles são freqüentemente comparados, não apenas em línguas européias, mas também em árabe ou chinês. Dessa forma, os outros são transformados no “Outro”. Eles são reduzidos à qualidade de exóticos e distantes do eu. Eles podem até ser transformados em monstros.²¹⁷

Para o caso da cidade de Porto Alegre uma imagem de escravo como agente do saneamento da cidade no século XIX, pode refletir melhor esta construção estereotipada que ao mesmo tempo é de manutenção e perpetuação de uma “fixidez” dada a ver constantemente pelo “lugar” de sua presença. Como podemos observar a seguir:

²¹⁵ As documentações que nos referimos aqui, dizem respeito a toda e qualquer tipo de documentação que trata sobre os aspectos do saneamento da cidade no século XIX. No que tange a este trabalho torna-se importante ver as fontes que estão relacionadas ao final desta Dissertação.

²¹⁶ BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2005. p.105.

²¹⁷ BURKE, Peter. **Testemunha ocular: história e imagem**. Bauru: EDUSC, 2004. p.157.

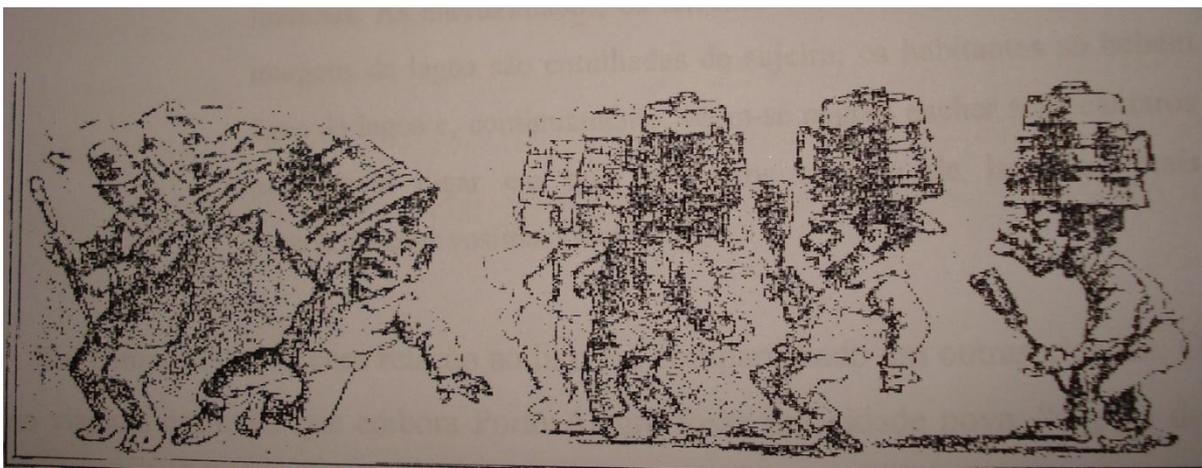


Imagem 2 – Ilustração de Cândido Faria
 Fonte: MCSHJC - **O Fígaro**, Porto Alegre, 1879.

Na imagem acima podemos verificar novamente a figura do agente escravo sendo retratada a conduzir os chamados cubos à cabeça. Seu plano único chapado sobre a horizontalidade não nos informa e nem nos possibilita saber o local da ação. Na verdade é o próprio desdobramento da ação, que procura sobrepor-se como uma mensagem direta “dada” a ver do acontecimento. Assim, a violência da ação dirige diretamente nosso olhar para o acontecido e não para as nuances da expressão. Um olhar mais atento sobre a imagem novamente torna-se revelador da construção “*demoníaca*”²¹⁸ da figura escrava. Tal imagem mostra a figura escrava totalmente estereotipada, onde a fisionomia ou fisionomias do rosto são retratadas totalmente disformes (queixo longo, lábios grandes e ressaltados e nariz achatado), onde o olhar mostra-se ameaçador, quase como um animal.

A imagem cuja figura escrava é retratada em corpo totalmente disforme, onde cabeça e tronco possuem praticamente a mesma proporção, na verdade planifica na horizontalidade várias outras figuras escravas que pouco se diferem uma das outras. Poderíamos caracterizar esta imagem como uma caricatura não fosse a presença do homem branco a esquerda ser retratada dentro dos parâmetros esperados de dimensão para um corpo humano. Se existe aqui uma caricatura, esta parece ser totalmente direcionada e proposital. A “fixação” de dizer o “dito pelo não dito” trata-se de um objetivo bem claro, a manutenção da ordem vigente, onde a imagem pode funcionar melhor do que a escrita. Tal imagem tem por função tanto reforçar o entendimento sobre a hierarquia social, como apontar o lugar do espaço social em que tais indivíduos deveriam ocupar.

²¹⁸ Expressão utilizada por Bhabha para denominar o efeito de estereotipação. BHABHA, op. cit., p.105.

Destaca-se então para a figura escrava o lugar do lixo, da sujeira e do serviço braçal, cujo universo de atuação se assentaria diretamente sobre o trabalho com o serviço de limpeza, da condução de materiais fecais, águas servidas e de lixo. Um trabalho considerado sujo e impuro, que na visão do preconceito deveria ser feito por aqueles que estavam a ocupar o mais baixo nível de hierarquia social. Neste sentido, Porto Alegre parece não se diferenciar, neste período, das demais cidades do país.

Ligada a produção destas imagens estereotipadas, temos outro agente do saneamento na Porto Alegre oitocentista, ou seja: a imprensa. O papel da imprensa com relação aos serviços de saneamento dependia do seu posicionamento frente à administração pública da cidade ou de algum outro tipo de interesse específico frente a esta.²¹⁹ Assim, havia jornais que criticavam a execução (ou a falta) destes serviços na cidade, e havia aqueles que eram pagos para informarem aos cidadãos sobre as políticas adotadas ou que deveriam ser cumpridas com relação ao serviço de limpeza, despejo e abastecimento de água da cidade.

Dentre estes jornais destacamos o *Jornal do Commercio*,²²⁰ que normalmente possuía um espaço para os informativos da Câmara Municipal, como podemos ver em exemplo abaixo:

O fiscal da camara municipal abaixo assignado, previne os moradores do 2º districto d'esta cidade, que o lugar destinado para os despejos de materias fecaes e outras immundices, é na ponte que a camara mandou fazer para esse fim na desembocadura da rua de Santa Catharina; os que forem encontrados fazendo taes despejos fóra d'este lugar serão multados em 10.000 rs, ou 10 dias de cadeia, e sendo escravo 5.000 rs, de multa paga pelo senhor, tudo de conformidade com as disposições do art. 49 do código de posturas.
Antonio Francisco de Paula.²²¹

Já entre os jornais que se mostram contrários aos andamentos do serviço de saneamento da cidade, podemos encontrar *O Fígaro*,²²² cujas críticas escritas eram muitas vezes acompanhadas de uma ou mais ilustrações, como podemos ver:

²¹⁹ Sobre a imprensa em Porto Alegre no século XIX, ver: DILLENBURG, Sergio Roberto. **A imprensa em Porto Alegre de 1845 a 1870**. Porto Alegre: Sulina/ARI, 1987.

²²⁰ Jornal ligado ao Partido Liberal que foi fundado por Luiz Cavalcanti em 1865, tendo por chefe de redação Aquiles Porto Alegre. Tinha como característica ser um jornal “noticioso, comercial e literário e político”. Idem, p.52.

²²¹ AHPAMV - **Jornal do Commercio**, Porto Alegre, 4 nov. 1867. p.4.

²²² Com relação ao jornal *O Fígaro*, não foi localizado nenhuma bibliografia que tratasse sobre este periódico. Provavelmente isto se deva ao pequeno número de material preservado deste jornal. Entretanto, cabe ressaltar que uma das características principais deste jornal era conter ilustrações críticas ao poder público municipal.



Imagem 3 – Chiqueirinho Nº 1

Fonte: MCSHJC - **O Fígaro**, Porto Alegre, s/d. (Ilustrações)

Acompanhada a esta ilustração, onde a figura do porco é identificada como sendo a da Câmara Municipal, podemos encontrar o seguinte comentário:

Chiqueiro Nº 1

Sr^a. Câmara, esta limpeza da Praça da Alfândega é indecente. Deixe-se de fazer contratos com afilhados e compadres e cumpra com as suas obrigações. Espero que mande limpar esta praça, primeiro lugar que pisam os estrangeiros que aqui chegam.²²³

Para além dos que pensavam, executavam e criticavam tais serviços na cidade havia também os contratados (e/ou contratado-contratantes), como denúncia a matéria do jornal acima. Tais contratos muito comuns a época eram realizados via edital, contratação direta com o fiscal ou simplesmente com pessoas que se ofereciam para prestar tais serviços em troca de uma remuneração.

²²³ MCSHJC - **O Fígaro**, Porto Alegre, s/d. (Ilustrações)

Aceitam a proposta apresentada por um vereador, de colocar em empreitada pública, através de Editais, o serviço de limpeza da Cidade.²²⁴

Recebem proposta de um cidadão para fazer a limpeza da cidade e conserto da Ponte da Azenha.²²⁵

Encarregam os Fiscais de procurarem pessoas que tenham interesse em contratar com a Câmara o serviço de limpeza da cidade e ver os consertos que necessita a Ponte da Azenha.²²⁶

Contratado o serviço, se o responsável não cumprisse as exigências do contrato (que poderia ser de organização e coordenação dos serviços com pessoal e equipamentos próprios ou simplesmente de prestação de mão de obra direta na execução de tais tarefas) este poderia ser multado e até mesmo demitido, como podemos ver nos exemplos abaixo:

Solicitam a um cidadão encarregado da limpeza da cidade que cumpra um contrato feito com a Câmara.²²⁷

Determinam ao Procurador e ao Fiscal que mandem multar o encarregado da limpeza por não estar cumprindo o contrato.²²⁸

Despedem o contratante da limpeza da Cidade.²²⁹

Tais contratos eram estabelecidos normalmente de forma provisória. Alguns destes eram fechados para a realização de serviços, cuja utilização de mão de obra deveria constituir-se especializada, seja ela livre ou escrava. Nos livros de lançamento de despesas feitas pela Câmara Municipal, podemos encontrar os gastos com a *Companhia Hidráulica Porto Alegrense*,²³⁰ no que se refere ao pagamento da mão de obra especializada que foi utilizada nos serviços de abastecimento de água da cidade. Destaca-se no pagamento desta mão de obra os serviços que eram executados por pedreiros, carpinteiros e serventes, como podemos ver na tabela a seguir.

²²⁴ AHPAMV - *Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre*, Livro 11, 05 set. 1834.

²²⁵ AHPAMV - *Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre*, Livro 11, 09 out. 1834.

²²⁶ Idem.

²²⁷ AHPAMV - *Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre*, Livro 13, 1º fev. 1843.

²²⁸ AHPAMV - *Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre*, Livro 13, 22 mai. 1843.

²²⁹ AHPAMV - *Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre*, Livro 13, 13 jan. 1844.

²³⁰ A Companhia Hidráulica Porto Alegrense foi autorizada a funcionar por Carta Imperial de D. Pedro II, no ano de 1862. COSTA, Telmo Cardoso. **Histórico dos Sistemas de Água e Esgotos da Cidade de Porto Alegre – 1779 a 1981**. Porto Alegre: Oficinas Litográficas do DMAE, 1981. p.11. Maiores detalhes sobre esta companhia poderão ser vistos no próximo capítulo.

Feria dos trabalhadores escravos e livres nas obras da Companhia Hydraulica Porto Alegre, justos à jornal do dia 16 a 31 de Julho de 1864.

FERIA DOS TRABALHADORES ESCRAVOS				
Nomes e proprietários	Officios	Percentual	Preços diários	Importância
José. de Domingos José Lopes	Carpinteiro	11%	1600.	18\$400.
João. de Idem	Pedreiro	11%	2000.	23\$000.
Antonio. de Idem		11%	1900.	21\$850.
Hipolito. de Idem		11%	1600.	18\$400.
Ignacio. de Antonio Marques da Cunha		11%	1500.	17\$250.
Francisco. de D. Maria Thereza		11%	1600.	18\$400.
Bento. de João Luiz Cordeiro	Servente	11%	1000.	11\$500.
Manoel. de D. Felicidade Froes		8%		8\$500.
FERIA DOS TRABALHADORES LIVRES				
Nomes	Officios	Percentual	Preços diários	Importância
Luiz Francisco de Andrade	Pedreiro	11%	4000.	46\$000.
Theodolindo Peixoto de Faria		10%	2500.	26\$250.
Manoel Ignacio de Oliveira		11%		28\$750.
Francisco José Pinto		10%	2000.	21\$000.
Manoel Rodrigues Chitta		11%	1600.	18\$400.
Augusto José Pinto		9%		15\$200.
João José Moreira		11%	2000.	12\$000.
Joaquim Ignacio d'Oliveira	Carpinteiro			2\$000.

Tabela 5 - Feria dos trabalhadores escravos e livres nas obras da Companhia Hydraulica Porto Alegre.

Fonte: **Livro Lançamento de Despesas**, 1864 – 1865.²³¹

Como podemos ver na tabela acima, existiam diferentes profissionais especializados, sejam eles escravos ou livres trabalhando diretamente no serviço de saneamento da cidade. Mesmo assim, não é difícil de perceber-se que tais valores pagos pelo mesmo tipo de atividade se diferenciavam, como no caso do trabalhador livre Luiz Francisco de Andrade (de

²³¹ AHPAMV - **Livro Lançamento de Despesas**, 1864 – 1865.

profissão pedreiro), cujo rendimento diário chegava à soma total de 4000 réis contra a metade desse valor pago ao dono do escravo João, que recebia pela atividade de seu escravo a importância de 2000 réis diários, ou seja, a metade do valor.

Podemos observar, portanto, que haviam diferentes agentes envolvidos no sistema de saneamento da cidade de Porto Alegre (governo imperial, presidentes da província, vereadores, fiscais, vigilantes, policiais, presidiários, inspetores, Comissão e comissões, contratados e contratos/contratantes, imprensa, serventes, trabalhadores livres e escravos, bem como os próprios habitantes da cidade). Cada um destes agentes exercendo algum tipo de participação sobre os problemas derivados do saneamento da capital. Alguns atuavam diretamente como trabalhadores neste serviço, como vimos acima, outros pensavam as políticas públicas para este mesmo serviço, já outros criticavam os serviços existentes de saneamento da capital, e por fim havia aqueles que se aproveitavam dos problemas derivados do saneamento para poder ganhar algum dinheiro através de prestações de serviço. Como podemos ver na tabela abaixo, estariam ligados ao saneamento da cidade basicamente os seguintes agentes:

GOVERNO	Imperial	Imperador
		Ministro do Império
		Junta Central de Higiene Pública
	Provincial	Presidente
		Comissão de Higiene Pública
		Inspetor/Diretor de Higiene
		Demais Comissões
	Municipal	Câmara Municipal (vereadores)
		Fiscais
		Polícia Municipal
		Vigias
		Serventes
	POPULAÇÃO	Particulares
Contratados/Contratantes		
Moradores		
Trabalhadores livres e escravos		
Presidiários		

Tabela 6 – Agentes do saneamento
Fonte: O autor.

Perante este universo que era o saneamento na cidade atuava um saber hipocrático (como vimos no primeiro tópico deste capítulo) que se movia como um elemento magnético a atrair e dar forma às políticas empregadas por estes agentes diretamente no campo de atuação

do saneamento. É a inter-relação entre estes agentes com este saber (que se desdobra desde a Antiguidade), que possibilita-nos pensar de forma mais complexa a própria história do saneamento em Porto Alegre no século XIX. Vejamos assim, como se processou esta inter-relação, cujos primeiros movimentos podem ser verificados na cidade de Porto Alegre já na primeira metade do século XIX.

3.3 OS PRIMEIROS MOVIMENTOS DO SANEAMENTO NA PORTO ALEGRE OITOCENTISTA

Um dos primeiros a relatar aspectos do saneamento da cidade de Porto Alegre foi o viajante francês Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853) no ano de 1822.²³² Das inúmeras anotações realizadas pelo viajante sobre Porto Alegre, durante os 36 dias em que esteve na cidade, o que mais nos chamou a atenção foi a presença do assunto saneamento (ou a falta do mesmo) sobre a capital da então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

No primeiro dia de sua chegada a Porto Alegre (21 de junho de 1822), Saint-Hilaire assim descrevia a condição de limpeza da cidade:

Fácil perceber-se, desde o primeiro instante, que Porto Alegre é uma cidade nova; todas as casas são novas, e muitas ainda em construção; mas depois do Rio de Janeiro, não tinha ainda visto uma cidade tão imunda, talvez mesmo a capital não seja tanto.²³³

Esta observação de Saint-Hilaire, a princípio seria uma descrição como outra qualquer, entretanto, se compararmos a situação da capital do Império com a cidade de Porto Alegre neste mesmo período, esta visão pode se tornar aterradora. Em estudo realizado pela historiadora Mary Karasch, sobre a cidade do Rio de Janeiro no mesmo período, a autora aponta:

O Rio do século XIX não tinha nenhum sistema de esgotos e as casas não tinham latrinas ou banheiros. Excrementos animais e humanos, lixo, carcaças de animais grandes como cavalos, escravos agonizantes e mortos e a sujeira de uma cidade

²³² Muitos viajantes europeus estiveram no Brasil no século XIX, deixando suas observações do país através de relatos escritos. Para além de fontes que são relatos escritos de algo (país), são também documentos históricos que retratam o “si” destes viajantes. No que tange ao trabalho com este tipo de fonte documental torna-se importante ver: GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Escrita de si**. Escrita da história. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. Em relação à escrita de si envolvendo o assunto a saúde, torna-se importante ver também a obra de VIGARELLO, George. **História das Práticas de Saúde**. Lisboa: Editorial Notícias, 2001, que trabalha cartas e outros documentos pessoais para analisar o universo da saúde e da doença na Idade Moderna.

²³³ SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002. p.50.

grande atravancavam as ruas. Como sempre, a cidade dependia de seus escravos para limpar e remover a imundície, embora os galés e africanos livres também trabalhassem na limpeza pública. No início do século, as praças públicas tinham servido de locais de despejo e os escravos levavam o lixo e os excrementos do dia para depositar nelas. A polícia acabou com essa prática anti-higiênica, mas os escravos, conhecidos como “tigres”, ainda tinham de carregar os barris fedorentos de lixo e excremento sobre suas cabeças. Todas as noites, depois das dez horas, longas filas de escravos caminhavam pelas ruas da cidade para despejar os dejetos do dia nas praias poluídas, inclusive na do Valongo.²³⁴

Esta prática de se jogar o lixo na praia parece se confirmar também para o caso porto-alegrense, cuja regulamentação dos locais de despejo era estabelecida pela Câmara Municipal através do Código de Posturas Policiais. Este Código previa além de multas, a punição corporal para os escravos que não cumprissem as regras estabelecidas pelo poder público municipal de então. Assim, no ano de 1837 a Câmara buscava regular, através do Código de Posturas, os locais exatos destinados aos despejos em praias da cidade, apontando as punições para aqueles que não cumprissem tais medidas:

Capitulo 50º - Os lugares designados nesta Cidade para os despejos de ciscos, e imundicies são de hora em diante a beira do rio no espaço, que mediar entre dois marcos de páus, que a Camara mandará fincar, sendo o primeiro lugar entre a Rua da Misericordia, e a do Rozario, o 2º entre esta e a esquina da Praça do Paraizo do lado de Leste, o 3º entre a Praça do Paraizo, e o porto dos Ferreiros; o 4º entre esta e a Rua do Ouvidor; o 5º entre o lugar da quitanda e a Rua Clara; o 6º entre esta e a do Arroio; o 7º entre esta e a Principal; o 8º entre esta e o lugar chamado da passagem; 9º entre a ponta da pedra deste lugar até a desembocadura da Rua do Cotovello, e o decimo entre esta rua e a Formoza, seguindo-se os mais, que forem necessarios ate a ponte do Riacho, e que serão designados pela mesma forma. Toda a pessoa que de dia, ou de noite for encontrada pelos encarregados da execução das Posturas á lançar ciscos, e a fazer quaesquer outros despejos de imundicias fora dos indicados lugares, sendo livre soffrerá a prisão por tres dias na Cadea, e pagará dentro della a multa tres mil reis, e sendo escrava será condusida, á Cadea e ahi castigada com cincoenta açoutes, e immediatamente solta.²³⁵

Como podemos ver a principal preocupação da Câmara não residia no descarte realizado nas praias, ao contrário, tais descartes eram previstos e inclusive organizados pelo poder público municipal. Aparentemente a preocupação da Câmara se concentrava muito mais em uma possível transgressão na ordem do lugar que não fosse aquele previsto pelo Código de Posturas. Tudo indica que não havia uma preocupação quanto à sujidade²³⁶ que

²³⁴ KARASCH, Mary. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro** (1808-1850). São Paulo. Companhia das Letras, 2000. p.190.

²³⁵ AHPAMV - **Código de Posturas Policiais**, reformado e aprovado pela Lei Provincial de 23 de Novembro de 1837 e publicado por Edital de 19 de Fevereiro de 1838.

²³⁶ No que diz respeito ao termo sujidade, torna-se importante observar que a mesma pode ser referida de diferentes formas. Neste caso, a sujidade refere-se ao estado de asseio dos espaços. Mas existem casos, como aponta Jean-Pierre Goubert, que o termo sujidade pode ser utilizado como elemento ligado, neste período, à

esta prática poderia causar ao rio, e sim a desobediência com relação ao descarte em locais que não fossem pré-determinados pela Câmara, que como verificamos na citação anterior, apontava o rio como reduto final a receber todos os despejos da cidade.

Para este momento, as principais preocupações dos componentes da Câmara Municipal, mostram-se muito mais direcionadas aos descartes de lixo e despejos que eram realizados sobre as ruas, praças e edificações do que as próprias praias, como se pode observar através da documentação:

Determinam ao Fiscal da Câmara que mande limpar a praça ao lado da Alfândega e o beco da Casa da Ópera, no local destinado à banca do peixe.²³⁷

Determinam ao Fiscal da Câmara que, com urgência, faça enterrar o lixo da praça Paraíso e de outros lugares públicos.²³⁸

Determinam que o Fiscal providencie imediatamente a limpeza em torno do prédio da Alfândega.²³⁹

Tomam providências para impedir que o 8º Batalhão continue jogando seus despejos no Beco que fica nos fundos do Quartel.²⁴⁰

No que diz respeito ao estado do saneamento da cidade de Porto Alegre, no período da Revolução Farroupilha, não temos um conjunto de informações precisas, que possa mostrar ao certo o quanto tal Revolução teria contribuído para agravar os problemas derivados do saneamento na cidade.²⁴¹ Como vimos anteriormente, foram criadas uma série de medidas que procuravam regulamentar os locais de despejo sobre um espaço delimitado e limitado ao próprio cerco que acontecia à cidade na época.²⁴²

Entretanto, o que podemos observar é que independentemente do cerco a Porto Alegre,

proteção do corpo contra as doenças. GOUBERT, Jean-Pierre. **Iniciation à une nouvelle histoire de la médecine**. Paris: Ellipses, 1998. p.16. Em outra visão, a sujidade pode ser representada como um elemento que pressupõe *distinção* entre o “Eu” colonizador e o “outro” colonizado, como aponta Bhabha, no que denomina de exercício da autoridade colonialista, onde: “a produção de diferenciações, individuações, efeitos de identidade através dos quais as práticas discriminatórias podem mapear populações sujeitas que são pichadas com a marca visível e transparente do poder.” BHABHA, op. cit., p.161.

²³⁷ AHPAMV - **Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre**, Livro 9, 11 jun. 1830.

²³⁸ AHPAMV - **Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre**, Livro 9, 21 jun. 1830.

²³⁹ AHPAMV - **Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre**, Livro 12, 18 fev. 1839.

²⁴⁰ AHPAMV - **Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre**, Livro 13, 03 dez. 1844.

²⁴¹ Ao que tudo indica, os problemas derivados das más condições de salubridade foram acentuados com o cerco à cidade, como aponta o requerimento feito por um cidadão à Câmara em 1839: “[...] *um chiqueiro, como bem propriamente chamam os rebeldes a esta cidade*”, referindo-se ao estado da rua denominada beco da Casa da Ópera. AHPAMV - **Construções e Melhoramentos do Município**. 31 out. 1839.

²⁴² Cerco este que provocou, segundo Escosteguy: “uma cessação da atividade construtiva e conseqüentemente da expansão da área urbanizada”. ESCOSTEGUY, Luiz F. A. **Produção e uso dos espaços centrais a beira rio em Porto Alegre (1809-1860)**. 1993. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993. p.87.

realizado pelos farrapos a partir de 1836, os habitantes da cidade já praticavam o ato de descarte e despejo pelos mais diferentes pontos da capital. Saint-Hilaire interpretava este problema na década de 20 do século XIX, como derivado de um rápido aumento da população neste período, que:

[...] fez com que os terrenos se tornassem mais valorizados aqui do que nas cidades do interior; poucas casas possuem jardins e muitas não tem sequer quintal; daí um grave inconveniente de atirarem à rua todo o lixo, tornando-as imundas. As encruzilhadas, os terrenos baldios e, principalmente, as margens da lagoa são entulhadas de sujeira; os habitantes só bebem água da lagoa e, continuamente, vêem-se negros encher seus cântaros no mesmo lugar em que os outros acabam de lavar as mais emporcalhadas vasilhas.²⁴³

O que podemos observar também é que Saint-Hilaire não compara, pelo menos no que tange a este aspecto do saneamento, a cidade de Porto Alegre com Paris, mas sim com o Rio de Janeiro. Notamos que a França, presente no discurso do viajante, parece fornecer um modelo apenas quando lhe convém. Quase sempre ela (França) é solicitada para indicar padrões ou ideais de referência e não de problemas de mesma ordem, como no caso do saneamento ou da falta deste. Mesmo assim, cabe ressaltar que a não comparação de Saint-Hilaire possa ser também em decorrência das transformações de ordem sanitária que já haviam se iniciado na França no século XVIII. Falamos aqui do processo de urbanização francês²⁴⁴, que foi verificado por Michel Foucault como responsável pelo desenvolvimento da medicina social:

A segunda direção no desenvolvimento da medicina social é representada pelo exemplo da França, onde, em fins do século XVIII, aparece uma medicina social que não parece ter por suporte a estrutura do Estado, como na Alemanha, mas um fenômeno inteiramente diferente: a urbanização. É com o desenvolvimento das estruturas urbanas que se desenvolve, na França, a medicina social.²⁴⁵

Adentrando as questões ligadas à saúde e a doença, Saint-Hilaire também faz duas observações. A primeira registrada no dia 27 de junho de 1822, em que associa os problemas estomacais em que tropas paulistas enfrentavam na região, com as questões alimentares. Para

²⁴³ SAINT-HILAIRE, op. cit., p.71-72. No que tange a densidade populacional da cidade de Porto Alegre ao longo do século XIX, ver tabela contida no ANEXO C, no final desta dissertação.

²⁴⁴ Assunto abordado no capítulo anterior, no tópico “*Um novo tempo para a Iluminação na história do saneamento*”.

²⁴⁵ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2003. p.87. Medicina social cujo objetivo final, segundo Roberto Machado, era: “de maneiras diversas, formar ou reformar física e moralmente o cidadão.” MACHADO, Roberto et al. **Danação da norma: Medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1978. p.280-1.

o viajante, as disenterias constantes eram frutos da alimentação carnívora em que tais paulistas não estavam acostumados, pois eram “mais habituados ao feijão e farinha do que à carne”²⁴⁶.

A segunda passagem ocorre no relato do dia 04 de julho de 1822. Nesta o viajante faz a seguinte observação:

O clima de Porto Alegre é muito saudável; não se conhecem aqui as febres intermitentes, mas no tempo do frio, os resfriados e as doenças de garganta são muito comuns. Nessa mesma estação, o tétano se manifesta freqüentemente, sobretudo em seguida a um fermento.²⁴⁷

São poucos os momentos em que Saint-Hilaire comenta sobre as doenças, como podemos verificar. Quando o mesmo comenta, como vimos acima, acaba associando estas a problemas derivados do clima e da alimentação. Fora estas breves passagens, o viajante somente discorre sobre uma construção que estava sendo realizada fora dos limites da cidade, que daria origem anos depois a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, destinada a abrigar os doentes da região. Em relação a este assunto, o viajante faz a seguinte observação:

Fora da cidade, sobre um dos pontos mais elevados da colina, onde ela se acha construída, iniciou-se a construção de um hospital, cujas proporções são tão grandes, que provavelmente não seja terminado tão cedo; **mas a sua posição foi escolhida com rara felicidade, porque é bem arejado, bastante afastado da cidade, para evitar contágios**; ao mesmo tempo muito próximo para que os doentes fiquem ao alcance de socorro de qualquer espécie.²⁴⁸

Esta visão de Auguste de Saint-Hilaire de ligação entre a ambiência e a saúde também pode ser encontrada em pontos específicos dos discursos do poder público municipal. Os assuntos relativos ao cemitério da cidade neste período são um exemplo do que podemos encontrar desta ligação.

Respondem as exigências do Conselho Geral da Província, dando explicações sobre a saúde pública e cemitério.²⁴⁹

Analisa, juntamente com o Pároco da Matriz, a transferência do Cemitério e a melhor maneira de fazê-lo, nomeando para isto uma Comissão de Facultativos de Medicina.²⁵⁰

²⁴⁶ SAINT-HILAIRE, op. cit., p.56.

²⁴⁷ Idem, p.61.

²⁴⁸ Idem, p.71. Grifo nosso.

²⁴⁹ AHPAMV - **Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre**, Livro 11, 20 dez. 1832.

²⁵⁰ AHPAMV - **Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre**, Livro 11, 27 jan. 1834.

Solicitam aos membros da comissão encarregada de estudar o local mais apropriado para a mudança do cemitério que envie com urgência um parecer.²⁵¹

A ligação entre a alimentação com a saúde apontada pelo viajante anteriormente, também pode ser verificada através do *Código de Posturas* elaborado no ano de 1810:

24° - Acordão que os taverneiros ou vendeiros não deitem confeiçoens no vinho, vinagre, aguardente ou outros quaisquer effeitos, de que possa resultar damno a saúde publica, com pena de seis mil reis, para o Conselho, trinta dias de cadeia e se lhe lançar fora o genero.²⁵²

Para além do Código de Posturas, constatamos esta recorrência também nas *Atas da Câmara* deste período, em exemplo: “Convidam vários médicos para que exponham à Câmara os riscos que corre a população ingerir carne de gado doente e qual a melhor forma de evitar enfermidades.”²⁵³ Na verdade, como podemos observar a preocupação com a alimentação, como sendo um dos componentes ligados a saúde não se mostra contrária ao pensamento hipocrático, pois Hipócrates através de sua obra “*Ares, águas e lugares*”, destacava também a alimentação como um dos pontos importantes para a saúde:

Por fim, a atenção deve voltar-se ao nível de vida que é mais agradável aos seus habitantes: se preferem o vinho, as comidas e são dedicados ao ócio, ou se amam o trabalho duro, os exercícios físicos e comem à vontade mas bebem pouco.²⁵⁴

Para além da alimentação como um importante elemento ligado a saúde é visível também na documentação do poder publico municipal, a preocupação dos habitantes da cidade, no que se refere aos aspectos do saneamento da mesma. Entretanto, esta preocupação não se ateve só as reclamações e críticas ao poder público, pois é verificável também a tomada de certas iniciativas por parte dos moradores, no que tange a sugestões de construções de obras, cujos custos deveriam ser arcados pelos mesmos, como podemos ver abaixo:

Solicitam aos moradores das praças Paraíso e dos Ferreiros que apresentam a sugestão de construir uma ponte sobre o rio para jogar os despejos, que informem com que quantia pretendem concorrer para tal projeto.²⁵⁵

²⁵¹ AHPAMV - *Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre*, Livro 11, 06 ago. 1834.

²⁵² ANRJ - *Código de Posturas de 1810*. Mesa, cx. 187.

²⁵³ AHPAMV - *Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre*, Livro 13, 26 abr. 1844.

²⁵⁴ HIPÓCRATES. *Dell'aria, delle acque, dei luoghi; Il giuramento; La legge*. Firenze: Sansoni, 1957. p.65. Tradução de Carolina Etcheverry.

²⁵⁵ AHPAMV - *Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre*, Livro 9, 22 jun. 1830.

Concedem licença aos moradores da praça Paraíso e dos Ferreiros para, às suas custas, construírem pontes e cloacas sobre o rio para jogar despejos.²⁵⁶

Além das pontes de despejos, podemos verificar neste período a construção de pontes que eram destinadas à retirada de água diretamente do rio para consumo.²⁵⁷ Para este caso, inclusive foi formada uma comissão destinada a “obter recursos para a construção de uma ponte para tirar água potável”.²⁵⁸ Dois anos após a formação desta comissão, seria lavrado o termo de arrematação para a construção de tal ponte.²⁵⁹ Mesmo assim, tudo indica não ser incomum a colocação de despejos em locais que a princípio eram destinados somente à retirada de água para abastecimento. Para solucionar tal problema, a Câmara de Vereadores no ano de 1842, mandou: “proibir a colocação dos despejos em lugares de onde se retira água.”²⁶⁰

Podemos verificar na documentação da Câmara, que o assunto água neste período é também tratado sobre outros aspectos, que não se confinam somente às questões relativas à água potável ou aos diferentes usos do rio.²⁶¹ É recorrente também o assunto água no que tange à estagnação e aos problemas derivados do esgoto. Algumas vezes chegamos a encontrar a relação direta entre um problema como derivado do outro, por exemplo:

Autorizam o Procurador a mandar fazer o esgoto das águas que se acham estagnadas.²⁶²

Determinam a limpeza dos valos que escoam as águas dos becos do Mota e do Carneiro.²⁶³

Em outros casos o assunto esgoto aparece também como um elemento derivado de problemas das próprias instituições públicas: “Recebem um ofício pedindo à Câmara que tome providências sobre o esgoto da prisão militar, que é expelido nas casas da redondeza.”²⁶⁴ O que por fim, parece levar alguns moradores da cidade a reclamarem de tais problemas,

²⁵⁶ AHPAMV - **Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre**, Livro 9, 06 jul. 1830.

²⁵⁷ Além da água do rio a população servia-se neste período de fontes localizadas em pontos específicos da cidade como: Praça do Portão, Rua do Pântano ou São Jerônimo, Rua do Arvoredo e Alto da Praia (Praça D. Pedro II, atual Praça da Matriz). Ver: Mapa contido no ANEXO B.

²⁵⁸ AHPAMV - **Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre**, Livro 13, 08 mai. 1843.

²⁵⁹ AHPAMV - **Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre**, Livro 13, 29 nov. 1845.

²⁶⁰ AHPAMV - **Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre**, Livro 13, 29 out. 1842.

²⁶¹ Mesmo assim, este é um problema que se remete pelo menos desde 1780, quando o então governador José Marcelino de Figueiredo mandou prender por duas semanas o então procurador Manoel José Pereira Cardinal, por discordar dos termos de ajuste para a construção da primeira fonte da cidade, cujo custo de construção foi autorizado no valor de 25\$600. COSTA, T., op. cit., p.9.

²⁶² AHPAMV - **Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre**, Livro 13, 20 jul. 1843.

²⁶³ AHPAMV - **Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre**, Livro 12, 22 fev. 1838.

²⁶⁴ AHPAMV - **Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre**, Livro 13, 15 out. 1841.

principalmente no que tange à estagnação das águas paradas, como o pedido feito pelos moradores da Rua do Arroio: “Determinam ao Procurador que examine o problema de estagnação das águas na Rua do Arroio, a pedido dos moradores.”²⁶⁵ Tais pedidos muitas vezes acabavam, ao que tudo indica, em realizações de orçamentos feitos pelo próprio procurador, como o que foi realizado no ano de 1844: “Recebem do Procurador o orçamento pedido para fazer o esgoto das águas no Beco de José Inácio Lourenço.”²⁶⁶

Dos problemas relacionados às *águas* da cidade,²⁶⁷ não encontramos no discurso da Câmara Municipal, neste período, uma ligação direta entre o elemento *águas* associado à doença do cólera. O que podemos verificar é a ligação do assunto doença (cólera) com o saber médico oficializado pelo poder público de então, neste caso a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro.²⁶⁸

Recebem ofício do Presidente da Província encaminhando parecer da Sociedade de Medicina da Corte sobre os cuidados com o cólera.²⁶⁹

Recebem e mandam publicar em Edital o estudo da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro sobre o cólera.²⁷⁰

Afirmar que os vereadores de Porto Alegre a época não faziam a ligação direta entre as águas com a doença do cólera não significa dizer que a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro não fizesse esta relação, mas sim que esta relação não fora incorporada ao discurso dos vereadores como componente presente nas ações sobre o saneamento da cidade. Esta situação só muda como poderemos observar a partir da segunda metade do século XIX, quando as práticas de limpeza do espaço passam a ser percebidas a partir da ótica da higiene. Chamamos este momento de passagem do saneamento de limpeza para o saneamento de higiene.

²⁶⁵ AHPAMV - **Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre**, Livro 13, 21 jul. 1841.

²⁶⁶ AHPAMV - **Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre**, Livro 13, 07 jun. 1844.

²⁶⁷ Os problemas relacionados à água em Porto Alegre, ao que tudo indica, diferiam da cidade de São Paulo neste mesmo período, visto o problema desta última ser de escassez de água, como aponta SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. **Cidade das águas: usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901)**. São Paulo: SENAC São Paulo, 2007. p.89-118. Já no caso de Porto Alegre, os problemas maiores parecem se concentrar mais nas questões dos despejos, que muitas vezes ocorriam em águas, sejam elas do rio, córregos ou valos.

²⁶⁸ A sociedade de Medicina do Rio de Janeiro foi fundada no ano de 1829 por médicos radicados na Corte Imperial, seu objetivo principal era: “fornecer pareceres às autoridades governamentais em matérias relativas à higiene e saúde pública. Esse vínculo existente entre a Sociedade de Medicina e o Estado revela o caráter eminentemente político dessa entidade que pretendia organizar o espaço urbano exclusivamente à luz da ciência.” SOARES, Márcio de Sousa. **Médicos e mezinheiros na Corte Imperial: uma herança colonial. História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, vol.VIII, n.2, jul./ago 2001. p.415.

²⁶⁹ AHPAMV - **Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre**, Livro 10, 10 nov. 1831.

²⁷⁰ AHPAMV - **Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre**, Livro 11, 05 nov. 1833.

3.4 DO SANEAMENTO DE LIMPEZA PARA O SANEAMENTO DE HIGIENE

Como vimos até o momento, os três elementos constantes do saber hipocrático são presentes diante as políticas adotadas pelo poder público municipal sobre o saneamento da cidade no século XIX. É verificável também que estes três elementos se fazem presentes mediante uma constante interação entre os aspectos ligados a saúde e/ou problemas derivados de determinadas doenças. Tal interação por sua vez, torna-se mais nítida quando podemos contemplar o diversificado número de agentes que estavam envolvidos direta ou indiretamente com este assunto na cidade.

É deste universo marcado pela interação entre os diferentes agentes do saneamento (indivíduos), saberes e/ou saber (hipocrático) ligados em grande parte as concepções de saúde e de doenças, que se movem as políticas públicas direcionadas ao saneamento da Porto Alegre oitocentista. Políticas estas, que no decorrer da segunda metade do século XIX, seriam marcadas profundamente por aquilo que denominamos de “momento de passagem” entre uma dada concepção de limpeza, vista por seus agentes como o ideal para a saúde para uma determinada concepção de higiene, percebida a partir daquele momento como essencial a saúde. Segundo o historiador Jean-Pierre Goubert, este é um período onde: “o mundo contemporâneo prepara-se para renegar o antigo código social da limpeza, para substituí-lo pelo da higiene”.²⁷¹

Neste sentido, a história do saneamento público da cidade de Porto Alegre no século XIX é marcada por dois momentos distintos. O primeiro, ao qual denominamos de “fase limpezista”, cobre basicamente a primeira metade do século XIX, tendo por característica principal as ações do saneamento pautadas por discursos que visavam à saúde, mediante interferências diretas sobre o espaço. Esta ocorrência da ligação entre a saúde e a ambiência torna-se melhor observável quando se trata, por exemplo, dos assuntos respectivos ao espaço cemiterial.²⁷²

Em um segundo momento, temos então a chamada “fase higienista”, que pode ser verificada sobre toda a segunda metade do século XIX. Esta fase é marcada pela inversão das ações, ou seja, das práticas direcionadas prioritariamente ao espaço, que visavam conseqüentemente à saúde dos corpos em um primeiro momento, passa-se agora para uma

²⁷¹ GOUBERT, Jean-Pierre. A conquista da água na era industrial. In: SERRES, Juliane; SCHWARTSMANN, Leonor. (Orgs.) **História da Medicina**: instituições e práticas de saúde no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. p.24.

²⁷² Como citamos na página 103 desta dissertação.

ação cuja prática, apesar de continuar se concentrando sobre o espaço, começa a identificar este espaço relacionando-o como um problema ligado aos indivíduos.²⁷³ Nesta visão, não era a ambiência que era corrompida, ela se encontrava nesta situação em função da ação “perniciosa” de “certos” indivíduos sobre o espaço. Neste sentido, como verifica Tocchetto:

Visando acabar com as epidemias, focos de infecção, a contaminação de **ares e águas**, o discurso médico passou a exercer um controle fiscalizador contra a insalubridade generalizada. Foram difundidas regras de higiene pessoal e coletiva, de manutenção das moradias, de descarte e remoção do lixo para locais periféricos, de inspeção de feiras e abatedouros, criação de novos bairros, etc.²⁷⁴

Um exemplo mais direcionado sobre este momento de “passagem” pode ser verificado sobre a documentação do saneamento referente a este período. Destacamos aqui um Parecer enviado pela Comissão Médica ao então Presidente da Província, José Antonio de Azevedo Castro:

A fim de indagarmos as causas próximas ou remotas do empeoramento do estado sanitário desta capital pelo aparecimento simultâneo de enfermidades diversas e algumas das quaes tem tomado o caráter endêmico, terminando muitas delas pela morte, fazendo assim desaparecer repentinamente cidadãos pouco antes válidos e sãos; e outro sim encarregados de darmos parecer sobre este assumpto, indicando os meios convenientes para conjurar este estado, que tanto sobressalta o espírito público, temos a honra de declarar a V. Ex.^a que depois de havermos feito os necessários exames e estudos, discutindo entre nós esta matéria d’acordo com os preceitos de nossa profissão, somos de parecer [...] Que concorrem poderosamente para o apparecimento quase constante de certas enfermidades, havendo por isto aviso de serem denominadas endêmicas, causas diversas, a saber: o pouco asseio da cidade, havendo [...] **falta de condições hygienicas em grande numero de casas, - essas habitações denominadas cortiços, onde se acumula muita gente, quase sempre pouco escrupulosa quer a respeito d’asseio, quer de alimentações e dos demais cuidados hygienicos indispensáveis a vida do homem** [...] Que para afastar de nós o mais possível, estas causas de enfermidades convém que se estabeleça na Capital encanamento para o esgoto dos materiaes e das águas servidas, a fim de que desapareçam com promptidão esses agentes de infecção – que se realize o asseio das casas, **principalmente dos cortiços, os quaes devem ser subordinados as regras hygienicas prescriptas por pessoa autorizada, que as inspecione frequentemente** [...] entretanto, parece-nos que realizando-se os meios que temos a honra de indicar, obteremos consideráveis vantagens em favor do estado sanitário d’esta Capital, cujos habitantes não devem continuar nesse sobressalto d’espírito e porque é de esperar, que o acrisolado cuidado de V. Ex.^a pelo

²⁷³ Cabe lembrar que esta “passagem” era reforçada também por incertezas com relação às causas das doenças. Neste sentido, segundo Finkelman: “Tanto na versão contagionista quanto na anticontagionista, uma das características mais marcantes da higiene no período que antecedeu a consagração da bacteriologia consistia na indeterminação da doença. O ar, a água, as habitações, a sujeira, a pobreza, tudo poderia causá-la. A fluidez do diagnóstico era acompanhada pela imprecisão terapêutica. Essa característica também permitia que os higienistas atuassem como tradutores dos mais diversos interesses.” FINKELMAN, Jacobo (Org.). **Caminhos da Saúde Pública no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002. p.32.

²⁷⁴ TOCCHETTO, Fernanda Bordin. O descarte de lixo doméstico na Porto Alegre oitocentista: uma construção possível sobre práticas e representações. **Histórica** – PUCRS, Porto Alegre, n.7, 2003. p.201. Grifo nosso.

bem público faça com que em pouco tempo esta cidade veja realizada todas as medidas higienicas por nós lembradas.²⁷⁵

Neste caso, o corpo social era percebido como um dos objetos diretamente responsável pelo meio a sua volta. Entretanto, como o meio externo era um dos elementos centrais, visto e percebido muitas vezes como ponto fundamental para a compreensão de assuntos que diziam respeito à saúde e a doença, ganhava importância nesta concepção fiscalizar diretamente os indivíduos, vistos agora como os principais responsáveis pela degradação ou boa conservação do próprio espaço. Mesmo assim, como podemos observar na citação acima, não eram quaisquer indivíduos, mas sim grupos específicos cujos *lugares* denunciavam sua periculosidade.²⁷⁶

Esta nova fase marca uma visão diferenciada para a segunda metade do século XIX, no que diz respeito às questões relativas ao saneamento público da cidade de Porto Alegre. Fase esta que segundo Pesavento, “gerou as condições para que a questão social se coloque como problema e indagação: o que fazer com os desafortunados e, principalmente, o que fazer para impedir que a questão social degenerem em conflito e este em ameaça efetiva?”. Estaria aberto assim um espaço para, “a elaboração de discursos científicos que a descrevem, analisam e despertam estratégias de abordagem para atingir resultados satisfatórios. É assim que se articula o discurso médico higienista, o discurso jurídico e criminológico, o discurso técnico e estético.”²⁷⁷ Discurso este que segundo Chalhoub, “permitiu aos governantes ocultar, ou ao menos dissimular, desde então, o sentido classista de suas decisões políticas.”²⁷⁸ Ganhou destaque neste momento os chamados higienistas e suas intervenções, que pareciam obedecer:

[...] ao mal confessado objetivo de tornar o ambiente urbano salubre para um determinado setor da população branca, e esperar que a miscigenação – promovida num quadro demográfico modificado pela imigração européia – e as moléstias

²⁷⁵ AHPAMV - **Correspondências Expedidas pela Câmara Municipal**, Livro 26/27, 23 jan. 1860. Grifo nosso.

²⁷⁶ Para controlar esta periculosidade, foi criada a polícia administrativa do município que tinha por objetivo, segundo Mauch: “velar pela ordem pública, como em qualquer outro lugar, mas pode-se dizer que a noção de ordem e desordem variou ao longo da última década do século XIX.” MAUCH, Cláudia. **Policimento em Porto Alegre nos primórdios da República**. In: HAGEN, Acássia M. Maduro; MOREIRA, Paulo R. Staudt. **Sobre a rua e outros lugares: reiventando Porto Alegre**. Porto Alegre: Caixa Econômica Federal, 1995. p.100.

²⁷⁷ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Os pobres da cidade**. 2.ed. Porto Alegre: Editora da Universidade / UFRGS, 1998. p.8-9.

²⁷⁸ CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: Cortiços e Epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.8.

reconhecidamente graves entre os negros lograssem o embranquecimento da população, eliminando gradualmente a herança africana da sociedade brasileira.²⁷⁹

Todavia, como este momento de passagem não é um acontecimento que pode ser datado como um fato preciso, que tem dia e hora para acontecer e/ou para acabar, necessitamos para melhor compreendê-lo saber a forma como se processou o seu desenrolar ao longo da segunda metade do século XIX. Para entendermos melhor estes desdobramentos, vejamos a seguir como se apresentavam as políticas públicas para o saneamento da cidade, demonstrando a relação do discurso epidêmico com estas ações práticas, que se caracterizavam a partir daquele momento pelos preceitos higienistas.

²⁷⁹ Idem, p.9.

PARTE III – A HISTÓRIA COTIDIANA DO SANEAMENTO EM PORTO ALEGRE

4 AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O SANEAMENTO DE PORTO ALEGRE: O DISCURSO EPIDÊMICO E AS AÇÕES PRÁTICAS NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

O presente capítulo trata sobre o saneamento na cidade de Porto Alegre entre 1850 e 1900. Nosso objetivo consiste em demonstrar aqui como teria se processado na cotidianidade da cidade, as políticas públicas para o saneamento da mesma neste período.²⁸⁰ Para isso, destacamos a presença do discurso epidêmico e das ações práticas, como elementos constituidores que davam suporte a estas políticas públicas, empregadas pelos diferentes agentes sobre o espaço social da cidade. Deste discurso epidêmico, procuramos chamar a atenção também para a presença constante do pensamento hipocrático (através dos elementos: *ares, águas e lugares*), como componentes a fazer parte na cotidianidade das concepções sobre o saneamento em Porto Alegre no século XIX.

4.1 O SANEAMENTO, AS EPIDEMIAS E AS AÇÕES PRÁTICAS NA DÉCADA DE 1850

Difícilmente um historiador da cidade de Porto Alegre conseguiria tratar da década de 1850, sem falar do impacto causado pela epidemia do cólera, que acabou por afetar os mais diferentes setores da sociedade no ano de 1855 na cidade. A epidemia do cólera deste período em Porto Alegre, além de deixar um grande número de mortos na cidade deixou visível também a fragilidade do sistema de ação política para a saúde da população. Saúde esta, que segundo Witter já parecia se apresentar precária um ano antes da chegada do cólera na então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul:

No ano em que antecedeu à chegada do cólera, as informações prestadas acerca da salubridade da província no relatório da Comissão dão conta de que a saúde geral da população estava em baixa. Uma epidemia de febre escarlatina havia assolado a capital entre dezembro de 1854 e março de 1855, ocasionando, inclusive, mortes.²⁸¹

²⁸⁰ Por cotidianidade entendemos: “A vida cotidiana é a vida de *todo* homem. Todos a vivem, sem nenhuma exceção, qualquer que seja seu posto na divisão do trabalho intelectual e físico. Ninguém consegue identificar-se com sua atividade humano-genérica a ponto de poder desligar-se inteiramente da cotidianidade. E, ao contrário, não há nenhum homem, por mais “insubstancial” que seja, que viva tão-somente na cotidianidade, embora essa o absorva preponderantemente.” HELLER, Agnes. **O cotidiano e a História**. São Paulo: Paz e Terra, 1989. p.17.

²⁸¹ WITTER, Nikelen Acosta. **Males e Epidemias: sofredores, governantes e curadores no sul do Brasil** (Rio Grande do Sul, século XIX). 2007. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007. p.68.

No que se refere aos assuntos políticos envolvendo o saneamento e saúde pública neste período, destacamos de início as atribuições da Câmara de Vereadores da cidade de Porto Alegre.²⁸² Suas atribuições no que tange a estes assuntos baseavam-se, como vimos, no controle, registro profissional e na fiscalização de tudo que pudesse alterar e/ou corromper a salubridade pública da cidade.²⁸³ Entretanto, estas atribuições ao poder público municipal acabaram gerando inclusive uma autocrítica, como a fez o Ministro do Império José Ignácio Borges, quando da apresentação do relatório anual a Assembléia Geral Legislativa:

A abolição da Provedoria Mor de Saude alias necessária pelo desleixo em que havia cahido, e abusos praticados pelos seus Agentes, que so se occupavão de seus interesses individuais, deveria ser substituida por huma outra Instituição que exclusivamente se empregasse em vigiar sobre este importante ramo da publica administração; mas em lugar de assim o fazermos, entregamos as Municipalidades hum semelhante encargo [...] deixando quase em abandono a cura dos males que se fomentão no Solo que habitamos, e que de certo não são de menor risco, do que aquelles que hão de chegar as nossas praias.²⁸⁴

Nesta fala do Ministro do Império brasileiro, calcada por um discurso autocrítico se esconde uma situação de insegurança e medo, gerado em grande parte pela ocorrência da pandemia do cólera que tinha se espalhado a partir de 1829, vindo a atingir a Europa e as Guianas na América do Sul. Segundo as palavras de Witter, esta: “Foi a primeira grande pandemia verdadeiramente mundial, onde nenhum continente foi poupado”.²⁸⁵ Ligado aos problemas gerados por esta pandemia do cólera, que cada vez mais apontava no horizonte do território brasileiro é verificável também no discurso do ministro do Império sua preocupação com o sistema de controle sobre as doenças. Neste sentido, entregar as “*Municipalidades*” este encargo, na visão do Ministro era deixar “quase em abandono a cura dos males”. No entanto, esta crítica que provinha de dentro da própria administração do Império, pouco contribuiu para mudar tal situação.

Passado mais de uma década da ocorrência deste discurso do então Ministro do Império José Ignácio Borges, foi criada a Comissão Central de Saúde Pública na Corte do Império (1850). A origem desta Comissão decorre diretamente da ocorrência da epidemia de

²⁸² Por saúde pública na cidade de Porto Alegre no século XIX, entendemos toda ação que é voltada a saúde coletiva, através de prevenção e/ou combate às doenças, sejam ações estas emitidas pelo poder público ou por instituições, organismos e particulares.

²⁸³ AHRS - Primeiro Regulamento Brasileiro para Funcionamento das Câmaras Municipais. **Leis e Decretos do Império**, 1828, L042. p.192-195.

²⁸⁴ RELATÓRIO do ano de 1835, apresentado pelo Ministro e Secretário de Estado José Ignácio Borges a Assembléia Geral Legislativa na Sessão Ordinária de 1836. p.14. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1706/000002.html>>. Acessado em: 30 mai. 2010.

²⁸⁵ WITTER, op. cit., p.37.

febre amarela acontecida no Rio de Janeiro em 1849. Segundo Marques:

Faziam parte das atribuições desta comissão o esquadrinhamento urbano através da criação de comissões paroquiais e distritais de saúde pública; a inspeção sanitária em navios, mercados, prisões, conventos e outros; a fiscalização do exercício da medicina, cirurgia e farmácia; e principalmente, a centralização dos registros de casos, óbitos e tratamentos.²⁸⁶

Adiante (no ano 1851) esta Comissão foi substituída por uma Junta denominada de Junta Central de Higiene. A Junta Central de Higiene era um órgão do Governo Imperial, cujas atribuições concentravam-se na regulamentação de políticas direcionadas a saúde pública, bem como no controle do sistema de saúde da população das províncias pertencentes ao território do Império brasileiro. Para fazer este controle, o *Regulamento da Junta de Higiene* estabelecia em seu artigo segundo, a criação das chamadas Comissões de Higiene Pública. Dentre estas, destacamos a de São Pedro do Rio Grande do Sul.²⁸⁷

No Rio Grande do Sul a Comissão de Higiene Pública começou a atuar somente a partir de 1853, quando os Relatórios da Comissão passam a ser assinados pelo Dr. Manoel Pereira da Silva Ubatuba, então presidente da mesma.²⁸⁸ Segundo Witter, um dos elementos que marcam o discurso de Ubatuba e ao mesmo tempo o diferem dos anteriores é o rompimento do “discurso sobre a natural salubridade da província”. Este discurso como bem observa a historiadora era quase sempre baseado sobre as condições ambientais da região.²⁸⁹ Neste sentido, como vimos no capítulo anterior, as associações entre a ambiência e a saúde eram muito comuns a época, pois no horizonte de compreensão destes agentes tornava-se importante os cuidados sobre a ambiência dos *lugares*, das *águas* e dos *ares*, pois só assim se evitariam através desta concepção os problemas relacionados às doenças.

Com o Dr. Ubatuba a frente da presidência da Comissão de Higiene Pública, tais ações passaram a ser delineadas em diferentes planos de atuação, que não se confinavam somente a fiscalização e o controle da ambiência, mas também no controle da venda imprópria de medicamentos e na fiscalização do exercício ilegal da atividade médica. Entretanto, estes assuntos como vimos anteriormente, já eram tarefas atribuídas desde 1828 as Câmaras Municipais do Império, o que fez com que a Comissão de Higiene encontrasse grandes

²⁸⁶ MARQUES, Eduardo Cesar. Da higiene à construção da cidade: o Estado e o saneamento no Rio de Janeiro. **História, Ciências, saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, Vol. II, n. 2, Jul.-Out, 1995. p.57.

²⁸⁷ AHRs - Decreto nº 828 de 29 de setembro de 1851. **Collecção das Leis do Império do Brazil**, 1851, p.259.

²⁸⁸ AHPAMV - **Correspondências Recebidas pela Câmara Municipal**, Livro 23, 14 dez. 1853.

²⁸⁹ Para maiores detalhes sobre o Dr. Manoel Pereira da Silva Ubatuba, ver: WITTER, op. cit., p.61.

problemas com relação aos limites de sua atuação, frente ao poder público municipal e provincial. Nas palavras de Witter:

[...] a demonstração de que a Comissão estava ciente de qual deveria ser o seu plano de atuação não significa que ela tenha conseguido cumpri-lo. Muito rápido, é possível perceber nas comunicações trocadas com a Presidência da província que a Comissão tinha o poder de sugerir, mas não de aplicar. Além disso, embora ela devesse seguir as normativas da Junta Central, de fato, ela estava era sujeita ao Governo da província e, não raras vezes, teve a Câmara de Vereadores como um dos maiores obstáculos à implementação de seu “plano de ação”.²⁹⁰

Esta relação muitas vezes conflituosa entre a Câmara Municipal, a Comissão de Higiene Pública e o Governo provincial, dependia como bem observou Weber da situação em que se encontrava o sistema político partidário no momento, ou seja:

Quando os Presidentes da Província eram da mesma orientação partidária que os membros ou pelo menos parte da Câmara Municipal, não havia maiores discussões. Quando representavam interesses partidários diferentes, o Presidente da Província não poupava críticas à administração da Câmara ou a Câmara Municipal não atendia as solicitações feitas pelo presidente.²⁹¹

No que tange o saneamento público da cidade de Porto Alegre, esta situação torna-se mais evidente, pois ao analisarmos a documentação respectiva ao assunto, contemplamos de forma mais detalhada o intercruzamento destes problemas. Esta era uma relação conflituosa, como veremos ao longo deste capítulo, que inclusive viria a afetar o sistema de serviços de saneamento da cidade. Serviço este considerado à época um dos problemas mais graves para os habitantes, devido ao fato de estar relacionado aos problemas de ordem da saúde e da doença, como foi apontado pelo presidente da Comissão de Higiene Pública em 1853:

Convém que se melhore o estado sanitário da cidade tão descuidado para que não seja tão temível sua invasão que por prudência ao menos se tomem aquelas cautelas, que não sendo vexatórias, são indispensáveis para a salubridade pública, mesmo em circunstâncias normais [...].²⁹²

²⁹⁰ Idem, p.63.

²⁹¹ WEBER, Beatriz Teixeira. **Códigos de Posturas e Regulamentação do Convívio Social em Porto Alegre no século XIX**. 1992. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992. p.72. Sobre a relação político-partidária entre conservadores, liberais e mais tarde republicanos no século XIX, torna-se importante ver também: PICCOLO, Helga I. Landgraf. **Vida política no século 19: da descolonização ao movimento republicano**. 2.ed. Porto Alegre: Editora da Universidade / UFRGS, 1992. p.44-76.

²⁹² AHPAMV - **Correspondências Recebidas pela Câmara Municipal**, Livro 23, 14 dez. 1853.

Os dois primeiros anos da década de 1850 na cidade de Porto Alegre praticamente não se diferenciam, pelo menos no que tange às políticas públicas sobre o saneamento da cidade dos anos que precederam a este período. No campo internacional, sabia-se que o cólera ocasionava muitas baixas por onde passava. Entretanto, não havia indícios da doença no território brasileiro.²⁹³

Os assuntos correntes em relação ao saneamento da cidade de Porto Alegre neste período concentram-se ainda muito esparsos e quase sempre direcionados à manutenção da limpeza da cidade. Discutia-se sobre a contratação de pessoas através de editais, para realizar a limpeza pública. A Câmara continuava a receber abaixo-assinados de moradores reclamando sobre os despejos que eram muitas vezes realizados em locais considerados impróprios por estes moradores. O poder público municipal, por sua vez, parecia se preocupar mais com a fiscalização e com a aplicação de multas do que com a realização de medidas efetivas sobre estes serviços. Além do mais, a falta de verbas para o custeio com serviços deste ramo parecem ser evidentes, como indica a proposta do Presidente da Província João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú, que acabou sendo vetada pela Câmara Municipal, tendo como argumento a falta de dinheiro:

Em resposta a portaria de Vossa Excelência de n.81 tem a Câmara de significar a Vossa Excelência que entendendo não poder servir para a limpeza da cidade a barca de que trata aquela portaria por não ser construída apropriadamente para esse fim, e consequentemente não ter as recomendações precisas, salvo o caso de querer dar-se lhe a aplicação somente de conduzir o lixo, que não é sem dúvida o que mais dano causa a saúde pública, resolvem não empregar a dita barca no serviço, para que Vossa Excelência se dignou indicar, não só pelas razões expressadas, como porque a prestar-se a mesma barca para condução de imundícias, muito pouco aproveitada ella só, pois para esse mister pensa a Câmara que menos de três barcas não bastariam. Orçada pelo delegado da capitania do porto a despesa com o custeio em 237\$000 mensais, e sendo além disso por caso despender mais 217\$000 com vários itens de que carece, a Câmara não se anima a empreender tal serviço com semelhante despêndio, sem que delle colha o público os benefícios que deveria esperar, e neste caso continua a Câmara a fazer conduzir o lixo em suas carroças, cujo número aumentará na proporção de que a necessidade deste aumento se for fazendo sentir.

Paço M. 20 de novembro de 1853.²⁹⁴

²⁹³ A não ser o de uma “febre epidêmica” (provavelmente febre amarela), que atingiu partes do litoral brasileiro chegando a ser relatada pelo próprio Imperador: “Algumas cidades do nosso litoral e especialmente as da Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco, tem sido assaltadas nestes últimos mezes de huma febre epidêmica. Os estragos da enfermidade, que aliás não estão em proporção com o terror que tem causado, affligem profundamente Meu Coração. Graças a Deos vai diminuindo o mal, e Espero de Sua Divina Misericórdia que ouvindo nossas preces, arrede para sempre do Brasil semelhante flagello.” AHPAMV - Falla do Imperador à Assembléa Geral Legislativa. **Correspondências Recebidas pela Câmara Municipal**, Livro 21, 3 mai. 1850.

²⁹⁴ AHPAMV - **Correspondências Expedidas pela Câmara Municipal**, Livro 4, 20 nov.1853.

Como podemos ver, além da falta de dinheiro alegada pela Câmara, os vereadores argumentam que a embarcação proposta não seria apropriada para o serviço pretendido, como também seria em número insuficiente. Além disso, os vereadores afirmam que o lixo “*não é sem dúvida o que mais dano causa a saúde pública*”. Neste sentido, nada indica pela documentação do poder público municipal até fins de abril de 1853, que o saneamento se tornaria um dos elementos mais importantes a fazer parte constantemente nos discursos e nas práticas realizadas sobre o espaço social da cidade. Esta situação parece mudar em Porto Alegre quando as cidades de Rio Grande e Pelotas passam a ser tomadas pela epidemia de escarlatina.

Para evitar que a escarlatina que graça nas cidades do Rio Grande e Pelotas venha flagelar este município, cumpre que os senhores fiscais passem a providenciar imediatamente para que as ruas se conservem no maior asseio possível, não se contendo lixos, limo, **águas** estagnadas e lamas podre nas mesmas ruas, praças e etc. para o que se deverá estender a vigilância até aos próprios pátios, quintais, casas públicas e etc.; e porque também concorram para desenvolvimento desta e outras enfermidades os gêneros corrompidos e frutas verdes ordena-se aos mesmos senhores fiscais que em cumprimento as posturas procedam com toda a pontualidade como a respeito dispõe as ditas posturas; e outrossim recomenda-se que aos guardas municipais incumbam também destas diligências, e requisitem da polícia e patrulhas as providências para que julgarem convenientes para levar-se a efeito as medidas digo as pretendidas medidas de salubridade pública. Finalmente ordena-se aos senhores fiscais que por meio de anúncios fação de novo constar quais são os **lugares** destinados aos despejos.²⁹⁵

A partir deste momento, podemos observar que ocorre uma intensificação sobre os serviços ligados ao saneamento da cidade. É observável também através da documentação uma mudança paulatina e ao mesmo tempo gradual no que diz respeito a interferência direta e cada vez mais acentuada do poder público sobre os espaços privados, como aponta claramente o trecho da citação anterior: “*para o que se deverá estender a vigilância até aos próprios pátios, quintais, casas públicas e etc.*”

Além da extensão da vigilância, a Câmara neste período procura efetivar uma construção destinada aos despejos diretamente dentro do rio. Como informa as *Atas da Câmara*: “Decidem mandar construir estacas de madeiras e aterrar para dentro do rio, os quatro primeiros locais destinados aos despejos, de modo que os mesmos ocorram sempre dentro da água.”²⁹⁶ Alguns dias depois a Câmara receberia o orçamento para a execução destas obras, bem como pediria a Presidência autorização para a devida construção.²⁹⁷ Em

²⁹⁵ AHPAMV - *Correspondências Expedidas pela Câmara Municipal*, Livro 4, 21 abr. 1853. Grifo nosso.

²⁹⁶ AHPAMV - *Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre*, Livro 14, 29 dez. 1853.

²⁹⁷ AHPAMV - *Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre*, Livro 14, 10 jan. 1854.

portaria do dia 2 de março de 1854, o Presidente da Província Cansansão de Sinimbú, aprovaria o orçamento do projeto para a construção desta obra dentro do rio e a Câmara mandaria publicar editais para a arrematação dos referidos serviços.²⁹⁸ Entretanto, vinte e cinco dias após a aprovação deste projeto, a arrematação dos serviços acabou sendo adiada. O motivo deste adiamento, como aponta a *Ata da Câmara* do dia 27 de março de 1854, teria sido o recebimento de um ofício emitido pelo presidente da Comissão de Higiene Pública “expondo os resultados inconvenientes de construir pontes para os despejos da cidade e, conseqüentemente, decidem adiar a arrematação da referida obra”.²⁹⁹

Com a entrada da Comissão de Higiene Pública neste cenário, estava aberto um campo para novas contradições no que dizia respeito a problemas derivados do saneamento na cidade, pois não ficava claro o limite das competências em relação a este assunto. Neste sentido, se o regulamento da Junta de Higiene previa a criação das Comissões de Higiene com suas devidas atribuições, nada dizia também que estas funções não eram competências das Câmaras Municipais, ou seja, atribuía-se uma função a um órgão cuja atribuição já era de responsabilidade de outro. Isto acabou gerando muitas discórdias entre a Câmara de Vereadores, a Comissão de Higiene e os presidentes da Província, como podemos ver no desfecho ocorrido no caso da construção de pontes de madeira no rio:

Porque o Dr. Presidente da Comissão de Hygiene Publica declara [...] que não resulta conveniência alguma ao publico; dá providência que Vmces. pretendião tomar mandando construir quatro pontes de madeira no rio, para se fazerem só nelas os despejos; cumpre que Vmces. informem a semelhante respeito, ouvindo pessoas entendidas, acerca da obra que para os despejos deverá merecer a preferência.³⁰⁰

Observa-se na citação acima a discórdia da Comissão de Higiene perante as ações pretendidas pela Câmara Municipal, o que na verdade vai se tornar uma constância. É verificável também outro ponto importante nesta comunicação, que diz respeito à autoridade competente no assunto. Nota-se que o Presidente da Província pede para o poder público municipal ouvir “*pessoas entendidas*”, antes de se levar a cabo a construção da respectiva obra.

Adiante, é nítida a presença constante da Comissão de Higiene Pública no que tange ao saneamento da cidade. De início, a mesma concentra-se sobre os serviços de limpeza, despejo e remoção de lixo. Para isso, a Comissão enviará continuamente à Câmara Municipal

²⁹⁸ AHPAMV - *Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre*, Livro 14, 2 mar. 1854.

²⁹⁹ AHPAMV - *Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre*, Livro 14, 27 mar. 1854.

³⁰⁰ AHPAMV - *Correspondências Recebidas pela Câmara Municipal*, Livro 23, 10 mai. 1854.

ofícios “pedindo” que sejam executados os serviços relativos à remoção de lixo, controle dos despejos e a limpeza de ruas, bem como a fiscalização dos demais estabelecimentos alimentícios.

No dia 12 de junho de 1854, a Comissão de Higiene Pública pede a Câmara a “estrita execução de alguns artigos de postura, solicitando a liberação de um fiscal para acompanhá-la, assim como carroças para serem usadas na limpeza das ruas”.³⁰¹ A Câmara por fim determina que tal fiscal acompanhe a Comissão, ficando este “encarregado da limpeza da cidade, tendo um guarda ao seu dispor”.³⁰² Ao que tudo indica este acompanhamento pouco ou nenhum resultado teria gerado nos serviços de limpeza da cidade, visto a Comissão reclamar constantemente sobre tal assunto. Em 11 de novembro de 1854, o Presidente da Província remetia a seguinte comunicação à Câmara Municipal:

Remeto a Vmces. o incluso ofício da Comissão de Higiene Pública na província, pedindo providências afim de que não possa ser acusada por negligente, visto ter-se recusado essa Câmara a mandar fazer a limpeza da cidade pelo modo que a dita comissão indicou, para que Vmces informem a respeito.³⁰³

A necessidade de um serviço freqüente de limpeza da cidade gerou inclusive uma proposta que foi apresentada na Assembléia Provincial por um cidadão de nome Bernardo Dionísio da Silva, que se comprometia a fazer o serviço de limpeza da capital por um prazo de três anos. Segundo a Portaria enviada pela Presidência a Câmara Municipal em 6 de novembro de 1854, Bernardino se propunha:

[...] estabelecer oito carros hermeticamente fechados e quatro grandes carroças para fazer limpeza da capital por tempo de três anos e mediante o despendio de oito contos de réis anualmente, e para que Vmces satisfaçam a exigência da mencionada Assembléia.³⁰⁴

Não consta na documentação da Câmara se tal proposta teria sido contemplada ou não. Acreditamos que não, pois a Câmara continuou exercendo estes serviços, como pode ser verificado através de *correspondência recebida* pelo poder público municipal:

Dê Vmces. as necessárias ordens para que de hoje em diante as carroças pertencentes à Municipalidade sejam empregadas incessantemente, e exclusivamente na condução do lixo das ruas desta Cidade, com especialidade as da Praia, Nova da

³⁰¹ AHPAMV - *Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre*, Livro 14, 12 jun. 1854.

³⁰² AHPAMV - *Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre*, Livro 14, 26 jun. 1854.

³⁰³ AHPAMV - *Correspondências Recebidas pela Câmara Municipal*, Livro 23, 11 nov. 1854.

³⁰⁴ AHPAMV - *Correspondências Recebidas pela Câmara Municipal*, Livro 23, 6 nov. 1854.

Praia, Nova, e do Poço; podendo a Câmara mandar alugar outras para continuarem nos misteres, em que aquellas estejam actualmente servindo. Barão de Muritiba.³⁰⁵

Antecedendo a chegada do cólera, o local de despejo da cidade se concentrava, ou pelo menos deveria ser realizado segundo a designação da própria Câmara, diretamente no rio. Já os *lugares* indicados para se fazerem a realização destes serviços dentro do rio foram, segundo as orientações da Câmara Municipal: “nas saídas do Beco do Barbosa, rua do Senhor dos Passos, rua do Rosário, Beco da Ópera, Beco do Fanha, rua do Arroio, Ponta das Pedras, no Arsenal e em todo o litoral da cadeia Nova para o lado do Riacho”.³⁰⁶ Entretanto, tais *lugares* de despejo, segundo o Presidente da Província à época, Barão de Muritiba, em concordância com a Comissão de Higiene Pública, eram impróprios pois acabariam afetando as *águas* pelo motivo de serem lançados os despejos sob os ventos (*ares*) inadequados, o que provocaria nesta visão o surgimento de miasmas prejudiciais à saúde da população. Nas palavras de Muritiba, todo o despejo deveria ser feito ao sul da cidade, pois:

Os **lugares** até hoje marcados para despejos são impróprios não só porque vão eles corromper as **águas** de que a população faz uso como são lançados pelos **ventos** sobre a cidade os miasmas que se desenvolvem das matérias lançadas as praias ou trazidas pelas marés e que nellas ficam em depósito. A cidade correndo o rumo LO e sendo **ventos** que reinam no verão/estação que favorece o maior desenvolvimento de miasmas N.E. L. NE claro fica que todos os despejos feitos ao N. são mais prejudiciais que os que são feitos ao Sul; por isso a comissão ainda insiste para que sejam **lugares** marcados para esses despejos ao Sul, numa distância conveniente.³⁰⁷

Além disso, segundo o Presidente, a Comissão de Higiene Pública já estaria reclamando sobre este problema há mais de oito meses, não obtendo nenhum resultado positivo por parte da Câmara Municipal quanto a estas decisões. Além do mais, a única coisa em que a Câmara fez, segundo Muritiba, foi a execução do projeto das pontes, que teria resultado em uma despesa desnecessária e até mesmo vista como inútil. De acordo com o Presidente da Província:

A muito tempo que a Comissão reclamou esta providência e já submeteo ao conhecimento da Presidência em 18 de janeiro do corrente a decisão que a Câmara municipal deu, e até hoje não teve conhecimento do resultado. Felizmente Ella obteve que tivesse execução o projeto das pontes que importara em sua despesa inútil ficando as couzas no mesmo estado em que se achavão.³⁰⁸

³⁰⁵ AHPAMV - **Correspondências Recebidas pela Câmara Municipal**, Livro 24, 26 set. 1855.

³⁰⁶ AHPAMV - **Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre**, Livro 14, 13 nov. 1854.

³⁰⁷ AHPAMV - **Correspondências Recebidas pela Câmara Municipal**, Livro 24, 31 ago. 1855. Grifo nosso.

³⁰⁸ Idem.

Neste sentido, era visto como necessário, na visão do Presidente, a tomada de algumas providências essenciais antes que se aproximasse a estação do verão, pois o calor era percebido também como um dos elementos responsáveis pela produção de miasmas. Além disso, segundo Muritiba, deveria a Câmara tomar uma série de iniciativas no que tange à questão das *águas* e dos esgotos da cidade:

Neste respeito não basta só isso, e é necessário quanto antes estabelecer um sistema de serem desinfectados, conduzidos para longe da cidade os despejos [...] Providência que deve ser quanto antes tomada pois que se aproxima o calor um dos elementos necessários para produzir os miasmas, devendo-se também dar esgoto as **águas** que neles se acharem estagnadas. Novamente a Comissão cobra a necessidade de fontes públicas, é uma outra necessidade que deve ser quanto antes. A influência que tem sobre a saúde esse elemento indispensável a vida é demasiadamente evidente.³⁰⁹

O Presidente da Província em concordância com a Comissão de Higiene Pública, recomendava também à Câmara Municipal uma série de medidas práticas relacionadas ao controle da epidemia do cólera. Normalmente tais medidas acabavam interferindo, ao que podemos observar, na vida privada de certos habitantes da cidade, principalmente sobre a vida daqueles que habitavam determinados “*lugares*” considerados insalubres.

Muito convém que sejam obrigados os estabelecimentos em que se achão acumulados muitos indivíduos a serem ventilados, e mesmo desinfectados pelo chloreto de sódio de zinco, ácido sulfuroso, proto sulfato de ferro e carvão, e frequentemente caiadas: e que também os navios sejam obrigados a desinfectar os **lugares** onde dormira tripulação havendo a maior cautela no esgoto das **agoas** que ficam em depósito no cavername.³¹⁰

O ofício emitido pelo Presidente da Província, ao que podemos perceber, pouco efeito parece ter tido, no que diz respeito ao saneamento público da cidade de Porto Alegre, visto um mês depois da emissão deste, existir contínuas reclamações do próprio Presidente com relação ao estado de asseio da cidade. Não surtindo efeito as comunicações realizadas com a Câmara Municipal, o Presidente da Província mostra-se mais incisivo no tocante às políticas públicas sobre o saneamento da cidade. Sua primeira medida consiste assim, em destacar a polícia como elemento responsável pela limpeza do 1º Distrito, deslocando os poderes da Câmara para o 2º Distrito. Segundo as palavras do próprio Barão de Muritiba:

³⁰⁹ Idem. Grifo nosso.

³¹⁰ Idem. Grifo nosso.

Para que haja maior brevidade no asseio desta Capital resolve a Presidencia que o trabalho da limpeza do 1º Distrito fique por ora à cargo da Polícia, devendo essa Camara mandar continuar no 2º Distrito o mencionado trabalho: o que comunico a Vmces. para sua intelligencia e governo. Barão de Muritiba.³¹¹

Para além de nomear a polícia como responsável direta pela limpeza do 1º Distrito, o Barão de Muritiba ordenou também que fosse publicado na edição nº 238 do Jornal *Mercantil* um manual contendo o método de tratamento dos preceitos higiênicos que foram prescritos pela Comissão de Higiene Pública.³¹² Ordenou também a passagem diária de carroças, para que fossem cumpridos regularmente os serviços de limpeza e coleta do lixo encontrado pelas ruas³¹³, bem como ordenou a mudança do lugar da lavagem de roupas do hospital Santa Casa e Militar, realizados até então na praia do Caminho Novo, pois na opinião do Presidente “não convém consentir que continue na referida praia por ser isso nocivo a salubridade pública”.³¹⁴

Estas medidas adotadas pelo então Presidente da Província Barão de Muritiba, e executadas pela Câmara, acabaram por não agradar, como podemos ver abaixo, ao Provedor da Santa Casa de Misericórdia, que em relatório da instituição comunicava:

A roupa do Hospital e de todo o Estabelecimento era lavada em um tanque do quintal, com agua de um poço que alli existe, porém sendo essa agua salobra, a roupa para as Enfermarias, mais encardida do que tinha sahido das camas, e para remover esse mal, com accordo da Mesa, mandei construir uma pequena casa, em um terreno que tem este Estabelecimento no Caminho Novo, e para alli fiz mudar a lavagem de toda a roupa; mas a pedido do Sr. Presidente da Camara, não pôde continuar a lavar-se naquella praia essas roupas, pelo escrupulo de que sendo roupas de um Hospital, impregnassem as aguas do rio, de que o Publico nesta Cidade se utiliza para beber, e para todos os misteres, e então arrendei em uma chacara proxima ao Cemiterio, onde ha um excellente arroio corrente, um quarto e o terreno necessario para esta lavagem, e para recolher e guardar a roupa, e dormirem as lavadeiras, a razão de 4\$000 réis por mez, por espaço de tres annos como consta do contracto que fiz lavrar, e me parece estar o Estabelecimento por este modo bem servido.³¹⁵

Destas medidas ordenadas pelo Presidente da Província, destaca-se também novamente uma tentativa de se usar uma barca para o serviço de condução do lixo da cidade.

³¹¹ AHPAMV - **Correspondências Recebidas pela Câmara Municipal**, Livro 24, 3 out. 1855.

³¹² AHPAMV - **Correspondências Recebidas pela Câmara Municipal**, Livro 24, 23 out. 1855. Infelizmente, como este exemplar não foi encontrado nos arquivos consultados, não foi possível obter as informações contidas neste manual. Entretanto, vale lembrar que neste período os manuais de medicina popular não eram objetos totalmente desconhecidos pela população, pois foram contabilizados pelo menos cinco manuais deste tipo no século XIX, com destaque para o Manual Chernovicz de 1862. GUIMARÃES, Maria R. Cotrim. **Civilizando as artes de curar: Chernovicz e os Manuais de Medicina Popular no Império**. 2003. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2003.

³¹³ AHPAMV - **Correspondências Recebidas pela Câmara Municipal**, Livro 24, 30 out. 1855.

³¹⁴ AHPAMV - **Correspondências Recebidas pela Câmara Municipal**, Livro 24, 12 nov. 1855.

³¹⁵ SCMPA/CEDOP - **Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre**, Livro 1, 1855. p.8.

Assim, o delegado da Capitania do Porto, em cumprimento à ordem de Muritiba, enviava à Câmara Municipal a seguinte comunicação:

Em cumprimento da ordem do Excelentíssimo Senhor Presidente desta Província de 10 do corrente sob n.73, recebida no dia 12, levo à presença de VS^a. o orçamento da despesa diária, que se terá de fazer com o costeio da Barca de passagem, e com o pessoal necessário para tripulá-la; deixando ao dito orçamento hum conto da importância de vários objetos indispensáveis para poder ser empregado no serviço a que se pretende destinar. Manoel de Oliveira Paes, Delegado da Capitania do Porto.³¹⁶

A barca provavelmente não chegou a ser utilizada no serviço de condução do lixo da cidade, visto a documentação indicar que “a barca que seria destinada a condução do lixo” poderia ser entregue ao chefe da Contadoria Provincial.³¹⁷ Este assunto, como veremos ao longo deste capítulo, será uma constante, não sendo nem a primeira e nem a última vez que se fará referência a possibilidade de execução deste serviço através do uso de uma embarcação.

No dia 3 de maio de 1856, o Imperador D. Pedro II ainda lamentava os efeitos da epidemia do cólera, salientando que tal mal continuava a afligir parte do território brasileiro.³¹⁸ Seu discurso, ao que tudo indica, foi levado em consideração pelo novo Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Jerônimo Francisco Coelho, que no dia 8 de agosto de 1856 nomeou uma comissão (em que um dos membros era o próprio presidente da Comissão de Higiene Pública) para dar pareceres sobre o estado sanitário da cidade. Segundo as palavras de Jerônimo Coelho:

Representando-me a Comissão de Higiene Pública nesta Província, sobre a necessidade urgente de adoptar-se medidas preventivas a bem do estado sanitário desta Capital, o mode de regularizar o serviço da polícia municipal, cujo estado é pouco satisfatório no que diz respeito a entulhos e despejos de lixo e outros materiais imundícias, que se lanção e acumulam em alguns pontos do interior da cidade, com risco de se constituírem em focos de infecção, e ainda mais quando chegar a quadra do verão, que se aproxima; comunico a Vmces. que nesta ocasião nomeei huma Comissão composta do Dr. Presidente da referida Comissão de Higiene, do Chirugião Mor do Exército reformado Christovão José Vieira, Dr. Chefe de Polícia, Presidente dessa Câmara Antonio José Pedroso, e do Major de Engenheiros Luis Manoel Martins da Silva, para darem seu parecer sobre as medidas preventivas, que mais convém desde já adoptar-se, propondo ao mesmo tempo um plano de serviço regular para asseio e limpeza da Cidade, que deverá correr por conta da administração municipal; em quanto pois não se realiza, fação Vmces. as mais terminantes recomendações a seus fiscais para que tenham maior

³¹⁶ AHPAMV - **Correspondências Recebidas pela Câmara Municipal**, Livro 25, 15 nov. 1855.

³¹⁷ AHPAMV - **Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre**, Livro 15, 14 jan. 1856.

³¹⁸ AHPAMV - Falla do Imperador à Assembléa Geral Legislativa. **Correspondências Recebidas pela Câmara Municipal**, Livro 24, 3 mai. 1856.

cuidado na limpeza e asseio das ruas da Capital, principalmente na denominada do Poço.³¹⁹

Esta comissão, após a execução dos trabalhos, deu parecer apontando a necessidade de se fazer cumprir os artigos do Código de Posturas referentes ao asseio da cidade. Em função disto, o Presidente da Província mandou publicar através de Edital, alguns artigos deste Código (alterados pelo mesmo, de forma ainda provisória), reforçando para a população as normas que deveriam ser cumpridas em relação à limpeza da cidade.

Edital

A Câmara Municipal desta cidade faz publico que foram aprovados provisoriamente em portaria n.54 deste ano, e começarão a vigorar da data deste a oito dias os seguintes artigos de posturas.

Artigo 25

São obrigados os moradores da cidade e povoações do município a conservar limpas as testadas de suas casas, até o meio da rua. Pena de 5\$000 de multa ao infractor.

Artigo 26

É proibido lançar na rua **água** e qualquer despejos que possam enxovalhar os que passam, sob pena de 3\$ de multa e reparação do dano causado.

Artigo 50

As roupas dos hospitais e tinturarias só poderão ser lavadas nas praias além dos limites da cidade, ou em poços, sendo esta **água** espanida de modo que não vá dar em água corrente. O contraventor pagará 10\$ de multa.

Art.52

Os que tiverem canos em casas, ou valas em chácaras para esgoto das **águas** da chuva, os conservarão sempre limpos e desembaraçados de modo que sirvão somente para aquelle fim. O contraventor pagará 10\$ de multa.

Art.53

Fica proibido lançar no rio vidros, aços, ferros e vasilhas de folhas. Pena de 20\$ de multa ou 10 dias de prisão, e sendo escravo 25 açoutes.

Art.54

O dono de estrebaria de cavalos ou bestas, mandará limpar e tirar dela o estrume que se juntar diariamente, não podendo fazer depósito dele dentro da cidade. Pena 20\$ de multa.

A Câmara marcará os **lugares**:

1° Para lavagem de roupa dos hospitais.

2° Para lançar os entulhos e ciscos.

Art.55

Só é permitido fazer despejos de materiais fecais e outras imundícias, em vasilias cobertas, no inverno das 7 as 9 horas da noite, e no verão das 8 as 10. Pena de 8\$ de multa, respondendo o senhor pelo escravo e o amo pelo criado. A Câmara designará os **lugares** em que estes despejos se deverão fazer, publicando-o por Editais. Os que forem encontrados fazendo estes despejos fora dos **lugares** designados sofrerão a multa de 5\$ a 10 dias de cadeia, e sendo escravo 25 açoites.

Artigo 56

Proibem-se dentro da cidade os curtumes, fábricas de ratilar aguardente, de sabão, de gás, de cola, de torrar tabaco e qualquer outra que possa o futuro a Câmara julgar nociva a salubridade pública, sob pena de 20\$ de multa. Nestas disposições fica também compreendido secar gomas de couro envenenadas.

³¹⁹ AHPAMV - Correspondências Recebidas pela Câmara Municipal, Livro 24, 8 ago. 1856.

Art.57

Tendo aquelle que tiver terreno, onde estaguinem **águas**, será obrigado a aterrâ-lo no prazo que lhe for marcado pelo fiscal, assim como o que possuir terreno próprio ou aforado, será obrigado a tapá-lo de muro ou cerca, para que nelle se não depositem imundícias. A Câmara designará em Edital as ruas por onde devem começar os tapumes, se de muro ou cerca, e o prazo em que deve ser feito. O contraventor pagará 20\$ de multa.

Artigo 58

O dono de quintal, pátio ou casa, por onde correrem as **águas** dos vizinhos para irem para a rua, não poderá tapar, ou embaraçar, quando elles diretamente não possam encaminhá-las para a rua. Pena de 10\$ de multa.

Art.144

Quando a infração de Postura for cometida dentro de casa, o Fiscal pedirá a faculdade para inspecionar, precedendo licença do dono della, e quando este lhe negar, requererá à autoridade policial competente.

Artigo 147

Todo aquelle que insultar ao Fiscal com palavras ou maneiras pouco respeitosas no livre exercício de sua jurisdição, sem haver provocação, será imediatamente preso pelo mesmo Fiscal a ordem de qualquer autoridade, e multado em 30\$. O Fiscal remeterá em 24 horas a autoridade a cuja ordem prender, um auto com as provas que façam constar.³²⁰

Dentre os assuntos mais citados pelos documentos do poder público neste período, como podemos ver, destaca-se os problemas relacionados às *águas* e aos esgotos. No que tange aos esgotos, um dos maiores entraves ao que tudo indica, eram as cercas levantadas por moradores, que acabavam impedindo a passagem das águas dos esgotos por dentro de seus próprios terrenos. Um destes problemas foi o ocorrido na Rua do Poço, que chegou a virar assunto nas comunicações do Presidente da Província com a Câmara Municipal.

Sendo inconveniente, que as cercas dos terrenos adjacentes à rua do Poço sejam feitas de modo, que se encostem aos paredões, que na mesma rua se construíram, porque assim devem embaraçar o curso das águas para o cano de esgoto, cumpre que Vmces. mandem por um dos seus fiscais, intimar aos moradores, que tem terrenos para um e outro lado da dita rua, que deixem livre para a passagem das **agoas**, um espaço de cinco palmos entre os paredões e as cercas. Jeronimo Francisco Coelho.³²¹

Destaca-se para este período também o contrato realizado com Manoel Esteves de Rezende para a construção de um cano de esgoto para dar saída às *águas* existentes “entre o beco do Barbosa e a rua da Brigadeira [...] pela quantia de 3:150\$250 reis que receberá em duas prestações sendo a primeira depois de concluída metade da obra; e a segunda depois de a obra entregue e pela Câmara julgada boa.”³²²

³²⁰ AHPAMV – Edital. **Correspondências Expedidas pela Câmara Municipal**, Livro 5, 21 nov. 1856. Grifo nosso.

³²¹ AHPAMV - **Correspondências Recebidas pela Câmara Municipal**, Livro 25, 29 jan. 1857. Grifo nosso.

³²² AHPAMV - **Correspondências Recebidas pela Câmara Municipal**, Livro 25, 14 out. 1857.

Em relação às *águas*, os assuntos mais constantes referem-se às fontes de água potável, cuja vigilância deveria ser uma constante pelo poder público municipal, o que acabou por designar inclusive um soldado da Companhia de Inválidos chamado Antônio Francisco Bernardo para tomar conta da fonte localizada na Rua do Arvoredo (atual Rua Fernando Machado).³²³ A água também é citada neste período como destino final aos despejos a serem realizados pelos habitantes da cidade. Apesar das muitas críticas feitas pela Comissão de Higiene Pública com relação a esta prática em frente ao centro urbano, pouco tempo depois a Câmara Municipal voltava a designar os mesmos locais para despejos, que foram tanto criticados pela Comissão. Assim, a Câmara mandava publicar através de Edital os *lugares* indicados para os despejos:

A Câmara Municipal desta cidade faz público para os fins convenientes que para despejos de imundícies estão designados os seguintes lugares a beira rio: o 1º entre a Rua da Misericórdia e do Rosário; o 2º entre a esquina da Praça do Paraíso do lado de leste; o 3º entre a Praça do Paraíso e a parte dos Ferreiros; o 4º entre este e a Rua do Ouvidor; o 5º entre o lugar da Quitanda e a Rua Clara; o 6º entre esta indo Arroio; o 7º entre estas e a da principal; o 8º entre esta e o lugar chamado da; Passagem; o nono entre a ponta de pedra e deste lugar até a desembocadura do Cotovelo, e o 10º entre esta e a Formosa, seguindo-se os mais que forem necessário até a ponte do Riacho.³²⁴

Passado três anos após o acontecimento da epidemia do cólera e de todo o problema gerado pela discussão de qual seriam os *lugares* mais adequados para os despejos, podemos ver que estes acabaram sendo realizados nos mesmos pontos antes criticados pela Comissão de Higiene Pública, que apontava o sul da cidade como o local mais adequado. Todavia, nem mesmo estes *lugares* que eram apontados pela Câmara como pontos apropriados para tal a execução do serviço eram respeitados, como nos mostra a *Ata da Câmara* do dia 24 de novembro de 1858, informando o recebimento de um requerimento enviado por um cidadão “queixando-se dos despejos de materiais fecais em frente às suas propriedades, pelo quartel do Batalhão 6º e Prisão Militar”.³²⁵ Em outro exemplo semelhante, podemos ver também a reclamação feita à Câmara pelo Provedor da Santa Casa de Misericórdia, para que “não sejam permitidos os despejos de materiais fecais na Praça da Misericórdia”.³²⁶

Dentre todos estes acontecimentos no campo do saneamento público da cidade na década de 1850, destaca-se antes da ocorrência de seu término, o chamado *Regulamento para*

³²³ AHPAMV - **Correspondências Recebidas pela Câmara Municipal**, Livro 25, 4 abr. 1857.

³²⁴ AHPAMV – Edital. **Correspondências Expedidas pela Câmara Municipal**, Livro 5, 28 nov. 1856.

³²⁵ AHPAMV - **Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre**, Livro 15, 24 nov. 1858.

³²⁶ AHPAMV - **Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre**, Livro 15, 11 out. 1858.

Médicos de Partido das Câmaras, organizado pelo presidente da Província Ângelo Muniz da Silva Ferraz, em 1858. Neste Regulamento constam dois artigos, que se tornaram muito importantes para o campo do saneamento público da cidade, principalmente no transcorrer da década de 1860, vejamos:

Artigo 2º - Ao Médico de Partido incumbe:

[...]

§ 3º O exame e inspeção de todos os **lugares** insalubres;

§ 4º Propor a Camara Municipal o que julgar conveniente a bem da saúde publica;

§ 5º Fazer os exames e vistorias que a Câmara Municipal lhe indicar, ou pela autoridade policial lhe forem requisitadas.

Artigo 6º - O Médico de partido será obrigado a apresentar à Câmara nas suas reuniões ordinárias, hum relatório de todas os trabalhos à seu cargo, acompanhado dos competentes mappas, e documentos estatísticos.³²⁷

É possível, através deste Regulamento, detectar aquilo que denominamos de passagem entre uma dada concepção de limpeza como sendo um dos componentes ideais para a manutenção da saúde e aquilo que se denomina de higiene, onde a limpeza como preceito de saúde é ligada tanto ao espaço quanto aos indivíduos que compõem o mesmo. Vejamos a seguir como se processou esta passagem.

4.2 O SANEAMENTO, AS EPIDEMIAS E AS AÇÕES PRÁTICAS NA DÉCADA DE 1860

A primeira metade da década de 1860 é marcada nos relatórios do Governo imperial como sendo um período de bom momento para o campo da saúde pública em nível nacional. Nas palavras do Ministro do Império em relatório apresentado à Assembléia Geral, podemos observar que as epidemias já haviam diminuído com relação à sua intensidade:

Póde considerar-se extinta a epidemia da cholera-morbo que reinou em algumas Provincias do Norte até o anno findo.

Quanto á febre amarella, apenas se tem observado casos esporádicos em certas provincias do littoral.

A epidemia da bexiga, que nas províncias de S. Paulo e do Paraná causou grandes estragos, está quasi inteiramente extincta.

Em geral o estado sanitario das provincias não apresentou alteração notavel.³²⁸

No caso do Rio Grande do Sul, outros problemas com relação ao estado sanitário da Província parecem preocupar mais as autoridades políticas. Destacam-se entre estes

³²⁷ AHPAMV - **Correspondências Recebidas pela Câmara Municipal**, Livro 26/27, 25 set. 1858. Grifo nosso.

³²⁸ RELATÓRIO do ano de 1864, apresentado pelo Ministro Jose Bonifacio de Andrada e Silva a Assembléia Geral Legislativa na 2ª Sessão da 12ª Legislatura. p.23. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1466/000003.html>>. Acessado em: 08 jun. 2010.

problemas a falta de delegados de inspeção sanitária e os precários serviços de sepultamentos, que impediriam o conhecimento do número exato da mortalidade ocorrida na Província, como também as causas desta.³²⁹

Em relação a Porto Alegre, apesar dos esforços que teriam resultado em importantes melhoramentos para a cidade, no que tange a questão do saneamento público, havia nas palavras do Ministro do Império, através de informações obtidas do Inspetor de Saúde da Província, muito ainda o que se fazer para melhorar o estado da *higiene pública*.

Tratando depois do estado em que se acha a hygiene publica informa que em Porto Alegre alguns melhoramentos importantes se tem feito nesse sentido, como sejam os cercamentos dos terrenos que servião de deposito dos despejos, o aterro de lagoas, o caes da Cidade, e a importante obra da canalisação das aguas potaveis; mas que ainda ha muito que fazer [...] que não há fiscalisação alguma nos generos alimentícios, que não existe systema commodo e apropriado para ser fazerem os despejos publicos, etc., medidas sobre as quaes cumpre á Assembléa Provincial providenciar, e que por conseguinte deixarei de com ellas aqui me occupar.³³⁰

Sobre a canalização das águas potáveis da cidade de Porto Alegre, como aponta o Ministro acima, o mesmo se refere aos trabalhos que começaram a ser executados pela *Companhia Hidráulica Porto-Alegrense*, quando da liberação dos serviços que foram autorizados pela Carta Imperial de 1862:

D. Pedro, por graça de Deos, e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil, Faço saber aos que esta Minha Carta virem, que, Attendendo ao que Me requererão alguns cidadãos por parte da Companhia Hydráulica “Porto Alegrense” que se propõem abastecer de agua potavel a capital da Provincia de S. Pedro do Sul, nos termos do Contracto que em virtude da Lei Provincial nº. 466 de 2 de abril do anno passado foi celebrado em a respectiva Presidencia ao 7 de Setembro do mesmo anno, e de conformidade com a Minha immediata Resolução de 14 de Junho proximately findo, exarada em Consulta da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho d’Estado de 25 de Abril ultimo Hei por bem Conceder à dita Companhia autorização para funcionar, Approvar os Estatutos que baixarão com o Decreto nº. 2947 de 7 do mez passado; ficando porem dependente de aprovação da Assembleia Geral Legislativa a clausula 19ª do referido contracto, relativa a isenção dos direitos de importação; e declarando-se outrossim nos artigos 15 dos Estatutos que nenhuma alteração, reforma ou innovação delles será executada sem que se proceda aprovação do Governo Imperial. E por firmeza de tudo lhe mandei passar esta carta, por Mim assignada e Sellada com o Sello pendente das Armas Imperiaes. Pagou de direitos dez mil reis, e de emolumentos trinta e sete mil reis, como mostrou com o respectivo Conhecimento em fórmula, que apresentou. Dada no Palácio do Rio de Janeiro aos seis de Agosto de mil oitocentos e sessenta e dois, quadragezimo primeiro da Independencia e do Imperio.
Imperador Dom Pedro

³²⁹ RELATÓRIO do ano de 1864, apresentado pelo Ministro Jose Liberato Barroso a Assembléa Geral Legislativa na 3ª Sessão da 12ª Legislatura. Anexo G, Relatorio do Presidente da Junta Central de Hygiene Publica, p.11. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1739/000208.html>>. Acessado em: 08 jun. 2010.

³³⁰ Idem, p.12.

João Leão Vieira C. de Sinimbu

Vossa Magestade Imperial há por bem conceder a Companhia Hydráulica “Porto Alegre” autorização para funcionar e aprovar os seus Estatutos, como acima se declara.³³¹

No tocante aos serviços de saneamento da cidade neste período, é importante salientar que aos poucos, o termo **higiene** começa a ser empregado com maior frequência pelos diferentes agentes do saneamento, tanto para designar as condições de limpeza da cidade quanto as condições de saúde almejadas. Entretanto, havia um pequeno espaço onde a limpeza como sistema de prevenção contra as doenças se diferia da higiene como componente de ação. A limpeza por muito tempo foi um termo relacionado diretamente a uma prática de organização e reordenamento do espaço, com o fim de se obter a preservação da saúde do corpo coletivo. Neste sentido, a limpeza relacionava-se diretamente ao espaço da cidade e quem não cumprisse as normas estabelecidas pelo poder público estaria sujeito ao pagamento de multas se livre e à detenção se fosse escravo.

A entrada da higiene nesta história acaba por modificar este cenário. A limpeza que até então era vista como uma prática **no espaço**, que visava à saúde **do corpo coletivo**, passaria cada vez mais a ceder lugar para a higiene, que por sua vez inverteria o horizonte destas práticas, ou seja, primeiramente a higiene identificava o **corpo coletivo** para só então colocar em ação a interferência **no espaço**. Vejamos a seguir um exemplo deste momento, que consideramos de passagem entre uma dada concepção sobre os serviços de saneamento para outra:

Pela Junta Militar de Saúde me foi nesta data declarado, que não sendo as **condições atmosféricas** desta Capital muito favoráveis à **saúde pública**; e actuando sobre esta elementos que a podem fazer perigosa pelo apparecimento de alguma **enfermidade de caracter epidêmico**; convenha que fossem melhoradas suas **condições higiências**. Nesta conformidade convém que Vmces., procedendo com toda a actividade e energia, fação cumprir as disposições das posturas municipais [...] na parte **que interessam à saúde pública**; e chamo particularmente a **atenção** de Vmces. para os seguintes **pontos, que merecem promptas providências**.

Não se deve consentir que em **cortiços e pequenas casas** se conservem aglomerados muitos indivíduos.

Convém revistar-se todas as que forem suspeitas de pouco asseio, obrigando-se os moradores e inquilinos à limpeza conveniente.

Proceder-se ao escoamento das **águas** estagnadas que existão nesta Cidade, e suas proximidades.

[...]

A Presidencia confia que essa Câmara, com zelo e inteligência com que costuma promover o interesse dos seus municipes, cobrará quanto antes na conformidade de

³³¹Carta Imperial, apud COSTA, Telmo Cardoso. **Histórico dos Sistemas de Água e Esgotos da Cidade de Porto Alegre** – 1779 a 1981. Porto Alegre: Oficinas Litográficas do DMAE, 1981. p.11.

que se lhe recomenda, e tomará quaisquer outras **providências**, que julgar necessárias **em favor da saúde dos habitantes desta Capital**.³³²

Analisando mais detalhadamente a citação acima, podemos verificar que esta fala do Presidente da Província Joaquim Antão Fernandes Leão, traz profundas informações que podem nos revelar detalhes importantes quanto a um aspecto do imaginário social da cidade. Este aspecto diz respeito justamente aos problemas relacionados ao saneamento público de Porto Alegre no século XIX. Primeiramente, logo na entrada de sua fala, o Presidente (utilizando-se do discurso da Junta Militar de Saúde) localiza a atmosfera (*ares*) ainda como um elemento central para a explicação do aparecimento das doenças de caráter epidêmico. Neste sentido, se as condições atmosféricas não eram favoráveis à saúde pública, deveriam ser estas melhoradas através da higiene. A higiene, por sua vez, deveria se concentrar em alguns pontos da cidade que mereceriam nas palavras do Presidente, “*promptas providências*”. Estes pontos, entretanto, não eram quaisquer *lugares*, e sim aqueles onde se concentravam as chamadas “classes perigosas”, ou seja, os cortiços e as pequenas casas.

Identificado os *lugares* de atuação da higiene, partia-se então para a limpeza, que era percebida como um elemento essencial na prevenção contra as epidemias. Neste sentido, para melhorar as condições da saúde pública, se deveria inicialmente melhorar as condições de saneamento da cidade; e, para melhorar as condições de saneamento da cidade, era necessário, nesta visão, interferir sobre os espaços sociais da mesma. Ou seja, não bastaria interferir apenas no espaço, era importante também adentrar na vida social que preenchia aquele espaço. Todavia, esta interferência como vimos acima não era sobre todos os espaços sociais, e sim sobre espaços específicos.

No caso do aquartelamento de tropas na cidade de Porto Alegre em 1865 (tropas estas que seriam encaminhadas em direção ao Paraguai) parece não haver consenso entre os poderes públicos sobre a periculosidade ou não que deveria ter as tropas para a salubridade da cidade. Como podemos ver a seguir, a Câmara Municipal se posicionava contra o aquartelamento das tropas, por entender que esta medida poderia causar o aparecimento de alguma epidemia na capital. Já o Presidente da Província Visconde de Boa Vista parece não ficar tão preocupado quanto a este acontecimento, pois não identifica as tropas com o mesmo afincamento que havia identificado os *cortiços* e as *pequenas casas*, como possíveis focos de moléstias. O Presidente até mesmo faz uma crítica à Câmara Municipal por ter esta determinada visão.

³³² AHPAMV - **Correspondências Recebidas pela Câmara Municipal**, Livro 26/27, 23 jan. 1860. Grifo nosso.

Em resposta ao officio desta Câmara Municipal de 13 do corrente, em que reclama contra o aquartelamento de tropas no centro da cidade, que pode determinar o apparecimento de uma epidemia, que o grande número de moléstias já está indicando, tenho a significar a mesma Câmara, que quanto cabe em minhas atribuições e valendo-me dos recursos do Governo tenho procurado conciliar as necessidades desta bela Capital com a desses hospedes que circunstâncias imperiosas nos trouxeram, e não a sua intenção própria; nem para attender ao que convem à Cidade erão precisos incentivos estranhos, por que os tenho nos meus princípios.

Por infelicidade, forem, onde o egoísmo particular pode pôr estorvo a acção benéfica e humanitária do Governo, elle se apresenta infallivelmente com todo o seu poder, sem que ao menos se dê a consoladora compensação de um auxilio em favor do empenho em que o Governo se acha. A Câmara Municipal poderia talvez no seu zelo pela salubridade desta Capital influir para que o Governo não encontrasse tantas dificuldades, na aquisição de edificios para servirem de aquartelamento nas condições exigidas aos nossos pobres soldados, que não podem ser desterrados para longe da Cidade como se praticaria com uma horda de bárbaros [...] Desempenhe pois a Câmara Municipal as suas incumbências, faça ainda mais, procure aplinar os embaraços em que se acha a Administração, e assim terá direito ao agradecimento dos seus Municipales, e aos louvores desta Presidencia.³³³

Podemos observar que os espaços sociais das epidemias são também motivos de controvérsia entre os diferentes poderes públicos. Assim, estabelecer os *lugares* em que se deveria agir com medidas sanitárias eficientes nem sempre foi motivo de concordância por parte dos poderes responsáveis por zelar pelo saneamento e pela saúde da população. O mesmo parece ocorrer no que diz respeito às ações empreendidas. No dia 06 de novembro de 1867, a Câmara Municipal informava ter recebido conforme consta na *Ata da Câmara de Vereadores*, uma Portaria da Presidência contendo uma cópia anexa enviada pelo Inspetor de Geral de Saúde Pública, reclamando sobre o estado de asseio da cidade.³³⁴ Nas palavras do Inspetor ao Presidente da Província: “Não pode Excelentíssimo Senhor continuar essa falta de cuidado do asseio da cidade denotasse de que até na frente da Casa da Municipalidade há animais mortos”.³³⁵ Segundo consta, a Câmara Municipal considerava por sua vez, “inverídicas as informações contidas no mesmo [*documento*] com relação à limpeza da cidade”.³³⁶ Entretanto, nada comentou sobre os supostos animais mortos em frente à Casa Municipal.

Discórdias a parte, os serviços de saneamento público continuavam a ser executados mediante ações empreendidas tanto pelo poder público quanto por medidas particulares. Por parte das iniciativas privadas poucas parecem ter sido as ações empreendidas sobre o espaço público, no que diz respeito ao saneamento da cidade neste período. O que podemos localizar

³³³ AHPAMV - *Correspondências Recebidas pela Câmara Municipal*, Livro 30, 18 set. 1865.

³³⁴ AHPAMV - *Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre*, Livro 17, 6 nov. 1867.

³³⁵ AHPAMV - *Correspondências Recebidas pela Câmara Municipal*, Livro 31, 5 nov. 1867.

³³⁶ AHPAMV - *Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre*, Livro 17, 6 nov. 1867.

são mais reclamações por parte dos moradores do que iniciativas próprias. A maioria destas reclamações se concentraram sobre as construções de pontes de despejo, consideradas construções em *lugares* impróprios para a salubridade, como aponta o abaixo-assinado dos moradores da Rua dos Andradas e da Sete de Setembro, que eram “contrários à construção de uma ponte de despejos no Beco do Araújo.”³³⁷ Assim como os moradores das ruas do Ouvidor e da Alfândega, que eram contrários a transferência da ponte de despejo localizada no Beco da Ópera para próximo de suas moradias. A justificativa dada para isso, entretanto, foi baseada em um parecer do delegado da Capitania do Porto (membro da Comissão). Segundo as palavras do delegado:

Entende-se mais a Comissão que lançados ali os despejos, pode obstruir-se o canal, e por isso, e pela sua collocação n’aquelle logar próximo ao ancoradouro, é contra as disposições recomendadas no Regulamento mandado observar pelo Decreto n.447, de 19 de maio de 1846, artigo 6º § 1º e artigo 9º, 10º, 13, 52 e 53.

[...]

A vista desse luminoso parecer, tenho deliberado determinar-lhes que escolhão outro local para collocação da ponte de despejos, que não offereça os inconvenientes ponderados pela comissão, sendo talvez mais conveniente que nenhuma outra ponte se construa, além das duas que já existem, as quais satisfazem essa necessidade pública de despejos, até que pelos poderes competentes seja deliberado a melhor forma de provê-la.³³⁸

No que tange as ações empreendidas pelo poder público, estas continuaram se processando sobre medidas que visavam o controle e fiscalização das *águas*, fossem elas potáveis ou servidas. A Câmara Municipal incumbia-se também do controle e fiscalização dos serviços de despejos em determinados *lugares* da cidade, bem como na execução dos serviços de limpeza pública das ruas, praças e prédios públicos. Para a realização de muitas destas atividades, o poder público municipal utilizou-se constantemente de editais, para publicar tanto regulamentos, quanto comunicações sobre a abertura de contratos para os serviços de limpeza pública:

EDITAL

A Camara Municipal desta Cidade, resolveo fazer publicar por editaes, que além das duas docas, e das rampas de embarque e desembarque da rua Clara e Becco do Fanha, pontos designados no edital de dez do corrente, ficão também vedados aos despejos de lixo e materiais fecais a desembocadura da rua do Ouvidor e as duas praças d’Alfandega desta Cidade. O Vereador Presidente Felisberto Antonio de Barcellos. O Secretario Ignacio de Vasconcellos Ferreira.³³⁹

³³⁷ AHPAMV - *Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre*, Livro 17, 4 nov. 1867.

³³⁸ AHPAMV - *Correspondências Recebidas pela Câmara Municipal*, Livro 29, 20 dez. 1864.

³³⁹ AHPAMV – *Edital. Correspondências Expedidas pela Câmara Municipal*, Livro 7, 18 jan. 1865.

EDITAL

A Camara Municipal desta Cidade faz publico que no dia 21 de setembro próximo futuro, na sala das suas sessões as 10 horas da manhã hade arrematar o serviço correspondente à limpeza da Cidade, e por isso convida as pessoas que se queirão encarregar, a apresentarem suas propostas, para ser preferida a que melhores vantagens offerecer.³⁴⁰

Na documentação sobre o saneamento da capital é possível verificar também a presença do Chefe de Polícia, reclamando dos deficientes serviços de limpeza que eram realizados nas ruas da cidade:

Na estação calmosa que corre, acha-se a cidade em péssimo estado quanto ao asseio, encontrando-se por quase todas as esquinas das ruas transversais comoros de lixo: torna-se notáveis a rua da Igreja do encontro da rua bela para Oeste; todas as descidas da mesma rua da Igreja para o sul, as ruas do Arvoredo e Varzinha, o becco do 8º, as praias da frente do Norte. Aos cuidados assíduos dos médicos, que tem empregado para cuidar dos enfermos de bexigas, deve-se o declínio sensível d' essa epidemia: entretanto a salubridade publica acha-se ameaçada de enfermidades mais prejudiciais: as moléstias gástricas apresentam-se com caráter grave e assustador. Levo ao conhecimento de Vossa Excelência estas considerações a fim de que se digne ordenar, que se promova efficazmente a polícia municipal, e quanto antes se proceda a uma limpeza geral das ruas da cidade, sem o que parece infalível a invasão de enfermidades epidêmicas.³⁴¹

A Câmara Municipal em resposta ao Chefe de Polícia da Província demonstra ter uma relação mais amistosa com este, do que com a Comissão de Higiene. Em ofício de resposta o presidente da Câmara informava que, logo que tinha recebido esta reclamação, havia tomado as medidas que estavam ao alcance da corporação. Neste sentido, o mesmo já teria encarregado os fiscais e guardas, mais alguns praças do corpo policial, com suas “duas únicas carroças que possui a Câmara”, para que percorressem todos os pontos da cidade e procedessem nestes pontos uma limpeza geral, recomendando aos mesmos “todo o cuidado e a maior actividade possível”.³⁴²

No que diz respeito à relação entre o poder público municipal e a Comissão de Higiene, o próprio Ministro do Império chegou a apontar como sendo um problema a ser resolvido, visto as dificuldades encontradas pelo organismo responsável pelos serviços concernentes a saúde pública. Nas palavras do Ministro José Liberato Barroso:

A experiencia tem mostrado que a organização dos serviços concernentes á Hygiene Publica é muito defectiva. O Regulamento de 29 de Setembro de 1851, instituindo a Junta Central, e os Provedores de Saude Publica provinciaes, attribuiu-lhes extensas

³⁴⁰ AHPAMV – Edital. **Correspondências Expedidas pela Câmara Municipal**, Livro 7, 22 ago. 1861.

³⁴¹ AHPAMV - **Correspondências Recebidas pela Câmara Municipal**, Livro 29, 4 dez. 1863.

³⁴² AHPAMV - **Correspondências Expedidas pela Câmara Municipal**, Livro 6, 10 dez. 1863.

e importantes funções, mas, não lhes dando os auxiliares indispensáveis, e pondo-os sempre, quanto á acção, na dependencia de outras autoridades, em vez de lhes facultar meios próprios, impossibilita-os por um lado de conseguirem o conhecimento exacto e completo dos factos que lhes importa registrar e estudar, e por outro de reprimirem convenientemente os abusos e infracções das leis sanitárias, e de levarem a effeito as providencias que se comprehendem nos limites de sua competencia.

Trato de estudar este assumpto, e além das medidas que ao Governo cabe tomar [...] no intuito de se reorganisarem aquelle serviços de modo que sejam satisfeitas as indicadas necessidades.³⁴³

Apesar das inúmeras medidas adotadas pela Câmara, quanto aos serviços que diziam respeito ao saneamento público da cidade, pouco estas parecem ter surtido efeito para se evitar o reaparecimento da epidemia do cólera em Porto Alegre, que veio assolar a cidade novamente nesta década. A primeira notícia sobre esta nova epidemia de cólera chegou à Câmara Municipal no dia 5 de novembro de 1866,³⁴⁴ através de uma Portaria da Presidência informando a respeito e pedindo que se tomassem as devidas precauções. Nas palavras do então Presidente da Província Antonio Augusto Pereira da Cunha:

Tendo sido assolado alguns pontos da Europa pelo cholera e convindo tomar-se todas as cautelas a evitar o desenvolvimento d' aquelle flagello se por infelicidade apparecer nas cidades marítimas do Brasil, e por que se aproxima a estação calmoza, chamo a attenção de Vmces. sobre a conveniência de conservar a Cidade no maior gráo de asseio e limpeza que faz possível **não excluindo os páteos ou quintais das casas particulares**, onde não se conservarem com o devido asseio.

Desde já ficão Vmces. autorizados a despendarem dos saldos de suas rendas as quantias que forem precisas, solicitando aquellas providências que julgarem necessárias.³⁴⁵

Tais procedimentos, entretanto, não evitaram a entrada novamente da epidemia do cólera na cidade, que acabou por chegar a Porto Alegre nos primeiros dias de março de 1867.³⁴⁶ Segundo o relato do Inspetor Geral da Saúde Pública à época, Dr. Manoel Pereira da Silva Ubatuba, o mesmo já esperava por este acontecimento, que na sua opinião era fruto de uma possível ineficácia do poder público municipal com relação aos serviços de salubridade pública.

³⁴³ RELATÓRIO do ano de 1864, apresentado pelo Ministro Jose Liberato Barroso a Assembléa Geral Legislativa na 3ª Sessão da 12ª Legislatura. p.25. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1739/000002.html>>. Acessado em: 11 jun. 2010.

³⁴⁴ AHPAMV - **Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre**, Livro 16, 5 nov. 1866.

³⁴⁵ AHPAMV - **Correspondências Recebidas pela Câmara Municipal**, Livro 30, 27 out. 1866. Grifo nosso.

³⁴⁶ FALLA dirigida a Assembléa Legislativa da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo Presidente, Dr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello, na 2ª Sessão da 12ª Legislatura. Porto Alegre: Typ. do Rio-Grandense, 1867. p. 29. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/900/000002.html>>. Acessado em: 11 jun. 2010.

Venho dar conta á V. Ex. da alteração que soffreu a saude publica no periodo decorrido de Março em diante. A muito tempo que eu esperava essa alteração, como por diversas vezes declarei nos meus relatórios, e fôra d'elles quando reclamava as providencias que a sciencia aconselha e julga indispensaveis para prevenil-as, e indispensaveis sempre. [...]

Extinguir, desviar ou minorar a acção do que pôde ser importado e aniquilar as condições próprias e indispensáveis para o seu desenvolvimento é dever essencial dos governos, se bem que até certo ponto pertença tambem aos povos. Se, porém, o governo e povo não attende aos males que lentamente vão sacrificando tantas vidas, ignorão ou parecem ignorar os mais comesinhos preceitos da sciencia que trata da conservação da vida, o que há de esperar? O que se tem observado sempre – o desprezo de tudo quanto pôde concorrer para o estabelecimento de uma policia sanitária.

As municipalidades a quem é incumbida tão importante missão, as unicas que tem os meios de acção, gastão a maior parte de suas rendas com os ordenados de seus numerosos empregados!³⁴⁷

Na verdade, esta observação de Ubatuba procede em parte, pois realmente como aponta o *Livro de Lançamento de Despesas* da Câmara à época, o gasto com os ordenados e gratificações chegou a ocupar o lugar de terceira maior despesa realizada pelo poder público municipal entre o ano de 1865 e 1869 (7:761\$617). Esta soma só perdia para o calçamento de ruas (10:910\$551) e para o gasto com a dívida pública (10:197\$397). Entretanto, dentre os treze itens constantes no livro de despensas da Câmara, a limpeza pública da cidade ocupava o quinto lugar, chegando a perfazer um total de 3:038\$399. Neste sentido, somente separava o gasto da limpeza, das despesas com os ordenados e gratificações, o gasto com os concertos de estradas, que no montante ocupavam o quarto lugar a época de maior dívida pública municipal (4:002\$090).³⁴⁸

Dentre estas despesas do saneamento destaca-se o pagamento dos encarregados da limpeza pública, dos encarregados pelas carroças, tratadores de bestas utilizadas neste serviço, aluguel de cavalos, trabalhadores semanais empregados na limpeza pública, serventes, carroceiros e ferreiros. Destacam-se também os gastos com editais para a convocação dos serviços de limpeza pública em diferentes jornais, como: *Correio Mercantil* do Rio de Janeiro, *Jornal do Commércio*, *Jornal Rio-Grandense* e *Jornal Alemão*.³⁴⁹

Das despesas com pagamento de pessoal no serviço de limpeza da cidade, podemos contemplar também os nomes de alguns prestadores de serviço, que constantemente se repetem ao longo desta década. Destacam-se entre estes nomes o de José Marcelino Pires e de

³⁴⁷ RELATORIO da Inspeçtoria Geral da Saúde Publica da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul apresentado ao Ilmo. E Exmo. Sr. Dr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello, digníssimo presidente da mesma Província, pelo Dr. Manoel Pereira da Silva Ubatuba, Inspeçtor Geral da Saúde Pública. Porto Alegre: Typographia do Jornal “Deutsche Zeitung”, 1867. p.3. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/900/000149.html>>. Acessado em: 11 jun. 2010.

³⁴⁸ AHPAMV - *Livro Lançamento de Despesas da Câmara Municipal*. 1865-1869.

³⁴⁹ Idem.

Manoel Guerino da Silveira, ambos encarregados do serviço de limpeza pública. Com relação ao encarregado das carroças, encontra-se o nome de Francisco Henrique Moierhefer e do tratador de bestas, Angelo Ignácio de Barcelos, que também alugava cavalos para este serviço, assim como Antonio Francisco de Paula. Já Joaquim da Rocha Ramos, ao que tudo indica, era o indivíduo responsável pelos serviços de ferragem dos cavalos. Além destes, aparece também o nome de Antonio dos Santos Rocha, como um indivíduo que recebe pelo aluguel de suas carroças designadas para o serviço de limpeza. Existem também outras nomenclaturas que não permitem identificar os responsáveis pela realização de tais serviços. Dentre estas nomenclaturas temos os trabalhadores de limpeza, carroceiros, serviços de limpeza, galés e limpeza semanal.³⁵⁰

Além da descrição dos nomes de trabalhadores envolvidos com o serviço de limpeza da cidade, podemos encontrar no *Jornal do Comércio* a relação de alguns dos moradores, que acabaram sendo multados por infringirem as normas que tratavam sobre a salubridade da cidade:

EDITAES

Os fiscaes abaixo assignados, de conformidade com o artigo 20 do regimento interno da camara municipal d'esta cidade, fazem publico que forão multados por infracção de posturas os seguintes:

Do 1º Districto.

José Joaquim de Campos Leão Corpo Santo na quantia de 10\$rs, por despejar *agua* na rua pelo telhado de sua casa á rua do Ouvidor. [...]

Pedro Stumph em 10\$rs, por infracção do art. 23 do código de posturas, por ter sua testada suja.

Camillo, criado do hotel do Commercio, por fazer despejos fora dos **lugares** designados. [...]

Nicolau Raineri em 10\$rs, por fazer despejos na praça de D. Pedro 2º.

Quaresma & Leitão em 20\$rs, por infracção do art. 43 do código de posturas, por ter porcos em sua casa. [...]

Gertrudes Maria da Conceição em 10\$ réis, por ter a sua frente suja. [...]

Manoel Gomes Junior em 5\$rs, por ter sua escrava feito despejos na praça da Alfandega; art. 49 do código de posturas.

Jacob Bier Netto em 10\$rs, por ter arrancado o cano de esgoto de sua casa; art. 46 do código de posturas.

2º Distrito.

[...]

Bonifacia, escrava de Maria Amélia da Conceição em 5\$rs, por fazer despejos na praça do Portão: art. 49 § 3º do código de posturas.

Jacintha, preta forra em 10\$rs, por fazer despejos na rua. art. 49 do codigo de posturas.

Manoel Antonio Ferreira em 20\$rs., por ter um chiqueiro de porcos em sua casa, art. 43 do codigo de posturas.

José de Sousa Ferraz em 20\$ rs., por ter chiqueiro de porcos em sua casa: art. 43 do codigo de posturas.

³⁵⁰ Idem.

Constantino Cacique em 20\$ rs., por ter chiqueiros de porcos em sua casa: art. 43 do código de posturas.
 Porto Alegre 13 de Fevereiro de 1868.
 Thomaz Firmiano da Silva.
 Antonio Francisco de Paula.³⁵¹

Sobre a designação dos nomes é importante salientar que o fiscal chamado Antonio Francisco de Paula, que aparece na citação do jornal acima, também é citado no *Livro de Despesas* da Câmara recebendo pelo aluguel de cavalos para o serviço de limpeza. Neste sentido, ao que tudo indica, aquele que era responsável por fiscalizar também poderia lucrar alugando algum tipo de objeto para a realização de tais serviços.

Apesar das ações empreendidas pela Câmara, como podemos observar, isto não impediu a entrada novamente do cólera na cidade. Entretanto (e apesar das críticas contundentes por parte do Inspetor de Saúde Pública), podemos ver que a própria epidemia neste período não se mostrou tão avassaladora quanto a que aconteceu no ano de 1855.³⁵² Segundo aponta o próprio Inspetor de Saúde Pública, este sucesso teria se dado em grande parte por conta das iniciativas tomadas pelo então Presidente da Província, Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello, cujas inúmeras ações teriam contribuído para amenizar o flagelo da situação na cidade.

Estas ações segundo os apontamentos do Presidente da Província, concentraram-se em dividir a cidade em distritos, nomear comissões de socorros para estes, abrir requisições de medicamentos para facilitar o acesso aos remédios por parte dos doentes (mediante declaração médica), franqueamento de enfermarias em hospitais e em sociedades de beneficência para atender especialmente os vitimados pelo cólera, estabelecimento de uma enfermaria na cadeia para tratamento dos presos, estabelecimento de uma enfermaria na Praça Paraíso e franqueamento pela *Companhia Hidráulica Porto Alegrense* para um acesso gratuito a água potável pela população.³⁵³ Todas estas medidas, segundo o Presidente da Província, teriam sido reforçadas levando-se em consideração as orientações dos **preceitos higiênicos**, como aconselharia a “*sciencia*”. Neste sentido, o Inspetor Geral da Saúde Pública teve um importante papel na visão de Homem de Mello:

³⁵¹ **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, 15 fev. 1868. p.2-3. Grifo nosso.

³⁵² Torna-se importante ver o quadro de mortes, proporcionado pela epidemia do cólera na cidade Porto Alegre no ano de 1867, em comparação com o número de mortes ocorridas com a epidemia do ano de 1855. Ver ANEXO D.

³⁵³ FALLA dirigida á Assembléa Legislativa da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo presidente, Dr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello, na segunda sessão da 12ª legislatura. Porto Alegre, Typ. do Rio-Grandense, 1867. p. 29-30. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/900/000002.html>>. Acessado em: 12 jun. 2010.

O Dr. Inspetor-geral da saúde publica desenvolveo toda dedicação no desempenho das importantes funcções que lhe estão confiadas, visitando constantemente as enfermarias, providenciando sobre a boa ordem do serviço medico, inspeccionando e regulando o tratamento dos enfermos e indicando cuidadosamente á presidencia as medidas hygienicas que se fazia necessário tomar, e que lhe sugeria a observação attenta da marcha da epidemia.³⁵⁴

Já Ubatuba em relatório enviado ao Presidente da Província passava a descrever os passos da epidemia do cólera, argumentando que a mesma teria invadido a cidade de Rio Grande em janeiro de 1867, e teria se demorado a chegar a cidade de Porto Alegre, devido a contribuição dos fatores climáticos. Na visão do Inspetor foi somente quando as brisas (*ares*), que corriam na direção “S.E.L.SE.L.N.E” cessaram, que o cólera (assim como outras doenças) teria começado a aparecer em Porto Alegre. Nas observações de Ubatuba a epidemia possuía algumas características, pois:

Notou-se sempre o que tem sido observado durante essas crises que [...] Ella accomette de preferênciã de madrugada, que Ella se aninha nos **lugares** mais humidos, baixos, próximos aos rios, ribeiros, etc. e menos assejados [...] e para prevenir este grande perigo é que se aconselhão as **visitas sanitárias ou domiciliares** como providencia urgente e indispensavel.³⁵⁵

Apesar das críticas do Inspetor de Saúde à Câmara Municipal e os problemas políticos entre esta e a Inspetoria de Higiene, a década de 1860 mostrou-se frutífera na cidade, na questão que diz respeito à experiência sobre a epidemia do cólera. As ações empreendidas no campo do saneamento, de forma antecipada, podem demonstrar que os agentes do saneamento tinham de certa forma aprendido uma lição.

Antes que findasse esta década, outro assunto envolvendo o saneamento público da cidade se tornaria freqüente. Este assunto dizia respeito aos serviços de limpeza pública da cidade. Observamos que a partir de fevereiro de 1868 é montada uma comissão para “regulamentar as bases do serviço de limpeza pública”.³⁵⁶ Esta comissão acabou sendo composta pelo advogado da Câmara Municipal de nome João Rodrigues Fagundes e pelos vereadores de nome Felizberto Antonio de Barcellos, João Pereira Machado, Francisco José Barreto e pelo vereador presidente José Luiz da Costa Junior, tendo iniciado seus trabalhos no

³⁵⁴ Idem. p. 30-31.

³⁵⁵ RELATÓRIO da Inspetoria Geral da Saúde Publica da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul apresentado ao Ilmo. E Exmo. Sr. Dr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello, digníssimo presidente da mesma Província, pelo Dr. Manoel Pereira da Silva Ubatuba, Inspetor Geral da Saúde Pública. Porto Alegre: Typographia do Jornal “Deutsche Zeitung”, 1867. p.4. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/900/000149.html>>. Acessado em: 12 jun. 2010. Grifo nosso.

³⁵⁶ AHPAMV - **Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre**, Livro 17, 6 fev. 1868.

dia 10 de fevereiro de 1868.³⁵⁷ Durante o período de estudos realizado por esta comissão, podemos observar que os serviços de limpeza da cidade acabaram sendo executados sob controle e vigilância da polícia, como demonstra os inúmeros ofícios remetidos pelo Chefe de Polícia à Câmara Municipal:

Recebem ofício do Chefe de Polícia comunicando ter expedido ordens para que as autoridades policiais auxiliem os Agentes Municipais nas inspeções aos quintais, pátios e porões das casas.

Recebem ofício do Chefe de Polícia comunicando ter mandado colocar sentinelas na Ponte do Menino Deus.

Recebem ofício do Chefe de Polícia comunicando ter dado ordens ao Comandante do Corpo Policial para que as Patrulhas proibam os despejos depois do toque de silêncio, conforme o Código de Posturas.

Recebem ofício do Delegado de Polícia comunicando ter expedido ordens para que os Agentes Municipais sejam auxiliados pela Polícia nas medidas adotadas em benefício da salubridade pública.³⁵⁸

A respeito da regulamentação das bases do serviço de limpeza, o Inspetor Geral da Saúde Pública mostrava-se contrário ao fato do serviço ser feito sob administração pública municipal. Para o Inspetor, “a fiscalização oficial não pode ser tão ativa como a fiscalização interessada de arrematante causa conhecida pela fiscalização que sobre ele exerce.”³⁵⁹ Neste sentido, a Câmara Municipal deveria, na opinião do Inspetor da Saúde, agilizar a contratação de arrematante para o serviço de limpeza pública.

No dia 28 de abril de 1868, foram definidas as bases do regulamento da limpeza pública da cidade de Porto Alegre, sendo publicado este regulamento através de edital no dia 5 de maio de 1868 no *Jornal do Commercio*. Dentre os pontos importantes deste regulamento, destacamos os dois primeiros itens, que dizem respeito ao tipo de serviço que deveria ser executado, bem como os meios para esta execução:

1ª. A limpeza publica desta capital para o caso de que se trata em conformidade com a licitada, comprehende não só o das materias fecaes como a das **aguas** servidas, lixos e quaisquer outras imundícias tanto de casas particulares, como de repartições e estabelecimentos públicos.

2ª. A camara municipal aceita propostas para contratar a limpeza publica desta capital por meio de encanamento geral ou por meio de condução em carroças de todas as materias que fazem objecto da limpeza publica.³⁶⁰

³⁵⁷ AHPAMV - **Correspondências Expedidas pela Câmara Municipal**, Livro 9, 10 fev. 1868.

³⁵⁸ AHPAMV - **Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre**, Livro 17, 11 fev. 1868.

³⁵⁹ AHPAMV - **Correspondências Recebidas pela Câmara Municipal**, Livro 31, 4 fev. 1868.

³⁶⁰ AHPAMV - **Jornal do Commercio**, Porto Alegre, 5 mai. 1868, p.3. Griffão nosso. Para consultar este regulamento na íntegra, ver: ANEXO E.

No dia 11 de maio de 1869, após ter publicado por diversas vezes editais chamando os interessados para a arrematação dos serviços de limpeza pública (inclusive na Corte), a Câmara acabou recebendo somente duas propostas. Uma destas propostas foi de Eduardo Gatto, que se propunha a fazer este serviço pelo “sistema de encanamento subterrâneo”, e a outra de Francisco José da Costa, “por meio de carroças e cubos hermeticamente fechados”. Segundo consta, a Câmara Municipal acabou aceitando a proposta de Francisco José da Costa, por entender que a primeira proposta, apesar de ser “fértil em resultados benéficos [...] é por hora irrealizável em nossa cidade, cujos recursos ficam aquém de que demanda esta obra”.³⁶¹

Como podemos observar pelo andar dos acontecimentos, a proposta acima acabou não se concretizando, provavelmente por ter sido vetada pelo Presidente da Província, como nos mostra a *Ata da Câmara* do dia 25 de setembro de 1869, que decidia “novamente, chamar concorrentes para o serviço de limpeza pública, marcando um prazo para o recebimento das propostas”.³⁶² Nesta nova arrematação, uma única proposta foi recebida, a de Estácio da Cunha Bitencourt, que:

se propõe fazer este serviço por meio de cubos hermeticamente feixados, e de conformidade com as condições inclusas. A Camara reconhecendo quanto será melhorado este ramo de serviço publico resolveu aceitar a referida proposta, pedindo a V. Ex^a. que se digne authoriza-la a lavrar com o proponente o competente termo de contracto. A Camara por diferentes vezes tem chamado licitantes a limpeza publica, fazendo publicar editaes, em todos os jornais da Côrte, e da Cidade do Rio Grande; e até agora permanecem as cousas no mesmo estado, com grave prejuízo para a salubridade publica desta Cidade, que por mais de uma vez tem sido visitada na estação calmosa pela cholera. Considerando portanto, não só o expendido convem que a proposta em questão não embarça que se adopte mais tarde outro systema, desde que appareça quem se proponha realiza-lo, como terá occasião de ver V. Ex^a., a Camara resolvêo acceital-a, fazendo nella no caso de ser authorizada por V. Ex^a. a contractar com o proponente este ramo de serviço aquellas indicações, que entende convenientes, e sujeitando depois o contracto a definitiva approvação de V. Ex^a.³⁶³

Respondendo à Câmara Municipal, o então Presidente da Província João Sertório, deu parecer positivo ao contrato que deveria ser efetuado pela Câmara com Estácio da Cunha Bitencourt.³⁶⁴ Assim, a próxima década reservava uma novidade para os serviços de saneamento da cidade, ou seja, pela primeira vez era firmado um contrato com uma única pessoa, que deveria ser cumprido conforme um regulamento que estabelecia a forma exata de

³⁶¹ AHPAMV - *Correspondências Expedidas pela Câmara Municipal*, Livro 6, 11 mai. 1869.

³⁶² AHPAMV - *Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre*, Livro 17, 25 set. 1869.

³⁶³ AHPAMV - *Correspondências Expedidas pela Câmara Municipal*, Livro 6, 30 out. 1869.

³⁶⁴ AHPAMV - *Correspondências Recebidas pela Câmara Municipal*, Livro 32, 15 nov. 1869.

como deveria se processar a execução dos serviços de saneamento público de Porto Alegre. Vejamos como se desenvolveu esta história na década de 1870.

4.3 O SANEAMENTO, AS EPIDEMIAS E AS AÇÕES PRÁTICAS NA DÉCADA DE 1870

A década de 1870, no que tange aos serviços de saneamento público da cidade, pode ser considerada a década dos contratos e dos problemas derivados com as verbas públicas destinadas a este tipo de serviço. No que diz respeito aos contratos, estes em sua maioria, como veremos, foram mal sucedidos. Já as verbas destinadas aos serviços de saneamento, apesar de se apresentarem como um assunto constante entre a Câmara e a Presidência da Província, mostraram-se insuficientes ao longo de todo este período.

O contrato de início estabelecido com Estácio da Cunha Bitencourt, indicava que teria sucesso, pois seus serviços começaram a ser organizados (mas não efetivados) a partir do dia 15 de fevereiro de 1870, quando a Câmara Municipal de Porto Alegre comunicou ao contratado os *lugares* onde se deveriam realizar os despejos dos materiais fecais, de lixo e de águas servidas. De acordo com a Câmara Municipal, tais despejos deveriam ocorrer no “terreno situado com frente a estrada da Azenha, fundos ao arroio do mesmo nome, dividindo-se por um lado com a chácara do cidadão Porfírio Joaquim de Macedo e por outro com o terreno do preto Manoel Calunga”.³⁶⁵ Entretanto, esta decisão do poder público municipal acabou gerando problemas que culminaram em um abaixo-assinado por parte dos moradores da Azenha “reclamando contra a atitude da Câmara de designar um local da margem do arroio do mesmo nome como depósito da empresa pública da cidade”.³⁶⁶

Oito meses após esta reclamação dos moradores da Azenha, o Presidente da Província viria, em nome destes moradores, exigir algumas modificações nos serviços referentes aos despejos de materiais fecais na região. Nas palavras do então Presidente da Província João Capistrano de Miranda e Castro:

Representando, no requerimento junto, os moradores da rua da Azenha contra a designação que fes do lugar próximo aquella rua, onde devem ser despejados os materiais fecais, e tendo esta Presidencia verificado bem como a Comissão de Medicos que para isso nomeou, com effeito ha inconveniente para a salubridade pública na escolha do **lugar**, determino a Vmces. que ouvindo o empresário desse serviço, com ele combinem na indicação de algumas das seguintes localidades apresentadas pela mencionada comissão – Ilha denominada da Passagem [...] Caminho de Bellas, além dos limites da Cidade, no caso do empresário querer

³⁶⁵ AHPAMV - **Correspondências Expedidas pela Câmara Municipal**, Livro 9, 15 fev. 1870. Grifo nosso.

³⁶⁶ AHPAMV - **Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre**, Livro 17, 22 fev. 1870.

preparar o adubo para a agricultura, chamado – poudrette -; empregando o processo usado na culta Europa.³⁶⁷

No dia 13 de dezembro de 1870, ou seja, mais de um ano após a assinatura do contrato com Estácio da Cunha Bitencourt, a Câmara Municipal receberia uma Portaria do Presidente da Província “mandando que seja submetido a aprovação da Assembleia Provincial o contrato efetivo para o serviço de limpeza pública da cidade”,³⁶⁸ visto o contrato estabelecido com Bitencourt não poder ser efetivado sem o aval da Assembléia Provincial, cujo imposto para execução de tal serviço deveria ser estabelecido.³⁶⁹ Em resposta à Presidência, a Câmara Municipal dizia não entender o porquê desta decisão, dado que “o antecessor de V. Ex^a em Portaria n.71 de 9 de novembro último authorizou a fazer semelhante contrato com várias modificações e [...] aprovou definitivamente”.³⁷⁰

Ao que tudo indica Estácio da Cunha Bitencourt seguia organizando o serviço de saneamento, porém sem iniciá-lo na prática. Em maio de 1871 ele solicitou para organizar este serviço, “um local, nas proximidades da cadeia civil, para um trapiche e mais obras necessárias à sua empresa”.³⁷¹ Mesmo assim tal contrato ainda não estava efetivado, pois a Assembléia Provincial não havia decretado na Lei do Orçamento do ano de 1871, “verba para a limpeza pública da cidade”, o que impediu de acordo com a Câmara Municipal, que “o respectivo arrematante dê começo ao contrato aprovado pela mesma Assembléia em sua última reunião”. Assim, a Câmara solicitava à Presidência fornecer pelo cofre provincial as quantias precisas destinadas aos serviços de salubridade pública.³⁷²

Com este problema de demora da efetivação do contrato com Bitencourt, torna-se verificável as recorrências constantes da Câmara Municipal à Presidência e à Assembléia Provincial, solicitando verbas para a execução dos serviços de saneamento, a ser realizado pelo próprio poder público do Município. Desde a aprovação do contrato de Bitencourt pelo Presidente da Província, em 15 de novembro de 1869 até o dia 1º de julho de 1872, data do início dos trabalhos da empresa de limpeza da cidade, foram solicitadas aproximadamente quinze vezes verbas para estes poderes públicos, perfazendo um total de 16:000\$000.

No dia 1º de junho de 1872 foi mandado publicar pela Câmara Municipal um edital informando que o contrato com Estácio da Cunha Bitencourt deveria começar a ser executado

³⁶⁷ AHPAMV - **Correspondências Recebidas pela Câmara Municipal**, Livro 32, 10 out. 1870.

³⁶⁸ AHPAMV - **Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre**, Livro 17, 13 dez. 1870.

³⁶⁹ AHPAMV - **Correspondências Recebidas pela Câmara Municipal**, Livro 32, 10 dez. 1870.

³⁷⁰ AHPAMV - **Correspondências Expedidas pela Câmara Municipal**, Livro 6, 15 dez. 1870.

³⁷¹ AHPAMV - **Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre**, Livro 17, 17 mai. 1871.

³⁷² AHPAMV - **Correspondências Expedidas pela Câmara Municipal**, Livro 6, 30 jun. 1871.

a partir do dia 1º de julho daquele ano. Além disso, este edital trazia algumas informações respectivas às normas que deveriam ser cumpridas tanto pelo contratado quanto pelos demais habitantes da cidade, durante a execução destes serviços:

EDITAL

Devendo começar em 1º do mês de Julho próximo futuro a ter execução o contracto estabelecido com Estacio da Cunha Bitencourt, para o serviço da limpeza publica da Cidade; a Camara Municipal d'esta Capital manda publicar por editaes, para conhecimento de todos, o art. 6º do respectivo contracto, e 49 das posturas municipais, e os de nº 1 e 2 das posturas approvadas pela Presidencia da Provincia em 5 de Fevereiro de 1868; e bem assim os §§ 2 e 3 dos artigo 9º das disposições gerais da Lei nº770 de 4 de Maio de 1871.

Artigo 6º. do contracto. Com quanto os chefes de família e repartição ou quaisquer estabelecimentos não sejam obrigados a convencionar com o empresário a limpeza de suas casas e estabelecimentos, pois que o podem mandar fazer por suas formulas, todavia são restrictamente obrigados a mandal-a fazer precisamente no lugar que ao presente for designado neste contracto, ou para o futuro for indicado pela Camara de accôrdo com o empresário, para os despejos gerais.

Artigo 49 das posturas municipais.

Só depois do toque de recolher até o toque de silencio é permittido se fazer despejo de materiais fecaes, e outras immundicias em vasilhas hermeticamente fechadas, e bem seguras, conforme o modelo que a Camara designar. Pena de 8\$000 de multa, respondendo o senhor pelo escravo e o amo pelo criado.

Artigo nº 1 e 2 de posturas approvadas pela Presidencia da Provincia em 5 de Fevereiro de 1868.

1º. Os moradores da Capital e mais Freguesias do município são obrigados a conservar os quintaes, pateos e porões das casas em que residirem no maior estado de aceio.

2º. Os infractores pagarão dez mil reis de multa que poderá ser elevada ao dobro nas reincidências.

§§ 2 e 3 do art. 9º das disposições gerais da Lei nº 770 de 4 de Maio de 1871.

§ 2º. A Camara marcará nas praias da Capital, nas immediações da Cadêa civil, um **lugar** com que o empresario possa construir um trapiche e outras obras para embarcar as materias provenientes da limpeza publica.

§ 3º. O empresario fará o despejo das materias fecaes e **aguas** servidas ao sul da Cidade e a meia légua de distancia no canal do rio Guahyba. Paço da Camara Municipal em Porto Alegre, 1º de Junho de 1872. O Vereador Presente Antonio Ribeiro da Silva Filho, pelo Secretario, O Contador Manoel Pires da Silva.³⁷³

A primeira reclamação com relação aos serviços de saneamento executados sob o comando de Bitencourt, ocorre seis meses depois da definitiva efetivação de seu contrato. Foi quando a Câmara determinou que: “o Empresário do serviço de limpeza pública da Cidade conserve limpas as praças e o litoral da Capital, trecho compreendido entre as ruas Senhor dos Passos e do Arroio”.³⁷⁴ Quatro meses após esta primeira reclamação um vereador já proporia aos membros da Câmara Municipal “a nomeação de uma comissão especial para estudar as bases do trabalho da limpeza das ruas e praças da Cidade, por arrematação, confrontando para

³⁷³ AHPAMV - **Correspondências Expedidas pela Câmara Municipal**, Livro 7, 1º jun. 1872. Grifo nosso.

³⁷⁴ AHPAMV - **Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre**, Livro 18, 18 jan. 1873.

isso, o contrato existente na Câmara com a Empresa Salubridade Pública”.³⁷⁵ Esta comissão foi composta pelos vereadores João Carlos Augusto Bordini, José Martins de Lima e por Luiz da Silva Flores Filho, como designou o vereador Presidente Antonio Manoel Fernandes.³⁷⁶

Insatisfeitos os poderes públicos com os serviços prestados pela denominada *Empresa Salubridade Pública*, pertencente a Estácio da Cunha Bitencourt, a Câmara Municipal acabaria abrindo novamente edital para arrematação dos serviços de limpeza da cidade no dia 16 de setembro de 1873.³⁷⁷ Porém, passado cinco meses e não obtendo sucesso nas propostas a Câmara Municipal decidiu consultar o advogado Antonio Corrêa de Oliveira, para saber “acerca das providências que se devam tomar com o fim a obrigar o referido empresário a melhor fazer o serviço à que está obrigado”.³⁷⁸

Diante este contexto de insatisfação por parte do poder público municipal, com relação aos serviços de saneamento executados pela *Empresa Salubridade Pública* e pela situação de incerteza gerada por estes descontentamentos, outro acontecimento de caráter relevante iria aprofundar este momento de crise com relação ao saneamento público na cidade. A chegada de uma nova epidemia de varíola na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul acabaria por atingir também a capital em 1874, provocando inúmeras mortes em Porto Alegre. Segundo o relatório da Junta Central de Higiene Pública deste período:

Não foi nada favoravel o estado sanitário da capital, segundo se collige do relatorio do digno Inspetor de saude.

A cifra da sua mortalidade subiu a 1.462, de cuja somma pertencem 361 á variola, que grassou epidemicamente de Fevereiro ao fim do anno, chegando a seu apogêo em Maio, em que maior foi o numero de perdas a ella devido.

Esta affecção foi dotada de tal malignidade que, de 93 doentes recolhidos á uma enfermaria mandada abrir pela presidencia, falleceram 50, mais portanto de 50%, a despeito dos cuidados do distincto medico encarregado do tratamento dos enfermos nella recebidos.³⁷⁹

Chegada a epidemia, uma das primeiras providências da Câmara Municipal foi mandar “queimar alcatrão, durante a noite, no litoral da Cidade, pelo arsenal e ruas da Varzinha e Olaria para desinfectar o ar, assim como cair o prédio do Mercado e da Rua Riachuelo,

³⁷⁵ AHPAMV - *Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre*, Livro 18, 24 mai. 1873.

³⁷⁶ AHPAMV - *Correspondências Expedidas pela Câmara Municipal*, Livro 10, 26 mai. 1873.

³⁷⁷ AHPAMV - *Correspondências Expedidas pela Câmara Municipal*, Livro 7, 16 set. 1873.

³⁷⁸ AHPAMV - *Correspondências Expedidas pela Câmara Municipal*, Livro 8, 5 fev. 1874.

³⁷⁹ RELATORIO do presidente da Junta Central de Hygiene Publica apresentado ao ministro e secretario de Estado dos Negocios do Imperio Dr. João Alfredo Corrêa de Oliveira. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875. Anexo F. p.32. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1702/000582.html>>. Acessado em: 14 jun. 2010.

pertencente a municipalidade”.³⁸⁰ Com o ato de se queimar ervas buscava-se espantar os maus *ares*, que muitas vezes eram associados aos problemas das doenças. Assim como o cal era considerado um eficaz “enérgico desinfectante” dos *lugares*.³⁸¹

Durante o surto epidêmico, a cotidianidade da cidade passou a sofrer várias alterações. Os serviços de limpeza que estavam sendo realizados na Doca acabaram sendo interrompidos pelo fato dos materiais removidos por este serviço, serem colocados ao **ar** livre, em pleno centro da cidade.³⁸² O que na visão do Presidente da Província acabaria por “agravar o estado sanitário da cidade tão seriamente alterado pela contaminação da epidemia da varíola”.³⁸³

No dia 9 de junho de 1874 o Presidente enviou uma Portaria à Câmara informando não poder assumir todas as despesas exigidas para a extinção da varíola e aconselhava à Câmara que recorresse à caridade particular.³⁸⁴ O que foi feito pelo poder público municipal, quando decidiu nomear “comissões para obterem recursos financeiros de combate a varíola nos distritos da capital”.³⁸⁵ Além disso, a Câmara Municipal apertou o cerco aos empresários dos matadouros obrigando-os a dar escoamento do sangue e *águas* utilizadas nos referidos *lugares* e a lançá-los para dentro do rio.³⁸⁶ Solicitou também a colocação de duas torneiras no prédio do Mercado Público, para melhorar o “estado de asseio dos passeios interiores”.³⁸⁷

Para tentar melhorar a situação do saneamento público neste período, foi criada também uma Comissão de Melhoramentos na cidade. Esta comissão, por fim, deu parecer propondo que fossem chamados novos concorrentes à limpeza da cidade.³⁸⁸

Diante esta situação, o empresário da limpeza pública pediu rescisão do respectivo contrato efetuado com a Câmara Municipal. A Câmara por sua vez, mandou “o empresário do serviço de limpeza da cidade pedir rescisão do seu contrato ao poder competente, de conformidade com o parecer da Comissão do Contencioso”.³⁸⁹ No dia 20 de outubro de 1875, a *Empresa Salubridade Pública* seria definitivamente desligada dos serviços de saneamento da cidade, que segundo as palavras do procurador teria “deixado de existir”.³⁹⁰

³⁸⁰ AHPAMV - *Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre*, Livro 18, 26 mai. 1874. Grifo nosso.

³⁸¹ AHPAMV - *Correspondências Expedidas pela Câmara Municipal*, Livro 7, 8 nov. 1873.

³⁸² AHPAMV - *Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre*, Livro 18, 8 jun. 1874.

³⁸³ AHPAMV - *Correspondências Recebidas pela Câmara Municipal*, Livro 34, 30 mai. 1874.

³⁸⁴ AHPAMV - *Correspondências Recebidas pela Câmara Municipal*, Livro 34, 1º jul. 1874.

³⁸⁵ AHPAMV - *Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre*, Livro 18, 16 jun. 1874.

³⁸⁶ AHPAMV - *Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre*, Livro 18, 27 ago. 1874.

³⁸⁷ AHPAMV - *Correspondências Expedidas pela Câmara Municipal*, Livro 10, 7 jan. 1875.

³⁸⁸ AHPAMV - *Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre*, Livro 18, 13 nov. 1874.

³⁸⁹ AHPAMV - *Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre*, Livro 18, 4 mar. 1875.

³⁹⁰ AHPAMV - *Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre*, Livro 18, 20 out. 1875.

O Inspetor Geral da Saúde Pública, por sua vez, não poupava críticas e reclamações sobre o serviço de salubridade pública. No dia 11 de janeiro de 1876, o então Presidente da Província encaminhou um ofício a Câmara, expondo as “diversas reclamações feitas pelo Inspetor Geral da Saúde Pública”. Segundo o Presidente José Antonio de Azevedo Castro:

O Inspetor Geral da saúde Pública, no officio que hontem me dirigiu, tratando das providencias que convem tomar em favor da salubridade, muitas das quaes se achão prevenidas nas posturas municipaes, particularisou a limpeza das praias, praças e ruas, desobstrução das calhas, remoção do lixo e resíduos de animaes e vegetaes das margens do Riacho e arroios; limpeza e aceio dos quintaes, pateos, dos canos de esgotos das **aguas** pluviaes e de lavagens de roupas, accumuladas nos referidos quintaes; **visitas domiciliarias** para se verificar o estado de aceio das habitações, prohibindo-se ahí depósitos de immundicies e despejos, a criação de animaes, como porcos etc.; **visitas sanitárias** em todas as casas de negocio de gêneros comestíveis ou bebidas, para conhecer-se se são da melhor qualidade, não deteriorados ou falsificados, e prohibição da venda no caso contrario, assim como da carne verde de má qualidade e de fructas verdes e mal sazoadas.

Convém, pois, que Vmces., pelos meios a seu alcance, promova a execução dessas medidas, que podem trazer profícuos resultados no empenho que todos devem empregar para trazer ao estado normal as alteradas condições da saúde publica.³⁹¹

No dia 7 de outubro a Câmara aprovou a redação de um artigo de posturas, obrigando os moradores da cidade a depositarem o lixo de suas casas em vasilhas e as colocarem em suas portas para serem levadas pelas carroças da limpeza:

Acto de 7 de Outubro de 1876 approvando dous Artigos de posturas additivo ao codigo da Camara municipal desta Capital.

O Conselheiro Tristão de Alencar Araripe, Presidente da Provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Faço saber a todos os seus habitantes que tendo em consideração o que lhe representou a Camara Municipal desta Capital em officio nº 32 de 11 do corrente, e no uso da faculdade que me confere o Artº 12 do decreto de 3 de Outubro de 1834, mando que em additamento ao codigo de Posturas da referida Camara se observe provisoriamente o seguinte:

Artigo 1º Todos os moradores desta Cidade residentes na area designada no contracto de limpeza publica, em todas as ruas, praças, becos, travessas e littoral, comprehendidos desde as ruas da Conceição, Voluntarios da Patria, 7 de Setembro, Praia do Arsenal, Varzinha, Olaria até o Beco do Firmo, Praça da Independencia, e rua da Misericordia até a da Conceição, ficão obrigados a depositar em frente de suas portas todos os dias até as oito horas da manhã, inclusive os domingos e dias santificados, dentro de pequenos caixões ou qualquer outra vasilha, todo o cisco e cascas de fructas, proveniente da limpeza interna de suas respectivas moradas, para ser lançado nas carroças occupadas da limpeza publica, aquelles que infringirem esta postura, qualquer que seja sua classe e condição na sociedade, pagarão a multa de 2.000 réis, que será tantas vezes repetidas quantas forem as faltas em que incorrerem.

Artº 2º Na mesma multa de 2.000 réis incorrerão aquelles que lançarem nas horas designadas, ciscos, cascas de fructas e quaesquer lixos e immundices nos passeios ou mesmo na rua em frente de suas portas ou das dos vizinhos, sem ser em pequenos caixões ou qualquer outra vasilha, e se essa infracção for commettida fóra das horas

³⁹¹ AHPAMV - Correspondências Recebidas pela Câmara Municipal, Livro 35, 11 jan. 1876.

de limpeza publica, pagarão o dobro da multa estabelecida
 Palacio do Governo em Porto Alegre 7 de Outubro de 1876.
 Tristão de Alencar Araripe³⁹²

No dia 14 de agosto de 1876 a Câmara contratou o Sr. José de Figueiredo Moreira para realizar os serviços de saneamento da cidade. Seu contrato vigorou por um ano, porém não foi renovado em vista dos vereadores não concordarem com esta prorrogação.³⁹³ Passado exatamente o prazo do contrato feito com Moreira, a Câmara abriu novo edital chamando licitantes para o serviço de limpeza da cidade. Conforme as bases deste edital ficavam estipulados os deveres para o contratado:

1ª. A área cuja limpeza é posta em arrematação, é a compreendida pelas ruas da Conceição, Voluntários da Pátria, 7 de Setembro, Praia do Arsenal, Varzinha, Lima e Silva até o Becco do Fime, Praça da Independência e rua da Misericórdia até encontrar a da Conceição, inclusivamente estas ruas.

2ª. A limpeza consiste na remoção e condução diária de todo o cisco, lixo, animais e aves mortas em todas as ruas, praças, beccos, travessas e litoral, ficando compreendida neste serviço a varredura da praça do mercado, a limpeza, desobstrução e capina das calhas, a limpeza das rampas do mercado e de todo o litoral e bem assim a capina das praças.

O empresário é obrigado:

A fazer este serviço todos os dias, sem excepção dos domingos e dias santificados, nunca menos do que com dez carroças, devendo fazer concluído no verão as 10 horas da manhã e no inverno as 11 horas, e a limpeza do mercado até o meio dia;

A conservar durante o resto do dia em cada districto uma carroça para manter o estado de acceio das ruas e durante as épocas da matança de cães uma carroça à disposição do Sr. Fiscal geral;

A depositar o lixo no local que for designado pela municipalidade.³⁹⁴

Dado a falha na documentação existente da Câmara, que pudesse indicar quem teria sido aprovado nesta nova licitação, não podemos saber ao certo quem foi o responsável por estes serviços neste ano, mas ao que tudo indica, este teria sido Bento Baptista Orsi, pois o mesmo foi dispensado destes serviços um ano mais tarde, quando ocorreu a contratação de um novo arrematante.³⁹⁵

Antes que findasse o ano de 1878 o Presidente da Província despachou um parecer à Câmara Municipal, aprovando a contratação de uma empresa para a condução de materiais fecais e águas servidas.³⁹⁶ Esta empresa, de nome *Alvim & Pitrez*, era comandada por Cândido

³⁹² AHPAMV – **Código de Posturas Municipais**. Acto de 7 de Outubro de 1876 aprovando dous Artigos de posturas additivo ao codigo da Camara municipal desta Capital.

³⁹³ AHPAMV - **Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre**, Livro 18, 2 abr. 1877. A Câmara não informa os motivos porque tal contrato não foi renovado, mas ao que tudo indica os serviços não supriram as expectativas do poder público, visto as inúmeras reclamações que continuaram a existir.

³⁹⁴ AHPAMV - **Correspondências Expedidas pela Câmara Municipal**, Livro 7, 14 ago. 1877.

³⁹⁵ AHPAMV - **Correspondências Expedidas pela Câmara Municipal**, Livro 10, 17 out. 1878.

³⁹⁶ AHPAMV - **Correspondências Recebidas pela Câmara Municipal**, Livro 36, 2 mai. 1878.

José Ferreira Alvim e João Alfredo Pitrez, que se comprometiam a empregar todo o material necessário para a execução dos serviços de saneamento da cidade. Dentre estes materiais destacamos primeiramente os cubos, que deveriam ser utilizados para a condução dos materiais fecais, conforme mostra a ilustração abaixo:



Imagem 4 - Cubo proposto para condução dos materiais fecais

Fonte: AHPAMV – **Construção e Melhoramentos do Município**, caixa 12, Propostas Materiais Fecais e Limpeza da Cidade, 1878.

Além dos cubos que deveriam ser empregados no serviço de remoção dos materiais fecais, destaca-se também os veículos que deveriam ser utilizados para se fazer o transporte destes materiais, bem como das águas servidas, vejamos a imagem a seguir:

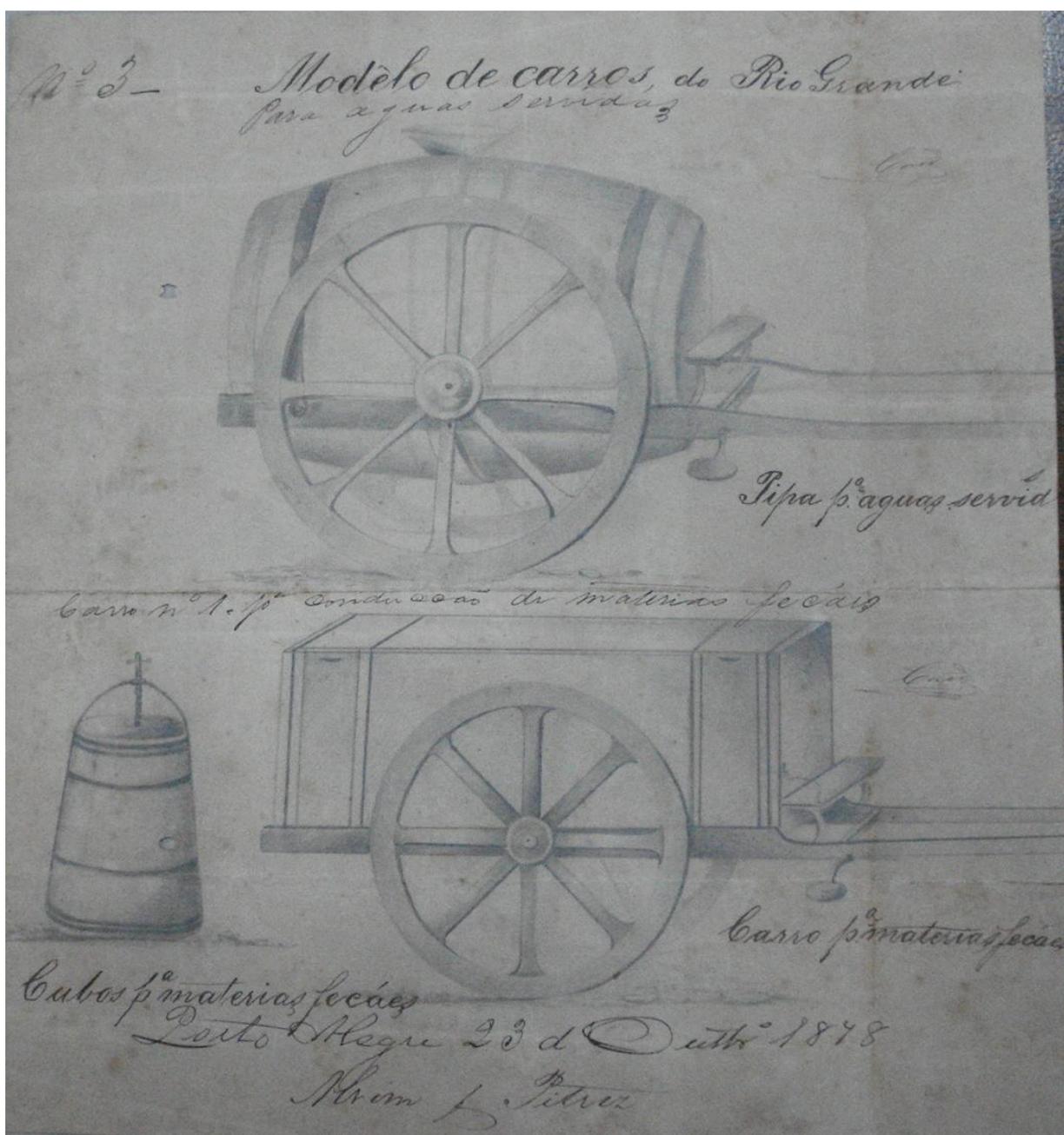


Imagem 5 - Modelo de carros para condução de águas servidas, condução de materiais fecais e cubo para condução de materiais fecais

Fonte: AHPAMV – **Construção e Melhoramentos do Município**, caixa 12, Propostas Materiais Fecais e Limpeza da Cidade, 1878.

Na proposta da Empresa *Alvim & Pitrez* é possível contemplar também um modelo de carro tecnicamente mais sofisticado, contando inclusive com sistema de freio, molas, assento e articulação no aparelhamento dos cavalos, como podemos ver na imagem a seguir:

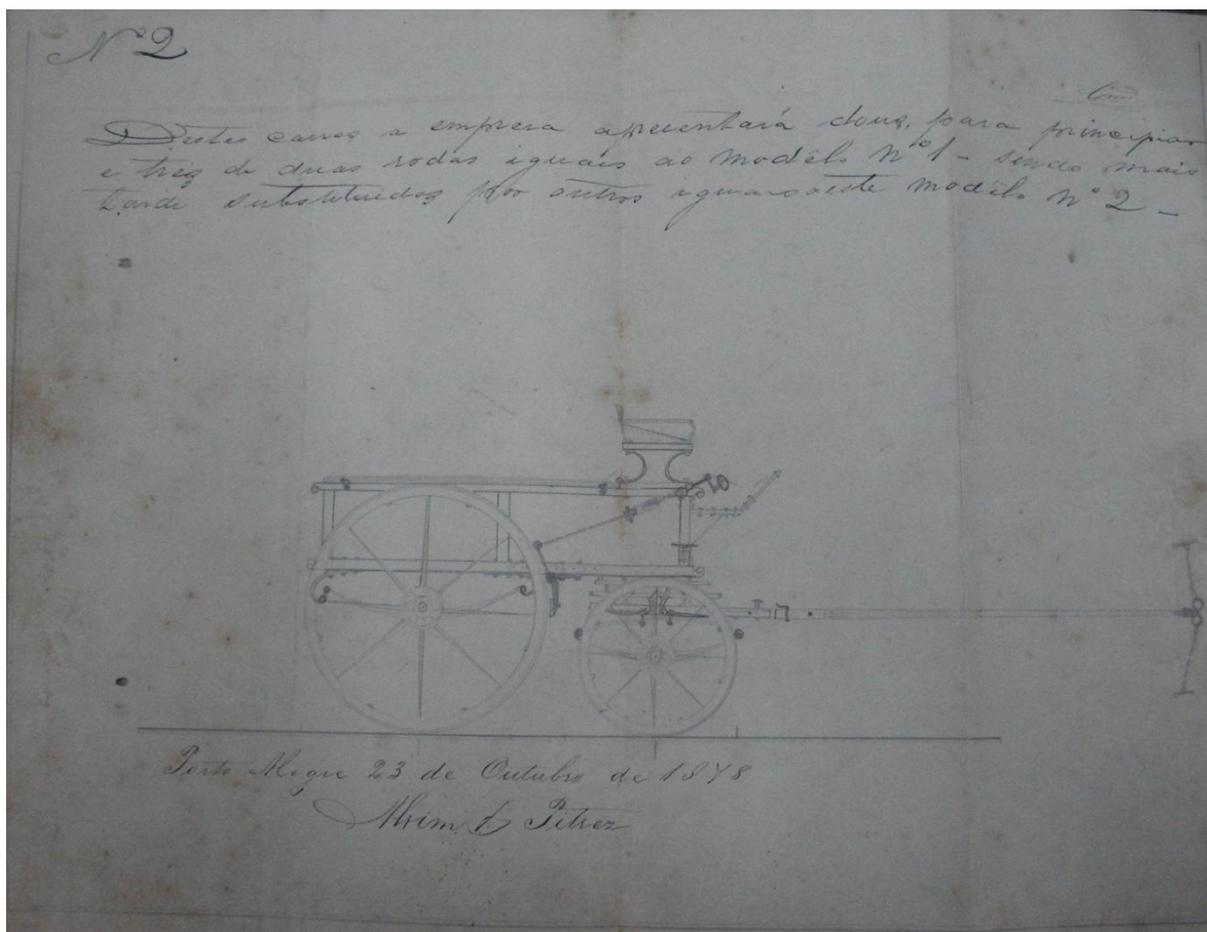


Imagem 6 - Modelo nº 2 de transporte que prevê melhorias na condução dos dejetos.

Fonte: AHPAMV – **Construção e Melhoramentos do Município**, caixa 12, Propostas Materiais Fecais e Limpeza da Cidade, 1878.

Na imagem acima, além do desenho do veículo que deveria ser utilizado para a condução dos dejetos, encontra-se também a seguinte explicação:

Destes carros a empresa apresentará dous, para principiar e tres de duas rodas iguais ao modelo nº 1 – sendo mais tarde substituidos por outros iguaes a este modelo nº 2.
Porto Alegre 23 de Outubro de 1878.
Alvim & Pitrez³⁹⁷

Podemos observar sobre a imagem acima uma maior complexidade no que tange a preocupação na condução do veículo, principalmente com relação à segurança do transporte de tais materiais. Pode ser observado também que tal veículo, diferentemente da primeira imagem, já era dotada de um sistema de frenagem independente da tração animal, que neste caso deveria ser controlado pelo próprio condutor do transporte. A este detalhe no carro,

³⁹⁷ AHPAMV – **Construção e Melhoramentos do Município**, Caixa 12, Propostas Materiais Fecais e Limpeza da Cidade, 1878.

soma-se também a suspensão prevista, diferentemente das imagens anteriores, com molas ligadas ao eixo, cuja função principal era diminuir o impacto direto do carro com o solo, proporcionando assim uma maior estabilidade e durabilidade do mesmo.

Como podemos ver o segundo modelo de transporte previa também uma condução do veículo de forma sentada e elevada em relação aos animais, o que não ocorre com relação aos modelos anteriores, onde o condutor só poderia ir em pé sobre o veículo ou caminhando ao lado do mesmo. Por fim, outro detalhe não passa despercebido, verifica-se no modelo acima uma diferenciação fundamental com relação ao primeiro, ou seja, a barra que liga a tração animal ao carro é articulada por um pino e removível através do mesmo. Isto pode indicar uma maior cobertura dos serviços de limpeza (nas mais diferentes ruas e becos da cidade de Porto Alegre) devido ao fato do carro ser mais maleável através do uso de sua articulação.

Antes de findar a década de 1870 a Câmara Municipal abriria novamente licitações para os serviços de limpeza da cidade, mas o contrato com *Alvim & Pitrez* (que mais tarde mudou de nomenclatura para *Alvim e Cia*, devido à saída de Pitrez da sociedade) continuou a vigorar sobre os serviços de transporte de águas servidas e materiais fecais. A esta permanência da empresa na prestação de serviços à Câmara Municipal até o fim da década de 1870, se deve provavelmente a forma como foi estabelecido este contrato, cujas cláusulas indicam que os serviços deveriam ser pagos pelos respectivos habitantes da cidade:

A empresa perceberá como retribuição a quantia de três mil reis mensais, por cada habitação dos proprietários ou inquilinos e a de cinco mil reis para condução da águas servidas e materiais fecaes, conjuntamente, que tiver usual cada caza, ficando o direito a cobrar dez mil reis pelos dous serviços nos hoteis e na quellas cazas em que houver reconhecidamente excesso.

Nas habitações onde o serviço de materiais fecaes for a limpeza feita oito vezes por mez, pagarão dous mil reis, e sendo quatro vezes, mil e quinhentos reis.

A empresa cobrará a todo assignante as mensalidades por trimestre adiantado tendo o direito de não continuar com o serviço nas habitações que houver falta de pagamento.

A empresa obriga-se a ter seu escriptório, onde a escripturação será feita diariamente, fazendo doação a Camara Municipal de quatro por cento ao anno de seu rendimento liquido, sendo essa percentagem paga semestralmente a mesma Camara Municipal a ser applicada a qualquer das obras a seu cargo.³⁹⁸

No dia 17 de outubro de 1878 a Câmara Municipal aprovou paralelamente aos serviços executados por *Alvim & Pitrez*, também uma proposta para a limpeza da cidade feita por Marcos Pradel de Azambuja, que deveria iniciar seus serviços no dia 18 deste mesmo

³⁹⁸ Idem.

mês.³⁹⁹ O contrato de Azambuja, bem menos detalhado do que de *Alvim & Pitrez*, se comprometia a executar os serviços de limpeza pública por espaço de um ano pela quantia de 10:500\$000, que deveriam ser pago em prestações anuais.⁴⁰⁰ Sua proposta apesar de ser bem sucinta (apenas uma página), acabou sendo contemplada dentre os dez concorrentes que haviam participado da licitação. Vejamos a seguir como se apresentou os lances desta concorrência:

Proponente	Valor/Anual
Bento Baptista Orsi	7:200\$000
José Gomes dos Santos Amorim	8:500\$000
Joaquim Gomes de Mendonça	9:000\$000
Marcos Pradel de Azambuja	10:500\$000
Teodolindo Antonio Rosa	10:000\$000
Francisco Hermenildo de Figueiredo Neves	11:000\$000
Cândido José Ferreira Alvim Júnior	11:200\$000
Jacob Ben Neto	11:500\$000
Antonio Manoel de Freitas	12:000\$000
Aleixo Pereira Lapa	12:792\$000

Tabela 7 – Proponentes do serviço de limpeza em Porto Alegre e valores lançados em 1878
Fonte: O autor⁴⁰¹

A proposta de Azambuja, como podemos verificar acima, não era a de menor valor. Entretanto, a mesma se apresentava diferente das demais, dando como garantia dos seus serviços a assinatura de um fiador, cujo nome era Cypriano Gonçalves da Silva. Estes serviços executados por Marcos Pradel de Azambuja, ao que tudo indica, tiveram um sucesso maior, pois seu contrato acabou sendo renovado até o início da década seguinte.

Terminada a década de 1870 a cidade de Porto Alegre contava já com um sistema, se não eficiente para os moldes atuais, pelo menos ordenado. O sistema de despejo passava a ser executado por uma empresa de transporte responsável somente por este serviço, enquanto o serviço de limpeza era executado sob a organização de contratos anuais, que previam a partir

³⁹⁹ AHPAMV - **Correspondências Expedidas pela Câmara Municipal**, Livro 8, 17 out. 1878.

⁴⁰⁰ AHPAMV – **Construção e Melhoramentos do Município**, Caixa 12, Propostas para a Limpeza da Cidade, 1878.

⁴⁰¹ Tabela baseada sobre informações retiradas das Propostas para a Limpeza da Cidade do ano de 1878. AHPAMV – **Construção e Melhoramentos do Município**, Caixa 12, Propostas para a Limpeza da Cidade, 1878.

daquele momento multas mais rigorosas caso os contratados não cumprissem com suas obrigações. Mesmo assim, a situação pouco parece ter mudado no que diz respeito ao estado sanitário da cidade, visto ainda existir reclamações, como podemos ver abaixo:

Medidas Sanitarias. – Entre nós da-se um facto digno de severa censura.

[...]

A imprensa chama a atenção para alguns desses assumptos; as respectivas autoridades comprehendem e apreciação a justesa das observações relativas; baixão editaes e durante alguns dias nota-se um certo gráo de actividade.

Depois passa a primeira impressão, o negocio cahe no esquecimento e tudo fica no antigo pé.

[...]

Ora, é claro que a publicação do edital não é sufficiente para melhorar o estado da cidade; é necessário que haja rigor na observancia dessas disposições legais, e sobretudo deve a camara municipal limpar as praias, praças e ruas da cidade.

É verdadeiramente nojento o estado de muitas dellas; há ruas e sobretudo beccos que não se póde atravessar sem tapar o nariz, e as exhallações mephiticas das praias collocão o transeunte na mesma contingencia.

Quando há uma epidemia, fazendo estragos [...] não há falta de recursos a allegar.

Se a camara não tem meios para mandar proceder a uma limpeza extraordinária da cidade, peça-os ao governo. **É caso de saúde pública** e o governo não póde negar-se a auxiliar a camara, se Ella realmente não tiver recursos.

Mas seja como for, dêm-se os passos necessários, para que depois o funesto – não cuidei - não venha a pezar na consciência de todos.⁴⁰²

Como podemos observar acima, os problemas relacionados à limpeza eram também percebidos como um caso de saúde pública. Vejamos a seguir como se desenrolou esta história durante a década de 1880.

4.4 O SANEAMENTO, AS EPIDEMIAS E AS AÇÕES PRÁTICAS NA DÉCADA DE 1880

Se as duas primeiras décadas foram marcadas por fracassos e conquistas em relação aos momentos de epidemia, no que diz respeito ao saneamento público da cidade; e a década de 1870 pelos problemas relacionados aos contratos para a execução dos serviços de limpeza e transporte de dejetos, qual teria sido a característica da década de 1880 no tocante aos problemas derivados do saneamento da cidade? Podemos dizer após analisarmos a documentação referente a este período, que o assunto saneamento público em Porto Alegre é marcado neste momento por problemas relacionados ao lixo.

É neste período que o lixo passa a ser um elemento de constante preocupação dos poderes públicos. Neste sentido, buscamos aqui responder a uma pergunta: por que o lixo

⁴⁰² MCSHJC – **Gazeta de Porto Alegre**, Porto Alegre, 7 fev. 1879, p.2. Grifo nosso. Sobre a crítica da imprensa em relação aos serviços de saneamento, ver também charge que foi capa do jornal *O Guarany*, denominada “O roto e o remendado”. ANEXO F.

entraria em cena como um importante elemento do saneamento neste momento? Para respondermos a esta pergunta, tratamos de descrever e analisar o andar dos acontecimentos na cotidianidade público-política da cidade.

Os contratos que foram objeto de ampla discussão na década anterior, acabaram se solidificando como um elemento político administrativo da cidade. A empresa de *Alvim & Cia*, agora sob a denominação de *Empresa de Asseio Público*, viria a permanecer como prestadora de transporte de dejetos da cidade durante todo este período. Já os contratos dos serviços de limpeza, apesar de regulares (no sentido de ser realizada todo ano abertura de licitações), acabaram não tendo a mesma sorte no que tange a permanência de seus prestadores de serviço, pois as propostas feitas nem sempre eram aceitas pela Câmara Municipal.

Em março de 1881 a Câmara resolveu não mais aceitar propostas para a limpeza da cidade, decidindo fazer este serviço pela própria administração.⁴⁰³ O primeiro problema encontrado pelo poder público municipal ao tomar esta decisão, consistia na falta de carroças e outros materiais para a execução deste serviço. Neste caso, a Câmara Municipal teve que abrir novamente chamada para conseguir os meios materiais de que necessitava para realização destes trabalhos.

EDITAL

Tendo resolvido a Camara municipal desta cidade mandar fazer administrativamente a limpeza publica, a comissão encarregada de montar o respectivo material, recebe no dia 12 do corrente às 11 horas da manhã na Secretaria da mesma Camara, propostas para a locação de carroças para o referido serviço.
As carroças serão tomadas, completamente equipadas para este serviço, inclusive ferramentas, pás, vassouras, e por todo o dia.⁴⁰⁴

Na verdade pouco durou esta iniciativa da Câmara, pois a mesma teve que contar com a prestação de serviços de presos, designados para a execução destes trabalhos pela Presidência da Província. Como aponta a *Ata* do dia 12 agosto de 1881, comunicando a permissão dada pelo Presidente Joaquim Pedro Soares à Câmara, para serem os presos utilizados no “serviço de capina e limpeza” da cidade.⁴⁰⁵

O uso de presidiários pelo poder público municipal nos serviços de limpeza não era incomum no século XIX. Todavia, estes serviços se mantinham mais como auxiliares do que efetivos, e assim continuou sendo, pois a Câmara Municipal decidiu novamente prorrogar o

⁴⁰³ AHPAMV - *Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre*, Livro 19, 4 mar. 1881.

⁴⁰⁴ AHPAMV - *Correspondências Expedidas pela Câmara Municipal*, Livro 9, 9 mar. 1881.

⁴⁰⁵ AHPAMV - *Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre*, Livro 19, 12 ago. 1881.

contrato de serviço de limpeza da cidade, que ainda era vigente, até que se decidisse em reunião da Assembléia Provincial o que se fazer.⁴⁰⁶ Este caso ficou se arrastando pela decisão dos poderes públicos durante toda a década 1880. Inúmeras propostas acabaram sendo realizadas, como a feita por Marcos Pradel de Azambuja, de renovação do seu contrato por um prazo de vinte anos,⁴⁰⁷ bem como a de Alcides Gomes dos Santos, que se propunha mediante o “contrato de dez annos, a fazer a limpeza pública e particular nesta cidade pela quantia de quinze contos de réis anuais e segundo as mais condições estabelecidas em sua proposta”.⁴⁰⁸

Para agravar a situação das condições do saneamento de Porto Alegre, a antiga empresa denominada de “*Salubridade Pública*” (pertencente a Estácio da Cunha Bitencourt), que prestara serviços de limpeza à cidade, passava a reclamar “uma indenização referente aos prejuízos pela violação do respectivo contrato”, que tinha sido estabelecido no ano de 1872.⁴⁰⁹ Concomitante as reclamações de Bitencourt, havia o permanente problema com os despejos em locais inapropriados, alguns destes realizados pelos Quartéis do 12º e 13º Batalhão de Infantaria. Além do mais, havia também a reclamação contínua dos moradores que habitavam próximo às pontes de despejo, principalmente os da Rua Voluntários da Pátria. Estes moradores chegaram inclusive a fazer abaixo-assinado pedindo a remoção da ponte de despejos existente na saída da Rua Dr. Flores.⁴¹⁰

Neste período, contínuas também foram as reclamações existentes sobre as *águas* estagnadas e esgotos. No que diz respeito a este assunto, todos parecem reclamar. O Presidente da Província reclama para a Câmara Municipal sobre este problema; esta por sua vez reclama para os fiscais; estes últimos culpam os moradores; e os moradores por fim atribuem estes problemas aos Quartéis existentes na capital. Paralelamente a todos estes problemas, em 1884 surgiu a notícia do reaparecimento do cólera na Europa. Esta informação acabou colocando novamente a administração pública sobre alerta, como pode ser observado na fala do Presidente da Província:

Tendo o cholera-morbus apparecido na Europa, onde começou desde logo a devastar, tomaram-se medidas energicas para evitar a sua invasão na Província. Por ordem do Governo foram fechados os nossos portos aos navios procedentes dos portos affectados, e o **Dr. Inspetor da saude publica**, de accordo com a Camara Municipal, envidou todos os **esforços para melhorar as condições hygienicas**

⁴⁰⁶ AHPAMV - **Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre**, Livro 19, 14 fev. 1882.

⁴⁰⁷ AHPAMV - **Correspondências Recebidas pela Câmara Municipal**, Livro 38, 24 abr. 1882.

⁴⁰⁸ AHPAMV - **Correspondências Recebidas pela Câmara Municipal**, Livro 38, 6 mai. 1882.

⁴⁰⁹ AHPAMV - **Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre**, Livro 19, 28 abr. 1880.

⁴¹⁰ AHPAMV - **Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre**, Livro 19, 20 fev. 1883.

desta cidade. Neste intuito foram estabelecidas **visitas domiciliares**, sendo necessario para tal fim nomear commissões compostas de um medico, um vereador e mais dous cidadãos.

Por essa occasião, e em cumprimento de ordens que recebera da Junta Central de Hygiene, fez publicar o mesmo Dr. Insuper conselhos hygienicos e indicou as medidas preventivas contra a invasão da epidemia cujo apparecimento receavamos. Isso concorreu poderosamente para que o estado sanitario da capital esteja presentemente em melhores condições do que antes.⁴¹¹

O medo da entrada do cólera novamente na cidade, chegou a ser representado através de ilustração na capa do jornal *O Século* em novembro de 1884. Como podemos ver abaixo, havia uma associação entre o cólera como sendo uma doença derivada do continente asiático.

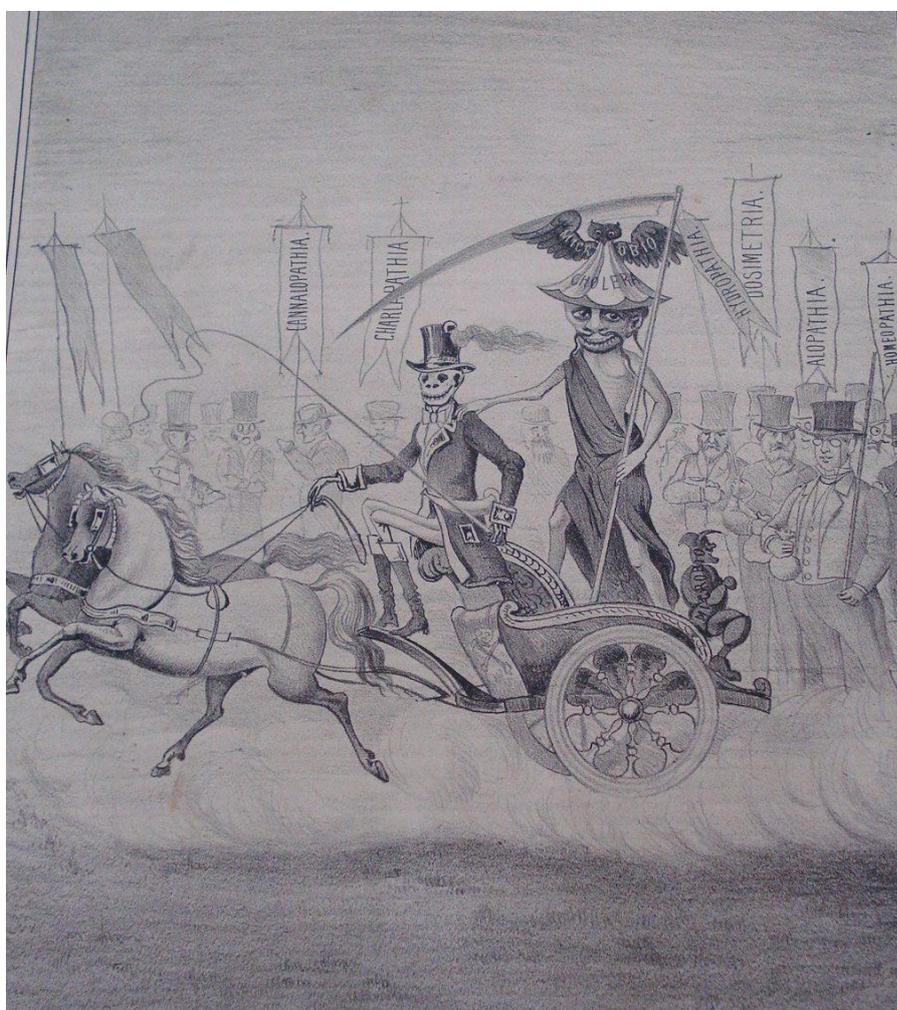


Imagem 7 - A entrada do cólera na cidade de Porto Alegre.
Fonte: MCSHJC – *O Século*, Porto Alegre, 2 nov. 1884.

⁴¹¹ RELATORIO apresentado a S. Ex. o Sr. Dr. Miguel Rodrigues Barcellos, 2º Vice-Presidente da Província do Rio Grande do Sul, pelo Exmo. Sr. Conselheiro José Julio de Albuquerque Barros ao passar-lhes a Presidencia da mesma Província no dia 19 de Setembro de 1885. Porto Alegre: Officinas Typographicas do “Conservador”, 1886. p.117. Disponível em: < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u762/000002.html>>. Acessado em: 15 jun. 2010. Grifo nosso.

Abaixo da ilustração do jornal existe o seguinte comentário: “Segundo o Sr. Barcellinhos, deve ser hoje a entrada triumphal de Sua Magestade o Cholera, n’esta cidade. Achamos má a ocasião, porque complica-se com a *feira* de finados. Em todo caso...”. O Barcellinhos o qual se refere a passagem acima diz respeito ao então presidente da Província, a época Miguel Rodrigues Barcellos.

Analisando a imagem acima podemos observar que a figura do asiático é conduzida de forma triunfal pela morte diante a cidade. Acima da cabeça do indivíduo com as características de um asiático, podemos ver um chapéu com a inscrição “cholera” e acima deste chapéu, envolto pela lâmina da foice que representa a morte, está uma coruja com as asas abertas trazendo de forma escrita a palavra “micróbio”. Esta inscrição nas asas da coruja pode indicar o início da mudança de perspectiva com relação à percepção sobre as doenças. O miasma, que até então fazia parte do universo de entendimento sobre as epidemias irá a partir deste momento ganhar um sentido diferenciado. Este sentido como podemos ver, está atrelado ao princípio da teoria bacteriana, cujo um dos representantes principais foi Pasteur, como vimos no primeiro capítulo desta dissertação.

Ao fundo da imagem podemos ver um aglomerado de personagens contemplando a entrada da epidemia, alguns trazem inclusive estandartes com os possíveis meios de cura, que poderiam ser encontrados pela cidade. Assim, temos a homeopatia e a alopatia, mas também a “dosimetria”, a “hydropathia”, a “charlopathia” e a “cannalopathia”, representações que podem ser consideradas como uma crítica contundente as diferentes formas de tratamento existentes na Porto Alegre oitocentista.

Já em volta da biga encontram-se habitantes da cidade que aparentam ter um poder aquisitivo expressivo, pois trazem à cabeça cartolas que permitem identificar sua posição social. A direita da imagem, dois indivíduos seguram às mãos sacos, possivelmente de dinheiro, aguardando com a entrada da epidemia um provável lucro. Já outros aparecem simplesmente com os braços cruzados demonstrando certa apatia com relação à entrada da doença.

É diante deste cenário que se move o saneamento público da cidade neste período. Tais problemas agravados pelo medo da epidemia provocaram novamente na cidade uma corrida pela salubridade. Uma corrida que passava pela limpeza e higienização, cujo papel da *água* tornava-se fundamental. Neste horizonte de acontecimentos chegou-se a lavrar um contrato para o estabelecimento de uma nova companhia de água, denominada *Companhia*

Hidráulica Guaibense, cuja organização coube ao engenheiro José Estácio de Lima Brandão.⁴¹² Segundo Franco, os serviços da *Companhia Hidráulica Porto Alegrense* foram percebidos à época como insuficientes, e “essa insuficiência gerou condições para o nascimento de outra empresa concessionária, a *Companhia Hidráulica Guaibense*, organizada com vistas a captar o líquido precioso numa fonte inesgotável: o próprio lago do Guaíba.”⁴¹³ Além disso, havia indícios também de que a *Companhia Hidráulica Porto Alegrense* não prestava um serviço de qualidade, visto as impurezas que se encontravam na água, como aponta o ofício das Obras Públicas:

Continuando a aparecer carregada de insetos a agua que a Companhia Hydráulica faz distribuir nesta Capital, e como dessa impureza das **aguas** possa resultar graves prejuízos á salubridade publica, mormente na presente estação em que tem lugar com freqüência os casos de molestias gastricas; assim o communico a V. Ex.^a para que se digne mandar por peritos examinar o estado das mesmas **aguas** e as causas que determinão as impurezas que infelizmente as tornão impotáveis.⁴¹⁴

Na direção destes problemas, como aponta a documentação sobre o saneamento da cidade de Porto Alegre, não bastava somente limpar, era necessário também dar destino aos materiais que eram recolhidos. O lixo, seja ele público ou privado, tornou-se assim um grande entrave para o poder público, pois à medida que se ia limpando, acabava-se também recolhendo. A pergunta central dos poderes públicos concentrou-se assim, basicamente na seguinte expressão: onde colocar estes dejetos e refugos? As respostas foram diversas e nem sempre houve concordância.

Ao que podemos observar o Presidente da Província à época Henrique Pereira de Lucena, achava que o lixo deveria ser “transportado e depositado em qualquer ponto da Ilha da Pintada”.⁴¹⁵ Já a Câmara Municipal alegava não ter meios para levar a efeito este serviço, pois não haveria verbas suficientes para cobrir esta despesa. Além do mais, a Câmara salientava que havia um contrato estabelecido com uma empresa desde 1885 (*Empresa Asseio Público*) para fazer este serviço, e que a possível quebra deste contrato resultaria numa indenização à referida empresa.⁴¹⁶ Neste sentido, a Câmara Municipal mandou colocar “provisoriamente, todo o lixo da cidade na chácara de Francisco Mariante”.⁴¹⁷ Mais tarde, este

⁴¹² AHPAMV - *Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre*, Livro 20, 7 jan. 1886.

⁴¹³ FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. 3.ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998. p.20.

⁴¹⁴ AHRS – *Obras Públicas Provinciais*, Ofício n. 209, 7 dez. 1876. Grifo nosso.

⁴¹⁵ AHPAMV - *Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre*, Livro 20, 10 jul. 1886.

⁴¹⁶ AHPAMV - *Correspondências Expedidas pela Câmara Municipal*, Livro 14, nov. 1886.

⁴¹⁷ AHPAMV - *Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre*, Livro 20, 20 nov. 1886.

lixo acabaria sendo destinado para um “depósito de lixo da cidade numa chácara situada no Campo da Redenção após a Rua Silveira Martins”.⁴¹⁸

Na verdade, estes eram os *lugares* oficiais destinados pelo poder público a ter fim o lixo da cidade, porém como observamos, nem sempre o descarte ocorria nestes locais. Vários outros *lugares* (irregulares) eram também utilizados pela população como pontos de despejo. A Câmara Municipal para resolver estes problemas, adotava constantemente duas formas de ação. A primeira concentrava-se na fiscalização, que resultava em multas para aqueles que descumprissem estas normas. A segunda consistia no trabalho de limpeza destes locais. Neste último caso, não se tratava simplesmente de uma retirada do material, mas sim no seu enterramento no próprio lugar, como aponta a *Ata da Câmara* do dia 13 de janeiro de 1887: “mandam cobrir, com urgência, uma porção de lixo existente na saída da Rua da Aurora junto a Estação da Estrada de Ferro”.⁴¹⁹

Adiante, em ofício remetido à Câmara Municipal pelo Presidente da Província, o mesmo comunica a posição contrária do Inspetor de Higiene Pública e da Sociedade Médico-Cirúrgica Rio-Grandense,⁴²⁰ com relação à decisão da comissão encarregada pela Câmara de estudar o serviço de limpeza da cidade de se aterrar o lixo da capital nos campos denominados de Redenção:

A esta Presidencia foi presente o recurso interposto pelo Dr. Inspetor da Hygiene Publica reclamando contra a delibração d’essa Camara que mandou depositar o lixo da cidade no logradouro publico da várzea, em vallas de dois metros de profundidade sobre dois de largura, cobertas logo em seguida.

Por officio de 13 do corrente a sociedade medico-cirurgica rio-grandense, composta de quasi totalidade dos médicos clínicos d’esta Capital, por seu turno reclamou também no sentido de ser removido do centro da população, o deposito de lixo, como um perigo e uma ameaça ao bem estar publico.

Esta Presidencia, para bem resolver assumpto de tanta ponderação por isso que entende como salubridade publica, julgue conveniente pedir conselho dos profissionais para o que convençam os Drs. Barão de Guayba, Amadeo Prudencio Masson, Joaquim de Almeida Couto e os engenheiros Coronéis Julio Anacleto Falcão da Frota Catão, Augusto dos Santos Roco e o Tenente Coronel Diogo Alves Ferraz, que, depois de bem inteirados das razões que justificarão o acto dessa Câmara e das que lhes apresentou em contradicta o Inspetor da Hygiene, forão de voto unanime [...] condenando o processo empregado para o consumo de lixo, divergindo apenas o Dr. Masson que acompanhando os demais na reprovação do alvitre tomado por essa Camara, entendia, contudo, em attenção a falta de recursos do município e a possibilidade da incineração do lixo à noite por meio do piche, que,

⁴¹⁸ AHPAMV - *Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre*, Livro 20, 24 dez. 1886.

⁴¹⁹ AHPAMV - *Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre*, Livro 20, 13 jan. 1887.

⁴²⁰ A fundação da Sociedade Médico-Cirúrgica Rio-Grandense data do ano de 1886. Sua criação se dá em um contexto, segundo Silveira, de “busca mais efetiva da profissionalização da prática médica no estado, mediante a institucionalização dos enunciadores do discurso médico”. SILVEIRA, Éder. *A cura da raça: eugenia e higienismo no discurso médico sul-rio-grandense nas primeiras décadas do século XX*. Passo Fundo: Editora Universidade de Passo Fundo, 2005. p.136-137.

como medida provisória se podia continuar a fazer o serviço por essa Camara iniciado. [...]

Considerando que o enterramento do lixo na Varzea tornará aquelle local um foco de elaboração de epidemia, tanto mais para temer, quanto, segundo a respeitavel opinião de um membro dessa Camara, em torno do aterro resultante se fará necessariamente um deposito de **aguas** servidas [...] atuarão funestamente sobre as condições **athmosphericas**;

Tenho resolvido dar provimento ao recurso pelo o Dr. Inspector da Hygiene interposto para mandar que não continue essa Camara a fazer depositar o lixo em valas abertas na Varzea.

Assim decidindo, porém, deixo ao presidente árbitro dessa Camara a escolha de outro local para o deposito do lixo, se não for adoptado o alvitre pelo Exmo. Sr. Barão do Guayba proposto e pelos demais aceito, de ser o lixo depositado e espalhado e depois encinerado nos terrenos da chácara do Camargo; de propriedade dos herdeiros do finado Comendador José Francisco Bastos, para onde será transportado em carroças ou com bonde, prestando-se a gerencia destes, como estou informando, a levar um ramal da respectiva linha até aquella localidade; ou então de levar-o para as proximidades da Ponte de Pedra no littoral, como também propõe o Dr. Inspector da Hygiene, sendo como é, certo e testemunha o vereador a cuja opinião já me referi que o despejo do lixo no littoral nunca deo lugar ao apparecimento de epidemia nesta cidade, o que sem duvida não acontecerá com seu sepultamento.

Rodrigo Azambuja Villanova.⁴²¹

No dia 17 de dezembro de 1887 o Presidente da Província informava à Câmara que um cidadão de nome Frederico Bier Sobrinho tinha dirigido uma proposta à Assembléia Legislativa Provincial, tratando sobre o serviço de limpeza da cidade. Segundo Villanova, o mesmo cidadão se propunha “a transportar o lixo e os materiais fecais desta capital para o Sacco denominado ‘D. Ritta’ no Guahyba”.⁴²² A Câmara, por sua vez, receosa em tomar qualquer decisão, solicitou à Presidência que primeiramente decidisse o *lugar* para o depósito do lixo, para só então se abrir licitação para a realização deste serviço.⁴²³

Todo este processo de definição do *lugar* ou dos *lugares* onde o lixo deveria ser depositado acabou se arrastando. No dia 10 de fevereiro de 1888, a Câmara recebeu um officio do Inspetor de Higiene, indicando alguns *lugares* para o depósito de lixo. Nas palavras do Inspetor:

Julgo que para deposição do lixo da cidade deve ser escolhido um terreno na estrada do Meio, a dez kilometros de distancia do Campo da Redempção, e que deverá ser ahí construídos fornos apropriados para a incineração de todo o lixo da cidade. Lembro ainda que pode ser escolhida uma chácara situada na estrada do Mato Grosso, de propriedade do Governo e denominada da policia, sendo, porem necessário também ahí a construção dos fornos. Pode também escolher-se um terreno nas margens da estrada de ferro de Porto Alegre a Novo Hamburgo que não seja alagado no inverno. Finalmente indico a VS^a um ponto que por mais de uma vez já foi indigitado por esta Inspecoria, o qual é o sacco denominado da D. Ritta, ponto

⁴²¹ AHPAMV - **Correspondências Recebidas pela Câmara Municipal**, Livro 41, 25 jun. 1887. Grifo nosso.

⁴²² AHPAMV - **Correspondências Recebidas pela Câmara Municipal**, Livro 41, 17 dez. 1887.

⁴²³ AHPAMV - **Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre**, Livro 20, 31 jan. 1888.

este escolhido por esta Junta e por outros profissionais depois de estudos práticos. Ao meu ver este último ponto tem a vantagem de poder ahi receber também os materiais facaes, logo que haja qualquer combinação ou contracto sobre as partes que se encarregarem do dous serviços. É o que posso informar a V.Ex.^a que resolverá conforme melhor entender.⁴²⁴

Na passagem de governo do Presidente Rodrigo de Azambuja Villanova para o Barão de Santa Thecla (agosto de 1888), o mesmo informa que por falta de verba não teria sido possível ainda resolver os problemas relacionados ao destino do lixo da capital. Chegou-se a cogitar em seu governo, segundo as informações do Presidente, a hipótese inclusive da construção de um forno de incineração, mas que infelizmente a falta de verba teria impedido que tal idéia fosse colocada em prática. Nas palavras de Villanova:

Não está ainda infelizmente resolvida a importante questão sobre a remoção do lixo desta cidade.

Apezar dos louvaveis esforços empregados pela inspectoría de hygiene e camara municipal para melhorar este serviço, ao qual se prende intimamente a saude publica da capital, nada se tem podido fazer por falta de verba.

A melhor medida a tomar-se sobre tão importante assumpto é, sem duvida nenhuma, a lembrada pelo Dr. Inspector de hygiene, isto é, a incineração do lixo em local bem remoto da cidade, em fornos apropriados.

A camara, de accordo com esta medida, submeteu á minha consideração com officio de 2 de Junho ultimo, a proposta que lhe apresentára o engenheiro Luiz Augusto Pereira de Campos para a construcção de um forno para a incineração do lixo, nas mesmas condições do que existe na ilha do Governador em New-York, com a capacidade máxima de 15m³, pela quantia de 10:000\$000 réis, segundo a conta que apresentou.

São conhecidos os enormes sacrificios feitos pela camara, despendendo sommas excedentes das quantias votadas para procurar effectuar a remoção do lixo de modo a deixar fóra de toda possibilidade qualquer alteração na saude publica da cidade.

No entretanto é imperfeito o systema que adoptou de deposital-o na Ponta das Pedras, um ponto urbano muito populoso.

Não dispondo a camara, nem a província de verba nos seus orçamentos para levar-se a effeito a construcção do forno de incineração, segundo a proposta referida, e por affectar tambem esse serviço á saude publica em geral, solicitei do Ministerio do Imperio a concessão do preciso credito para a execução daquella obra.

Foi-me declarado em resposta, por avizo de 20 de Junho findo, que no orçamento do mesmo ministério não havia verba por onde se possa ocorrer á despeza com esse serviço, que pertence á camara municipal.

Continuo a pensar que a Assembléa Provincial deve estabelecer o imposto obrigatorio de 1 e 2 mil réis e 500 réis para as casas de aluguer inferior, para a remoção do lixo da cidade. O producto deste imposto modico é sufficiente para attender com toda a regularidade a este serviço.

Tornar facultativo aos moradores, como fez a Assembléa no additivo n.4 do art. 1º da lei municipal vigente, o pagamento do imposto – é não querer serviço algum porque não há empreza que se organise sob condições tão pouco rasoaveis.⁴²⁵

⁴²⁴ AHPAMV - **Correspondências Recebidas pela Câmara Municipal**, Livro 41, 10 fev. 1888.

⁴²⁵ RELATORIO com que o Exmo. Sr. Dr. Rodrigo de Azambuja Villanova passou a administração da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul a S. Ex. o Sr. Barão de Santa Thecla, 1º vice-presidente, no dia 9 de agosto de 1888. Porto Alegre: Officinas Typographicas do Conservador. p.32-33. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u767/000043.html>>. Acessado em: 16 jun. 2010.

Três meses após este relatório, o Barão de Santa Thecla comunicava à Câmara Municipal que teria aberto crédito no valor de 10:400\$000 para a construção de um forno de incineração de lixo, destinando deste valor 400\$000 para ser aplicado na desinfecção do lixo que era depositado após a Ponte de Pedra do Riachinho. Para dar andamento a este serviço, o Presidente aconselhava aos vereadores da respectiva Câmara Municipal a “se entender a respeito com o Dr. Ramiro Fortes de Barcelos, que se propõe a dirigir este serviço”.⁴²⁶

Ao que tudo indica, o próprio Barão de Santa Thecla concordava com o pensamento de seu antecessor, no que diz respeito às políticas para o saneamento da cidade, pois além das medidas adotadas para a construção de um forno de incineração, o novo Presidente não se esqueceu de levar a cabo a proposta de Villanova para que ocorresse a cobrança de um imposto destinado aos serviços de remoção de lixo. No dia 28 de janeiro a Câmara recebeu de Santa Thecla um ofício que solicitava “a rápida execução da lei municipal que estabelece um imposto adicional sobre o valor locativo dos prédios urbanos para ser aplicado no serviço de remoção do lixo”.⁴²⁷

Cumprindo que tenha prompta execução a parte da lei municipal vigente que estabelece um imposto adicional sobre o valor locativo dos prédios urbanos para ser aplicado às despesas do serviço da remoção do lixo, é de toda conveniência, e esta presidência espera e recommenda, que Vmces. se reúnam com urgência para orçar a importância provável a que atingirá o imposto à vista do número conhecido de prédios da cidade, deliberar a respeito do modo mais expedito de fazer sua arrecadação a bocca do cofre e assentar nos meios práticos de realizar o serviço a que elle se destina, com a máxima vantagem de asseio, embelezamento e saneamento desta capital.⁴²⁸

Segundo o Presidente da Província, não investir nestes serviços era abrir espaço para os problemas relacionados às doenças, principalmente as de caráter epidêmico, que em anos anteriores tinham afetado bruscamente a cidade de Porto Alegre. Neste sentido, a criação deste imposto justificava-se na concepção de Santa Thecla, pois:

Não desconhecem Vmces. os perigos iminentes a que está exposta a crescente população desta cidade, de cerca de 55:000 almas, com a previsão do aparecimento brusco e infallível de alguma epidemia de caracter desconhecido e efeitos desastrosos, como não há muitos annos acconteceu, provavelmente por causa idêntica, na mais importante capital de um dos Estados limitrophes, se com indifferença criminosa permittimos por mais tempo que o lixo, detritos e resíduos animaes e vegetaes, continue a ser depositado em toda a extensão das margens fluviaes que limitam a cidade, para com grande incommodo e risco de vida dos

⁴²⁶ AHPAMV - **Correspondências Recebidas pela Câmara Municipal**, Livro 41, 29 out. 1888.

⁴²⁷ AHPAMV - **Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre**, Livro 20, 28 jan. 1889.

⁴²⁸ AHPAMV - **Correspondências Recebidas pela Câmara Municipal**, Livro 41, 25 jan. 1889.

moradores da circunvizinhança e repulsivo testemunho de nossa ciência ao estrangeiro que nos visita ou aqui vem estabelecer-se, formar terrenos acrescidos de natureza insalubre e pestilenta nos **lugares** mais apesíveis para construções urbanas de vivenda e recreio e que em futuro próximo devem ser embelezados de cões e viçosa arborização.

Urge que essa Camara de accôrdo com a Presidencia da Provincia, desprevenidas ambas de espirito partidário e favoreio a interesse privado por legitimo que seja, consultando somente os seus deveres e civismo se esforce em realizar, em prazo mais breve a contar da presente estação calmosa, um melhoramento imprescindível, instantemente reclamada pelas boas condições hygienicas de seus municípes, aconselhado pelo distincto funcçionario o Dr. Inspector da Hygiene, e para o qual a Assembleia Provincial em sua ultima reunião consignou o alludido imposto.⁴²⁹

No dia 31 de janeiro de 1889, ou seja, seis dias após esta comunicação do Presidente da Província, a Contadoria da Câmara Municipal já enviava um relatório informando a forma como deveria se processar este pagamento, bem como os valores respectivos deste serviço por distrito:

Cumprindo a resolução de V.S. tomado em sessão do corrente, dirigiu-me a Mesa de Rendas a fim de melhor conhecer da sifra a que poderá atingir o imposto ultimamente criado para a remoção do lixo das casas particulares. [...]

1° Districto			
Cazas ou lances	de 25 a 40	469	2:814,000
Idem idem	de 41 a 81	331	2:648,000
Idem idem	de 81 em diante	<u>242</u>	2:420,000
		1:042	
2° Districto			
Cazas ou lances	de 25 a 40	719	4:317,000
Idem idem	de 41 a 81	486	3:888,000
Idem idem	de 81 em diante	<u>141</u>	1:410,000
		1:346	
3° Districto			
Cazas ou lances	de 25 a 40	233	1:398,000
Idem idem	de 41 a 81	39	312,000
Idem idem	de 81 em diante	<u>5</u>	<u>50,000</u>
		277	
			19:254,000 ⁴³⁰

Segundo o contador da Província, este imposto destinado aos serviços de remoção do lixo deveria ser cobrado junto à “décima urbana”, que era recolhida entre os meses de abril e junho de todos os anos, pois “se a cobrança não for feita em ocasião das décimas e pela Mesa

⁴²⁹ Idem. Grifo nosso.

⁴³⁰ AHPAMV - **Correspondências Recebidas pela Câmara Municipal**, Livro 41, 31 jan. 1889.

de Rendas, difficil se tornará Ella, porque impostos novos são sempre acolhidos em relutância ainda que sejam por demais justos e equitativos”.⁴³¹

Terminada a década de 1880, todavia, Porto Alegre ainda não contava com um *lugar* exato para o destino do lixo da cidade, pois estando a findar o atual contrato do arrematante do serviço de limpeza pública da capital, a Câmara ainda solicitava à Presidência em março de 1889, para que fosse “resolvido a magna questão da remoção e enterramento do lixo e seus detritos para o Sacco da D. Ritta ou para outro qualquer ponto distante da capital”.⁴³² Em resposta à Câmara, o Presidente da Província à época Joaquim Galdino Pimental, informou que teria deliberado este assunto à Assembléia Legislativa Provincial, “visto nada se ter resolvido até ao presente sobre a remoção do lixo para o Sacco de D. Rita ou para outro qualquer ponto distante da capital”.⁴³³ Assim, a década de 1890 era iniciada sobre as incertezas dos *lugares* do lixo, das definições dos contratos de limpeza, dos problemas gerados pelo medo das epidemias e por problemas derivados dos despejos. Não bastasse esta situação no plano do saneamento, a situação política também se mostrava incerta com relação ao seu destino. Vejamos a seguir o desfecho desta história do saneamento ao findar do século XIX.

4.5 O SANEAMENTO, AS EPIDEMIAS E AS AÇÕES PRÁTICAS NA DÉCADA DE 1890

Com a Proclamação da República em novembro de 1889 e a destituição do Império do poder político no Brasil, as Câmaras Municipais acabaram sendo dissolvidas, vindo a ser substituídas em Porto Alegre pela chamada Junta Municipal. A Junta Municipal durou até 1892, quando foi instituída a Intendência Municipal (Poder Executivo) e o Conselho Municipal (Poder Legislativo).⁴³⁴ Porto Alegre nos oito primeiros anos da República, como bem observou Bakos, teve sete chefes executivos, sendo “três na qualidade de presidente da Junta Municipal, um administrador municipal, dois intendentes nomeados pelo governador e um eleito de forma indireta”.⁴³⁵ Em 1897 assumiu o executivo municipal o primeiro

⁴³¹ Idem.

⁴³² AHPAMV - **Correspondências Recebidas pela Câmara Municipal**, Livro 41, 23 mar. 1889. Ofício n.8. Este documento, apesar de ter sido referenciado como *Correspondência Recebida*, trata-se de um documento *expedido* pela Câmara Municipal, que foi encontrado à época da pesquisa no local referenciado acima.

⁴³³ AHPAMV - **Correspondências Recebidas pela Câmara Municipal**, Livro 41, 29 mar. 1889.

⁴³⁴ ARQUIVO HISTÓRICO DE PORTO ALEGRE MOYSÉS VELLINHO. **Guia do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho**. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1997. p.23.

⁴³⁵ BAKOS, Margaret Marchiori. **Porto Alegre e seus eternos intendentes**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996. p.43.

Intendente eleito em Porto Alegre, José Montauray de Aguiar Leitão, que ficaria por vinte e sete anos no poder, dando início ao que Bakos denominou de *continuísmo* e continuidade na administração pública municipal.⁴³⁶

Diante deste momento de transição política a situação do saneamento da cidade de Porto Alegre pouco parece ter mudado, visto os problemas de contrato com a limpeza pública ainda não estarem resolvidos e os problemas com relação ao destino do lixo ainda não estarem solucionados. No dia 31 de janeiro de 1890 a Junta Municipal resolveu que o lixo deveria ser novamente enterrado no Campo da Redenção, dado ainda não se ter decidido o *lugar* exato para a colocação dos dejetos.⁴³⁷ Esta decisão do poder público municipal acabou gerando muitos problemas e reclamações. No que tange aos problemas, ressaltamos o do descarte de lixo que ocorria pelos mais diferentes pontos da cidade. Este problema acabou ocasionando seguidas solicitações do Inspetor de Higiene à Junta Municipal com relação a estas questões:

Recebem ofício do Inspetor interino da Higiene pedindo para mandar murar os terrenos da Cidade Baixa, nos 2º e 3º Distritos, porque estão sendo transformados em depósito de lixo.⁴³⁸

Recebem ofício do Inspetor da Higiene mandando acelerar a limpeza desta Capital.⁴³⁹

Recebem ofício do Inspetor da Higiene pedindo providências para o asseio e saneamento desta Capital com o objetivo de prevenir epidemias.⁴⁴⁰

Com relação às reclamações, estas foram extremamente contundentes, principalmente por parte da imprensa da época. Tais reclamações chegaram a ser notícias de capa, como podemos ver na passagem abaixo:

Agora que os animos estão calmos, que a revolução triumphante fez entrar em seus eixos o serviço publico, tratemos nós de ajudar a patriótica intendencia nos misteres que lhes dizem respeito. Voltemos ao assumpto – limpeza e conservação das ruas.

Vamos representar o papel de *fiscal honorário*, apresentando á mesma intendencia as ruas que, ao nosso ver, necessitam constantemente da visita dos respectivos fiscaes, visto que o serviço de limpeza é pessimamente executado.

As ruas Clara, Arroio, Bella, Vasco Alves, Ponte, beccos do Fanha, Poço, rua da Ladeira, quadra entre banco e armazem Januario, têm sempre um fetido que provoca vomitos, e Andradas, entre praça d'Alfandega e Harmonia, não parece ser a principal rua.

Ora, se o serviço de limpeza fosse feito conforme expendemos já, isto é, a varredura das 3 ás 4 horas e o recolhimento do lixo das 5 em diante, estou bastante convencido

⁴³⁶ Idem, p.48.

⁴³⁷ AHPAMV - **Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre**, Livro 20, 31 jan. 1890.

⁴³⁸ AHPAMV - **Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre**, Livro 20, 6 fev. 1890.

⁴³⁹ AHPAMV - **Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre**, Livro 20, 5 jul. 1890.

⁴⁴⁰ AHPAMV - **Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre**, Livro 20, 8 dez. 1890.

que ás 8 da manhã achar-se-ia a cidade assejada, as calhas conduzindo agua limpa e, portanto, deixando de existir os miasmas.⁴⁴¹

Tanto no discurso do inspetor quanto da imprensa à época ocorre uma relação, como podemos ver acima, entre os problemas derivados do saneamento com as causas das doenças. Esta relação irá passar por um processo de transformação ao longo de toda esta década. Tal processo será marcado por uma presença cada vez mais constante do método científico-laboratorial, baseado nos preceitos da bacteriologia pasteuriana. Esta mudança de direção pode ser bem verificada na fala de Protásio Alves, que nesta época era o Inspetor de Higiene do Estado:

O estudo da potabilidade da agua só pode ser feito em um laboratorio d'esta natureza [*de estudo bacteriológico*] e a despeza quase inproficua que o Sr. Intendente Municipal desta Capital fez para mandar o Dr. Olinto verificar a potabilidade da agua consumida aqui, era suficiente para cobrir a importancia do custo dos aparelhos e reactivos para restabelecer aqui senão um laboratorio completo, pelo menos um que se preste para os usos communs. Devo observar que, se os resultados do exame feito pelo Dr. Olinto no laboratorio do Rio de Janeiro não foram completos, isto proveio do tempo que gastou-se em fazer o transporte das amostras e não da falta de pericia d'aquelle illustre profissional na analyse a que procedeu.⁴⁴²

Com relação aos serviços de despejo do lixo na cidade, este de início foi relegado pelo pensamento bacteriológico, visto os acontecimentos que se sucederam ao longo de toda esta década. No dia 15 de fevereiro de 1890, começou a ser realizado o serviço de despejo no Campo da Redenção, quando o fiscal geral do município comunicou ter “início a abertura das valas para o aterro do lixo no Campo da Redenção e a capinação das ruas”.⁴⁴³ Um ano após esta decisão do poder público municipal, o então Presidente do Estado Candido José da Costa, participava à prefeitura “ter concedido um crédito para a construção de um forno de incineração do lixo da capital conforme planta e orçamento organizados pela Diretoria de Obras Públicas”.⁴⁴⁴ Para a concretização desta obra, o Presidente Costa convidava os integrantes do poder público municipal para “em comissão com o Engenheiro Director daquella Repartição e o Dr. Inspector da Hygiene Publica, escolher o local apropriado para a

⁴⁴¹ AHPAMV – **Gazetinha**, Porto Alegre, 20 dez. 1891, Capa.

⁴⁴² AHRS - Relatório apresentado pelo Dr. Inspetor de Hygiene ao Dr. Possidonio Mancio da Cunha Junior. In: RELATORIO apresentado ao Presidente do Rio Grande do Sul em 15 de setembro de 1893 pelo Secretario de Estado Interino dos Negocios do Interior e Exterior Possidonio M. da Cunha Junior. Porto Alegre: Officinas Typograficas d'A Federação, 1893. p.100.

⁴⁴³ AHPAMV - **Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre**, Livro 20, 15 fev. 1890.

⁴⁴⁴ AHPAMV - **Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre**, Livro 20, 17 fev. 1891.

execução do dito trabalho”.⁴⁴⁵ Para levar a efeito esta obra foi elaborado um contrato, cujas cláusulas já haviam sido estabelecidas em 1888, com o Engenheiro Luiz Augusto Pereira de Campos, que viria a receber por este serviço a quantia de 10:000\$000.⁴⁴⁶

A construção do forno de incineração acabou ocorrendo no *lugar* denominado Beco ou Rua de Sans Soucy, que era situado “numa elevação de terreno a margem de uma avenida importante, a Azenha, passagem obrigatória entre arrabaldes já bastante povoados e o centro da cidade”.⁴⁴⁷ Segundo os apontamentos de Costa, este forno de incineração na década de 1920, já não daria mais conta da incineração de todo o lixo produzido na cidade, o que teria levado a administração municipal a pensar a construção de um novo forno:

Em 1926 a produção média diária do lixo na cidade era de 185 m³, e o forno da Rua Sans Soucy já não podia, como a muito tempo, comportar todo o seu volume, o que fez com que a maior parte do lixo produzido nos 1º, 2º e 3º Distritos passassem a ser depositados em área da Rua São Manoel, junto à Taquari, e que fora adquirida tendo em vista a construção de um outro forno.⁴⁴⁸

Este novo forno a que se refere Costa foi planejado, ao que tudo indica, para ser construído na própria Rua São Manoel, pois analisando a documentação que diz respeito as construções do município, encontramos a proposta da Senhora Vicentina Rhodes, comunicando a intenção de vender seu terreno (localizado na Rua São Manoel), que era contíguo a uma área pertencente a municipalidade, para ali então se construir o novo forno de incineração da capital.⁴⁴⁹ Entretanto, antes da possibilidade da construção deste forno que seria localizado na Rua São Manoel, o antigo forno de incineração da Rua Sans Soucy já causava reclamações por parte dos moradores da Azenha:

Os moradores da rua da Azenha fizeram um abaixo assinado ao cidadão intendente e a junta de hygiene publica, pedindo a remoção do forno de incineração do lixo e de materiais putrefactos que existe naquella localidade.

Nos tempos cálidos que atravessamos devido á permanencia daquelle forno ali e as continuas exhalações pútridas de que são victimas aquelles moradores, tem se desenvolvido molestias ephidemicas que se continuarem assim vão fazer o terror daquelle arrabalde.

⁴⁴⁵ AHPAMV – **Construção e Melhoramentos do Município**, Caixa 15, Ofício 1653, 1891.

⁴⁴⁶ AHPAMV – **Construção e Melhoramentos do Município**, Caixa 15, Termo de Contrato, 1891.

⁴⁴⁷ COSTA, Telmo Cardoso. **Pequena História da Limpeza Pública na Cidade de Porto Alegre**. Porto Alegre: Editora DMLU – Assessoria de Comunicação Social, 1983. p.32.

⁴⁴⁸ Idem, p.30.

⁴⁴⁹ AHPAMV – **Mapas e Plantas do Município**. Mapoteca V-13. Documentos Avulsos: Propostas. 18 jan. 1927. Ver também plantas projetadas para a construção de fornos de incineração na cidade, em ANEXO G ao final desta dissertação.

É justo portanto que seja atendida a petição referida, sendo pelo cidadão intendente e junta de saúde pública, um acto de verdadeira justiça prestada aquelles reclamantes.⁴⁵⁰

Constantemente o jornal *Gazetinha*, neste período, abria espaço no seu periódico para fazer críticas ao sistema de saneamento da cidade. Tais críticas eram direcionadas basicamente aos poderes públicos municipal e estadual. Na verdade, há momentos em que o referido jornal deixa transparecer claramente sua insatisfação com o Partido Republicano ou mais precisamente com o governo de cunho positivista.⁴⁵¹

Porto Alegre não é uma cidade em que a extrema escassez de casas imponha á municipalidade ou á junta de hygiene, a tolerancia quanto a residencia permanente de grande numero de pessoas em uma pequena sala ou em um quarto; no entanto há d'isto por aqui.

Porque motivo não é prohibida tal cousa, desde que prohibem uma outra muito semelhante, que é a moradia em porões de pouca altura?

Ainda ha pouco, recebemos a noticia de que o inconveniente acima notado por nós está se dando em um dos quartos do mercado, o de numero 29.

N'elle, que é de resumidas dimensões, reside actualmente uma familia composta de NOVE PESSOAS, incluída uma recém-nascida!

Accresce a isto uma circumstancia importante: parte do quarto é occupada por um botequim.

Imagine-se agora, que condição de salubridade pode ter esta moradia...

E ha zelo official em Porto Alegre, pela saúde pública?

Se houvesse, essa aglomeração de pessoas em um pequeno compartimento não seria permittida, porque ella se torna perigoso foco de infecção.

Somos bem capazes de jurar que hade apparecer por ahí algum republicano de *chapa*, a affirmar que se a intendencia ou a junta de hygiene nos attendesse commetteria um attentado á *liberdade de moradia*...⁴⁵²

No dia 24 de novembro de 1893 o poder público municipal começou a debater a possibilidade de se construir uma estrada de ferro que viabilizasse a remoção dos materiais fecais para a chamada Ponta do Dionísio, localizada na zona sul da cidade (atual Vila Assunção).⁴⁵³ A estrada de ferro começou a ser construída no governo do Intendente Alfredo Azevedo, no dia 20 de setembro de 1894, sendo concluída no ano de 1896. Entretanto, o seu tempo de uso para este serviço foi curto, pois dois anos após sua inauguração a mesma acabou sendo destruída por uma enchente, que ocorreu na cidade no ano de 1898. Nas obras de

⁴⁵⁰ AHPAMV – *Gazetinha*, Porto Alegre, 28 fev. 1897. p.2.

⁴⁵¹ Para maiores detalhes entre a relação deste periódico com o poder público municipal à época, torna-se importante ver a dissertação de Mestrado de: MAUCH, Cláudia. **Ordem pública e moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890.** 1992. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992.

⁴⁵² AHPAMV – *Gazetinha*, Porto Alegre, 10 dez. 1896, p.3. Grifo do original. Sobre estas condições de salubridade pública no espaço da cidade, ver também charge do mesmo jornal do dia 19 de janeiro de 1896. ANEXO H.

⁴⁵³ AHPAMV - *Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre*, Livro 21/22, 24 nov. 1893.

reconstrução da ferrovia, por problemas de indenização de terras da área por onde passava a estrada, seu curso acabou sendo alterado indo até a “Ponta do Melo onde se construiu um trapiche para o despejo das fezes no rio, sendo retirado o segmento final que ia até a Ponta do Dionísio”.⁴⁵⁴

Em 1897, seguindo os ideais positivistas da época, o Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, Júlio de Castilhos, ressaltou a importância de prover a capital com serviços básicos, cujo controle deveria estar a cargo do poder público. Como aponta Abrão, Castilhos ressaltava:

[...] a importância de prover a capital com serviços de água, luz, sistema de esgotos, policiamento e outros melhoramentos que a transformariam em uma cidade moderna e progressista. Tais serviços, segundo Castilhos, deveriam ser municipalizados e não estar a cargo da iniciativa particular. A justificativa apregoada pelo governante era de que os custos dos serviços diminuiriam por estarem sob responsabilidade governamental, que não visaria o lucro, ao contrário da iniciativa privada. Com isto, seria beneficiada a população da cidade.⁴⁵⁵

Indo de encontro a este pensamento castilhista, em 1898 o serviço de limpeza pública da cidade acabou sendo municipalizado pelo intendente José Montauray. Segundo Costa, isto ocorreu porque:

O compromisso dos poderes públicos com os serviços de limpeza da cidade cresceram, mais ainda, antes que findasse o século XIX. Os serviços de coleta e remoção do lixo domiciliar, bem como a varredura das calhas das principais ruas da cidade, que eram feitos por meio de contratos de empreitadas, e nos quais era utilizados, para o transporte, carroças rasas e descobertas, foram encampados pela municipalidade em 1898. Com cerca de 65 mil habitantes na área urbana da cidade, Porto Alegre despendia, mensalmente, mais de 7 contos de réis na vigência do último contrato assinado; e a própria encampação, aliada ao significativo aumento dos serviços prestados, fez com que o projeto de orçamento para o ano seguinte já previsse uma despesa de 110 contos.⁴⁵⁶

⁴⁵⁴ FRANCO, op. cit., p.156.

⁴⁵⁵ ABRÃO, Janete Silveira. **A "espanhola" em Porto Alegre, 1918**. 1995. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1995. p.50. Para maiores detalhes no que diz respeito a relação do positivismo com as questões voltadas para a saúde no Rio Grande do Sul, torna-se importante ver também: WEBER, Beatriz Teixeira. **As artes de curar: Medicina, Religião, Magia e Positivismo na República Rio-Grandense - 1889/1928**. Santa Maria: Ed. da UFSM; Bauru: EDUSC - Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999, em especial o capítulo “A peculiaridade dos gaúchos”. p.31-81.

⁴⁵⁶ COSTA, 1993, op.cit., p.15.

Na verdade, antes de crescer o compromisso dos poderes públicos, o que aumentou foi a quantidade de material recolhido, em consequência do aumento populacional⁴⁵⁷ e do crescimento industrial. Segundo os dados de Singer, Porto Alegre contava na década de 1890 com:

[...] 9 fábricas de cerveja, 7 de sabão e velas, 18 de charutos e cigarros, 6 de chapéus, 6 de banha, 51 de calçados, 62 de olarias, 6 armadores, 6 refinarias, 5 curtumes[...] em 1892 ainda, estalou-se a “Cia de Fiação e Tecidos Porto Alegre”, com quase dois mil contos de capital e 263 operários. No ano seguinte foi fundada a fábrica de calçados “Cia Progresso Industrial” [...] ocupando então 133 operários na fábrica e 73 trabalhadores domésticos. Em 1892 funda-se também a grande fábrica de móveis, que em 1896 conta com 120 operários. Em 1893 criou-se a “Cia Fabril Porto-Alegrense”, de tecidos, e a “Fábrica de Pregos Pontas de Paris”. Em 1894 surge a “Cia Fábrica de Vidros Sul Brasil”, que produz, em 1895, 700.000 garrafas. Em 1895 funda-se a Fábrica de Roupas Brancas e Gravatas. Assinala-se ainda a presença em 1896 da “Cia Manufatora” (gravatas, espartilhos, luvas, cartonagem, objetos de chifre e osso).⁴⁵⁸

Em 1898, seguindo também os preceitos políticos orientados por Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros, agora como Presidente do Estado, comunicava à Assembléia que havia sido dado início aos projetos de melhoramento de dois importantes ramos do saneamento na capital do Rio Grande do Sul, destacava então os serviços de canalização de água e o sistema de rede de esgoto:

Prendem vivamente a minha attenção os serviços que entendem directamente com o saneamento urgente d’esta capital.
Comquanto pertença á esphera do governo municipal a iniciativa do abastecimento de aguas e do estabelecimento de esgottos subterrâneos, taes assumptos affectam por tal fórma a hygiene publica, que não é licito ao Estado permanecer indifferente.
Foi n’essa intelligencia certamente que, em vossa reunião do anno findo, deliberastes investir o governo da necessaria auctorisação para auxiliar a instituição dos magnos serviços alludidos.
Com o maior regosijo cabe-me annunciar-vos que a patriótica intendencia d’esta capital já confiou á competência profissional de uma commissão o estudo e a elaboraçção do projecto de canalizaçção de aguas e de uma rêde de esgottos.
Está, pois, em via de realizaçção tão assignalado melhoramento, que virá satisfazer uma justa e tradicional aspiraçção de nossa importante capital.⁴⁵⁹

⁴⁵⁷ Para maiores detalhes sobre o crescimento populacional da cidade de Porto Alegre ao longo do século XIX, ver tabela em ANEXO C.

⁴⁵⁸ SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**: análise da evolução urbana de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. 2.ed. São Paulo Companhia Editora Nacional, 1977. p.171-173. Sobre esta relação entre o desenvolvimento econômico e a questão urbana da cidade de Porto Alegre no século XIX, é importante ver também: SOUSA, Célia Ferraz; MÜLLER, Dóris Maria. **Porto Alegre e sua evolução urbana**. Porto Alegre: Editora da Universidade / UFRGS, 1997. p.57-97.

⁴⁵⁹ MENSAGEM enviada a Assembléia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul pelo presidente Antonio Augusto Borges de Medeiros, na 2ª Sessão Ordinária da 3ª Legislatura, em 20 de Setembro de 1898. Porto Alegre: Officinas Typographicas d’ A Federação, 1898. p.17-18. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u778/000002.html>>. Acessado em 17 jun. 2010.

As obras que deram início ao sistema de canalização de esgoto começaram a funcionar somente em 1907, tendo sido inaugurada somente em 1912. A área beneficiada por esta rede foi limitada as ruas “Ramiro Barcelos, Protásio Alves, João Alfredo, Pantaleão Teles e o litoral, e compreendia 7 mil prédios”.⁴⁶⁰ Antes porém de funcionar este serviço, o intendente José Montauray assinou o *Regulamento dos Serviços de Exgottos*, no dia 21 de agosto de 1909. Este regulamento tratava das instalações domiciliares, das canalizações e dos aparelhos que deveriam ser utilizados na rede de esgoto. De acordo com seus artigos iniciais:

Art. 1º - É obrigatório o serviço de água e exgottos em todo edifício habitável, dentro da zona servida pelas rêsdes de canalização.

Art. 2º - A rêsde de exgottos é destinada a receber as contribuições das latrinas, dos mictórios, das pias de cozinha, dos tanques, dos banheiros, dos lavatórios e, em geral, todas as águas de serventia doméstica.

§ Único. Em todos os aparelhos de descarga serão adoptados os dispositivos necessários para impedir a passagem para as canalizações dos corpos que as possam obstruir.⁴⁶¹

Com relação ao serviço de abastecimento de água da cidade, este acabou indo na mesma direção dos serviços de limpeza e de canalização de redes de esgoto, ou seja, ele acabou aos poucos sendo municipalizado. Aos poucos, no sentido que a primeira municipalização ocorreu em 1904, quando foi realizada a compra da *Companhia Hidráulica Guaibense*, cujos serviços mostravam-se insuficientes e de má qualidade. O estopim para esta compra foi gerado por reclamações dos moradores da Rua Hoffmann:

Em officio de 15 de Agosto recommendou-se á Intendência Municipal que intimasse a companhia a prolongar seus encanamentos até a rua Hoffmann, cujos moradores reclamavam a collocação de pennas d’agua, bem assim a construir philtros de accôrdo com o contracto feito.

De novo officiou-se á Intendencia em 16 de Dezembro para compellier a empresa a executar essas obras, que afinal a mesma empresa declarou não poder fazer, desistindo do privilegio que lhe fora concedido em relação ás aguas do Guahyba e de outros rios e obrigando-se á montagem de philtros – Pasteur – na residência de cada um de seus concessionários de pennas.

Acha-se ainda o assumpto pendente de solução.⁴⁶²

Como podemos ver, a solução encontrada pelo poder público municipal foi a compra da referida Companhia, que ocorreu da seguinte forma: compra do material avaliado em

⁴⁶⁰ COSTA, Telmo Cardoso. **Histórico dos Sistemas de Água e Esgotos da Cidade de Porto Alegre – 1779 a 1981**. Porto Alegre: Oficinas Litográficas do DMAE, 1981. p.16.

⁴⁶¹ Idem, p.18.

⁴⁶² AHRS - RELATÓRIO dos Negócios das Obras Públicas, 1896. p.24.

408:042\$500 e comprometimento da Intendência em “conservar todo o pessoal existente e incorporá-lo ao serviço geral de abastecimento”.⁴⁶³

Já a *Companhia Hidráulica Porto Alegrense* teve uma vida mais prolongada, pois mesmo a Intendência querendo comprá-la não se chegava a um acordo quanto aos valores da indenização. Em 1926, sob a administração de Otávio Rocha o primeiro passo seria dado, ou seja, a compra do reservatório localizado na Praça da Matriz (na altura onde atualmente se encontra a Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul) e do resto da rede urbana da Companhia. Porém, foi somente em 1944 que o poder público municipal conseguiu adquirir a adutora da referida Companhia, que se localizava no Arroio Sabão (divisa entre o município de Porto Alegre com a cidade de Viamão).⁴⁶⁴

Encerrava-se assim o longo percurso do saneamento das *águas*, dos *ares* e dos *lugares* da cidade de Porto Alegre no século XIX. Uma história que começa para a cidade na primeira metade do século XIX, mas que remete-se para além do tempo e do espaço que envolve esta própria cidade. Esta é uma história, portanto, que não tem dia e não tem hora para começar, nem para acabar, pois ela é um fenômeno que se desdobra ao longo de todo o tempo e de todos os espaços. Uma história que integra as sociedades, os espaços e suas diferentes concepções culturais. Neste sentido, procuramos analisar através deste trabalho a apropriação do sentido dado aos elementos que foram e são atualmente considerados essenciais para o saneamento dos *lugares*. Ganhou importância aqui as *águas* em suas diferentes formas e usos e os *ares* com suas diferentes concepções e percepções. Por isso, ao falarmos nestes elementos seja no presente ou no passado, estaremos também a falar um pouco de um conhecimento que surgiu há mais de dois mil anos. Hipócrates, neste sentido, pode ser considerado tanto o pai da medicina quanto o mentor do saneamento.

⁴⁶³ COSTA, 1981, op. cit., p.33.

⁴⁶⁴ FRANCO, op. cit., p.20.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando começamos a trabalhar com este objeto de estudo não podíamos avaliar a dimensão de sua importância para nosso entendimento de história, principalmente em relação ao processo de saneamento em Porto Alegre. Na verdade, nosso objetivo central concentrava-se de início em analisar e compreender como tinha se processado a história da limpeza e da coleta de lixo na cidade de Porto Alegre no século XIX. E, após a leitura atenta sobre a historiografia da cidade, sabíamos que este objeto de estudo não tinha sido ainda contemplado pela mesma. Todavia, existia uma semelhança nesta historiografia, pois quase sempre estes trabalhos apontavam para um horizonte em que se colocava o desenvolvimento dos serviços de limpeza partindo-se de uma negativa simplista de seu próprio passado. Nesta visão, o sistema de limpeza da cidade era retratado basicamente sobre um universo progressista, que se iniciava de um “caos” identificado com o governo Imperial para adentrar as “luzes” de uma República que ainda dava os seus primeiros passos. Assim, os poucos estudos existentes sobre o tema simplesmente indicavam que os serviços de limpeza da cidade no século XIX, eram tarefas de uma mão de obra escrava. Desta conclusão, o máximo que se tentava arriscar era descrever os escravos na cotidianidade da cidade com seus cubos à cabeça. Na verdade, esta imagem como vimos, não era de toda incorreta; ela era simplesmente lacunar em quase todos os seus sentidos.

Logo de início, o que buscávamos era então responder a algumas perguntas simples, como: o que foi o serviço de limpeza da cidade no século XIX? Como foi realizado este serviço? Quem estava envolvido nestas tarefas? Quais teriam sido as características principais deste serviço? Para tentarmos responder a todas estas perguntas, acabamos caindo em outro problema, que possibilitou-nos por fim direcionar este assunto para a temática do saneamento, ou seja: Afinal, qual era o sentido atribuído à limpeza da cidade pelos seus agentes históricos?

Ao analisarmos a documentação sobre o assunto, a limpeza se apresentava sob diferentes aspectos, que não se confinavam somente aos serviços de rua ou a coleta de lixo. A limpeza era referenciada como um elemento ligado à salubridade pública, e esta última por sua vez, quase sempre indicada como um componente de prevenção às doenças, principalmente as de caráter epidêmico. Assim, a limpeza ganhava uma dimensão mais complexa tanto na relação de sua atuação, quanto na sua forma de entendimento. A limpeza era sinônimo de saúde, o que a tornava muito maior do que a simples caracterização de

escravos fazendo este tipo de serviço. No fundo, chegamos à conclusão de que não era a limpeza que estava em evidência, mas sim a própria concepção do saneamento público na cidade no século XIX. Pensando nisso, buscamos compreender este saneamento, mediante um horizonte que levasse em conta a própria historicidade deste objeto de estudo.

Como vimos durante o primeiro capítulo, a historicidade do objeto apontava para as sociedades da Antiguidade, cujos indícios como observamos, remontam para uma história bem mais antiga, que data aproximadamente quatro mil anos a.C. Certamente o que buscávamos aqui era a ponta de um fio de “Ariane”, que pudesse nos conduzir de forma mais precisa perante o labirinto de incertezas, para cercar de forma mais atualizada o nosso objeto de estudo.

Cruzando as leituras das fontes primárias da cidade, com a bibliografia que traça pontos do saneamento desde a Antiguidade, conseguimos então achar a ponta do que consideramos o fio de “Ariane”. Hipócrates (mais especificamente sua obra denominada: *Ares, Águas e Lugares*) mostrava-se ser a chave para a compreensão do universo que é o saneamento das cidades até o final do século XIX. Entretanto, restava saber ainda como teria se processado esta influência, mediante apontamentos da historicidade das próprias cidades, principalmente as européias. Necessitávamos assim, entender este processo que acabaria no nosso entendimento, por influenciar os próprios serviços de saneamento público na Porto Alegre oitocentista.

Como podemos compreender através da historiografia, houve ao longo de praticamente toda a história das cidades européias, a permanência e a influência de elementos do saber hipocrático. Mesmo esta historiografia não fazendo uma ligação direta entre o saneamento e este saber, tornou-se verificável nos discursos e nas práticas a presença destes três elementos descritos por Hipócrates (*ares, águas e lugares*), como pontos fundamentais para se compreender o universo do saneamento da cidade. Neste sentido, estes três elementos eram pontos chaves de um objeto que possuía historicidade, que nos levava aos labirintos das sujeiras da capital gaúcha.

A conclusão a que chegamos nesta primeira etapa da investigação, pois pretendemos ir adiante com o tema no doutorado, foi que a presença do pensamento hipocrático se mostrava como um elemento singular e ao mesmo tempo plural. Singular no sentido de se apresentar como uma estrutura que permitiu visualizar o processo de atividade do saneamento nas cidades. Neste sentido, as *águas*, os *ares* e os *lugares* eram pontos em comum deste objeto de estudo. No entanto, estes elementos se apresentavam a todo o momento, como vimos, de uma

forma plural, no sentido de existirem especificidades de acordo com a época, o contexto e o local onde eram entendidos e aplicados. Contribuía para esta pluralidade a forma como se apresentava os pontos que eram comuns nas estruturas. Assim, cada cidade (local) possuía uma característica precisa do saneamento conforme as suas condições sociais, políticas, econômicas, religiosas e culturais.

Pesavam nesta situação de forma contundente as condições de saúde, onde os momentos epidêmicos acabavam por alterar as situações cotidianas destas cidades que, em muitos casos, inclusive chegavam a transformar as ações empreendidas sobre o saneamento. Como vimos ao longo desta dissertação, estas alterações também poderiam mudar de intensidade de acordo com as condições que se apresentavam a estrutura do pensamento hipocrático.

Foi todo este processo histórico do saneamento que permitiu-nos visualizar o objeto de estudo, como um componente que se desdobrava ao longo do tempo e do espaço, de acordo com características precisas. Restava saber ainda como teria se processado esta história de forma mais detalhada na cidade de Porto Alegre no século XIX. Para isso, buscávamos então esclarecer algumas dúvidas, que se tornaram ao mesmo tempo problemas: O que era saneamento público na cidade de Porto Alegre do século XIX? Qual o seu significado e seu sentido para os agentes históricos deste período? E quais seriam suas características específicas no horizonte da história do saneamento?

Para respondermos estas questões, formulamos então dois capítulos que procuraram demonstrar a complexidade do objeto de estudo em questão. Assim, descortinamos para além da simples caracterização de escravos levando cubos à cabeça, um diversificado e intrincado jogo de agentes, os quais denominamos de “agentes do saneamento”. Foi possível também ver que o saneamento público, para além da presença do saber hipocrático (através dos elementos *águas, ares e lugares*) foi também um objeto que proporcionou profundas discórdias entre os poderes públicos, visto a existência de diferentes percepções com relação a este próprio objeto. Vimos se apresentar também, e de forma mais precisa, a presença do saneamento dentre os horizontes da saúde e da doença, da economia, das relações políticas e da estrutura de divisão social do trabalho.

Ao analisarmos a cidade de Porto Alegre neste período, no que tange a questão do saneamento, percebemos também a ocorrência de um momento a que destacamos como sendo de “passagem” entre uma “simples” concepção de limpeza sobre os espaços da cidade - a que denominamos de “limpezista” - para uma fase higienista, cuja característica principal indicava

o início de uma interferência sobre o corpo coletivo que ocupava o próprio espaço. A higiene como padrão de limpeza era antes de qualquer coisa, como podemos perceber, aquela que adentrava aos espaços privados da vida cotidiana dos habitantes da cidade. Neste sentido, procuramos mostrar que o termo higiene não se assemelhava à limpeza, pois apesar de toda higiene possuir uma limpeza, nem toda a limpeza presumia uma interferência higiênica. Neste caso, antes da higiene ser um elemento entendido como o limpar o invisível, ela era um elemento que interferia sobre o visível, onde a interferência se dava sobre aqueles *lugares* identificados geralmente como sendo de indivíduos ou grupos, considerados pertencentes às chamadas “classes perigosas”.

Nesta teia social do vivido da Porto Alegre oitocentista, ganhava destaque no saneamento, para além das ações práticas também as críticas, as reclamações, as denúncias e as divergências de opinião. Assim, o saneamento da Porto Alegre do século XIX não era algo imóvel, cuja inércia o poderia rotular simplesmente como ineficaz. Pensando neste sentido foi que optamos por não conceitualizar o saneamento, antes de verificarmos a apresentação de sua historicidade, pois tínhamos que ter certeza do que estávamos falando. E qualquer tentativa de conceitualizá-lo de forma antecipada, poderia acarretar em algum risco de limitá-lo em sua compreensão. Mesmo assim, não poderíamos deixar de conceitualizá-lo ao término deste trabalho, visto a necessidade que temos de responder as freqüentes dúvidas que cercam este objeto.

Por saneamento entendemos então: toda a ação voltada à saúde seja ela individual ou coletiva no espaço, dentro dos limites de concepção que se tem no momento, no contexto e no local. Já por saneamento público, entendemos toda a ação empregada pelos poderes governamentais sobre o espaço social, que visem à saúde do meio coletivo. O saneamento nestes dois sentidos é sempre sinônimo de prevenção contra as doenças e não de medicalização (o que o difere das práticas de cura).

No caso do saneamento da Porto Alegre oitocentista, este é um fenômeno que engloba três componentes, que se movem em constante interação. O primeiro é o saber/saberes hipocrático baseado sobre os três elementos - *as águas, os ares e os lugares* - que permeiam por todas as ações empreendidas voltadas para o saneamento. O segundo é o papel exercido pelas epidemias, como componentes que em dados momentos históricos são apontados para justificar os *porquês* e os *comos* destas ações. E o terceiro componente é o papel dos agentes como executores destas diferentes ações. É a interação deste conjunto, que nos permitiu visualizar o horizonte das práticas, dos significados, das percepções, bem como das ações

empreendidas por todo o sistema social da cidade. Assim, podemos definir o saneamento da Porto Alegre oitocentista, como sendo o saneamento de Hipócrates (*das águas, dos ares e dos lugares*), de prevenção às doenças de caráter epidêmico e das ações práticas exercidas em diferentes campos de atuação pelos seus também diferentes agentes. Neste sentido, *Saberes históricos e práticas cotidianas*, formam a base para o entendimento dos próprios desdobramentos do saneamento público na cidade de Porto Alegre no século XIX. Foi analisando esta inter-relação, que conseguimos desatar alguns dos “nós” do fio de Ariane, que se formaram sobre saneamento público da cidade ao longo dos anos. Entretanto, ainda nos falta sair desta caverna, visto ainda existir corda neste novelo a ser desenrolada.

FONTES CONSULTADAS

ARQUIVO HISTÓRICO DE PORTO ALEGRE MOYSÉS VELLINHO

Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre

Livros: nº 8 (1826-1829), nº 9 (1829-1830), nº 10 (1830-1832), nº 11 (1832-1835), nº 12 (1835-1839), nº 13 (1839-1845), nº 14 (1846-1855), nº 15 (1855-1865), nº 16 (1866-1867), nº 17 (1867-1871), nº 18 (1872-1877), nº 19 (1877-1883), nº 20 (1883-1891) e nº 21/22 (1891-1900).

Código de Posturas Policiais. 1829 a 1888.

Construção e Melhoramentos do Município

Caixas: nº 12 (1877-1879), nº 13 (1880-1883), nº 14 ((1884-1887), nº 15 (1888-1891) e nº 16 (1892-1930).

Correspondências Expedidas pela Câmara Municipal

Livros: nº 4 (Portarias – 1845-1855), nº 5 (1855), nº 6 (Ofícios para a Presidência – 1861-1874), nº 7 (Registro de Editais – 1861-1883), nº 8 (Portarias – 1862-1879), nº 9 (Ofícios - 1862-1873), nº 10 (Ofícios – 1873-1890), nº 11 (1874-1890), nº 13 (Registro de Ofícios aos Servidores - 1879-1890), nº 14 (Minutas de Ofícios a Presidência – 1883-1886), nº 15 (1883-1887), nº 16 (Portarias aos empregados – 1883-1886), nº 17 (Editais – 1883-1886), nº 18 (Portarias aos empregados – 1887-1889), nº 19 (1887-1889), nº 20 (1887-1889).

Correspondências Expedidas pela Câmara Municipal – Correspondência Geral

Livros: nº 1 (1893-1896), nº 2 (1896-1898), nº 3 (1899-1902),

Correspondência Recebida pela Câmara Municipal

Livros: nº 21 (1850), nº 22 (1851-1852), nº 23 (1853-1854), nº 24 (1855-1856), nº 25 (1857), nº 26-27 (1858-1860), nº 28 (1861-1862), nº 29 (1863-1864), nº 30 (1865-1866), nº 31 (1867-1868), nº 32 (1869-1870), nº 33 (1871-1872), nº 34 (1873-1874), nº 35 (1875-1876), nº 36 (1877-1878), nº 37 (1879-1880), nº 38 (1881-1882), nº 39 (1883-1884), nº 40 (1885-1886) e nº 41 (1887-1890).

Gabinete do Prefeito - Correspondência Recebida

Caixas: nº 34 (1892-1900), nº 36 (1892-1900) e nº 38 (1892-1900).

Leis, Decretos, Actos e Resoluções do Município de Porto Alegre. Período de Outubro de 1892 a Dezembro de 1895. Porto Alegre: Oficinas Graphics d' A Federação, 1929.

Leis, Decretos, Actos e Resoluções do Município de Porto Alegre. Período de Maio de 1897 a Dezembro de 1908. Porto Alegre: Oficinas Graphics d' A Federação, 1930.

Livro Lançamento de Despesas da Câmara Municipal. 1864-1865, 1865-1869, 1877-1878.

Mapas e Plantas do Município. Mapoteca V-13. Documentos Avulsos.

Periódicos

GAZETINHA, Porto Alegre, 1891, 1896 e 1897.

JORNAL DO COMMERCIO, Porto Alegre, 1867 e 1868.

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL

Correspondência das Câmaras Municipais. Lata 137. Maço 149. Câmara Municipal de Porto Alegre. Correspondência Expedida. 1885.

Collecção das Leis do Imperio do Brazil, 1828 e 1851.

Obras Públicas Provinciais, 1876.

RELATÓRIO dos Negócios das Obras Públicas, 1896.

RELATORIO apresentado ao Presidente do Rio Grande do Sul em 15 de Setembro de 1883, pelo Secretario de Estado Interino dos Negocios do Interior e Exterior Possidonio M. da Cunha Junior. Porto Alegre: Officinas Typographicas d'A Federação, 1893.

RELATORIO apresentado em 31 de Agosto de 1884 ao Presidente do Rio Grande do Sul, Dr. Julio Prates de Castilhos, pelo Secretario de Estado Interino dos Negocios do Interior e Exterior Possidonio M. da Cunha Junior. Porto Alegre: Officinas Typographicas d'A Federação, 1894.

RELATORIO apresentado ao Sr. Dr. Julio Prates de Castilhos, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. João Abbott, Secretario de Estado dos Negocios do Interior e Exterior, em 15 de Agosto de 1895. Porto Alegre: Officinas a Vapor da Livraria Americana, 1895.

RELATORIO apresentado ao Sr. Dr. Julio Prates de Castilhos, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. João Abbott, Secretario de Estado dos Negocios do Interior e Exterior, em 31 de Julho de 1896. Porto Alegre: Officinas a Vapor da Livraria Americana, 1896.

RELATORIO apresentado ao Sr. Dr. Julio Prates de Castilhos, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. João Abbott, Secretario de Estado dos Negocios do Interior e Exterior, em 30 de Julho de 1897. Porto Alegre: Officinas a Vapor da Livraria Americana, 1897.

RELATORIO apresentado ao Sr. Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. João Abbott, Secretario de Estado dos Negocios do Interior e Exterior, em 30 de Julho de 1898. Porto Alegre: Officinas Tipographicas da Livraria do Globo, 1898.

ARQUIVO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO

Código de Posturas de 1810. Mesa, cx. 187.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Collecção das Leis do Imperio do Brazil. Parte Primeira. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

O Guarany, Porto Alegre, 1874.

MUSEU DE COMUNICAÇÃO SOCIAL HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA

A Reforma, Porto Alegre, 1870.

Gazeta de Porto Alegre, Porto Alegre, 1879.

O Fígaro, Porto Alegre, 1879 e s/d.

O Século, Porto Alegre, 2 nov. 1884

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
BIBLIOTECA CENTRAL IRMÃO JOSÉ OTÃO - ACERVO HISTÓRICO**

HIPÓCRATES. Dell'aria, delle acque, dei luoghi; Il giuramento; La legge. Firenze: Sansoni, 1957.

REGIMEN Sanitatis Salarni. Milano: [s.n.], s/d.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA

Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, Livro 1, 1855.

FONTES DISPONÍVEIS NO “CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES”

FALLA dirigida a Assembléa Legislativa da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo Presidente, Dr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello, na 2ª Sessão da 12ª Legislatura. Porto Alegre: Typ. do Rio-Grandense, 1867. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/900/000002.html>>. Acessado em: 11 jun. 2010.

MENSAGEM enviada a Assembléa dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul pelo presidente Antonio Augusto Borges de Medeiros, na 2ª Sessão Ordinário da 3ª Legislatura, em 20 de Setembro de 1898. Porto Alegre: Officinas Typographicas d' A Federação, 1898. p.17-18. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u778/000002.html>>. Acessado em 17 jun. 2010.

RELATÓRIO do ano de 1835, apresentado pelo Ministro e Secretário de Estado José Ignacio Borges a Assembléa Geral Legislativa na Sessão Ordinária de 1836. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1706/000002.html>>. Acessado em: 30 mai 2010.

RELATÓRIO do ano de 1864, apresentado pelo Ministro Jose Bonifacio de Andrada e Silva a Assembléa Geral Legislativa na 2ª Sessão da 12ª Legislatura. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1466/000003.html>>. Acessado em: 08 jun. 2010.

RELATÓRIO do ano de 1864, apresentado pelo Ministro Jose Liberato Barroso a Assembléa Geral Legislativa na 3ª Sessão da 12ª Legislatura. Anexo G, Relatorio do Presidente da Junta Central de Hygiene Publica, Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1739/000208.html>>. Acessado em: 08 jun. 2010.

RELATÓRIO do ano de 1864, apresentado pelo Ministro Jose Liberato Barroso a Assembléa Geral Legislativa na 3ª Sessão da 12ª Legislatura. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1739/000002.html>>. Acessado em: 11 jun. 2010.

RELATORIO da Inspeção Geral da Saúde Publica da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul apresentado ao Ilmo. E Exmo. Sr. Dr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello, digníssimo presidente da mesma Província, pelo Dr. Manoel Pereira da Silva Ubatuba, Inspetor Geral da Saúde Pública. Porto Alegre: Typographia do Jornal “Deutsche Zeitung”, 1867. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/900/000149.html>>. Acessado em: 11 jun. 2010.

RELATORIO do presidente da Junta Central de Hygiene Publica apresentado ao ministro e secretario de Estado dos Negocios do Imperio Dr. João Alfredo Corrêa de Oliveira. Rio de

Janeiro: Typographia Nacional, 1875. Anexo F. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1702/000582.html>>. Acessado em: 14 jun. 2010.

RELATORIO apresentado a S. Ex. o Sr. Dr. Miguel Rodrigues Barcellos, 2º Vice-Presidente da Província do Rio Grande do Sul, pelo Exmo. Sr. Conselheiro José Julio de Albuquerque Barros ao passar-lhes a Presidencia da mesma Província no dia 19 de Setembro de 1885. Porto Alegre: Officinas Typographicas do “Conservador”, 1886. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u762/000002.html>>. Acessado em: 15 jun. 2010. Grifo nosso.

RELATORIO com que o Exmo. Sr. Dr. Rodrigo de Azambuja Villanova passou a administração da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul a S. Ex. o Sr. Barão de Santa Thecla, 1º vice-presidente, no dia 9 de agosto de 1888. Porto Alegre: Officinas Typographicas do Conservador. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u767/000043.html>>. Acessado em: 16 jun. 2010.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRÃO, Janete Silveira. **A "espanhola" em Porto Alegre, 1918**. 1995. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1995.

ARQUIVO HISTÓRICO DE PORTO ALEGRE MOYSÉS VELLINHO. **Catálogo das Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre: 1825-1835**. Vol. 7. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura, 1994.

_____. **Catálogo das Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre: 1836-1845**. Vol. 8. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura, 1998.

_____. **Catálogo das Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre: 1846-1855**. Vol. 9. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura, 1998.

_____. **Catálogo das Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre: 1856-1865**. Vol. 10. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura, 1998.

_____. **Catálogo das Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre: 1866-1875**. Vol. 11. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura, 2001.

_____. **Catálogo das Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre: 1876-1885**. Vol. 12. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura, 2001.

_____. **Catálogo das Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre: 1886-1900**. Vol. 13. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura, 2001.

_____. **Guia do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho**. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1997.

ARRUDA, José J. A. **História Antiga e Medieval**. São Paulo: Editora Ática, 1976.

ÁVILA, Vladimir Ferreira de (Org.). **V Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul**. Anais: Produzindo História a partir de Fontes Primárias. Porto Alegre: CORAG, 2007.

BACHELARD, Gaston. **A intuição do instante**. Campinas: Verus Editora, 2007.

BAKOS, Margaret Marchiori. A cidade está na moda, há pouco tempo: reflexões gerais. **Estudos Ibero-Americanos - PUCRS**, Porto Alegre, v. XXIV, n. 1, p.201-223, junho 1998.

_____. **Continuismo e continuidade na administração pública municipal de Porto Alegre 1897-1937**. 1986. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

_____. **Porto Alegre e seus eternos intendentes**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

BARROS, José D' Assunção. História, Espaço e Tempo: interações necessárias. **Varia História**, Belo Horizonte, vol.22, n.36, p.460-476, jul.-dez. 2006.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

BERTOLLI FILHO, Claudio. **História da saúde pública no Brasil**. 4.ed. São Paulo: Ática, 2004.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

BORDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 4.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

BRAUDEL, Fernand. **História e Ciências Sociais**. 6.ed. Lisboa: Editorial Presença, 1990.

_____. **O espaço e a história no Mediterrâneo**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Londres e Paris no século XIX**: o espetáculo da pobreza. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: história e imagem. Bauru: EDUSC, 2004.

CARDOSO, Ciro Flamarion. História e paradigmas rivais. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p.1-23.

CATROGA, Fernando. Ainda será a história mestra da vida? **Estudos Ibero-Americanos** – PUCRS, Porto Alegre, Ed. Especial, n. 2, p.7-34, 2006.

CEZAR, Temístocles. Estruturalismo e pós-estruturalismo na perspectiva do conhecimento histórico. **Anos 90**, Porto Alegre, n.4, p.129-149, dez. 1995.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**: Cortiços e Epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

COARELLI, Filippo. Roma. In: BRAUDEL, Fernand. **O espaço e a história no Mediterrâneo**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

CORUJA, Antonio A. P. **Antigualhas**: reminiscências de Porto Alegre. Porto Alegre: UE Porto Alegre, 1996.

COSTA, Nilson Rosário. **Lutas urbanas e controle sanitário**: origens das políticas de saúde no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1985.

COSTA, Telmo Cardoso. **Pequena História da Limpeza Pública na Cidade de Porto Alegre**. Porto Alegre: Editora DMLU – Assessoria de Comunicação Social, 1983.

_____. **Histórico dos Sistemas de Água e Esgotos da Cidade de Porto Alegre – 1779 a 1981.** Porto Alegre: Oficinas Litográficas do DMAE, 1981.

CZERESNIA, Dina. Constituição epidêmica: velho e novo nas teorias e práticas da epidemiologia. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, vol.III, n.2, p.341-356, jul.-ago. 2001.

_____. Do contágio à transmissão: uma mudança na estrutura perceptiva de apreensão da epidemia. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, vol. IV, n.1, p.75-94, mar.-jun. 1997.

DE DECCA, Edgar. **Fábricas e Homens.** São Paulo: Atual, 1999.

_____. O colonialismo como a glória do império. In: REIS FILHO, Daniel Aarão et al. (Org.). **O século XX.** vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003.

DILLENBURG, Sergio Roberto. **A imprensa em Porto Alegre de 1845 a 1870.** Porto Alegre: Sulina/ARI, 1987.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____. **O processo civilizador.** Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

_____. **Sobre o tempo.** México: D. F. Fondo de Cultura Económica, 1997.

ESCOSTEGUY, Luiz F. A. **Produção e uso dos espaços centrais a beira rio em Porto Alegre (1809-1860).** 1993. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993.

FINKELMAN, Jacobo (Org.). **Caminhos da Saúde Pública no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** 5.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

_____. **La vida de los hombres infames.** La Plata; Santa Madalena; Argentina: Altamira/Acmé, 1996.

_____. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Graal, 2003.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre: guia histórico.** 3.ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

GAUER, Ruth M. Chittó. As fronteiras entre certeza e incerteza do conhecimento. In: VASCONCELOS, Maria L. Marcondes. **Educação e história da cultura: fronteiras.** São Paulo: Mackenzie, 2002. p.77-100.

_____. Da diferença perigosa ao perigo da igualdade: reflexões em torno do paradoxo moderno. **Civitas**, Porto Alegre, vol.5, n.2, p.399-413, jul.-dez. 2005.

_____. **Tempo/História**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

GIORDANI, Mario Curtis. **História de Roma**. Petrópolis: Editora Vozes, 1972.

GOMES, Ângela de Castro (org.). **Escrita de si**. Escrita da história. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004.

GOUBERT, Jean-Pierre. **Iniciation à une nouvelle histoire de la médecine**. Paris: Ellipses, 1998.

_____. A conquista da água na era industrial. In: SERRES, Juliane; SCHWARTSMANN, Leonor. (Orgs.) **História da Medicina**: instituições e práticas de saúde no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. p.23-37.

GUIMARÃES, Maria R. Cotrim. **Civilizando as artes de curar: Chernovicz e os Manuais de Medicina Popular no Império**. 2003. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2003.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a História**. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

HENRY, John. **A revolução científica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

HOBBSBAWM, Eric. **A era dos impérios: 1875-1914**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

_____. **Sobre História**. São Paulo Companhia das Letras, 1998.

HOCHMAN, Gilberto. **A era do saneamento**: as bases da política de saúde pública no Brasil. São Paulo: Hucitec/ANPOCS, 1998.

_____. Regulando os efeitos da interdependência: sobre as relações entre saúde pública e construção do Estado (Brasil, 1910-1930). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.6, n.11, p.1-19, 1993.

HOURANI, Albert. **Uma história dos povos árabes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

KAPLAN, Alain D. M; MARTIN, Bernadette; MICHEAU, Françoise. **A Idade Média no Oriente** – Bizâncio e o Islão: dos bárbaros aos Otomanos. LISBOA: Publicações Dom Quixote, 1994.

KARASCH, Mary. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo. Companhia das Letras, 2000.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Pasado**. Para uma semântica de los tiempos históricos. Barcelona: Paidós, 1993.

LE GOFF, Jacques (Org.). **As doenças têm história**. Lisboa: Terramar, 1985.

_____. (Org.). **História**: Novas abordagens. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.

_____. (Org.). **História**: Novos objetos. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.

_____. (Org.). **História**: Novos problemas. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.

_____. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

_____. **O apogeu da cidade medieval**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LIMA, Tânia Andrade. Humores e odores: ordem corporal e ordem social no Rio de Janeiro, século XIX. **História, Ciência, Saúde – Manguinhos**, vol. II, n3, p.44-96, nov.1995-fev.1996.

LOVEJOY, Arthur O. **A Grande Cadeia do Ser**: um estudo da história de uma idéia. São Paulo: Palíndromo, 2005.

LUZ, Madel Terezinha. **Medicina e ordem política brasileira: políticas e instituições de saúde** (1850-1930). Rio de Janeiro: Graal, 1982.

LYOTARD, Jean-François. **O inumano**. Lisboa: Estampa, 1989.

MACAULAY, David. **Construção de uma cidade romana**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

MACEDO, Francisco Riopardense. **História de Porto Alegre**. 3.ed. Porto Alegre: Editora da Universidade / UFRGS, 1999.

_____. **Porto Alegre**: aspectos culturais. Porto Alegre: SMEC, Div. de Cult., 1982.

_____. **Porto Alegre, história e vida da cidade**. Porto Alegre: Editora da Universidade / UFRGS, 1973.

_____. **Porto Alegre**: origem e crescimento. 2.ed. Porto Alegre: Livraria Sulina, 1999.

MACHADO, Roberto et. al. **Danação da norma**: Medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MANSAN, Jaime V. **Os expurgos na UFRGS**: afastamentos sumários de professores no contexto da Ditadura Civil-Militar (1964 e 1969). 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MARIANTE, Hélio M. **Medicina campeira e povoeira**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1984.

MARQUES, Eduardo Cesar. Da higiene à construção da cidade: o Estado e o saneamento no Rio de Janeiro. **História, Ciências, saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, Vol. II, n. 2, p.51-67, jul.-out. 1995.

MARTINHO, Francisco. Resistências ao capitalismo. In: REIS FILHO, Daniel Aarão. **O século XX**. vol. 1. Rio de Janeiro, 2000.

MAUCH, Cláudia. **Ordem pública e moralidade**: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890. 1992. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992.

_____. Policiamento em Porto Alegre nos primórdios da República. In: HAGEN, Acássia M. Maduro; MOREIRA, Paulo R. Staudt. **Sobre a rua e outros lugares**: reiventando Porto Alegre. Porto Alegre: Caixa Econômica Federal, 1995. p.97-134.

_____. Saneamento moral em Porto Alegre na década de 1890. In: MAUCH, Cláudia et al. **Porto Alegre na virada do século 19**. Porto Alegre / Canoas / São Leopoldo: Ed. Universidade/UFRGS / Ed. ULBRA / Ed. Unisinos, 1994. p.9-24.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Rumo a uma história visual. In: Martins, J. S.; ECKERT, C.; NOVAIS, S. C. (orgs). **O imaginário e o poético nas Ciências Sociais**. Bauru, SP: EDUSC, 2005. p.33-56.

MOSSÉ, Claude. As lições de Hipócrates. In: LE GOFF, Jacques. **As doenças têm história**. Lisboa: Terramar, 1985. p.39-55.

NASCIMENTO, M. **Illuminismo**. São Paulo: Ática, 1998.

NOVAIS, Fernando A.; ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). **História da vida privada no Brasil 2**. Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

OLIVEIRA, Clóvis Silveira de. **Porto Alegre**: a cidade e sua formação. Porto Alegre: Ed. Norma, 1985.

OLIVEIRA, Neide Gomes de. História dos hábitos de higiene no Brasil dos séculos XIX ao XX. **Revista de História - UFES**, Vitória, vol.2, n.2, p.42-58, 1991.

PEIXOTO, Nelson Brissac. Quadros Mecânicos: fisionomias urbanas. In: **Paisagens Urbanas**. 3.ed. São Paulo: SENAC/SP, 2004. p.94-135.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.8, n.16, p.279-290, 1995.

_____. **Os pobres da cidade**. 2.ed. Porto Alegre: Editora da Universidade / UFRGS, 1998.

PICCOLO, Helga I. Landgraf. **Vida política no século 19**: da descolonização ao movimento republicano. 2.ed. Porto Alegre: Editora da Universidade / UFRGS, 1992.

PORTO ALEGRE, Achylles. **História popular de Porto Alegre** (coletânea de crônicas organizada por Delsino Varela). Porto Alegre, 1940.

PRIGOGINE, Ilya. **O nascimento do tempo**. Lisboa: Edições 70, 1999.

RHODEN, Luiz Fernando. **A fronteira sulina do Brasil na primeira metade do século XIX**: traçados urbanos e arquitetura. 2004. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

RIO GRANDE DO SUL. Secretária da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. **Documentos da Escravidão**: catálogo seletivo de cartas de liberdade acervo dos tabelionatos do interior do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: CORAG, 2006.

ROSEN, George. **Uma História da Saúde Pública**. São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade Estadual Paulista; Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 1994.

RUSHFORTH, Gordon McNeil. Arquitetura e Arte. In: BAILEY, Cyril (Org.). **O legado de Roma**. Rio de Janeiro: Imago, 1992. p.421-479.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. **Cidade das águas**: usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901). São Paulo: SENAC São Paulo, 2007.

_____. É possível realizar uma história do corpo? In: SOARES, Carmen Lúcia (Org.). **Corpo e História**. 3.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. p.3-23.

SERRES, Juliane; SCHWARTSMANN, Leonor. (Orgs.) **História da Medicina**: instituições e práticas de saúde no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

SILVEIRA, Éder. **A cura da raça**: eugenia e higienismo no discurso médico sul-rio-grandense nas primeiras décadas do século XX. Passo Fundo: Editora Universidade de Passo Fundo, 2005.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**: análise da evolução urbana de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. 2.ed. São Paulo Companhia Editora Nacional, 1977.

SOARES, Márcio de Sousa. Médicos e mezinheiros na Corte Imperial: uma herança colonial. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, vol.VIII, n.2, p.407-438, jul./ago 2001.

SOUSA, Célia Ferraz; MÜLLER, Dóris Maria. **Porto Alegre e sua evolução urbana**. Porto Alegre: Editora da Universidade / UFRGS, 1997.

SPALDING, Walter. **Pequena História de Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. Livraria Sulina, 1967.

THOMAS, Keith. **Religião e o declínio da magia**: crenças populares na Inglaterra dos séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOCCHETTO, Fernanda Bordin. **Fica dentro ou joga fora?** Sobre práticas cotidianas em unidades domésticas na Porto Alegre oitocentista. 2004. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

_____. O descarte de lixo doméstico na Porto Alegre oitocentista: uma construção possível sobre práticas e representações. **Histórica** – PUCRS, Porto Alegre, n.7, p.185-214, 2003.

VERGER, Jacques. **Cultura, ensino e sociedade no Ocidente nos séculos XII e XIII**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

VIGARELLO, Georges. **História das Práticas de Saúde**. Lisboa: Editorial Notícias, 2001.

_____. **O Limpo e o Sujo**: a Higiene do Corpo desde a Idade Média. LISBOA: Editorial Fragmentos, 1985.

VIRILIO, Paul. **A Inércia Polar**. Lisboa: Dom Quixote, 1993.

WEBER, Beatriz Teixeira. **As artes de curar**: Medicina, Religião, Magia e Positivismo na República Rio-Grandense - 1889/1928. Santa Maria: Ed. da UFSM; Bauru: EDUSC - Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999

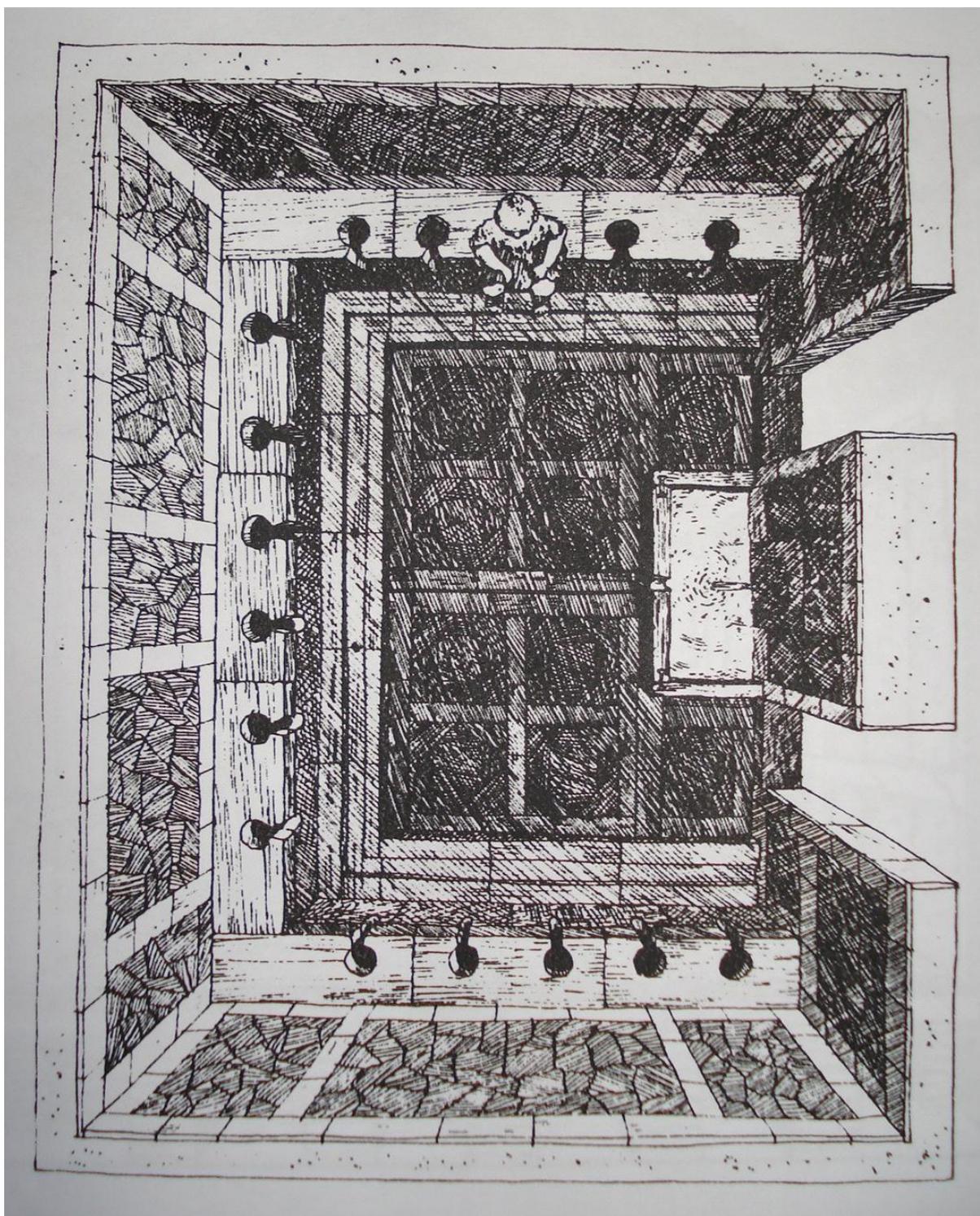
_____. **Códigos de Posturas e Regulamentação do Convívio Social em Porto Alegre no século XIX**. 1992. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992.

WITTER, Nikelen Acosta. Curar como Arte e Ofício: contribuições para um debate historiográfico sobre saúde, doença e cura. **Tempo** – UFF, Dossiê História e Saúde, Rio de Janeiro, vol.10, n.19, p.13-25, jul.-dez. 2005.

_____. **Males e Epidemias**: sofredores, governantes e curadores no sul do Brasil (Rio Grande do Sul, século XIX). 2007. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

ANEXOS

ANEXO A – Latrina pública romana



Fonte: MACAULAY, David. **Construção de uma cidade romana**. São Paulo: Martins Fontes, 1989. p.76.

ANEXO B – Mapa da área física de Porto Alegre em 1840, com destaque para a localização das fontes de água potável



Fonte: AHPAMV - Mapas e Plantas do Município. Mapoteca V-13. Documentos Avulsos.

ANEXO C – População de Porto Alegre no século XIX

Ano	População (número de habitantes)
1803	3.927
1807	6.035
1820	12.000 (ou 10.000)
1833	14.200 (ou 12.200)
1846	16.300 (ou 14.057)
1858	18.465
1872	42.478 (ou 34.183)
1875	43.998
1888	42.115
1890	52.186
1900	73.672

Fonte: WEBER, Beatriz Teixeira. **Códigos de Posturas e Regulamentação do Convívio Social em Porto Alegre no século XIX**. 1992. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992. p.54.

ANEXO D – Mapa do número de pessoas que foram acometidas pela epidemia do cólera no ano de 1867 – na cidade de Porta Alegre

Dia	Mês		
	Março	Abril	Mai
1		3	
2		4	
3		3	
4		3	
5		3	
6		3	
7			
8		3	
9	3	3	
10	3	1	1
11	11		
12	5	2	1
13	14	1	1
14	19	1	
15	18	1	
16	13	3	
17	28	2	
18	14	1	
19	10	2	1
20	18		
21	13		
22	5		
23	9	1	
24	9		
25	12	1	
26	3		
27	3	1	1
28	3		
29	2		
30	2		
31	3		
Total	220	42	5
Total Geral	267		

Fonte: Mappa. RELATORIO da Inspetoria Geral da Saúde Publica da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul apresentado ao Ilmo. E Exmo. Sr. Dr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello, digníssimo presidente da mesma Província, pelo Dr. Manoel Pereira da Silva Ubatuba, Inspetor Geral da Saúde Pública. Porto Alegre: Typographia do Jornal “Deutsche Zeitung”, 1867. S/n. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/900/000160.html>>. Acessado em: 11/06/2010.

ANEXO E – Edital para contrato do serviço de limpeza pública do ano de 1867**EDITAL**

Condições com que deve ser contratado o serviço da limpeza publica d'esta cidade, pela camara municipal, conforme a autorização á mesma concedida pelo artigo 15 da lei provincial n.655 de 9 de Dezembro de 1867.

1ª. A limpeza publica desta capital para o caso de que se trata em conformidade com a licitada, comprehende não só o das materias fecaes como a das aguas servidas, lixos e quaisquer outras imundícias tanto de casas particulares, como de repartições e estabelecimentos públicos.

2ª. A camara municipal aceita propostas para contratar a limpeza publica desta capital por meio de encanamento geral ou por meio de condição em carroças de todas as materias que fazem objecto da limpeza publica.

3ª. As propostas para o contracto da limpeza publica por meio de encanamento geral, devem ser organizadas debaixo das seguintes bases:

I. Que o encanamento geral deve ser subterrâneo, e feito pelo mesmo systema de encanamento da corte do Rio de Janeiro para idêntico fim; comprehendendo toda a cidade e os respectivos limites urbanos, sem excepção de ruas, becos e praças.

II. Que os canos gerais devem fazer o despejo em [...] nos lugares que forem mais convenientes, designados pela camara municipal, onde os materiais fecais são imediatamente decompostos pelo mesmo processo usado no Rio de Janeiro, conservando-se sempre todo encanamento em perfeito estado de desobstrução, desembaraço e limpeza.

III. Que o encanamento deve ter as necessárias ramificações para receber as aguas fluviaes de telhados de todas as casas por cujas frentes possuem encanamento, e as dos quintaes ou pateos que tiverem esgoto para a rua.

IV. Que todas as obras para este encanamento e suas dependências serão feitas à custa do empresário ou companhia que contractar a limpeza publica, com direito a perceber para indenização d'esses despezas e interesses que deve tirar uma taxa que não excedera da quantia de 6\$000 reis mensaes de cada casa habitada, repartição ou estabelecimento publico ou particular, existentes em toda a área comprehendida pelo encanamento, devendo ser essa taxa regulada em proporção de numero de pessoas que effectivamente occuparem a casa ou estabelecimento, e pago pelo morador ou chefe de família, repartição ou estabelecimento, sendo exceptuadas desse pagamento somente as pessoas de reconhecida pobreza, à juízo do empresário ou gerente da companhia.

V. O empresario ou companhia em sua proposta deve apresentar a planta de toda a obra, levantada para encanamento geral e materiais contendo todas as condições com que se propõe a fazer a mesma obra, o tempo em que deve ser começada e concluida, o numero de annos que deve gozar de privilegio da percepção da taxa que for estipulada para as casas habitadas, repartições e estabelecimentos, não excedendo do prazo de quarenta annos, maximo estabelecido pela lei; e

VI. Finalmente que findo o prazo de privilegio, ficão pertencendo a camara municipal todas as obras de encanamento obrigado o empresario ou companhia a deical-as em bom estado. D'este contracto, se for levado a effeito, se estipularão multas para a falta de cumprimento de suas condições, conforme o accordo das partes contratantes, e o modo por que a obra e o cumprimento de todas as condições devem ser fiscalizadas por parte da camara.

4ª. As propostas para o contracto da limpeza publica por meio da conducção em carroças, serão organizadas sob as seguintes fases:

I. A conducção das materias fecais e aguas servidas à excepção dos lixos e outras quaesquer

especies de immundicias, quer das casas particulares, quer das repartições e estabelecimentos públicos, será feita em vasilhas hermeticamente fechadas por meio de carroças também fechadas, que diariamente percorrerão a cidade para receberem das casas, repartições e estabelecimentos as vasilhas cheias e deixarem outras limpas, devendo previamente o empresario contractar com os respectivos moradores e chefes o fazer-lhes esse serviço da limpeza;

II. Estas vasilhas serão conduzidas ao logar do litoral que fique entre a ponta das pedras e o canal da Passagem, e ali embarcadas, e d'ali conduzidas para ser feito o despejo, limpeza, devendo ser o lixo e outras especies de immundicias lançado em terra de uma das ilhas fronteiras a esta cidade (enterradas aquellas immundicias que forem sujeitas a putrefacção) convém outro logar que a camara designe de accordo com o empresário, e as materias fecais e aguas servidas dentro do rio a uma légua de distancia do logar da partida, na direcção das Pedras Brancas;

III. O empresario não tem direito a exigir a inscripção geral de todas as casas e estabelecimentos da cidade, para contribuírem com qualquer quantia para o serviço da limpeza publica, e somente contratar esse serviço com aquelle que voluntaria e espontaneamente se quizerem a isto prestar, para se eximirem da obrigação que a todos cabe de fazerem a limpeza de suas casas de conformidade com as posturas municipais, e de accordo com a clausula segunda da 4ª condição aqui estabelecidas;

IV. O empresario gozara neste contrato do privilegio por tempo que não exceda a trinta annos devendo as pessoas que o pretenderem estipular em suas propostas o tempo desse privilegio e todas as condições para levar a effeito o serviço da limpeza publica, conciliando seus interesses com a commodidade publica para serem preferidas aquellas que mais vantagens offerecer.

V. Finalmente, neste contracto se estipularão multas para a falta de cumprimento de suas condições, e o modo por que deve ser fiscalizado a limpeza publica por parte da camara.

Porto Alegre, 28 de abril de 1868

João Rodrigues Fagundes

José Luiz da Costa Junior

Francisco José Barreto

João Pereira Machado

Fonte: AHPAMV - **Jornal do Commercio**, Porto Alegre, 5 mai. 1868, p.3.

ANEXO F – O roto e o remendado

ANNO I: DOMINGO 6 DE DEZEMBRO DE 1874 Nº 21

O Guarany.

CAPITAL		FORA DA CAPITAL	
Por anno	16:000	Por anno	18:000
Por semestre	9:000	Por semestre	10:000
Por trimestre	5:000	Por trimestre	7:000
Avulso		500 rs.	

PAGAMENTO ADIANTADO.

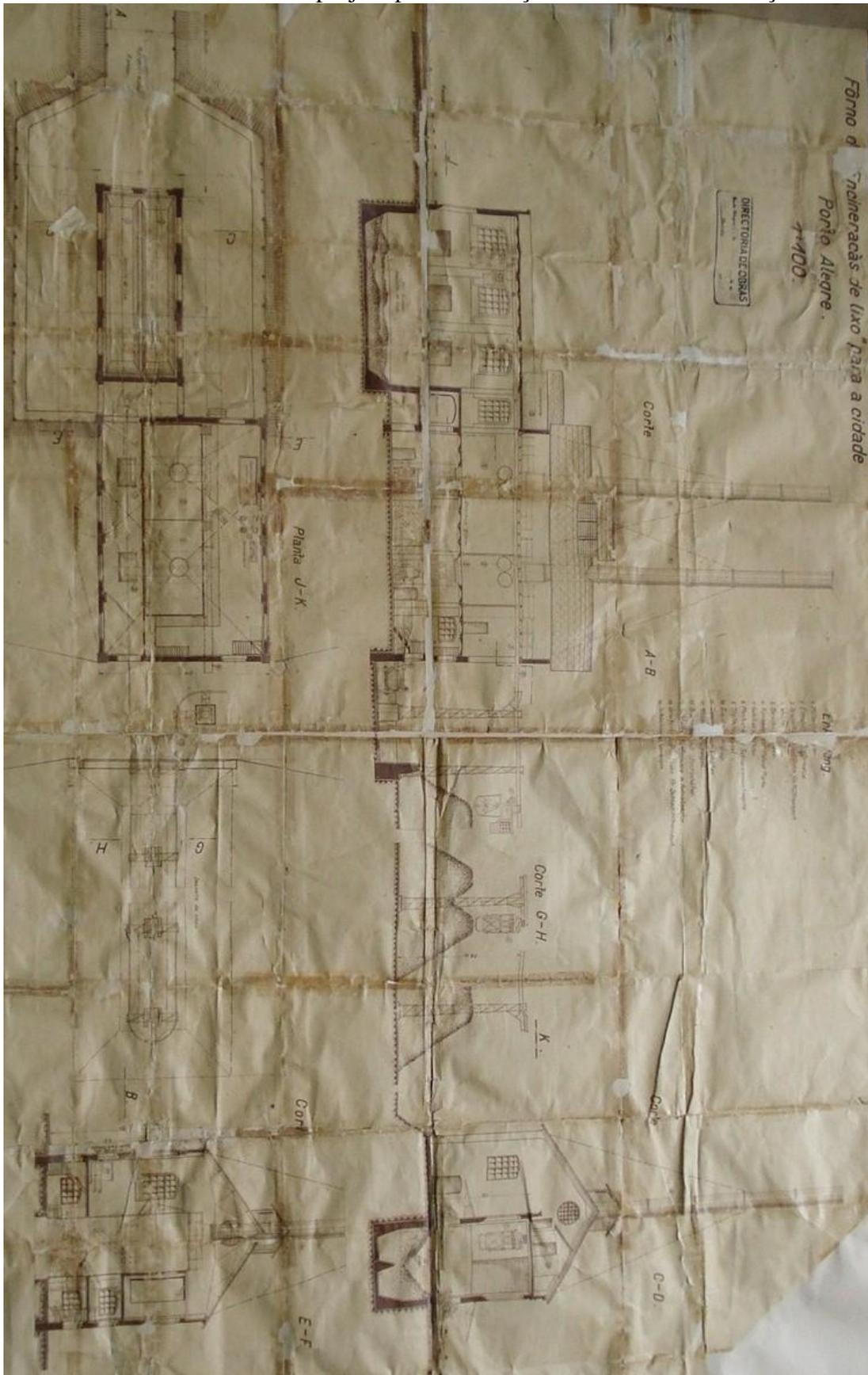
ESCRITORIO A' RUA DOS ANDRADAS, N. 225.



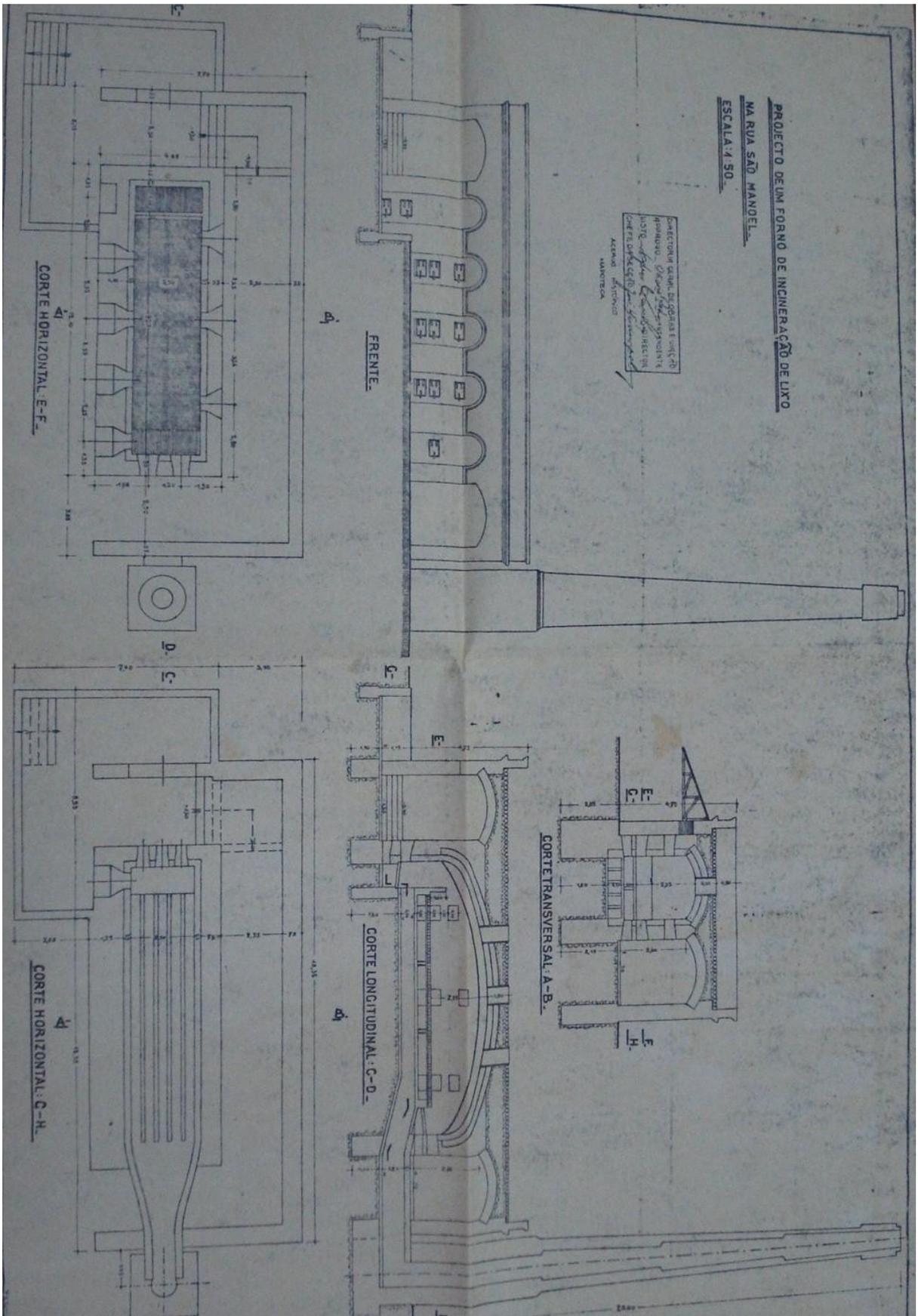
O ROTO E O REMENDADO.

A limpeza da cidade Ri-se da iluminação; E esta ri-se, a seu turno; Do cheiroso carroção.	— Que luz! exclama a limpeza, O gaz virou lamparina!
	— Que aromas! replicou a outra, A cidade é uma sentina!

ANEXO G – Planta de projeto para construção de forno de incineração



Fonte: AHPAMV - Mapas e Plantas do Município. Mapoteca V-13. Documentos Avulsos.



Fonte: AHPAMV - Mapas e Plantas do Município. Mapoteca V-13. Documentos Avulsos.

ANEXO H – Despejos pela janela



Fonte: AHPAMV – **Gazetinha**, Porto Alegre, 19 jan. 1896. p.4.